

## **MARX E O MARXISMO NO BRASIL**

Coletânea org. Paulo Timm - 'Para uso em sala de aula – Janeiro 2016 – Covilhã PT

Índice

**I – MARX ETERNAMENTE**

**II – MARX E O BRASIL**

**III – OS MARXISMO NO BRASIL – 1960-2016**

\*

### **Caio Prado Jr. : O que é uma revolução?**

Revolução” em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais. O ritmo da História não é uniforme. Nele se alternam períodos ou fases de relativa estabilidade e aparente imobilidade, com momentos de ativação da vida político-social e bruscas mudanças em que se alteram profunda e aceleradamente as relações sociais. Ou mais precisamente, em que as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelam a fim de melhor se ajustarem e melhor atenderem a necessidades generalizadas que antes não encontravam devida satisfação. São esses momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente se há de entender por “revolução”

## PARTE I – MARX ETERNAMENTE

### Discurso de F. Engels no Funeral de Karl Marx

Neste mês, vários sítios e blogs lembraram que dia 14 fez 128 anos da morte de Marx. Resolvemos fazer coro com esses camaradas e replicar na internet esse discurso de Engels.

Em todos os lugares desse planeta Marx significa medo e ódio para a burguesia. Onde existem exploração e domínio de classe brota a sua efígie e nela se ascende, iluminando o caminho da luta, aquilo que fez valer a sua vida: a ciência do proletariado, o Marxismo. O instrumento retirado da experiência de luta dos explorados pelos próprios explorados e que, nele, nessa luta, temos o seu maior visionário.

São 128 anos de difamação e infâmia da burguesia para apagar sua memória, desviar a ciência descortinada por ele. Tudo em vão. Basta o açoite ranger nas costas do proletariado, basta subtrair da mesa do explorado o pão feito com o seu suor, para ele voltar como a fênix vermelha.

Não é a toa que nesse momento, nas cordilheiras, nas planícies, nos desertos, nas selvas, nas cidades e nos campos, novos e velhos agrupamentos retomam nas línguas mais variadas, do ponto onde foi parado, avançando onde ainda existem lacunas, as suas palavras:

*“(...) Que as classes dominantes tremam à idéia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder a não ser suas algemas. Têm um mundo a ganhar.*

**PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!”**

Discurso no Funeral de Karl Marx

Friedrich Engels - 18 de março de 1883

Em 14 de março, quando faltam 15 minutos para as 3 horas da tarde, deixou de pensar o maior pensador do presente. Ficou sozinho por escassos dois minutos, e sucedeu de encontrarmos ele em sua poltrona dormindo serenamente — dessa vez para sempre.

O que o proletariado militante da Europa e da América, o que a ciência histórica perdeu com a perda desse homem é impossível avaliar. Logo evidenciara-se a lacuna que a morte desse formidável espírito abriu.

Assim como [Darwin](#) em relação a lei do desenvolvimento dos organismos naturais, descobriu Marx a lei do desenvolvimento da História humana: o simples fato, escondido sobre crescente manto ideológico, de que os homens reclamam antes de tudo comida, bebida, moradia e vestuário, antes de poderem praticar a política, ciência, arte, religião, etc.; que portanto a produção imediata de víveres e com isso o correspondente estágio econômico de um povo ou de uma época constitui o fundamento a partir do qual as instituições políticas, as instituições jurídicas, a arte e mesmo as noções religiosas do povo em questão se desenvolve, na ordem em elas devem ser explicadas – e não ao contrário como nós até então fazíamos.

Isso não é tudo. Marx descobriu também a lei específica que governa o presente modo de produção capitalista e a sociedade burguesa por ele criada. Com a descoberta da mais-valia iluminaram-se subitamente esses problemas, enquanto que todas as investigações passadas, tanto dos economistas burgueses quanto dos críticos socialistas, perderam-se na obscuridade.

Duas descobertas tais deviam a uma vida bastar. Já é feliz aquele que faz somente uma delas. Mas em cada área isolada que Marx

conduzia pesquisa, e estas pesquisas eram feitas em muitas áreas, nunca superficialmente, em cada área, inclusive na matemática, ele fez descobertas singulares.

Tal era o homem de ciência. Mas isso não era nem de perto a metade do homem. A ciência era para Marx um impulso histórico, uma força revolucionária. Por muito que ele podia ficar claramente contente com um novo conhecimento em alguma ciência teórica, cuja utilização prática talvez ainda não se revelasse – um tipo inteiramente diferente de contentamento ele experimentava, quando tratava-se de um conhecimento que exercia imediatamente uma mudança na indústria, e no desenvolvimento histórica em geral. Assim por exemplo ele acompanhava meticulosamente os avanços de pesquisa na área de eletricidade, e recentemente ainda aquelas de Marc Deprez.

Pois Marx era antes de tudo revolucionário. Contribuir, de um ou outro modo, com a queda da sociedade capitalista e de suas instituições estatais, contribuir com a emancipação do moderno proletariado, que primeiramente devia tomar consciência de sua posição e de seus anseios, consciência das condições de sua emancipação – essa era sua verdadeira missão em vida. O conflito era seu elemento. E ele combateu com uma paixão, com uma obstinação, com um êxito, como poucos tiveram. Seu trabalho no 'Rheinische Zeitung' (1842), no parisiense 'Vorwärts' (1844), no 'Brüsseler Deutsche Zeitung' (1847), no 'Neue Rheinische Zeitung' (1848-9), no 'New York Tribune' (1852-61) – junto com um grande volume de panfletos de luta, trabalho em organização de Paris, Bruxelas e Londres, e por fim a criação da grande Associação Internacional de Trabalhadores coroando o conjunto – em verdade, isso tudo era de novo um resultado que deixaria orgulhoso seu criador, ainda que não tivesse feito mais nada.

E por isso era Marx o mais odiado e mais caluniado homem de seu tempo. Governantes, absolutistas ou republicanos, exilavam-no. Burgueses, conservadores ou ultra-democratas, competiam em caluniar-lhe. Ele desvencilhava-se de tudo isso como se fosse uma teia de aranha, ignorava, só respondia quando era máxima a necessidade. E ele faleceu reverenciado, amado, pranteado por milhões de companheiros trabalhadores revolucionários – das minas da Sibéria, em toda parte da Europa e América, até a Califórnia – e eu me atrevo a dizer: ainda que ele tenha tido vários adversários, dificilmente teve algum inimigo pessoal.

Seu nome atravessará os séculos, bem como sua obra!

O original encontra-se em:  
<http://www.marxists.org/portugues/marx/1883/03/22.htm>

**Primeira Edição:** "Der Sozialdemokrat", nº. 13, 22 de março de 1883.

**Fonte:** original em alemão disponível em [Stimmen der proletarischen Revolution](#).

**Tradução e Transcrição:** [Marcelo da Silva Reis](#) diretamente do alemão, confrontado com as versões em inglês e espanhol disponíveis no [Marxists Internet Archive](#).

**HTML:** [Fernando A. S. Araújo](#), janeiro 2006.

**Direitos de Reprodução:** [Marxists Internet Archive](#) (marxists.org), 2006. A cópia ou distribuição deste documento é livre e indefinidamente garantida nos termos da GNU Free Documentation License.

## I – MARX ETERNAMENTE

**O que é e como funciona o marxismo**

**O que é e como funciona o marxismo**

**Chris Harman**

## **Apresentação à tradução brasileira**

O texto que disponibilizamos a seguir é uma tradução do livreto "How Marxism Works", de Chris Harman. Publicado pela primeira vez no ano de 1.979, teve sucessivas reedições. A tradução que ora apresentamos foi feita com base na edição de 1983. Apesar do tempo e, obviamente das referências a fatos e acontecimentos um tanto quanto antigos (afinal, muita água rolou nesses 17 anos), o texto permanece essencialmente atual. Nele o leitor encontrará um texto introdutório ao marxismo, escrito de uma forma simples, compreensível, porém sem cair nas armadilhas do simplismo barato. Ao contrário dos manuais e "cartilhas" que à guisa de apresentar uma exposição compreensível das principais categorias marxistas, acabam por vulgarizar o próprio marxismo, o texto de Harman é um convite ao estudo e à reflexão. Simplesmente "abre uma porta" para que o leitor possa a partir dele aprofundar seus conhecimentos e alimentar uma prática socialista e revolucionária conseqüente, na qual a teoria e a prática estão intimamente ligadas. Chris Harman é dirigente do Socialist Workers' Party da Grã Bretanha e autor de inúmeros livros, dentre os quais *Explaining the crisis*, *The Lost Revolution*, *The Fire Last Time (1968 and after)*, *The Changing Working Class* (co-autoria com Alex Callinicos), *The Economics of the Madhouse* e, lançado recentemente, *A People's History of the World*, além de inúmeros ensaios e textos. A presente tradução é de autoria de Sérgio Domingues.

## **Introdução**

Existe um mito muito difundido de que o marxismo é difícil. Isto é muito propagado pelos inimigos do socialismo - Harold Wilson gaba-se de nunca ter sido capaz de ir além da primeira página d'*O Capital*. É um mito também encorajado por um tipo peculiar de acadêmicos que se dizem marxistas: eles deliberadamente cultivam frases obscuras e expressões místicas com o objetivo de dar a impressão de que possuem um conhecimento especial, negado aos outros.

Portanto não é nada surpreendente que muitos socialistas que trabalham 40 horas por semana em fábricas, minas e escritórios acabem concebendo o marxismo como algo que nunca terão tempo ou oportunidade para entender.

Na verdade, as idéias básicas do marxismo são notavelmente simples. Ele explica a sociedade em que vivemos, como nenhum outro grupo de idéias consegue fazê-lo. Essas idéias possibilitam entender um mundo destroçado por crises, com sua pobreza em meio a tanta riqueza, seus golpes de estado e ditaduras militares, em que invenções fantásticas levam milhões para as filas do desemprego e da miséria, "democracias" toleram a ação de torturadores e estados socialistas ameaçam uns aos outros com mísseis nucleares.

Enquanto isso, os pensadores do *establishment* que tanto desprezam as idéias marxistas dão combate uns aos outros em um louco jogo de cabra-cega, entendendo pouco e explicando menos ainda.

Mas, embora o marxismo não seja difícil, ele apresenta alguns problemas para o leitor que toma contato com os escritos de Marx pela primeira vez. Marx escreveu há mais de cem anos. Ele usa a linguagem de seu tempo, cheia de referência a pessoas e eventos que praticamente ninguém conhece hoje em dia, a não ser que seja historiador.

Lembro de minha perplexidade quando, ainda na faculdade, tentei ler sua obra *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. Não sabia sequer o que significava Brumário e quem era Luiz Bonaparte. Quantos socialistas não terão abandonado suas tentativas de se aproximar do marxismo após tais experiências?

Esta é a justificativa para este caderno. Ele pretende fornecer uma introdução às idéias marxistas, que fará mais fácil para os socialistas compreender sobre o que Marx falava e entender o desenvolvimento do marxismo também sob os cuidados de Engels, Rosa Luxemburgo, Lenin, Trotsky e todo um conjunto de pensadores menores.

A maioria do que está escrito neste panfleto apareceu em uma série de artigos no *Socialist Worker* (Trabalhador Socialista) sob o

título "Explicando o Marxismo". Mas adicionei quantidade substancial de material novo. Em geral esse material novo é proveniente de uma exposição simplificada das idéias de Marx em "O Significado do Marxismo" de Duncan Hallas e das "Séries de Educação Marxista" da seção do SWP (Socialist Workers Party - Partido dos Trabalhadores Socialistas) de Norwich.

Uma última questão. O pouco espaço impediu-me de enriquecer este panfleto com algumas contribuições importantes da análise marxista do mundo moderno. Referências para leituras mais aprofundadas podem ser achadas no apêndice.

Chris Harman

## Capítulo Um

### Por que precisamos de uma teoria marxista

Por que precisamos tanto de uma teoria? Sabemos que há uma crise. Sabemos que somos roubados por nossos patrões. Sabemos que estamos todos famintos. Sabemos que precisamos do socialismo. Todo o resto é apenas para intelectuais.

Você freqüentemente ouve palavras como essas de militantes socialistas e sindicalistas. Tal visão é fortemente encorajada pelos anti-socialistas, que tentam dar a impressão de que o marxismo é uma doutrina, obscura, complicada e chata.

Idéias socialistas são "abstratas", dizem eles. Podem parecer muito corretas na teoria, mas o senso comum da vida real nos mostra algo totalmente diferente.

O problema com esses argumentos é que as pessoas que os defendem, têm uma teoria delas próprias, mesmo que se neguem a reconhecê-lo. Pergunte a elas qualquer questão sobre a sociedade e elas tentarão responder com uma ou outra generalização. Alguns exemplos:

"As pessoas são naturalmente egoístas".

"Qualquer um pode vencer na vida se se esforça o suficiente".

"Se não existissem os ricos, não haveria ninguém para dar emprego para nós."

"Se pudéssemos educar os trabalhadores, a sociedade seria



diferente."

"É o declínio moral que levou o país para esse estado de coisas."

Ouçã qualquer discussão na rua, no ônibus, no bar. Você ouvirá dúzias de afirmações como essas. Em todas e em cada uma está presente uma visão sobre as razões porque a sociedade é tal como é sobre como as pessoas podem melhorar suas condições de vida. Todas essas visões são "teorias" sobre a sociedade.

Quando as pessoas dizem que não têm qualquer teoria, o que realmente querem dizer é que elas não organizaram suas concepções sobre a vida e o mundo.

Isto é particularmente perigoso para quem está tentando mudar a sociedade. Pois os jornais, o rádio, a TV, estão permanentemente enchendo nossas mentes com tentativas de explicar a confusão em que a sociedade se encontra. Esperam que nós aceitemos o que eles dizem sem pensar mais sobre essas questões.

Mas você não pode lutar para efetivamente mudar a sociedade, se não aprender a reconhecer o que é falso em todos esses diferentes argumentos e explicações.

Isto foi mostrado pela primeira vez há 150 anos. Entre 1830 e 1840, o desenvolvimento da indústria em regiões como o noroeste da Inglaterra arrastou centenas de milhares de homens, mulheres e crianças para trabalhos de remuneração miserável. Foram forçados a suportar condições inacreditáveis de pobreza.

Eles começaram a lutar contra isso com as primeiras organizações de trabalhadores - os primeiros sindicatos. E na Inglaterra, com o primeiro movimento por direitos políticos para os trabalhadores, o Cartismo. Junto com esses movimentos surgiram os primeiros grupos pequenos de pessoas dedicadas à causa da conquista do socialismo. Imediatamente surge o problema sobre *como* o movimento dos trabalhadores poderia atingir seu objetivo.

Algumas pessoas diziam que seria possível persuadir os governantes da sociedade a mudar as coisas por meios pacíficos. A "força moral" de um movimento pacífico de massa asseguraria que fossem concedidos benefícios aos trabalhadores. Centenas de milhares de pessoas organizaram-se, manifestaram-se,

trabalharam para construir um movimento com base nessas concepções - somente para acabarem derrotados e desmoralizados.

Outros reconheceram a necessidade de usar "força física", mas achavam que isso podia ser alcançado por pequenos grupos de conspiradores isolados do restante da sociedade. Estes também conduziram dezenas de milhares de trabalhadores a lutas que acabaram em derrota e desmoralização.

Havia ainda outros que acreditavam que os trabalhadores podiam alcançar seus objetivos através da ação econômica. Na Inglaterra, em 1842, a primeira grande greve geral da história, aconteceu nas áreas industriais do norte, com dezenas de milhares de trabalhadores parando por quatro semanas até serem forçados a retornar ao trabalho devido à fome e privações.

Foi no final do primeiro estágio de lutas derrotadas dos trabalhadores, em 1848, que o socialista alemão, Karl Marx, expôs o conjunto de suas idéias em seu panfleto *O Manifesto Comunista*.

Suas idéias não saíram do nada. Elas tentavam proporcionar uma base para lidar com todas as questões que tinham sido levantadas pelo movimento dos trabalhadores da época.

As idéias que Marx desenvolveu são relevantes ainda hoje. É estupidez dizer, como fazem algumas pessoas, que elas estão ultrapassadas porque foram escritas 130 anos atrás. Na verdade, todas as noções de sociedade com que Marx discute estão ainda largamente presentes. Os cartistas discutiam "força moral" ou "força física", e os socialistas de hoje discutem a "via parlamentar" ou a "via revolucionária". Entre aqueles que são revolucionários a discussão entre posições contrárias ou favoráveis ao terrorismo está tão viva hoje, como estava em 1848.

### **Os Idealistas**

Marx não foi a primeira pessoa a tentar descrever o que havia de errado com a sociedade. No tempo em que ele escrevia, novas invenções nas fábricas proporcionavam riquezas em uma escala nunca sonhadas pelas gerações precedentes. Pela primeira vez parecia que a humanidade tinha os meios para defender-se contra

calamidades naturais que tinham sido o flagelo do passado.

No entanto, isso não significou qualquer melhora na vida da maioria das pessoas. Bem ao contrário. Os homens, mulheres e crianças que trabalhavam nas novas fábricas levavam uma vida muito pior que seus avós, que trabalhavam no campo. Seus salários mal davam para mantê-los acima da linha da miséria; e crises periódicas de desemprego acabavam por jogá-los bem abaixo disso. Viviam amontoados em cortiços miseráveis, sem água e esgoto, sujeitos a terríveis epidemias.

Ao invés de o desenvolvimento da civilização trazer felicidade e bem-estar geral, estava dando origem a uma miséria ainda maior.

Isto não foi notado apenas por Marx, mas por alguns dos outros grandes pensadores do período. Homens como os poetas Blake e Shelley, os franceses Fourier e Proudhon, os filósofos alemães Hegel e Feuerbach.

Hegel e Feuerbach davam o nome de alienação ao infeliz estado em que se encontrava a humanidade. Um termo que você ainda deve ouvir com freqüência. Hegel e Feuerbach queriam dizer que homens e mulheres sempre descobriam que eram dominados e oprimidos pelo que eles mesmos tinham feito no passado. Desse modo, dizia Feuerbach, os homens desenvolveram a idéia de Deus e então curvaram-se diante dela, sentindo-se miseráveis porque eles não podiam viver além de algo que eles mesmos tinham criado. Quanto mais avançada a sociedade, mais miseráveis, mais "alienadas" as pessoas tornam-se.

Em seus primeiros escritos, Marx tomou essa noção de "alienação" e o aplicou à vida daqueles que criam a riqueza da sociedade.

"O trabalhador torna-se mais pobre na mesma medida da riqueza que produz, na mesma proporção em que cresce sua produção em poder e alcance... O aumento do valor do mundo das coisas ocorre na proporção direta da desvalorização do mundo dos homens... O objeto que o trabalho produz confronta-se com ele como algo alheio, como um poder independente do produtor...."

No tempo de Marx, as explicações mais populares sobre o que

estava errado com a sociedade, tinham ainda um fundo religioso. A miséria da sociedade, diziam, ocorria porque as pessoas não conseguiam fazer o que Deus queria que elas fizessem: Se todos nós "renunciarmos ao pecado", as coisas se tornarão justas.

Uma concepção parecida é freqüentemente ouvida hoje, embora negue qualquer caráter religioso. Ela afirma que "para mudar a sociedade, você precisa primeiro mudar a si mesmo. Se mulheres e homens se livrassem de seu 'egoísmo' ou 'materialismo'(ou ocasionalmente de seus constrangimentos), a sociedade ficaria melhor."

Uma visão parecida com essa fala não de mudar todos os indivíduos, mas de alguns indivíduos-chave - aqueles que exercem o poder na sociedade. A idéia era tentar fazer os ricos e poderosos "enxergarem a razão".

Um dos primeiros socialistas, Robert Owen, começou tentando convencer empresários de que eles deviam ser bondosos com seus trabalhadores. A mesma idéia ainda é dominante entre os líderes do Partido Trabalhista Britânico, incluindo sua ala à esquerda. É só notar como eles consideram os crimes dos patrões como "enganos", como se um pouco de convencimento persuadisse os grandes empresários a relaxar suas garras sobre a sociedade.

Marx refere-se a todas essas visões como "idealistas". Não porque ele seja contra que as pessoas tenham "ideais", mas porque tais visões entendem que as idéias existem isoladas das condições nas quais as pessoas vivem.

As idéias das pessoas estão intimamente ligadas ao tipo de vida que elas são capazes de viver. Vamos tomar o "egoísmo" como exemplo. A sociedade capitalista de hoje estimula o egoísmo - mesmo em pessoas que tentam sacrificar seus próprios interesses em benefício de outros. Um trabalhador que tenta fazer o melhor por seus filhos, ou ajudar seus pais a ter uma vida melhor na velhice, descobre que o único meio de fazer essas coisas é lutar continuamente contra outras pessoas - conseguir um emprego melhor, fazer mais horas-extras, ser puxa-saco do patrão, etc. Em tal sociedade você não pode se livrar do "egoísmo" ou da "cobiça"

apenas mudando as mentes dos indivíduos.

É ainda mais ridículo falar em mudar a sociedade através da mudança das idéias das "pessoas do topo". Suponha que você consiga conquistar um grande empresário para as idéias socialistas e ele pare de explorar trabalhadores. Ele simplesmente iria perder competição com os empresários rivais e perder seu negócio.

Mesmo para aqueles que governam a sociedade o que importa não são as idéias, mas a estrutura social sobre a qual se apoiam essas idéias.

Isto pode ser colocado de outra maneira. Se são as idéias que mudam a sociedade, de onde elas vêm? Vivemos em um determinado tipo de sociedade. As idéias divulgadas pela imprensa, TV, sistema educacional e assim por diante, defendem este tipo de sociedade. Então como as pessoas são capazes de desenvolver idéias completamente diferentes delas? Porque as experiências da vida diária contradizem a idéias oficiais de nossa sociedade.

Por exemplo, não se pode explicar porque muito menos pessoas são religiosas hoje do que há 100 anos simplesmente pela grande divulgação de idéias atéias. Ao contrário, é preciso explicar porque as pessoas são capazes de conceber um mundo sem deus de um modo que não conseguiriam cem anos atrás.

Da mesma forma, se quisermos explicar a capacidade de liderança dos grandes homens, temos que explicar primeiro porque as pessoas concordam em segui-los. Não adianta dizer, por exemplo, que Napoleão ou Lenin mudaram a história, sem explicar porque milhões de pessoas aceitaram fazer o que eles propunham. Afinal, eles não eram especialistas em hipnose coletiva. Alguma coisa em um certo momento na vida da sociedade levou as pessoas a sentir que o que eles propunham parecia correto.

Você somente pode entender como as idéias mudam a história, se entender de onde as idéias vêm e porque as pessoas as aceitam. Isto significa procurar conhecer, para além das idéias, as condições materiais da sociedade na qual elas ocorrem. Por isto é

que Marx insistia: "Não é a consciência que determina o ser, mas o ser social que determina a consciência."

## Capítulo Dois

### Entendendo a História

As idéias por si mesmas não podem mudar a sociedade. Esta foi uma das primeiras conclusões de Marx. Tal como muitos pensadores antes dele, Marx insistia que para entender a sociedade seria preciso entender os seres humanos como parte do mundo material.

O comportamento humano seria determinado por forças materiais, tal como o comportamento de qualquer outro objeto natural. O estudo da humanidade seria uma parte do estudo científico do mundo material. Pensadores que tinham esta concepção eram chamados de *materialistas*.

Marx considerava o materialismo como um grande avanço em relação às várias concepções idealistas e religiosas da história. Significava que você podia discutir cientificamente sobre as condições para as mudanças sociais e não dependia mais de preces a Deus ou mudanças espirituais nas pessoas.

Uma visão materialista muito difundida, mas que nada tem a ver com as idéias marxistas, é aquela que entende que os seres humano são animais. Do mesmo modo em que a natureza do lobo seria a de matar e a do carneiro ser pacífico, a natureza do ser humano seria a de ser agressivo, dominador, competitivo e ambicioso (assim como, as mulheres estariam destinadas a serem dóceis, submissas, respeitosas e passivas).

Uma recente formulação desta concepção pode ser encontrada no grande sucesso de vendas *O Macaco Nu*. As conclusões que são tiradas de tal livro são invariavelmente reacionárias. Se os homens são naturalmente agressivos, como é dito no livro, não há qualquer sentido em tentar melhorar a sociedade. As coisas irão sempre chegar ao mesmo lugar. As revoluções sempre fracassarão.

Mas, na verdade, a "natureza humana" varia de sociedade para sociedade. Por exemplo, a competição, que é entendida como

própria de nossa sociedade, raramente existiu em muitas das antigas sociedades. Quando os cientistas tentaram pela primeira vez aplicar testes de QI em índios Sioux, descobriram que os índios não conseguiam compreender porque não podiam ajudar-se uns aos outros a responder. A sociedade em que eles viviam enfatizavam a cooperação, não a competição.

O mesmo acontece com a agressividade. Quando os esquimós encontraram-se pela primeira vez com os europeus, não faziam a menor idéia do que seria a guerra. A idéia de um grupo de pessoas tentando aniquilar um outro grupo lhes parecia absurda.

Em nossa sociedade é considerado natural que os pais amem e protejam seus filhos. Mas em Esparta, na Grécia Antiga, considerava-se natural levar crianças para o alto das montanhas e abandoná-las para testar sua capacidade de sobreviver ao frio.

Teorias que defendem uma "natureza humana imutável" não podem fornecer explicações para os grandes eventos da história. As pirâmides do Egito, as maravilhas da Grécia Antiga, os impérios romanos e incas, a moderna cidade industrial, são colocadas no mesmo nível que os camponeses ignorantes que vivem em cabanas imundas da Idade Média. Tudo o que importa é o "macaco nu" - não as grandiosas civilizações que o macaco construiu. É irrelevante que algumas formas de sociedade tenham sido capazes de alimentar os "macacos", enquanto outras deixam milhões morrer de fome.

Muitos aceitam uma concepção materialista diferente, que enfatiza que é preciso mudar o comportamento humano. Tal como os animais podem ser treinados para se comportar de forma diferente, o comportamento humano também poderia ser mudado. Bastaria que as pessoas certas tomassem o controle da sociedade, para que a "natureza humana" fosse transformada.

Esta visão é certamente um grande passo à frente em relação ao "Macaco Nu". Mas ela falha enquanto explicação sobre como a sociedade como um todo pode ser transformada. Se todos são completamente condicionados na sociedade de nossos dias, como alguém poderia se colocar acima dos outros e enxergar os mecanismos que condicionam as mudanças sociais? Seria uma

espécie de minoria escolhida por Deus para ser imune às pressões que dominam todos os outros? Se somos todos animais em um circo, quem seria o domador de leões?

Aqueles que sustentam esta teoria ou acabam dizendo que a sociedade não pode mudar (como em "O Macaco Nu"), ou acreditam que mudanças somente poderiam ser produzidas a partir de fora a sociedade - por Deus, ou "grandes homens", ou pelo poder de idéias individuais. Seu "materialismo" leva a uma nova versão do idealismo que entra pela porta dos fundos.

Como Marx assinalou, esta doutrina acaba necessariamente por dividir a sociedade em duas partes, uma das quais sendo superior à outra. Esta visão "materialista" é, em geral, reacionária. Um dos mais conhecidos partidários desta visão hoje é um psicólogo de direita chamado Skinner. Ele quer condicionar as pessoas a se comportarem de certos modos. Mas como ele mesmo é um produto da sociedade capitalista norte-americana, seu "condicionamento" significa simplesmente fazer as pessoas se conformarem ao tipo de sociedade norte-americana.

Outra visão materialista culpa a "pressão populacional" por toda a miséria do mundo. (Esta visão costuma ser chamada de malthusianismo, pois foi Malthus, um economista inglês do século 18, quem primeiro apresentou essa idéia). Mas esta concepção não pode explicar porque os Estados Unidos, por exemplo, queima cereais enquanto o povo da Índia morre de fome. Nem pode explicar porque 150 anos atrás não havia alimento suficiente para alimentar 100 milhões de pessoas, enquanto hoje a produção é capaz de alimentar 200 milhões.

Esta visão esquece que cada boca extra a ser alimentada é também um indivíduo a mais capaz de trabalhar para criar riquezas.

Marx chamava a todas essas explicações equivocadas de "materialismo mecanicista" ou "materialismo grosseiro". Essa visões esqueciam que sendo parte do mundo material, os seres humanos também são criaturas vivas e ativas cujas ações o transformam.



## **A Interpretação Materialista da História**

"Os seres humanos podem se diferenciar dos animais pela consciência, religião e qualquer outra coisa que quisermos considerar. Mas, eles somente começam a diferenciar-se dos animais tão logo comecem a *produzir* seus próprios meios de sobrevivência - sua comida, abrigo e roupas".

Com estas palavras, Karl Marx antes de tudo enfatizava como sua explicação se diferenciava ao explicar como a sociedade se desenvolve. Os seres humanos são animais que descendem dos símios. Tal como outros animais, sua maior preocupação é alimentação e proteção em relação ao clima.

Mas o modo como outros animais fazem isso depende do ambiente biológico. Um lobo mantém-se vivo caçando e matando suas presas, de modo determinado por seus instintos biologicamente herdados. Sua pele o mantém quente nas noites frias. E cria seus filhotes de acordo com padrões de comportamento herdados.

Mas a vida humana não é fixada dessa forma. Os homens que vagavam pelo planeta 100 mil ou 30 mil anos atrás viviam de modo completamente diferente daquele que vivemos hoje. Eles viviam em cavernas ou em buracos no chão. Não possuíam recipientes para armazenar alimentos ou água, e para se alimentarem dependiam da colheita de frutos ou do abate de animais com pedras. Eles não podiam escrever ou contar além da quantidade dos dedos das suas mãos. Não possuíam conhecimento do que ocorria nas vizinhanças mais próximas ou o que seus antepassados haviam realizado.

Contudo, fisicamente o homem de 100 mil anos atrás era semelhante ao homem moderno, e o de 30 mil anos atrás idêntico. Se déssemos um banho e barbeássemos um homem das cavernas, o vestíssemos com um terno e o levássemos para andar na High Street, ninguém o consideraria deslocado.

Como o arqueólogo C. Gordon Childe disse: "Os mais antigos esqueletos de nossa espécie pertencem a fases próximas à última Era Glacial... Desde que os esqueletos de *Homo Sapiens* foram registrados pela primeira vez na história geológica, já tendo talvez

25 mil anos, a evolução física do homem chegou a um ponto de estabilidade, embora seu progresso cultural tenha apenas começado."

O mesmo ponto de vista é defendido por outro arqueólogo, Leakey: "A diferença física entre os homens das culturas Aurinaciana e Madaleniana (25 mil anos atrás) de um lado, e o homem existente em nossos dias, de outro, é desprezível. Mas a diferença cultural é incomensurável.

O que o arqueólogo chama de "cultura" são as coisas que homens e mulheres aprendem e ensinam uns aos outros. Por exemplo, como fabricar roupas com lã e peles de animais, como fazer potes de barro, como fazer fogo, como construir habitações, e assim por diante. Esta é uma idéia que opõe a cultura àquelas coisas que os animais sabem instintivamente.

A vida dos primeiros seres humanos já era imensamente diferente da vida dos outros animais. Pois eles eram capazes de usar as características físicas próprias do ser humano -cérebros grandes, membros posteriores capazes de manipular objetos- para começar a moldar o ambiente de modo a torná-lo adaptado a suas necessidades. Isto significava que eles podiam se adaptar a uma grande variação das condições ambientes, sem qualquer mudança em sua estrutura fisiológica. Os seres humanos já não precisavam simplesmente reagir às condições ao seu redor. Podia agir sobre essas condições, começando por mudá-las para seu próprio benefício.

No início, eles usaram paus e pedras para atacar animais selvagens, obtinham luz e calor a partir do fogo que ocorria acidentalmente na natureza, cobriam-se com vegetação e peles de animais. Decorridos muitas dezenas de milhares de anos, eles aprenderam a fazer fogo, esculpir pedras usando outras pedras, e logo aprenderam a cultivar alimento a partir de sementes que eles mesmos plantavam, a estocá-los em recipientes feitos de argila e domesticar alguns animais.

Em tempo relativamente recente -meros 5 mil anos, diante de meio milhão de anos da história humana- os seres humanos aprenderam o segredo de transformar minerais metálicos em

ferramentas resistentes e armas eficientes.

Cada um desses avanços teve um enorme impacto, não apenas por tornar mais fácil a alimentação e o vestuário para os seres humanos, mas também na transformação da própria organização da vida humana. Desde o início, a vida humana era social. Apenas a união dos esforços de vários seres humanos podia possibilitá-los matar animais, colher alimentos e manter o fogo aceso. Eles tinham que cooperar.

Esta cooperação contínua também os levou a se comunicarem pela emissão de sons e desenvolvimento da língua. No começo, os grupos sociais eram simples. Não havia cultivo o bastante para manter grupos em número maior que duas dúzias de indivíduos. Todo o esforço tinha de ser dirigido para as tarefas básicas no sentido de conseguir alimento, o que levava a que todos fizessem o mesmo trabalho e vivessem o mesmo tipo de vida.

Sem meios de estocar alimentos, não poderia haver propriedade privada ou divisão entre classes sociais, nem o saque e a pilhagem podiam se apresentar como motivo para guerras.

Até alguns anos atrás, ainda havia centenas de sociedades nas mais variadas partes do globo em que este padrão social permanecia. É o caso dos indígenas das Américas do Sul e do Norte, alguns povos da África Equatorial e do Pacífico, além dos aborígenes australianos.

Não que estes povos fossem menos inteligentes que nós ou tivessem uma "mentalidade primitiva". Os Aborígenes da Austrália, por exemplo, aprenderam a reconhecer literalmente milhares de plantas e os hábitos de uma grande diversidade de animais para poderem sobreviver.

O antropólogo Prof. Firth descreveu como:

"As tribos australianas (...) conheciam os hábitos, características, formas de procriação e flutuações sazonais de todos os pássaros, peixes e outros animais que fossem alvo de caça para alimentação e vestuário. Conheciam tanto as propriedades externas, como algumas menos óbvias, de pedras, gorduras, resinas, plantas, fibras e cascas; sabiam como fazer fogo, como

utilizar o calor para aliviar a dor, deter sangramentos e retardar a deterioração de alimento fresco; e sabiam também utilizar o fogo para endurecer algumas madeiras e amolecer outras. (...) Sabiam o mínimo sobre as fases da lua, o movimento das marés, os ciclos planetários e as seqüências e duração das estações; relacionavam as flutuações climáticas como sistemas de ventos, padrões anuais de umidade e temperatura e fluxos no crescimento e permanência das espécies naturais (...) Acrescente-se ainda que eles faziam um uso inteligente e econômico de subprodutos de animais abatidos para alimentação; a carne do canguru é comida; os ossos das pernas são utilizadas para confeccionar ferramentas feitas de pedras ou pinos; os tendões são utilizados para amarrar as pontas de pedra nas lanças; as garras formam colares fixados com fibras e cera, a gordura combinada com ocre vermelho é usada como cosmético, o sangue misturado com carvão transforma-se num pigmento (...) Eles tem algum conhecimento de princípios simples de mecânica e aparam um bumerangue muitas e muitas vezes para dar-lhe a curvatura correta..."

Eles são muito mais inteligentes que nós ao lidar com problemas de sobrevivência no deserto australiano. O que eles não aprenderam foi semear e cultivar seu próprio alimento - algo que nossos próprios ancestrais aprenderam há apenas cerca de 5 mil anos, quando já viviam no planeta por um período 100 vezes maior.

O desenvolvimento de novas técnicas para produzir bens -os meios necessários para continuidade da vida humana- sempre fez nascerem novas formas de cooperação entre os seres humanos, *novas relações sociais*.

Por exemplo, logo que as pessoas aprenderam a cultivar seu próprio alimento (semeando a terra e domesticando animais) e a armazená-lo (em potes de barro) houve uma completa revolução na vida social - chamada pelos arqueólogos "a revolução do neolítico". Os seres humanos tinham que cooperar entre si para limpar a terra e colher o alimento, assim como caçar os animais. Podiam viver juntos em número muito maior do que antes, podiam

estocar comida e iniciar a prática de trocar bens com outros grupos.

As primeiras cidades puderam se desenvolver. Pela primeira vez havia a possibilidade de algumas pessoas viverem sem se envolverem apenas na provisão de alimentos: alguns se especializaram na manufatura de potes, outras na confecção de pederneiras e mais tarde de ferramentas e armas, outras ainda desempenhavam tarefas administrativas elementares para o grupo como um todo. Mas o pior foi que o excedente de comida forneceu um motivo para a guerra. No começo, as pessoas tinham apenas descoberto novos meios de negociar com o mundo à sua volta, ou subjugar a natureza para satisfazer suas necessidades. Mas no processo, sem ter esta intenção, acabaram por transformar a sociedade na qual viviam e junto com ela, transformaram suas próprias vidas. Marx descreveu esse processo do seguinte modo: o desenvolvimento das "forças produtivas" mudaram as "relações de produção" e, através delas, a sociedade.

Existem exemplos bem mais recentes.

Há 300 anos a grande maioria da população deste país vivia no campo, cultivando alimentos através de técnicas que eram as mesmas há séculos. Seu horizonte mental era limitado pela aldeia em que viviam e suas idéias muito influenciada pela igreja local. A grande maioria não tinha necessidade de ler e escrever, e não o fizeram.

Então, 200 anos depois, a indústria começou a se desenvolver. Dez mil pessoas foram atraídas para as fábricas. Suas vidas sofreram uma transformação completa. Agora eles vivem em grandes cidades, não em pequenas aldeias. Precisam aprender habilidades nunca imaginadas por seus ancestrais, incluindo até mesmo a capacidade de ler e escrever. A estrada de ferro e a navegação a vapor tornaram possível viajar por metade do planeta. As velhas idéias marteladas em suas cabeças pelos padres já não mais faziam sentido frente a tudo isso. A revolução material na produção foi também uma revolução no modo em que eles viviam e nas idéias em que acreditavam.

Mudanças parecidas estão ainda afetando um grande número de

pessoas. Observe-se o modo como as pessoas das aldeias de Bangladesh ou da Turquia acorrem às fábricas da Alemanha e Inglaterra em busca de trabalho. É só ver como muitos deles descobrem que seus antigos costumes e suas atitudes religiosas já não são adequadas.

Ou observar a maneira como passados 50 anos, a maioria das mulheres acostumaram-se a trabalhar fora de casa e como isto levou-as a desafiar a velha concepção que entendia que elas eram praticamente propriedade de seus maridos.

As mudanças no modo como os seres humanos produzem coletivamente seu alimento, vestuário e habitação causam mudanças no modo como a sociedade se organiza e no comportamento das pessoas no interior dela. Este é o segredo da mudança social - da história - e que os pensadores anteriores a Marx (e muitos depois dele), os idealistas e materialistas mecanicistas, não puderam compreender.

Os idealistas entendiam que aconteciam mudanças - mas diziam que elas eram enviadas dos céus. Os materialistas mecanicistas entendiam que os seres humanos eram condicionados pelo mundo material, mas não viam como os seres humanos pudessem um dia vir a se transformar. O que Marx viu foi que os seres humanos são condicionados pelo mundo à volta deles, mas que eles reagem ao mundo à sua volta, trabalhando nele de modo a torná-lo mais hospitaleiro. Mas ao fazê-lo, eles mudam as condições sob as quais eles próprios vivem.

A chave para entender a mudança social reside no entendimento sobre como os seres humanos fazem frente ao problema de cultivar alimento, abrigo e vestuário. Este foi o ponto de partida de Marx. Mas isto não significa que os marxistas acreditam que avanços na tecnologia *automaticamente* produzam uma sociedade melhor, ou mesmo que invenções levem necessariamente a mudanças sociais. Marx rejeitava esta concepção (algumas vezes conhecida como determinismo tecnológico). Repetidas vezes na história, pessoas têm rejeitado idéias para aumentar a produção de alimento, habitação e roupas porque elas se chocam com o comportamento ou as formas de sociedade já existentes.

Por exemplo, sob o Império Romano apareceram muitas idéias sobre como aumentar as colheitas em uma dada extensão de terra, mas as pessoas não colocavam essas idéias em prática porque elas necessitavam uma dedicação no trabalho que não podia ser obtida de escravos trabalhando sob o chicote e o medo. Quando a Grã-Bretanha dominou a Irlanda no século 18, tentou impedir o desenvolvimento da indústria local para que isso não se chocasse com os interesses dos empresários de Londres.

Se alguém criasse um método de resolver o problema da fome na Índia através do abate das vacas sagradas ou fornecendo a cada um na Grã-Bretanha com suculento bifês através do processamento de carne de rato, seriam ignorados devido a preconceitos estabelecidos.

O desenvolvimento na produção desafia os velhos preconceitos e antigos hábitos de organização social, mas não os derrota automaticamente. Muitos seres humanos lutam para evitar a mudança - e aqueles que querem introduzir novos métodos de produção têm de lutar para mudar. Se aqueles que se opõem vencem, novas formas de produção não podem ser colocadas em funcionamento e a produção fica paralisada ou mesmo volta para trás.

Utilizando a terminologia marxista: quando as *forças produtivas* se desenvolvem, elas chocam-se com as *relações de produção* e com as idéias que surgiram sob as velhas forças de produção. E aí, ou as pessoas que se identificam com as novas forças de produção levam a melhor, ou aqueles que se identificam com o velho sistema o fazem. No primeiro caso, a sociedade move-se para frente. No último caso, ela permanece paralisada ou mesmo retrocede.

## Capítulo Três

### Luta de Classes

Vivemos em uma sociedade dividida em classes, em que algumas pessoas possuem grande quantidade de propriedades e a maioria de nós não possui praticamente nada. Naturalmente, nós tendemos a considerar que as coisas sempre foram assim. Mas de fato, em grande parte da história humana, não existiram classes,

nem propriedade privada ou polícia e exércitos. Esta foi a situação durante meio milhão de anos de desenvolvimento até 5 ou 10 mil anos atrás.

Enquanto não foi possível que uma pessoa, com seu trabalho, produzisse mais alimento do que o necessário para se manter em condições de trabalhar, não *podia* haver divisão em classes. Que motivo haveria para manter escravos se tudo o que produzissem seria utilizado para mantê-los vivos?

Mas ultrapassado um certo momento, o avanço da produção fez a divisão em classes não apenas possível mas necessário. Alimento suficiente podia ser produzido para deixar um excedente depois que os produtores imediatos fizessem uso do suficiente para sobreviverem. E passaram a existir os meios necessários para estocar alimento e transportá-los de um lugar para outro.

As pessoas cujo trabalho produzia todo o alimento poderiam simplesmente comer o alimento excedente. Uma vez que viviam em condições de extrema penúria e miséria, elas ficavam fortemente tentadas a fazer isso. Mas isto as deixaria desprotegidas contra desastres naturais, tais como escassez e inundações no ano seguinte, e contra ataques de tribos famintas, vindas de outras áreas.

Num primeiro momento era uma grande vantagem para todos se um grupo especial de pessoas tomasse conta dessa riqueza extra, estocando-a em prevenção contra futuros desastres, usando-a para apoiar os artesãos, construindo meios de defesa, utilizando uma parte para escambo com outros povos distantes em troca de objetos úteis. Essas atividades começaram a ser levadas a cabo nas primeiras cidades, onde administradores, mercadores e artesãos viviam. A partir de marcações feitas em tabuletas para registrar diferentes tipos de produção, a escrita começou a se desenvolver.

Tais foram os primeiros passos vacilantes do que nós chamamos de 'civilização'. Mas - e esse *mas* era importante - tudo isso era baseado no controle da crescente riqueza por uma pequena minoria da população. E a minoria usava a riqueza para seu próprio bem, assim como para o bem da sociedade como um todo.



Quanto mais a produção se desenvolvia, mais riqueza se concentrava nas mãos desta minoria -e mais ela se afastou do resto da sociedade. As regras, que eram no início um meio de melhorar a vida social, tornaram-se leis, insistindo que a riqueza e a terra que a produzia eram propriedade privada de uma minoria. Uma classe *dominante* começou a aparecer - assim como as *leis* que defendiam seu poder.

Pode-se perguntar talvez se seria possível que a sociedade pudesse ter se desenvolvido de outra maneira, de modo que aqueles que trabalhavam na terra pudessem controlar sua produção?

A resposta tem que ser não. Não por causa da "natureza humana", mas porque a sociedade era ainda muito pobre. A maioria da população do planeta estava muito ocupada cavoucando o chão em busca de sua sobrevivência para ter tempo de desenvolver a escrita e a leitura, para criar obras de arte, para construir navios, determinar o curso das estrelas, descobrir rudimentos da matemática, para saber como agir quando os rios transbordam ou como canais de irrigação podem ser construídos. Essas coisas somente podem acontecer se alguns dos meios de vida forem retirados da massa da população e usados para manter uma minoria privilegiada que não tem de trabalhar do nascer ao pôr do sol.

No entanto, isto não significa que a divisão em classes permaneça necessária hoje em dia. Os últimos 100 anos viram um desenvolvimento da produção nunca sonhado na história da humanidade. A escassez natural tem sido vencida - o que agora existe é uma escassez artificial, criada através da destruição de alimentos patrocinada pela queima de estoques de alimentos.

A sociedade de classes hoje está atrasando a humanidade, impedindo-a de avançar. Não foi apenas aquela mudança inicial, que transformou as sociedades puramente agrícolas em sociedades de vida urbana que provocou, necessariamente, as novas divisões de classe. O mesmo processo se repetiu cada vez que novas formas de produção de riquezas começaram a se desenvolver.

Assim, na Inglaterra, mil anos atrás, a classe dominante foi formada por barões feudais que controlavam a terra e viviam do trabalho dos servos. Mas enquanto o comércio começou a se desenvolver em grande escala, surgiu junto com eles uma nova classe privilegiada, de comerciantes ricos. E quando a indústria começou a se desenvolver em uma proporção respeitável, seu poder por sua vez foi questionado pelos proprietários de indústrias.

No início, foi de grande vantagem para todos o fato de um grupo particular de pessoas se apropriar dessa riqueza extra, estocando-a para prevenir futuros desastres, utilizando-a para sustentar artesãos, construindo meios de defesa, trocando parte dela por objetos úteis com povos distantes.

Em cada estágio do desenvolvimento da sociedade houve uma classe oprimida, cujo trabalho criou a riqueza, e uma classe dominante que controlou esta riqueza. Mas enquanto a sociedade se desenvolveu tanto oprimidos como opressores passaram por mudanças.

Na sociedade escravista da Roma antiga, os escravos eram propriedade pessoal da classe dominante. Aos proprietários de escravos pertenciam os bens produzidos pelos escravos porque a eles pertenciam os escravos. Exatamente da mesma forma como a eles pertenciam o leite produzido pelas vacas porque a eles pertenciam as vacas.

Na sociedade feudal da idade média, os servos possuíam sua própria terra, e possuíam aquilo que era produzido nelas. Mas por outro lado para manter essa terra, eles tinham que trabalhar um certo número de dias por ano nas terras pertencentes ao senhor feudal. Seu tempo de trabalho era dividido: talvez metade de seu tempo era dedicada ao trabalho nas terras do senhor, e metade do tempo para eles mesmos. Se eles se recusassem a trabalhar para o senhor, ele tinha o direito de puni-los (com espancamento, prisão ou coisa pior).

Na sociedade capitalista, o patrão não possui fisicamente os trabalhadores, nem tem o direito de puni-los fisicamente quando se recusam a trabalhar para ele em troca de dinheiro. Mas o

patrão possui as fábricas onde os trabalhadores têm que conseguir trabalho se quiserem continuar vivendo. Então é muito fácil para eles forçar os trabalhadores a produzir em troca de um salário que vale muito menos que os bens que os mesmos produziram na fábrica.

Em cada caso a classe opressora toma o controle de toda a riqueza e despreza as necessidades mais elementares dos trabalhadores. O proprietário de escravos quer manter sua propriedade em boas condições. Por isso alimenta seu escravo exatamente como colocamos gasolina no carro. Mas tudo o que ultrapassa as necessidades físicas do escravo, o proprietário usa para seu próprio desfrute. O servo feudal tem de se alimentar e vestir-se com o trabalho que ele coloca em seu próprio pedaço de terra. Ele coloca todo o trabalho extra nas terras dos senhores de terra.

O trabalhador moderno tem o seu trabalho remunerado. Mas toda a riqueza que ele cria vai para a classe empregadora como lucro, juros ou renda.

### **A luta de classes e o Estado**

Os trabalhadores raramente têm aceitado seu destino sem resistência. Aconteceram revoltas de escravos no Egito e na Roma antigos, revoltas de camponeses na China imperial, guerras civis entre ricos e pobres nas cidades da velha Grécia, em Roma e na Europa renascentista.

Por isso é que Karl Marx iniciou seu panfleto, *O Manifesto Comunista*, insistindo que 'A história de todas as sociedades que existiram até agora tem sido a história da luta de classes'. O desenvolvimento da civilização depende da exploração de uma classe por outra, e portanto da luta entre elas.

Por mais poderoso que fosse um faraó egípcio, um imperador romano ou senhor medieval, por mais suntuosas suas vidas, magníficos seus palácios, eles sempre precisavam garantir a apropriação dos produtos cultivados pelos camponeses e escravos mais miseráveis. E somente podiam fazer isso se junto com a divisão de classes também se desenvolvesse algo mais: o controle sobre os meios de violência a seu favor e a favor de seus

apoiadores.

Nas primeiras sociedades não havia exército, polícia ou aparelho governamental separados da maioria da população. Mesmo há cerca de 50 ou 60 anos, por exemplo, em algumas regiões da África, era ainda possível encontrar sociedades nas quais a situação ainda era essa. Muitas das tarefas cumpridas pelo Estado em nossa sociedade eram simplesmente feitas informalmente pela população em geral, ou por assembleias de representantes.

Tais assembleias julgavam o comportamento de qualquer pessoa que fosse considerado uma desobediência de alguma lei social importante. A punição podia ser aplicada por toda a comunidade - por exemplo, forçando infratores a deixar a comunidade. Já que todos concordavam com a necessidade de punição, não havia qualquer necessidade de uma polícia separada.. Se uma guerra tivesse início, todos os homens tomariam parte sob a liderança de homens escolhidos para a tarefa, novamente sem qualquer necessidade de um corpo militar separado.

Mas quando você tem uma sociedade em que uma minoria controla grande parte da riqueza, estas maneiras simples de manter a 'lei e a ordem' e a organização militar já não funcionam. Qualquer assembleia de representantes ou reunião de jovens armados iria provavelmente se dividir conforme os interesses de cada classe.

O grupo privilegiado somente pode sobreviver se começar a monopolizar em suas mãos a elaboração e aplicação das normas penais, leis, a organização militar, a produção de armas. Assim, a separação em classes sociais foi acompanhada pelo surgimento de juizes, policiais, agentes, generais, burocratas - para os quais a classe privilegiada ofereceu parte da riqueza da qual se apropriou em troca de proteção para suas leis.

Aqueles que servem às fileiras desse 'estado' foram treinados para obedecer sem hesitação as ordens de seus 'superiores' e romper todas os laços sociais normais com as massas exploradas. O estado foi desenvolvido como uma máquina assassina nas mãos da classe privilegiada. E uma máquina extremamente eficaz.

Naturalmente, os generais que controlam esta máquina

freqüentemente derrubavam um determinado imperador ou rei e tentavam colocar a si mesmos no poder. A classe dominante, tendo armado um monstro, muitas vezes não conseguia controlá-lo. Mas uma vez que a riqueza necessária para manter a máquina assassina funcionando vinha da exploração das massas trabalhadoras, cada revolta semelhante era seguida pela continuação da sociedade nos velhos moldes.

Por toda a história, as pessoas que realmente quiseram mudar a sociedade para melhor se encontraram diante não apenas de uma classe privilegiada, mas também uma máquina armada, um estado, que serve aos interesses desta classe.

As classes dominantes, junto com os sacerdotes, generais, policiais e com os sistemas legais que os sustenta, surgiram em primeiro lugar porque sem eles a civilização não poderia se desenvolver. Mas uma vez que se estabelecerão no poder, passou a ser do interesse deles impedir o desenvolvimento da civilização. O poder deles depende de sua habilidade em forçar aqueles que trabalham a entregar a riqueza que produzem a eles. Eles ficam alertas contra qualquer novo meio de produzir, mesmo que seja mais eficiente, pois temem que o controle escape de suas mãos.

Temem qualquer coisa que possa levar as massas exploradas a desenvolver iniciativas independentes. E temem também o surgimento de novos grupos privilegiados com riqueza suficiente para custear suas próprias armas e exércitos. Além de um certo ponto, ao contrário de ajudar o desenvolvimento da produção, eles começam a impedi-lo.

Por exemplo, no Império Chinês, o poder da classe dominante se apoiava na propriedade da terra e no controle de canais e diques que eram necessários para a irrigação e para evitar inundações. Este controle foi a base para uma civilização que durou cerca de 2 mil anos. Mas no fim deste período a produção não estava muito mais avançada que em seu início -mesmo se considerarmos a florescente arte chinesa, a descoberta da imprensa e da pólvora, tudo isso em uma época em que a Europa estava mergulhada nas trevas da Idade Média.

O motivo foi que quando novas formas de produção começaram a

se desenvolver, isso aconteceu nas cidades através da iniciativa dos comerciantes e artesãos. A classe dominante temia o crescimento do poder de grupos que não estavam completamente sob seu controle. Assim, periodicamente as autoridades imperiais tomavam medidas duras para esmagar a crescente economia das cidades, diminuindo a produção e destruindo o poder das novas classes sociais.

O crescimento das novas forças de produção -dos novos meios de produzir riquezas- chocaram-se com os interesses da velha classe dominante. Uma luta desenvolveu-se, cujo resultado determinou todo o futuro da sociedade.

Algumas vezes o resultado, como na China, foi que as novas forças de produção foram impedidas de emergir, e a sociedade permaneceu mais ou menos estagnada por longos períodos.

Algumas vezes, como no império romano, a incapacidade das novas formas de produção implicavam que já não havia produção de riqueza suficiente para manter a sociedade sobre suas velhas bases. A civilização entrou em colapso, as cidades foram destruídas e as pessoas voltaram a viver em primitivas sociedades agrícolas.

Algumas vezes uma nova classe, baseada em novas formas de produção, foi capaz de se organizar para enfraquecer e finalmente derrubar a velha classe dominante, junto com seu sistema legal, seus exércitos, ideologias e religiões. Desse modo, a sociedade pode avançar.

Em cada caso, a sociedade avançava ou retrocedia dependendo de quem vencia a guerra entre as classes. E, como em qualquer guerra, a vitória não era garantida de antemão, mas dependia da organização, coesão e liderança das classes em luta.

## [Capítulo Quatro](#)

### [Capitalismo: como o sistema começou](#)

Um dos argumentos mais ilusórios que ouvimos é que as coisas não poderiam ser diferentes do que elas são agora. Ainda assim, as coisas já foram diferentes. E não em alguma distante parte do planeta, mas neste país, há não muito tempo. Uns meros 250

anos atrás, as pessoas nos considerariam loucos, se descrevêssemos a elas o mundo em que vivemos hoje, com grandes fábricas, aviões, missões espaciais, e mesmo as linhas férreas estão além da imaginação delas.

Pois eles viviam em uma sociedade que era predominantemente rural, na qual a maioria das pessoas nunca havia se afastado mais que 15 quilômetros de sua aldeia, e na qual o padrão de vida, por milhares de anos, fora determinado pela mudança das estações do ano.

Mas há setecentos ou oitocentos anos, já começava um desenvolvimento que iria desafiar todo o sistema social. Grupos de artesão e negociantes começaram a se estabelecer nas cidades, sem trabalhar de graça para os senhores feudais como o resto da população, mas trocando seus produtos com vários senhores e servos por alimentos. Cada vez mais começaram a utilizar metais como medida de troca. Foi um grande passo para começar a ver cada operação de troca como uma oportunidade para conseguir um pouco do precioso metal, e obter algum lucro.

No início, as cidades somente podiam sobreviver jogando um senhor feudal contra o outro. Mas à medida que as habilidades de seus artesãos foram sendo aperfeiçoadas, mais riqueza produziam e maior poder de influência obtinham. Os 'burgueses', ou 'classes médias' começaram a surgir como uma classe no interior da sociedade feudal da Idade Média. Mas eles obtiveram sua riqueza de um modo bem diferente do senhores feudais que dominavam a sociedade.

Um senhor feudal vivia diretamente da produção agrícola que era capaz de forçar seus servos a produzirem em suas terras. Ele usava seu poder pessoal para obrigá-los a fazer isso, sem precisar pagar-lhes. Diferente das classes ricas das cidades, que viviam da manufatura de bens não agrícolas. Eles pagavam a trabalhadores para produzir para eles, por dia ou semana.

Estes trabalhadores, freqüentemente servos fugidos, eram 'livres' para vir e ir -desde que terminassem o trabalho pelo qual tinha sido pagos. A 'única' coisa que os levava a trabalhar era o fato de que eles morreriam de fome se não encontrassem alguém que os

empregasse. Os ricos podiam ficar ainda mais ricos porque para não morrer de fome, o trabalhador 'livre' aceitava menos dinheiro pelo seu trabalho que o valor dos bens que ele produzia.

Retornaremos a este ponto mais tarde. Agora o que nos importa é que essa classe média e os senhores feudais obtinham sua riqueza de diferentes fontes. Isto levava-os a querer organizar a sociedade de diferentes formas.

O ideal de sociedade dos senhores feudais era uma sociedade na qual ele tivesse absoluto poder sobre suas terras, sem restrições da lei escrita, sem intromissão de qualquer ente externo, com seus servos impossibilitados de serem livres. Ele queria as coisas tal como elas eram nos dias de seu pai e avô, com todos aceitando a situação social em que vieram ao mundo.

Esta burguesia recém-enriquecida necessariamente via as coisas de forma diferente. Queria restringir o poder individual com que senhores feudais e reis interferiam em seu comércio ou roubavam a riqueza que produziam. Sonhava conseguir isso através de um corpo fixo de leis, que seriam escritas e garantidas por seus próprios representantes eleitos. Queria livrar os pobres da servidão para que pudessem trabalhar para eles nas cidades, aumentando os lucros dos burgueses.

Quanto a eles mesmos, seus pais e avós já tinham ficado sob o jugo dos senhores feudais e certamente não queriam que isso continuasse.

Em outras palavras, eles queriam *revolucionar* a sociedade. Suas discordâncias com a velha ordem não eram apenas econômicas, mas também políticas e ideológicas. Discordância ideológica significa principalmente discordância religiosa, em uma sociedade analfabeta em que a principal fonte das idéias gerais sobre a sociedade eram resultado da pregação da Igreja.

Uma vez que a igreja medieval era dominada por bispos e abades que também eram senhores feudais, ela propagandeava visões pró-feudais, atacando como "pecaminosas" muitas das práticas da burguesia urbana.

Assim, na Alemanha, Holanda, Inglaterra e França dos séculos 16



e 17 a classes médias organizaram sua própria religião, o Protestantismo - uma religião que pregava a frugalidade, sobriedade, trabalho duro (principalmente para os trabalhadores!) e a independência da congregação da classe média dos bispos e abades.

A classe média criou um Deus à sua imagem, em oposição ao Deus da Idade Média.

Hoje nós sabemos na escola ou pela TV que aconteceram grandes guerras religiosas e civis como se fossem motivadas por diferenças religiosas, como se os homens fossem loucos o suficiente para lutar e morrer apenas por que discordavam sobre o papel do sangue e do corpo de Cristo na Sagrada Família. Mas muito mais estava em jogo - o choque entre duas formas completamente diferente de sociedade, baseadas em diferentes formas de organizar a produção da riqueza.

Na Inglaterra, a burguesia venceu. Terrível como deve parecer para as atuais classes dominantes, seus ancestrais consolidaram seu poder cortando cabeças coroadas, justificando o ato com as palavras dos profetas do Velho Testamento.

Mas em outros lugares, o primeiro *round* foi ganho pelo feudalismo. Na França e na Alemanha a burguesia protestante revolucionária foi liquidada após terríveis guerras civis (embora uma versão feudal do protestantismo tivesse sobrevivido como religião no norte da Alemanha). A burguesia teve que esperar mais de dois séculos até alcançar o seu triunfo no segundo *round* que começou , desta vez sem roupagem religiosa, em Paris no ano de 1789.

### **Exploração e Mais-Valia**

Nas sociedades escravistas feudais as classes superiores tinham que ter um controle legal sobre a massa trabalhadora da população. De outro modo, aqueles que trabalhavam para o senhor feudal ou para o proprietário de escravos fugiriam, deixando a classe privilegiada sem ninguém para trabalhar para ela.

Mas o capitalista, geralmente, não precisa de controles legais

sobre a pessoa do trabalhador. Ele não precisa possuí-lo, já que sabe que o trabalhador que se recusar a trabalhar para ele irá morrer de fome. Ao invés de possuir o trabalhador, o capitalista pode prosperar porque possui e controla as máquinas e fábricas, que são a fonte de sobrevivência do trabalhador.

As necessidades materiais da vida são produzidas pelo trabalho do ser humano. Mas este trabalho é quase inútil sem ferramentas para cultivar a terra e processar a matéria natural. As ferramentas podem variar grandemente - de simples implementos agrícolas como arados e enxadas até complicadas máquinas encontradas em modernas fábricas. Mas sem ferramentas mesmo o mais habilidoso trabalhador é incapaz de produzir as coisas necessárias para a sobrevivência.

É o desenvolvimento dessas ferramentas - geralmente chamadas de 'meios de produção'- que separa o ser humano de seus distantes ancestrais da Idade da Pedra. O capitalismo é baseado na propriedade desses meios de produção por umas poucas pessoas. Na Inglaterra de hoje, por exemplo, um por cento da população controla 84 por cento das ações e cotas de participação na indústria. Em suas mãos está concentrado o controle efetivo sobre a grande maioria dos meios de produção - as máquinas, fábricas, campos petrolíferos e as melhores terras para o cultivo. A massa da população somente pode sobreviver se o capitalista permitir-lhe que trabalhe no e com os meios de produção. Isto dá aos capitalistas um poder imenso para explorar o trabalho das outras pessoas, mesmo se aos olhos da lei "todos os homens são iguais".

Levou alguns séculos para que os capitalistas monopolizassem o controle sobre os meios de produção. Na Inglaterra, por exemplo, os parlamentos dos séculos 17 e 18 tiveram primeiro que aprovar uma sucessão de Leis de Cercamento, que separaram os camponeses de seu meio de produção, ou seja, a terra que eles cultivaram por séculos. A terra tornou-se propriedade de uma parte da classe capitalista e a grande maioria da população rural foi forçada a vender seu trabalho para os capitalistas ou morrer de fome.

Uma vez alcançado este monopólio dos meios de produção, o capitalismo pôde permitir que a maioria da população desfrutasse, como os capitalistas, da aparente liberdade e igualdade de direitos políticos. Já que, por mais "livres" que fossem, os trabalhadores ainda tinham que trabalhar para viver.

Economistas pró-capitalistas têm uma explicação simples sobre o que aconteceu então. Eles dizem que ao pagar salários, os capitalistas compram o trabalho do operário. E que ele precisa pagar um preço justo por ele. Caso contrário, o trabalhador irá trabalhar para outra pessoa. O capitalista paga um 'salário justo' para o trabalhador, portanto o trabalhador deve dar um 'dia de trabalho justo' para o patrão.

Como então podemos explicar o lucro? O lucro, afirmam, é uma 'recompensa' para o capitalista pelo 'sacrifício' de permitir que os meios de produção (seu capital) sejam colocados em uso. É um argumento que dificilmente convence qualquer trabalhador que pense nele duas vezes.

Imagine uma empresa que anuncia uma taxa de lucro líquido de 10 por cento no ano. Ela está dizendo que se o custo de toda a maquinaria, instalações e tudo mais que possui é de 100 milhões, sobram 10 milhões após o pagamento dos salários, matéria-prima e do custo de reposição dos maquinário desgastado em um ano.

Não é preciso ser um gênio para ver que depois de 10 anos, essa empresa irá totalizar um lucro de 100 milhões - ou seja, o custo integral do investimento original.

Se é o 'sacrifício' que está sendo recompensado, então seguramente após 10 anos *todo e qualquer lucro deveria cessar*. Pois aí os capitalistas já teriam recebido o equivalente ao que investiram no início. No entanto, a verdade é que o capitalista ficou duas vezes mais rico que antes. Ficou com o investimento inicial mais os lucros acumulados.

Enquanto isso, o trabalhador sacrificou grande parte da energia de sua vida trabalhando 8 ou mais horas por dia, 48 semanas por ano, na fábrica. Será que ele estará duas vezes melhor no final desse tempo do que em seu início? Pode apostar suas calças que não. Mesmo se ele poupar todo o dinheiro que puder, não será

capaz de comprar muito mais do que uma TV a cores ou um carro popular. Nunca será capaz de juntar dinheiro suficiente para comprar a fábrica onde ele trabalha.

O 'pagamento justo em troca do trabalho justo' multiplicou o capital do capitalista, enquanto deixou o trabalhador sem capital e sem escolha, a não ser continuar trabalhando pelo mesmo pagamento. Os 'direitos iguais' entre capitalista e seus trabalhadores aumentaram a desigualdade.

Uma das maiores descobertas de Karl Marx foi a explicação para essa aparente anomalia. Não existe mecanismo que force o capitalista a pagar a seus trabalhadores o valor integral pelo trabalho que executaram. Um trabalhador empregado, por exemplo, em uma indústria de motores hoje pode criar 190 a 200 libras de produtos por semana. Mas isto não significa que ele ou ela receberão essa soma. Em 99 casos em 100, eles receberão muito menos.

A alternativa dos trabalhadores ao trabalho é morrer de fome (ou no máximo viver alguns meses com o miserável salário-desemprego). E desse modo, eles não reivindicam o valor integral do que eles produzem, mas apenas o suficiente para lhes proporcionar um padrão mais ou menos aceitável de vida. O trabalhador recebe apenas o suficiente para colocar diariamente todos os seus esforços e sua capacidade de trabalho (chamada por Marx de força de trabalho) à disposição do capitalista.

Do ponto de vista dos capitalistas, desde que os trabalhadores estejam recebendo o suficiente para terem condições de continuar trabalhando e criar seus filhos como uma nova geração de trabalhadores, eles estão recebendo um salário justo por sua força de trabalho.. Mas o total do valor necessário para manter os trabalhadores em condições de trabalhar é consideravelmente menor do que a quantidade de riqueza que eles acabam por produzir. Ou seja, o valor da força de trabalho deles é consideravelmente menor do que o valor criado por seu trabalho.

A diferença que vai para os bolsos dos capitalistas Marx chamou de mais-valia.

## **A auto-expansão do capital**

Se você ler o escritos dos apologistas do atual sistema, vai notar que eles compartilham de uma estranha crença. Dinheiro, de acordo com eles, tem uma propriedade mágica. Ele pode crescer como uma planta ou um animal.

Quando um capitalista coloca dinheiro em um banco, sua expectativa é de que ele cresça. Quando ele investe em ações de uma ICI ou Unilever, ele espera ser recompensado com generosos retornos em dinheiro todo ano, na forma de dividendos. Karl Marx notou isso e chamou esse fenômeno de 'auto-expansão do capital', em relação ao qual elaborou uma explicação.

Como vimos anteriormente, sua exposição começa não com o dinheiro, mas com o trabalho e os meios de produção. Na atual sociedade, aqueles que possuem riqueza suficiente podem comprar o controle dos meios de produção. Podem então forçar cada um dos que não têm esse poder a vender a força de trabalho necessária para fazer funcionar os meios de produção. O segredo da 'auto-expansão do capital', da milagrosa capacidade que o dinheiro tem de crescer e se multiplicar para quem já possui grandes quantidades dele, reside na compra e venda do trabalho humano.

Vamos tomar como exemplo um trabalhador, a quem daremos o nome de João. Ele conseguiu um emprego com um empresário, Sr. Castro Castanho. O trabalho que João pode fazer em 8 horas irá criar uma volume adicional de valor - talvez uns R\$ 50,00. Mas João está disposto a vender seu trabalho por muito menos que isso, já que sua alternativa seria o desemprego, ou no máximo o miserável e temporário salário-desemprego. Os conservadores dizem que pagar um salário-desemprego maior ou por mais tempo iria acabar com o 'estímulo para o trabalho'.

Se João não quiser ficar na miséria, ele terá que vender sua habilidade para trabalhar, sua força de trabalho, mesmo se lhe for oferecido muito menos que os R\$ 50,00 que ele pode criar em suas 8 horas de trabalho. Ele poderá trabalhar, talvez, por cerca de R\$ 20,00 por dia. A diferença diária de R\$ 30,00 irá para o bolso do Sr. Castro Castanho. É a mais-valia do Sr. Castro

Castanho.

Por ter riqueza suficiente para comprar o controle dos meios de produção, o Sr. Castro Castanho pode embolsar R\$ 30,00 por dia de cada trabalhador que empregar. Seu dinheiro continua crescendo, seu capital expandindo, não por causa de alguma lei natural, mas devido ao fato de que seu controle sobre os meios de produção lhe permite comprar o trabalho alheio por baixo preço.

É claro que o Sr. Castro Castanho não guarda necessariamente todos os R\$ 30,00 para ele mesmo. Ele pode alugar instalações fabris ou terras. Pode ter pedido emprestado algum dinheiro dos outros membros da classe dominante para iniciar seu negócio e eles vão exigir uma parte da mais-valia. Talvez, eles garfam uns R\$ 15,00 como pagamento, deixando para o Sr. Castanho apenas os restantes R\$ 15,00.

Aqueles que vivem de dividendos provavelmente nunca viram João em suas vidas. No entanto, não é qualquer poder místico do dinheiro que lhes garante sua renda, mas o suor bem físico do João. Os dividendos, os juros do empréstimo e o próprio empréstimo vêm da mais-valia.

O que é que determina quanto João consegue por sua força de trabalho? O empregador vai tentar pagar o menos possível. Mas na prática existem limites, abaixo dos quais os salários não podem chegar. Alguns desses limites são físicos - não é recomendável pagar aos trabalhadores salários tão miseráveis que eles fiquem subnutridos e incapacitados de produzir. Eles também têm que ser capazes de se deslocar para o trabalho e ter algum lugar para descansar à noite, para não caírem no sono sobre o maquinário.

Deste ponto de vista, vale a pena até pagar um pouco mais para que eles cheguem a desfrutar de 'pequenos luxos', como uns tragos à noite, uma televisão, e de vez em quando uma viagem no feriado. Tudo isso dá ao trabalhador novo ânimo para trabalhar melhor. Serve também para que o trabalhador "reabasteça" sua força de trabalho. É um fato importante que onde os salários são mantidos muito baixos, a produtividade também cai.

O capitalista tem que se preocupar com outra coisa também. Sua empresa vai estar nos negócios por muitos anos. Muito tempo

depois que seus atuais trabalhadores já estiverem mortos. A empresa vai precisar do trabalho dos filhos desses trabalhadores. Eles também tem de assegurar que o Estado forneça, através das escolas públicas, algumas habilidades para essas crianças, como ler e escrever.

Na prática, alguma coisa mais também importa - aquilo que o trabalhador considera como um salário decente. Um trabalhador que recebe um salário muito baixo pode negligenciar suas responsabilidades no trabalho, pouco se importando em perder o emprego já que este lhe parece inútil.

Todos esses elementos determinantes do salário têm uma coisa em comum. Todos tentam assegurar que ele seja suficiente para manter viva a força de trabalho para que o capitalista a compre. Os trabalhadores são pagos para manterem-se, assim como suas famílias, aptos a trabalhar.

Na atual sociedade capitalista, mais um ponto precisa ser ressaltado. Grande quantias de dinheiro são gastas em coisas como forças policiais e armamentos. Tais instrumentos são utilizados pelo Estado em defesa dos interesses da classe capitalista. De fato, eles pertencem à classe capitalista, embora sejam dirigidos pelo Estado. O valor que é gasto neles pertence aos capitalistas, não aos trabalhadores. Também é uma parte da mais valia.

Mais valia é igual a lucro + empréstimos + juros + gastos com polícia e exércitos, assim por diante.

## Capítulo Cinco

### A teoria do Valor-Trabalho

'Mas maquinário, capital, produzem bens tanto quanto o trabalho. E se é assim, é uma questão de justiça que o capital, assim como o trabalho, receba sua parte da riqueza produzida. Cada 'fator de produção' tem que ter sua recompensa.

É assim que alguém que tivesse aprendido um pouco de economia pró-capitalista responderia à análise marxista da exploração e da mais-valia. E à primeira vista, esta objeção parece fazer algum sentido. Pois, certamente, não se pode produzir bens

sem capital.

Mas Marx nunca disse que era possível. O problema é que nosso ponto de partida é bem diferente. Começamos por perguntar: de onde vem o capital? Como os meios de produção surgiram?

A resposta não é difícil de achar. Tudo o que o homem utilizou em sua história para criar riqueza -seja um machado neolítico ou o mais moderno computador- teve que ser produzido pelo trabalho humano. Mesmo o machado foi produzido com outras ferramentas, que por sua vez eram produtos do trabalho humano.

É por isso que Karl Marx costumava se referir aos meios de produção como 'trabalho morto'. Quando os homens de negócios se gabam do capital que possuem, na realidade estão se gabando do fato de que eles controlam um enorme manancial de trabalho das gerações precedentes. E isso não significa que seja o trabalho de seus ancestrais, os quais não trabalharam mais do que ele o faz agora.

A noção de que o trabalho é fonte de riqueza - costumeiramente chamada de 'teoria do valor trabalho'- não foi uma descoberta original de Marx. Todos os grandes economistas pró-capitalistas até o tempo de Marx aceitavam essa teoria.

Esses homens, como o economista escocês Adam Smith ou o inglês Ricardo, produziam teorias quando o sistema capitalista industrial ainda era muito jovem - poucos anos antes da Revolução Francesa. Os capitalistas ainda não dominavam a sociedade e precisavam saber a verdadeira fonte de sua riqueza se eles quisessem chegar ao poder. Smith e Ricardo serviam a seus interesses ensinando-lhes que o trabalho criava a riqueza, e que para construir sua riqueza eles teriam que libertar o trabalho do controle das classes dominantes pré-capitalistas.

Mas não demorou muito para que pensadores próximos à classe trabalhadora virassem esse argumento contra os amigos de Smith e Ricardo: se o trabalho cria riqueza, então o trabalho cria o capital. E os 'os direitos do capital' nada mais são do que os direitos do trabalho usurpado.

Logo os economistas que apoiavam o capital começaram a dizer



que a teoria do valor-trabalho não passava de um monte de insensatez. Mas quando a verdade é chutada pela porta da frente, ela costuma voltar pela porta dos fundos.

Ligue o rádio. Ouça algum tempo e você logo ouvirá um ou outro espertinho dizendo que o que há de errado com a economia nacional é o fato de que 'as pessoas não trabalham duro o suficiente' ou, dizendo de outro jeito, que 'a produtividade está muito baixa'. Não vamos discutir agora se você concorda ou não com essa afirmação. Ao invés disso, vamos dar uma boa olhada nesse raciocínio. Eles nunca dizem 'as máquinas não trabalham duro o bastante'. Não, são sempre as pessoas, os trabalhadores.

Eles afirmam que se os trabalhadores trabalhassem mais, mais riqueza seria criada, e que isso tornaria possível mais investimentos em novos maquinários. As pessoas que usam este argumento podem não saber, mas elas estão dizendo que mais trabalho cria mais capital. O trabalho é a fonte da riqueza.

Digamos que eu tenha uma nota de uma libra no bolso. Qual é a sua utilidade para mim? Afinal, não passa de um pedaço de papel impresso. Seu valor para mim reside no fato de que eu posso trocá-la por algo útil, que foi feito pelo trabalho de outra pessoa. A nota de uma libra, na verdade, não é nada mais do que um vale que me dá direito a uma certa quantidade de trabalho contido em uma mercadoria. Duas notas de um real me possibilitam trocá-las por uma quantidade duas vezes maior de trabalho, e assim por diante.

Quando medimos riqueza estamos medindo o trabalho que foi despendido para criar essa riqueza.

Obviamente, nem todos produzem a mesma quantidade de trabalho em um mesmo período de tempo. Se eu resolver, por exemplo, fazer uma mesa, levarei cinco ou seis vezes mais tempo que um carpinteiro experiente. Mas ninguém em sã consciência iria considerar a mesa que eu fiz cinco ou seis vezes mais valiosa do que a mesa feita pelo carpinteiro experiente. Seria preciso avaliar meu trabalho de acordo com a quantidade de trabalho necessário para que um carpinteiro a faça e não de acordo com a quantidade de trabalho que eu despendi.

Ou seja, se um carpinteiro levasse oito horas para fazer a mesa, o valor da mesa será considerado como o equivalente a oito horas de trabalho. Este seria o tempo socialmente necessário para fazer a mesa, considerado o nível geral de técnica e habilidade na sociedade hoje.

Por essa razão, Marx insistia que a medida do valor de alguma coisa não é simplesmente o tempo que um indivíduo leva para fazê-la, mas o tempo que um indivíduo irá levar para trabalhar dentro do nível médio de tecnologia e habilidade - ele chamava esse nível médio de trabalho necessário 'o tempo de trabalho socialmente necessário'. Este ponto é importante porque sob o capitalismo estão sempre acontecendo avanços tecnológicos, o que significa que cada vez menos trabalho é necessário para produzir mercadorias.

Por exemplo, quando se costumava fabricar rádios utilizando válvulas térmicas, eles eram produtos muito caros, porque havia grande quantidade de trabalho na fabricação das válvulas, para interligá-las e assim por diante. Então o transistor foi inventado, e este podia ser feito e interligado com muito menos trabalho. De repente, todos os trabalhadores das fábricas de rádio que ainda utilizavam válvulas, descobriram que o preço do que eles produziam tinha desabado. Pois os preços dos rádios já não eram mais determinados pelo tempo de trabalho necessário para fabricar válvulas, mas pelo tempo necessário para fabricar transistores.

Uma última questão. Os preços de alguns bens flutuam de forma desenfreada. Essas mudanças podem ser causadas por muitas outras coisas, além das mudanças na quantidade de trabalho necessária para produzi-las.

Quando uma geada no Brasil mata todas as plantas de café, o preço do café dispara, porque acontece uma escassez mundial e as pessoas precisam pagar mais. Se amanhã alguma catástrofe natural destruir todas as TVs do país, não tenha dúvida de que o preço dos aparelhos de TV irá disparar do mesmo jeito. O que os economistas chamam de 'oferta e procura' causa constantemente tais flutuações no preço.

Por esta razão, muitos economistas pró-capitalistas dizem que a teoria do valor-trabalho é uma insensatez. Dizem somente o que o que importa é a lei da oferta e procura. Mas isto é que é insensatez. Pois este argumento esquece que quando alguma coisa flutua, ela flutua geralmente em torno de um certo nível. O mar avança e recua devido às marés, mas isso não significa que não possamos localizar um ponto em torno do qual ele se move, ao qual chamamos nível do mar.

Da mesma forma, o fato de que os preços subam e desçam diariamente não significa que não existam valores fixos em torno dos quais eles flutuam. Por exemplo, se todos os aparelhos de TV fossem destruídos, os primeiros a serem produzidos seriam muito procurados e alcançariam preços elevadíssimos. Mas não demoraria muito para que mais e mais aparelhos chegassem ao mercado, competindo uns com os outros até que os preços fossem forçados a diminuir até chegar aos níveis do tempo socialmente necessário para produzi-los.

### **Competição e Acumulação**

Houve um tempo em que o capitalismo parecia ser um sistema dinâmico e progressista. Na maior parte da história humana, as vidas da maioria dos homens e mulheres foram dominadas pelo trabalho árduo e pela exploração. O capitalismo não mudou isto quando apareceu nos séculos 18 e 19.

Mas ele parecia ter dado ao trabalho árduo e à exploração um propósito útil. Ao invés de gastar grandes quantias na luxúria de uns poucos aristocratas parasitas ou na construção de imponentes tumbas para monarcas mortos, ou ainda em guerras fúteis para conquistar um pedaço de território para o filho de algum imperador. O surgimento do capitalismo foi um período de crescimento das indústrias, cidades, meios de transporte, em uma escala nunca sonhada pela história humana anterior.

Estranho como possa parecer hoje, lugares como Oldham e Halifax e Bingley eram lugares em que se operavam milagres. A humanidade nunca tinha visto antes tanto algodão e lã transformados tão rapidamente em vestuários para vestir milhões. Isto não aconteceu porque os capitalistas tivessem alguma virtude

especial. Eles eram sempre pessoas um tanto doentias, obcecadas somente por colocar suas mãos na maior riqueza possível através do pagamento mais baixo possível pelo trabalho que eles utilizavam.

Muitas classes dominantes anteriores tinham sido como eles neste aspecto, *sem* terem construído indústrias. Mas os capitalistas são diferentes por duas razões importantes.

A primeira é o fato de que eles não possuem seus próprios trabalhadores, mas pagam esses trabalhadores por sua habilidade no trabalho, por sua força de trabalho. São escravos assalariados, não são escravos. A segunda razão é que eles próprios não consomem os bens que seus trabalhadores produzem. O senhor feudal vive diretamente da carne, do pão, queijo e vinho produzidos por seus servos. Mas o capitalista vive da venda dos bens produzidos por seus trabalhadores para outras pessoas.

Isto dá ao capitalista individual menos liberdade para fazer o que bem entende do que tinham os senhores feudais e proprietários de escravos. Para vender mercadorias, o capitalista tem que produzi-las o mais barato possível. O capitalista possui a fábrica e é todo poderoso dentro dela. Mas não pode usar este poder da forma que quiser. Ele tem que se curvar diante das necessidades de competição com outras fábricas.

Voltemos ao nosso capitalista favorito, Sr. Castro Castanho. Consideremos que uma certa quantidade de pano de algodão leva 10 horas do tempo do trabalhador de sua fábrica para ser produzido, mas em outra fábrica essa mesma quantidade leva apenas cinco horas. O Sr. Castanho não poderia fixar o preço de sua mercadoria tomando como base as 10 horas de trabalho. Ninguém em sã consciência iria pagar esse preço quando poderia pagar mais barato pelo pano ao virar a esquina.

Qualquer capitalista que queira sobreviver nos negócios tem que assegurar que seus trabalhadores trabalhem tão rápido quanto possível. Mas isto não é tudo. Ele também tem que providenciar que seus trabalhadores trabalhem com o maquinário mais moderno, de modo que o trabalho deles produza tantos bens em uma hora quanto os trabalhadores que trabalham para os outros

capitalistas. O capitalista que quiser permanecer nos negócios, tem que se assegurar de possuir cada vez maiores quantidades de meios de produção - ou, como Marx disse, acumular capital!

A competição entre capitalistas produziu um poder, o sistema de mercado, que prende todos e cada um sob seu poder. Ele obriga todos a acelerar o processo produtivo o tempo todo e investir tudo o que puderem em novos maquinários. E eles somente podem se dar ao luxo de gastar em novas máquinas (e, obviamente, manter sua vida de luxo) se mantiverem os salários de seus trabalhadores o mais baixo que puderem.

Em sua maior obra, *O Capital*, Marx escreve que o capitalista é como um miserável, obcecado em juntar mais e mais riquezas. Mas 'o que no miserável é mera idiossincrasia, no capitalista, é o efeito de um mecanismo social em relação ao qual ele não passa de uma das engrenagens... O desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário manter o crescimento do total de capital colocado em um determinado empreendimento, e a competição faz com que as leis imanentes do capital sejam percebidas por cada capitalista como sendo leis coercitivas externas. Isso os obriga a manter seu capital crescendo constantemente para preservá-lo. Mas ele só pode fazer isso através de uma acumulação progressiva. 'Acumulai! Acumulai! Dizem Moisés e outros profetas.'

A produção não acontece para satisfazer as necessidades humanas - mesmo as necessidades humanas da classe capitalista - mas para possibilitar ao capitalista sobreviver na competição com outros capitalistas. Os trabalhadores que são empregados por cada patrão descobrem que suas vidas são dominadas pela necessidade de seus empregadores de acumular mais rapidamente que seus rivais.

Como Marx disse no Manifesto Comunista: 'Na sociedade burguesa o trabalho vivo não passa de um meio para acumular trabalho morto... O capital é independente e tem sua individualidade, enquanto as pessoas são dependentes e não tem qualquer individualidade' .

A compulsão dos capitalistas por acumular em competição uns

com os outros explica o grande impulso para frente da indústria nos primeiros anos do sistema. Mas outra coisa também resultou disso. As crises econômicas não são novas. São tão velhas como o próprio sistema.

## Capítulo Seis

### A Crise Econômica

'Acumulação de riqueza, de um lado, e de pobreza de outro.' É assim que Marx resume a principal tendência do capitalismo. Cada capitalista teme a competição do outro capitalista, assim ele faz seus empregados trabalharem o mais duro possível, pagando os salários mais baixos que puderem arrancar.

O resultado é uma desproporção entre o enorme crescimento dos meios de produção de um lado, e o limitado crescimento dos salários e do número de trabalhadores empregados, de outro. Esta, insistia Marx, é a causa básica das crises econômicas.

O modo mais fácil de entender isso é perguntar: quem compra a sempre crescente quantidade de mercadorias? Os baixos salários dos trabalhadores significam que eles não podem comprar os bens que eles mesmos produzem. E o capitalista não pode elevar os salários, por que isso iria destruir seus lucros, que são a força impulsionadora do sistema.

Mas se as empresas não podem vender os bens que produzem, elas terão que baixar seus estoques e demitir trabalhadores. O montante de salários na sociedade cai então ainda mais, e mais empresas não conseguem vender suas mercadorias. Uma 'crise de superprodução' se instala, com mercadorias se acumulando por toda a economia sem pessoas suficientes para adquiri-las.

Este tem sido um aspecto recorrente da sociedade capitalista nos últimos 170 anos.

Mas qualquer apologista mais atinado do sistema iria logo chamar a atenção de que há um meio fácil de sair desta crise. Tudo que os capitalistas precisariam fazer seria investir os lucros em novas fábricas e máquinas. Isto iria fornecer trabalho para os trabalhadores, que iriam então ser capazes de comprar os bens enalhados. Isto significa que contanto que novos investimentos

sejam feitos, todos as mercadorias produzidas podem ser vendidas e o sistema poderá oferecer emprego para todos.

Marx não era tolo e reconhecia isto. Certamente, como nós já vimos, ele sabia que a pressão da competição sobre os capitalistas os obrigava a investir. Mas, perguntava ele, isto significa que os capitalistas investiriam todo os seus lucros, todo o tempo?

*Os capitalistas apenas investiriam em mercadorias se achassem que lhes renderiam um lucro razoável. Se eles não tivessem certeza disso, não arriscariam. Colocariam seu dinheiro no banco e o deixariam lá.*

Se o capitalista iria investir ou não, dependia de como ele avaliasse a situação econômica. Se a situação parecesse boa, todos os capitalistas correriam para investir ao mesmo tempo, atropelando uns aos outros na busca pelos melhores locais para construir, na compra de máquinas, escavando a terra por matérias-primas, pagando acima do mercado por mão-de-obra qualificada.

Isto é habitualmente chamado de 'boom'.

Mas a desenfreada competição por terras, matérias primas e mão-de-obra qualificada empurra os preços dessas coisas para cima. E subitamente um ponto é alcançado, no qual as empresas descobrem que seus custos aumentaram tanto que seus lucros desapareceram.

O 'boom' de investimentos de repente dá lugar a uma queda de investimentos. Uma depressão. Ninguém mais quer novas fábricas - os trabalhadores da construção civil perdem seus empregos. Ninguém mais quer novas máquinas - as indústrias de máquinas entram em crise. Ninguém mais quer o aço e ferro que estão sendo produzidos - a indústria de aço começa de repente a produzir abaixo de sua capacidade e deixa de dar lucros. Falências e fechamento se espalham de empresa para empresa, destruindo empregos - e com eles a capacidade dos trabalhadores de comprar bens de outras indústrias.

A história do capitalismo é a história dessas periódicas quedas em

depressão, e na insanidade de trabalhadores desempregados morrendo de fome ao lado de fábricas vazias, enquanto estoques de mercadorias 'indesejadas' apodrecem.

O capitalismo cria crises de superprodução periodicamente, porque não existe planejamento de modo a impedir as corridas e as fugas dos capitais em investimentos produtivos todos de uma vez.

As pessoas costumam pensar que o Estado pode deter isso. Através da intervenção na economia, aumentando o investimento governamental quando o investimento privado é baixo e reduzindo-o quando o capital privado volta a investir, o Estado manteria a produção em um nível estável. Mas hoje em dia os investimentos estatais também fazem parte da insanidade geral.

Veja o exemplo da British Steel. Dez anos atrás os metalúrgicos foram avisados de que seus empregos estavam sendo eliminados para abrir caminho a modernos e automáticos fornos que produziram mais aço com menores custos. Hoje a indústria de aço está estagnada, com muitas de suas fábricas ociosas - porque a Inglaterra não foi o único país a embarcar nessa onda de massivos investimentos. França, Alemanha, EUA, Brasil, Europa Oriental, Coréia do Sul, todos fizeram o mesmo. Um excedente mundial de aço aconteceu logo depois - uma crise de superprodução. E os investimentos foram cortados em todos os lugares. Os metalúrgicos, é claro, sofreram nas duas etapas. Quando os investimentos cresceram e quando foram suspensos.

Este é o preço que a humanidade paga por um sistema econômico em que a produção de riquezas enormes é controlada por um pequeno grupo privilegiado, interessado apenas nos lucros. Não importa se esses pequenos grupos privilegiados possuem diretamente as empresas, ou as controlam indiretamente através de seu poder sobre o Estado (como é o caso da British Steel). Enquanto eles usam seu controle para competir uns com os outros, seja nacional ou internacionalmente, são os trabalhadores que sofrem.

A maior loucura do sistema é o fato de que a 'crise de superprodução' não acontece de forma alguma devido à



superprodução. Todo este excedente de aço, por exemplo, poderia ter ajudado a resolver a fome mundial. Camponeses em todo o mundo tem que arar a terra com arados de madeira - arados de aço iriam ajudar a aumentar a produção mundial de alimentos. Mas os camponeses não têm dinheiro, então o sistema capitalista não se interessa - não há como obter lucro dessa maneira.

### **Por que as crises tendem a ficar piores**

Crises não acontecem apenas com monótona regularidade. Marx também previu que elas ficariam pior à medida que o tempo passasse.

Mesmo se as coisas acontecessem de forma uniforme, sem arranques e recomeços, isto não deteria a tendência geral rumo à crise. Isto porque a competição entre capitalistas (e entre nações capitalistas) força-os a investir em equipamentos que poupam mão-de-obra.

Na Inglaterra hoje quase todos os novos investimentos têm como objetivo o corte do número de trabalhadores. É por isso que existem menos trabalhadores na indústria inglesa que há 10 anos, mesmo que a produção tenha sofrido um pequeno crescimento neste período.

Somente através da 'produção racionalizada', do 'aumento da produtividade' e da diminuição da mão-de-obra um capitalista pode abocanhar uma fatia do bolo maior do que outros. Mas o resultado para o sistema como um todo é desastroso. Pois isso significa que o número de trabalhadores de forma alguma cresce à mesma velocidade que os investimentos.

Ainda assim a fonte dos lucros é o trabalho dos trabalhadores, o combustível que mantém o sistema funcionando. Se fizermos mais e mais investimentos, sem o correspondente aumento na fonte de lucros, estaremos caminhando para um colapso - isto é tão certo como se quiséssemos dirigir um Jaguar com a mesma quantidade de gasolina utilizada para manter um Uno funcionando.

É por isto que Marx argumentava 100 anos atrás que é exatamente a capacidade do capitalismo em acumular

investimentos em novos equipamentos que leva a uma tendência de declínio da taxa de lucro, cuja maior implicação são crises ainda piores.

Esse argumento pode ser ampliado muito simplesmente ao capitalismo de hoje. Ao invés da velha ladainha sobre os 'tempos ruins' dando lugar a 'tempos melhores', sobre a depressão transformando-se em expansão, o que nós vemos é uma infundável recessão. Qualquer retomada da produção ou queda no desemprego são limitadas e de pouco fôlego.

Apologistas do sistema dizem que isto acontece porque não são feitos investimentos suficientes. Sem novos investimento não são criados novos empregos, sem novos empregos não há novo dinheiro para comprar novas mercadorias. Até aí podemos concordar que isso acontece - só não podemos concordar com a explicação que eles dão para que isso ocorra.

Eles culpam os salários. Os salários estão muito altos, eles dizem, cortando os lucros até o osso. Os capitalistas estão receosos de investir por que não conseguirão um 'retorno suficiente'.

Mas a crise tem se apresentado mesmo em épocas em que as políticas salariais empurraram o padrão de vida dos trabalhadores para baixo e garantiram lucros elevados para os patrões. Nos anos de 1975 a 1978 vimos os maiores cortes nos salários dos trabalhadores neste século, enquanto os ricos ficaram mais ricos - os 10% mais ricos aumentaram sua participação no bolo nacional de 57,8% em 1974 para 60% em 1976.

E mesmo assim ainda não havia investimento suficiente para deter a crise - e isto aconteceu não somente na Inglaterra, mas também em outros países onde os salários também foram achatados, como a França, Japão, Alemanha Ocidental.

Seria melhor ouvir o que Karl Marx disse 100 anos atrás, do que dar ouvidos aos atuais apologistas do capitalismo.

Marx previu que na medida em que o capitalismo envelhecesse, sua crise ficaria pior devido ao fato de que sua fonte de lucros, a mão-de-obra, de forma alguma conseguiria crescer com tanta rapidez quanto os investimento necessários para colocar a mão-

de-obra para trabalhar. Marx escreveu em uma época em que o valor da fábrica e do maquinário necessários para colocar o trabalho em movimento era muito baixo. Desde então, este custo disparou, e hoje pode chegar a 20 ou 30 mil libras. A competição entre as empresas capitalistas forçou-os a usar máquinas cada vez mais caras e maiores. Chegou-se ao ponto em que, na maioria das indústrias, novos maquinários são garantia de menos trabalhadores empregados.

A agência internacional de economia, OECD, calcula que o emprego nas maiores economias do mundo irão despencar nos próximos cinco anos, mesmo que por algum milagre os investimentos disparassem. E isto não deve acontecer. Porque os capitalistas cuidam de seus lucros. E se seus investimentos quadruplicarem, e seus lucros apenas duplicarem, eles ficarão preocupados. Ainda assim isto é o que deve acontecer se a indústria crescer mais rapidamente que a fonte de seus lucros, o trabalho humano.

Como disse o próprio Marx, a taxa de lucro tende a cair. Ele previa que seria alcançado um ponto, a partir do qual qualquer novo investimento seria uma perigosa aventura. A escala de dispêndio necessário para novas máquinas e instalações seria colossal, mas a taxa de juros seria ainda mais baixa do que antes. Quanto este ponto fosse alcançado, cada capitalista (ou estado capitalista) fantasiaria novos e enormes programas de investimentos - mas teria medo de implementá-lo com medo de quebrar.

A atual economia mundial tem muito disso. A British Leyland planeja novas linhas de produção - mas teme perder dinheiro com isso. A British Steel sonha com instalações gigantes que foram planejadas cinco anos atrás - mas teve que congelar os planos porque não consegue vender sua atual produção. Os estaleiros japoneses desistiram de investir em novas instalações e algumas das antigas foram fechadas.

A própria capacidade do capitalismo de construir máquinas cada vez mais produtivas e maiores trouxe o capitalismo a um ponto de uma crise aparentemente permanente.

Um ponto foi atingido nas sociedades escravistas da antigüidade e

nas sociedades feudais da Idade Média em que ou a revolução transformaria a sociedade ou ela entraria em uma crise permanente que a faria regredir. No caso de Roma, a revolução não aconteceu e isto levou precisamente à destruição da civilização romana e à Idade das Trevas. No caso de algumas das sociedades feudais - Inglaterra e, mais tarde, França - a revolução destruiu a antiga ordem e permitiu que novos avanços sociais acontecessem, sob o capitalismo.

Agora o próprio capitalismo encara a escolha entre crises permanentes, que irão finalmente mergulhar a humanidade na barbárie através da miséria e da guerra, e a revolução socialista.

## Capítulo Sete

### A Classe Trabalhadora

MARX iniciou *O Manifesto Comunista* com a declaração, 'a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. '

A questão de como a classe dominante obrigava a classe oprimida a produzir riqueza para ela era crucial. Por causa disto, em todas as sociedades anteriores, ocorreram enormes lutas entre as classes, que freqüentemente culminaram em guerra civil - as insurreições de escravos na Roma Antiga, as insurreições camponesas na Europa Medieval, as grandes guerras civis e revoluções dos séculos 17 e 18.

Em todas essas grandes lutas, a massa das forças insurgentes vinha da parte mais oprimida da sociedade. Mas, como Marx logo acrescentou, no final todos os esforços dessa maioria oprimida só serviram para substituir no governo uma minoria privilegiada por outra. Por exemplo, na China Antiga houve várias revoltas camponesas bem sucedidas - mas elas apenas substituíram um imperador por outro. Da mesma forma, aqueles que mais lutaram na Revolução Francesa eram o 'Bras Nus' - as classes mais pobres de Paris. Mas no final, a sociedade acabou não sendo governada por eles, mas sim pelos banqueiros e industriais que assumiram o lugar do rei e dos nobres.

Havia duas razões principais para esta impossibilidade das

classes baixas em manter controle sobre as revoluções nas quais elas lutaram.

Primeiramente, o nível geral de riqueza da sociedade era bastante baixo. E isso acontecia porque a grande maioria das pessoas foi mantida em enorme pobreza para que uma pequena minoria tivesse tempo e sossego para desenvolver as artes e ciências para manter a civilização. Em outras palavras, a divisão social entre classes era necessária para que sociedade pudesse progredir.

Em segundo lugar, a vida das classes oprimidas não as preparou para dirigir a sociedade. Em geral eles eram analfabetos, faziam pouca idéia de como as coisas eram além da localidade em que viviam e, acima de tudo, sua vida jogava uns contra os outros. Cada camponês só se preocupava em cultivar seu próprio pedaço de terra. E nas cidades, cada artesão trabalhava em seu pequeno negócio. Desse modo, competia com outros artesãos, e não se unia com eles.

As revoltas camponesas começavam com um grande número de pessoas exigindo a divisão das terras do senhor feudal local, mas uma vez derrotado o senhor feudal, essas pessoas começavam a brigar entre si sobre como as terras seriam divididas. Como afirmou Marx, os camponeses eram como batatas em um saco. Eles podiam ser mantidos juntos por uma força externa, mas eram incapazes de se juntar permanentemente para defender seus próprios interesses.

Os trabalhadores que criam a riqueza sob o capitalismo moderno diferem de todas as classes subordinadas anteriores. Primeiro porque a divisão de classes já não é mais necessária para o progresso humano. A sociedade capitalista cria tanta riqueza que ela mesma a destrói periodicamente, em quantidades enormes, em guerras ou crises econômicas. Uma riqueza que poderia ser dividida igualmente e ainda permitir à sociedade um florescimento nos campos da ciência, artes e assim por diante.

Em segundo lugar, a vida sob o capitalismo prepara de várias formas os trabalhadores para tomar o controle da sociedade. Por exemplo, o capitalismo necessita de trabalhadores que sejam

qualificados e instruídos. O capitalismo também força milhares de pessoas a se reunirem em grandes locais de trabalho em enormes conurbações, onde elas ficam em contato umas com as outras, e onde eles podem tornar-se uma poderosa força de transformação social.

O capitalismo leva os trabalhadores a cooperar na produção dentro das fábricas, e estas habilidades podem facilmente ser direcionadas contra o próprio sistema, como acontece quando os trabalhadores se organizam em sindicatos. O fato de estarem concentrados em grandes unidades produtivas torna mais fácil para os trabalhadores controlarem estas unidades. Fato que não acontecia em relação às classes dominadas anteriores.

Além disso, o capitalismo tende pouco a pouco a transformar grupos de pessoas que se acham superiores aos trabalhadores manuais (como bancários, professores, funcionários públicos, técnicos etc.) em trabalhadores que são forçados a organizar seus sindicatos, do mesmo modo que os outros trabalhadores.

Recentemente, o desenvolvimento das comunicações - estradas de ferro, estradas, transporte aéreo, correios, telefone, rádio e TV - vem permitindo aos trabalhadores se comunicarem com localidades ou fábricas distantes. Desse modo, podem se organizar como classe em escala nacional e internacional. Algo muito além dos sonhos das antigas classes dominadas.

Todos esses fatos significam que a classe trabalhadora não se limita a ser uma força capaz de se rebelar contra a sociedade existente, mas que ela pode se organizar, elegendo e construindo seus próprios meios de representação, para transformar a sociedade segundo seus próprios interesses, e não apenas para instalar no poder outro imperador ou grupo de banqueiros. Como disse Karl Marx: 'Todos os movimentos anteriores na história foram movimentos de minorias a favor dos interesses de minorias. O movimento proletário é o movimento consciente e independente da imensa maioria a favor dos interesses da imensa maioria'.

## Capítulo Oito

### Como a sociedade pode ser transformada?

Na Inglaterra a vasta maioria dos socialistas e sindicalistas geralmente tem argumentado que a sociedade pode ser transformada sem a necessidade de fazer uma revolução violenta. Eles dizem que tudo que é necessário é os socialistas conquistarem o apoio popular para controlar as instituições políticas 'tradicionais' - como os parlamentos nacional e locais. Desse modo, os socialistas teriam condições de mudar a sociedade tomando o controle do estado atual - o serviço público, o Judiciário, a polícia, as forças armadas - para impor leis para restringir o poder da classe patronal.

Dessa maneira, o que se afirma é que o socialismo pode ser introduzido gradualmente e sem violência, através da reforma do atual sistema.

Esta concepção é geralmente chamada de 'reformismo', embora ocasionalmente possa receber o nome de revisionismo (porque ela envolve uma revisão completa das idéias de Marx), 'social-democracia' (embora até 1914, esse termo significasse socialismo revolucionário) ou Fabianismo (por causa da Sociedade Fabiana, que há muito tempo defende a concepção reformista na Inglaterra). Esta é uma concepção que foi aceita tanto pela esquerda, como pela direita do Partido Trabalhista Inglês, e incorporada ao programa do Partido Comunista, "O caminho inglês para o socialismo inglês", desde 1951.

O reformismo parece, à primeira vista, muito plausível. Isto combina com o que é dito na escola, jornais e na TV - que o 'parlamento governa o país' e que 'o parlamento é eleito de acordo com a vontade democrática do povo'. Apesar disso, todas as tentativas de introduzir o socialismo através do parlamento têm fracassado. Tivemos três governos com maioria trabalhista no parlamento britânico desde a guerra, em especial com ampla maioria em 1945 e 1966 - e mesmo assim os ingleses não estão mais próximos do socialismo do que estavam em 1945.

A experiência fora da Inglaterra mostra o mesmo. Mais recentemente, no Chile em 1970, o socialista Salvador Allende foi eleito presidente. As pessoas diziam que era um 'novo caminho' para chegar ao socialismo. Três anos mais tarde os generais que

tinham sido chamados a se juntar ao governo derrubaram Allende e o movimento dos trabalhadores chilenos foi destruído.

Existem três razões interligadas pelas quais o reformismo está condenado a sempre fracassar.

Primeiro, enquanto maiorias socialistas em parlamentos estão 'gradualmente' introduzindo medidas socialistas, o poder econômico real continua nas mãos da velha classe dominante. Eles podem usar este poder econômico para fechar seções inteiras de indústria, criar desemprego, forçar o aumento de preços, enviar dinheiro ao exterior para criar uma 'crise na balança de pagamentos', e lançar campanhas na imprensa culpando o governo socialista por tudo isto.

Assim o governo trabalhista de Harold Wilson foi forçado em 1964 e novamente em 1966 a retirar medidas que beneficiavam os trabalhadores - devido a uma fuga em massa de capitais individuais e empresariais para o exterior. O próprio Wilson descreve em suas memórias como: 'Nós chegamos à situação em que um governo recém-eleito foi avisado pelos especuladores internacionais que o programa político com que disputamos e vencemos as eleições não poderia ser implementado... Ao primeiro ministro da Rainha foi solicitado que baixasse a cortina sobre a democracia parlamentar, aceitando o fato de que a eleição inglesa fora uma farsa, que o povo britânico não podia escolher entre duas políticas'.

É preciso somente acrescentar que a despeito da alegada indignação de Wilson, pelos seis anos seguintes ele na verdade passou a seguir o tipo de política do agrado dos especuladores.

O mesmo tipo de crise deliberada do balanço de pagamentos forçou o governo trabalhista eleito em 1974 a fazer três cortes consecutivos nos gastos com saúde, educação e serviços sociais.

O governo Allende no Chile enfrentou um boicote ainda maior por parte dos grandes empresários. Por duas vezes, ramos industriais inteiros fecharam as portas devido a greves dos patrões, enquanto a especulação aumentava os preços a níveis elevados e tirava as mercadorias de circulação, obrigando a população a enfrentar filas



enormes para comprar bens essenciais.

A segunda razão pela qual o capitalismo não pode ser reformado deve-se ao fato de que a máquina estatal atual não é 'neutra', mas feita, de cima a baixo, para preservar a sociedade capitalista.

O Estado controla quase todos os meios para exercer a violência. Somente se a organização do Estado fosse neutra, e fizesse tudo o que quisesse um determinado governo, fosse capitalista ou socialista, o Estado poderia ser usado para deter a sabotagem econômica dos grandes empresários. Mas basta olhar para o modo como a máquina estatal trabalha e para quem realmente dá as ordens, e podemos ver que ela não é neutra.

A máquina estatal não se resume ao governo. É uma vasta organização com diferentes ramos - a polícia, o exército, o judiciário, o serviço público, as pessoas que presidem as estatais e assim por diante. Muitas das pessoas que trabalham nesses diferentes ramos estatais vêm da classe trabalhadora - são assalariados e vivem como os outros trabalhadores.

Mas não são essas pessoas que tomam as decisões. Os soldados rasos não decidem onde e quais guerras devem ser travadas e se greves devem ser reprimidas, o funcionário da seguridade social não decide quanto deve ser o valor da aposentadoria. Toda a máquina estatal é baseada no princípio de que as pessoas que estão num degrau da escada devem obedecer aqueles que estão no degrau de cima.

Este é essencialmente o caso dos órgãos governamentais que exercem a violência física - exército, marinha, força-aérea, polícia. A primeira coisa que os soldados aprendem quando se alistam - muito antes de poderem pegar em armas - é obedecer ordens, independentemente de suas opiniões pessoais em relação a essas ordens. É por isso que eles fazem treinamentos absurdos. Se eles fazem movimentos absurdos em uma parada militar, é de se esperar que também atirem quando lhes for ordenado, sem mesmo refletir sobre isso.

O maior crime em qualquer exército é a recusa em cumprir ordens. Esta ofensa é olhada de forma tão rígida que o motim em tempo

de guerra ainda é punida com fuzilamento na Inglaterra.

Quem dá as ordens?

Se observarmos a hierarquia de comandos no exército inglês (e em outros exércitos não é diferente)

veremos que ela desce do general para o brigadeiro, tenente-coronel, sargento e soldado. Em nenhum estágio nesta hierarquia de comando há direito de voto para qualquer nível do parlamento. E isso acontece porque seria um ato de motim se os soldados escolhessem obedecer a um deputado ao invés de seu oficial comandante.

O exército é uma grande máquina de matar. Os militares que a comandam e têm o poder de promover outros soldados para posições de comando próximas as deles são os generais.

É óbvio que em teoria os generais têm que responder aos governos eleitos. Mas soldados são treinados para obedecer generais, não políticos. Se os generais preferirem dar ordens aos seus soldados que são discrepantes em relação aos desejos do governo eleito, este não pode impedir o cumprimento dessas ordens. Pode apenas persuadir os generais a mudar suas intenções. Isso se o governo souber o tipo de ordem que estão sendo dadas - porque negócios militares são quase sempre secretos, e é muito fácil para os generais esconderem o que estão fazendo de governos que não confiam. Isto não significa que o comandante militar simplesmente ignore o que o governo lhes diz. Na Inglaterra é comum que os militares achem conveniente seguir a maioria das coisas que o governo sugere. Mas, em situações de vida e morte, os generais são capazes de colocar sua máquina assassina em ação sem sequer ouvir o governo. E o governo não tem muito o que fazer em relação a isso. Foi isto o que os generais acabaram fazendo no Chile quando Allende foi derrubado.

Assim a questão não é 'quem manda no exército' mas 'quem são os generais?' Na Inglaterra 80% dos oficiais de alta patente vieram das melhores escolas pagas. A mesma proporção de 40 anos atrás (17 anos de governos trabalhistas não mudaram isso). Eles são parentes de proprietários de grandes negócios, pertencem aos

mesmos clubes, exercem as mesmas funções sociais, partilham as mesmas idéias. O mesmo ocorre com o alto escalão do serviço público, os juizes e chefes de polícia.

Você acha que essas pessoas vão obedecer ordens de um governo para tomar o poder econômico de seus amigos e parentes dos grandes negócios, somente porque 330 pessoas fizeram manifestação em frente ao parlamento? Não seria muito mais provável que eles seguissem o exemplo dos generais, juizes e altos funcionários chilenos, que sabotaram as ordens governamentais por três anos e, quando chegou o momento certo, derrubaram o governo eleito?

Na prática, a constituição dos países com a tal tradição democrática (Inglaterra, França etc.), possibilita que aqueles que controlam a máquina estatal sejam capazes de distorcer a vontade de um governo de esquerda democraticamente eleito sem que ele seja necessário derrubá-lo. Se um governo desse tipo fosse eleito na Inglaterra, enfrentaria uma incansável sabotagem econômica por parte da classe empresarial (fechamento de fábricas, fuga de capitais para o exterior, desabastecimento de gêneros de primeira necessidade, carestia). E se esse governo tentasse lidar com esta sabotagem através dos meios constitucionais - aprovando leis - iria logo descobrir que estaria com as mãos atadas.

O parlamento certamente recusaria aprovar tais leis - retardando sua aprovação por no mínimo nove meses. E mesmo que por ventura alguma delas fossem aprovadas, os juizes as 'interpretariam' de modo a restringir seu poder de ação. O alto escalão do serviço público, os generais e as altas patentes da polícia usariam as decisões das altas cortes da justiça e do parlamento para justificar sua má vontade em cumprir aquilo que fosse determinado pelos ministros de estado. E seriam apoiados por praticamente toda a imprensa, que denunciaria em altos brados que o governo estaria se comportando 'ilegal' e 'inconstitucionalmente'. Os generais usariam então esses argumentos para justificar as preparações que fariam para derrubar o governo 'ilegal'.

O governo ficaria impotente para lidar com o caos econômico - a

menos que agisse realmente de forma inconstitucional e chamasse os baixos escalões do funcionalismo, da polícia e das forças armadas a se rebelarem contra seus superiores.

Em 1912, a Câmara dos Comuns aprovou uma lei nomeando um 'parlamento local' para governar a Irlanda que estava unida na ocasião. O líder Tory, Bonar Law, imediatamente acusou o governo (liberal!) de ser uma junta ilegal que tinha rasgado a constituição. A Câmara dos Lordes naturalmente retardou a aprovação da lei o máximo possível (dois anos), enquanto o ex-ministro Tory, Edward Carson, organizava uma força paramilitar no norte da Irlanda para resistir ao cumprimento da lei.

Quando os generais que comandavam o exército inglês na Irlanda receberam ordens de deslocar suas tropas para o norte para fazer frente aos paramilitares, eles se recusaram e ameaçaram renunciar aos seus cargos. Foi por causa dessa atitude, conhecida como o *Motim Curragh*, que as Irlandas do Norte e do Sul não conseguiram um parlamento unificado em 1914, e permanecem separadas até hoje.

Em 1974 aconteceu uma repetição miniatura dos eventos de 1912. Os partidários de direita leais à coroa britânica organizaram uma interrupção geral da indústria, usando barricadas para impedir as pessoas de irem para o trabalho. Eles não aceitavam ser governados pela coalizão entre protestantes e católicos, formada para dirigir a Irlanda do Norte. Os ministros ingleses convocaram o exército inglês e a polícia norte-irlandesa para dissolver as barricadas e dar um fim à greve. Os altos oficiais do exército e os comandantes da polícia disseram ao governo que isto seria desaconselhável e que nem os soldados, nem a polícia marchariam contra os partidários da Coroa. O governo de coalizão protestante-católica foi forçado a renunciar, já que o ponto de vista dos militares mostrara-se mais poderoso do que o ponto de vista do governo inglês.

Se isto pôde acontecer em 1914 e em 1974 com governos moderados tentando fazer valer medidas tímidas, imagine o que aconteceria se um governo realmente socialista fosse eleito. Qualquer maioria reformista *séria* em um parlamento logo seria

forçada a escolher: ou abandonar as reformas para acalmar os proprietários de indústrias a controlar as posições-chave do Estado, ou se preparar para um conflito aberto, que irá inevitavelmente significar o uso de algum tipo de força contra aqueles que controlam aquelas posições.

A terceira razão pela qual o reformismo é um beco sem saída é o fato de que a 'democracia' parlamentar contém mecanismos que impedem que qualquer movimento revolucionário possa tomar forma através dela.

Alguns reformistas argumentam que a melhor maneira de tomar o poder daqueles que controlam as posições-chave na máquina estatal é a esquerda obter uma maioria no parlamento. Este argumento é falho porque o parlamento sempre subestima o nível de consciência revolucionária da maioria da população.

A maioria da população somente vai acreditar que pode governar a sociedade quando começar na prática a mudar a sociedade através da luta. É nos momentos em que milhões de trabalhadores ocupam suas fábricas e tomam parte em greves gerais que as idéias socialistas revolucionárias tornam-se subitamente concretas e reais.

Mas tal nível de luta não pode ser mantido indefinidamente, a menos que a velha classe seja derrubada. Se ela conseguir resistir, só terá que esperar até que as ocupações e greves declinem, para usar seu controle sobre o exército e a polícia para quebrar o movimento.

E uma vez que as ocupações e greves comecem a enfraquecer, o sentimento de unidade e confiança entre os trabalhadores começa a desvanecer. Dá lugar à desmoralização e à angústia. Mesmo os melhores começam a sentir que transformar a sociedade é apenas um sonho louco.

É por isso que as leis anti-sindicais (inglesas) quase sempre incluem uma cláusula que obrigam os trabalhadores a suspender greves quando são realizadas eleições. Tais cláusulas são feitas para jogar água fria na unidade e confiança dos trabalhadores.

O sistema eleitoral parlamentar contém mecanismos que

possibilitam períodos de calma. Por exemplo, se um governo é derrotado frente a uma grande greve, é provável que diga: 'Está bem, esperem três semanas até que uma eleição geral possa resolver a questão democraticamente'. Espera-se que neste ínterim a greve seja suspensa. A confiança e a unidade dos trabalhadores irá enfraquecer. Os empresários poderão fazer listas negras de militantes. A imprensa e a TV capitalistas podem novamente começar a funcionar normalmente, martelando as pessoas com idéias a favor do governo. A polícia pode prender 'arruaceiros', assim por diante.

Então quando as eleições finalmente acontecem, o voto já não reflete o auge da luta em plena greve geral, mas a calma que se segue ao período posterior ao movimento.

Na França de 1968, o governo do general de Gaulle usou as eleições com exatamente para isso. Os partidos reformistas de trabalhadores e os sindicatos orientaram os trabalhadores a suspender suas greves. E De Gaulle venceu as eleições.

O primeiro ministro inglês Edward Heath tentou o mesmo truque ao enfrentar uma grande greve vitoriosa dos mineiros, em 1974. Mas desta vez os mineiros não cederam. Mantiveram o movimento e Heath perdeu a eleição.

Se os trabalhadores esperarem eleições para decidir questões-chave da luta de classes, nunca chegarão a este alto nível.

### **O Estado dos Trabalhadores**

Marx em seu panfleto *A Guerra Civil na França*, assim como Lenin em *O Estado e a Revolução*, esboçaram uma concepção completamente diferente sobre como o socialismo pode ser conquistado. Não que tenham simplesmente tirado essas idéias do nada. Ambos desenvolveram suas concepções observando a classe trabalhadora em ação - Marx testemunhou a Comuna de Paris, Lenin os soviets russos (conselhos de trabalhadores) de 1905 e 1917.

Mas Marx e Lenin insistiam que a classe trabalhadora não pode iniciar a construção do socialismo sem que antes tenham destruído o velho Estado baseado nas hierarquias burocráticas,

para depois disso construir um novo Estado, baseado em princípios inteiramente novos. Lenin destacou que este Estado teria que ser tão diferente do velho, que ele chamou-o de 'Estado comunista, um Estado que não é um Estado'.

Um novo Estado, diziam Marx e Lenin, seria necessário se a classe trabalhadora quisesse impor suas ordens aos antigos membros das classes dominantes e das camadas intermediárias. É por isso que eles chamavam este tipo de governo de 'ditadura do proletariado' - a classe trabalhadora teria que ditar a forma como a sociedade deveria ser governada. Também teria que defender sua revolução dos ataques dos governos capitalistas de outras partes do mundo. Para cumprir estas duas tarefas, este governo teria que ter suas próprias forças armadas, e algumas formas de manter a ordem social, como polícia, tribunais e até prisões.

Mas para que estes novos exército, polícia e sistema legal fossem controlados por seus trabalhadores e nunca se voltassem contra seus interesses, teriam que ser baseados em princípios completamente diferentes daqueles do estado capitalista. Tem que ser um instrumento com o qual a classe trabalhadora, sendo maioria, dite as regras para o resto da sociedade, e não uma ditadura contra a maioria da classe trabalhadora.

As principais diferenças são estas.

O estado capitalista serve aos interesses de uma pequena minoria da sociedade. O Estado dos trabalhadores tem de servir aos interesses da grande maioria. A violência em um estado capitalista é exercida por uma minoria de assassinos contratados, separados do restante da sociedade e treinados para obedecer aos funcionários das classes superiores. Mas em um estado de trabalhadores, a violência seria necessária apenas para que a maioria pudesse proteger-se contra ações anti-sociais feitas pelos remanescentes das antigas classes privilegiadas.

As funções militares e policiais em uma Estado dos trabalhadores podem ser exercidas por trabalhadores comuns, que ainda pertenceriam ao mesmo meio que o de seus colegas trabalhadores, dividindo as mesmas idéias e vivendo o mesmo tipo

de vida. De fato, para não haver perigo de que soldados e policiais nunca se separassem da massa de trabalhadores, os 'soldados' e 'policiais' deveriam ser trabalhadores comuns das fábricas e de escritórios que se revezariam no desempenho dessas funções.

Ao invés de serem dirigidas por pequenos grupos de oficiais, as forças armadas e a polícia seriam dirigidas diretamente por representantes dos trabalhadores.

Representantes parlamentares na sociedade capitalista aprovam leis, mas deixam para os burocratas, chefes da polícia e juizes a tarefa de implementá-las. Isto significa que senadores, deputados e vereadores podem sempre se esconder por de trás de milhões de desculpas quando suas promessas não são cumpridas. Os representantes de um estado de trabalhadores teriam que fazer com que suas leis fossem respeitadas. Eles, e não uma elite de altos burocratas, teriam que explicar para os servidores públicos, o exército etc. como as coisas deveriam ser feitas. Da mesma forma, representantes eleitos é que teriam que interpretar as leis nos tribunais.

Representantes parlamentares em um estado capitalista estão separados daqueles que os elegeram por altos salários. Em um estado operário os representantes não vão receber mais do que a média dos salários dos trabalhadores. O mesmo vale para aqueles que trabalham em postos-chave executando as decisões tomadas pelos representantes dos trabalhadores (o equivalente aos atuais servidores públicos).

Os representantes dos trabalhadores, e de todos os que se preocupam com a implementação das decisões dos trabalhadores não seriam senadores, deputados e vereadores, com um mandato garantido de 5 anos. Eles terão que se sujeitar a eleições anuais, e a abdicar de seus mandatos se aqueles que os elegeram avaliarem que eles não estão cumprindo o seus deveres.

Os parlamentares são eleitos por todas as pessoas vivendo em uma certa localidade - pela classe alta, classe média e classe trabalhadora, por proprietários e meeiros, por especuladores financeiros e trabalhadores. Em um estado de trabalhadores somente votariam nas eleições aqueles que trabalham, votando



apenas após uma discussão aberta sobre as questões pertinentes. Assim, o núcleo do estado operário seria os conselhos de trabalhadores nas fábricas, fazendas, portos, escritórios, e grupos como as donas-de-casa, aposentados e pensionistas, estudantes elegeriam seus próprios representantes.

Desse modo, o novo estado não pode tornar-se uma força separada e contrária à maioria da classe trabalhadora - como acontece nos assim chamados países comunistas de hoje.

Ao mesmo tempo, o sistema de conselhos de trabalhadores proporciona um meio pelo qual os trabalhadores possam coordenar seus esforços na direção da indústria de acordo com um plano nacional democraticamente aprovado, e não acabarem por levar suas fábricas a competirem umas com as outras. É fácil ver como a moderna tecnologia dos computadores poderia possibilitar a todos os trabalhadores receberem informações sobre as várias opções econômicas abertas à sociedade, e a orientar seus representantes de modo a escolher aquilo que a maioria dos trabalhadores entende serem as melhores opções - por exemplo, se deveria gastar recursos em um avião Concorde ou em um sistema público de transporte barato e confiável. Se seria melhor construir bombas nucleares ou aparelhos de hemodiálise e assim por diante.

### **O desaparecimento do Estado**

Já que o poder do Estado não seria mais algo separado da massa dos trabalhadores, suas funções seriam muito menos ligadas à coerção do que sob o capitalismo. À medida que os remanescentes da velha sociedade, em relação aos quais o Estado utilizaria repressão, se conformassem com o sucesso da revolução, e à medida em que as revoluções em outros países removesses suas classes dominantes, seria cada vez menos necessária a coerção, até que os trabalhadores já não precisassem dedicar parte de seu tempo para trabalhar como policiais e soldados.

Isto é o que Marx e Lenin queriam dizer quando diziam que o Estado iria se debilitar. Ao invés da coerção contra o povo, o Estado tornar-se-ia um mero instrumento dos conselhos de

trabalhadores para decidir como produzir e distribuir mercadorias.

Os conselhos operários surgiram de uma forma ou de outra sempre que a luta de classes dentro do capitalismo alcançou um nível muito elevado. 'Soviete' é a palavra que os russos utilizaram para os conselhos de 'trabalhadores' em 1905 e 1917.

Em 1918 os conselhos alemães de trabalhadores foram, por um breve tempo, o único poder do país. Na Espanha, em 1936, os vários partidos operários e sindicatos estavam unidos nos "comitês de milícia", os quais dirigiam as localidades e eram muito parecidos com conselhos de trabalhadores. Na Hungria de 1956 os trabalhadores elegeram conselhos para dirigir as fábricas de localidades durante a luta contra as tropas russas. No Chile em 1972-73 os trabalhadores começaram a formar 'cordones' - comitês 'operários' que estavam ligados às grandes fábricas.

Os conselhos de trabalhadores começam como um corpo de trabalhadores que se uniram para coordenar sua luta contra o capitalismo. Eles podem até começar com funções modestas, levantando fundos de greve, com trabalhadores eleitos para mandatos revogáveis. E nos momentos mais radicais da luta, podem coordenar os esforços de toda a classe trabalhadora. Desse modo, começam a colocar as bases para o poder dos trabalhadores.

## Capítulo Nove

### Como os trabalhadores tornam-se revolucionários?

Se sairmos às ruas e perguntarmos a alguns trabalhadores se eles querem uma revolução, temos poucas dúvidas quanto à resposta que nos darão. Aqueles que não pensarem que somos loucos, provavelmente ficariam muito espantados com nossa pergunta.

Esta indiferença ou mesmo oposição dos trabalhadores em relação ao socialismo não é nada surpreendente. Todos nós fomos criados em uma sociedade capitalista em que se considera coisa comum o fato de todos serem egoístas, em que os jornais e a TV dizem que somente uma minoria privilegiada tem capacidade de tomar decisões importantes nas indústrias e no governo, em que a grande maioria dos trabalhadores é ensinada desde o seu

primeiro dia na escola a obedecer ordens dadas por aqueles que são 'mais velhos e mais sábios'.

Como disse Marx, 'as idéias dominantes são as idéias da classe dominante' e um vasto número de trabalhadores as aceita. Ainda assim, várias vezes na história do capitalismo, movimentos revolucionários da classe trabalhadora têm abalado um país atrás do outro. Na França em 1871, na Rússia em 1917, Alemanha e Hungria em 1919, Itália em 1920, Espanha e França em 1936, Hungria em 1956, França em 1968, Chile em 1973, Portugal em 1975, Irã em 1979 .

A explicação para esses levantes reside exatamente na própria natureza do capitalismo. O capitalismo é um sistema que tende para a crise. A longo prazo, ele não pode fornecer pleno emprego, não pode oferecer prosperidade para todos, não pode assegurar nossos atuais padrões de vida contra as crises que ele irá produzir futuramente. Mas durante os períodos de expansão do capitalismo, os trabalhadores chegam a esperar essas coisas.

Por exemplo, em 1950, os trabalhadores ingleses chegaram a esperar pleno emprego, um 'bem estar' e uma gradual mas real melhoria em seus padrões de vida. Diferente disso, nos últimos dez anos sucessivos governos permitiram o desemprego crescer até atingir um milhão e meio de pessoas, transformaram o 'bem estar' em sucata e tentaram seguidamente piorar a qualidade de nossas vidas.

Porque passamos por uma lavagem cerebral através das muitas idéias capitalistas que absorvemos, nós aceitamos esses ataques. Mas inevitavelmente chega-se a um ponto em que os trabalhadores concluem que já não podem mais agüentar. De repente, quando ninguém espera, sua ira explode e eles tomam algumas iniciativas contra os patrões ou o governo. Talvez seja através de uma greve ou de manifestações.

Quando isto acontece, gostem eles ou não, os trabalhadores fazem coisas que contradizem todas as idéias capitalistas que eles antes aceitavam. Começam a agir de forma solidária uns com os outros, *como uma classe*, contra os representantes da classe capitalista.

As idéias do socialismo revolucionário que eles costumavam rejeitar logo de cara, agora começam a se adequar ao que eles estão fazendo. Pelo menos alguns dos trabalhadores começam a levar a sério aquelas idéias - desde que elas estejam acessíveis.

O alcance em que isso se dá depende do alcance da luta, não das idéias que já estavam nas cabeças dos trabalhadores. O capitalismo força-os a lutar mesmo quando eles estejam com a cabeça cheia de idéias pró-capitalistas. E é a luta que os faz questionar estas idéias.

O poder capitalista repousa em dois suportes: controle dos meios de produção e controle do Estado. Um movimento revolucionário verdadeiro começa entre um grande número de trabalhadores quando as lutas por interesses econômicos imediatos (por salário, emprego, etc.) leva-os a entrar em choque com esses dois suportes do capitalismo.

Tomemos como exemplo um grupo de trabalhadores empregados na mesma empresa por anos. Todo o seu padrão de vida normal e enfadonho depende do trabalho que desempenham ali. Um dia o patrão anuncia que vai fechar a fábrica. Mesmo aqueles trabalhadores que são os eleitores mais conservadores entram em pânico e querem fazer alguma coisa. No desespero, eles decidem que o único meio de continuar a levar o mesmo tipo de vida que o capitalismo os ensinou a viver é ocupar a fábrica e tomar do patrão o controle dos meios de produção.

Logo eles descobrem que isso significa comprar briga também com o Estado, uma vez que o patrão chama a polícia para conseguir de volta o controle de sua propriedade. Se quiserem ter qualquer chance de manter seus empregos, os trabalhadores agora terão que confrontar também a polícia, a máquina estatal, assim como os patrões.

Desse modo o próprio capitalismo cria as condições para um conflito que abre a mente dos trabalhadores para idéias completamente opostas àquelas que o sistema ensinou a eles. É por isso que a história do capitalismo tem sido marcada por periódicas irrupções de sentimentos revolucionários entre milhões de trabalhadores, mesmo quando na maioria das vezes a maioria

deles aceitem as idéias que o sistema lhes impõe.

Uma última questão. Uma das coisas mais fortes a impedir muitos trabalhadores de apoiar idéias revolucionárias é o sentimento de que não adianta fazer nada porque os outros trabalhadores não vão apoiá-los. Mas quando eles descobrem que os outros trabalhadores estão agindo, subitamente saem de sua apatia. O mesmo acontece quando os trabalhadores que antes se achavam incapazes de governar a sociedade, ao travarem grandes lutas contra a atual sociedade, acabam por se dar conta de estão tomando para si muito desse tipo de encargo.

É por isso que uma vez iniciados, os movimentos revolucionários podem crescer como uma bola de neve a uma velocidade espantosa.

## Capítulo Dez

### O Partido Revolucionário Socialista

A premissa básica do marxismo é a de que o próprio desenvolvimento do capitalismo leva os trabalhadores a se revoltarem contra o sistema.

Quando uma revolta como essa estoura - seja como grandes manifestações, insurreições armadas ou mesmo uma grande greve - a transformação da consciência da classe trabalhadora é espantosa. Toda a energia mental que os trabalhadores antes consumiam em mil e uma diversões, é subitamente dirigida para tentar resolver o problema de como mudar a sociedade. Milhões de pessoas trabalhando em um problema como este produz soluções de espantosa engenhosidade, o que freqüentemente deixa revolucionários experientes tão confusos como a classe dominante frente às rápidas mudanças da situação.

Assim, por exemplo, na primeira revolução russa de 1905 uma nova forma de organização dos trabalhadores, o Soviete -o conselho dos trabalhadores - surgiu e se desenvolveu a partir de um comitê instalado durante uma greve de gráficos. Primeiro, o Partido Bolchevique - o mais militante entre os revolucionários socialistas - viu os sovietes com desconfiança: não acreditavam que fosse possível para a massa de trabalhadores originariamente

despolitizada criar um instrumento genuinamente revolucionário.

Tais experiências são testemunhadas em muitas greves: os militantes já atuantes são tomados completamente de surpresa quando trabalhadores que sempre ignoraram suas orientações, de repente começam eles mesmos a organizar ações militantes. Esta espontaneidade é fundamental. Mas é errado tirar daí a conclusão de que por causa da espontaneidade não haveria necessidade de um partido revolucionário, como fazem os anarquistas e neo-anarquistas.

Em uma situação revolucionária, milhões de trabalhadores mudam suas idéias muito rapidamente. Mas eles não mudam todas as suas idéias de uma vez. Dentro de cada greve, manifestação, cada levante armado ocorrem discussões muito freqüentes. Alguns trabalhadores acham que a ação que estão realizando é um prelúdio para a tomada do controle da sociedade. Outros se posicionam contra qualquer ação desse tipo, porque isso iria perturbar a 'ordem natural das coisas'. No meio disso tudo estará a maioria dos trabalhadores, que ora se sente atraída pelos primeiros argumentos, ora pelos últimos.

Em um lado da balança, a classe dominante irá colocar todo o peso de seus jornais, da máquina de propaganda, para denunciar a ação dos trabalhadores. Ela também utilizaria a força para esmagar a greve, seja utilizando a polícia e o exército, como organizações de extrema direita.

No lado dos trabalhadores, deve haver uma organização de socialistas capaz de tirar lições das lutas de classes do passado, e que possa colocar os argumentos dos socialistas na balança. Uma organização que possa sistematizar a crescente compreensão dos trabalhadores em luta, de modo que eles possam agir juntos para mudar a sociedade.

E este partido revolucionário precisa estar presente na hora em que a luta começa, pois a organização não nasce espontaneamente. O partido é construído através do contínuo cruzamento das idéias socialistas com a luta de classes - apenas entender a sociedade não basta: somente aplicando aquelas idéias e experiência da luta de classes, em greves, manifestações,

campanhas, os trabalhadores tomarão consciência de seu poder para mudar as coisas, e ganhar confiança para fazê-lo.

Em certos momentos e situações, a intervenção de um partido socialista pode ser decisivo, pode pesar na balança da mudança, no sentido da transferência revolucionária do poder para os trabalhadores, no sentido da sociedade socialista.

### **Que tipo de partido?**

O partido revolucionário socialista precisa ser democrático. Para cumprir seu papel, o partido precisa estar sempre em contato com a luta de classes, e isto significa estar em contato com seus próprios membros e aliados nos locais de trabalho onde a luta de classes acontece. Ele precisa ser democrático porque sua liderança deve sempre refletir a experiência coletiva da luta.

Mas o partido socialista revolucionário também precisa ser centralizado. Pois é um partido voltado para a ação, não um grupo de discussão. Ele precisa ser capaz de intervir coletivamente na luta de classes, e responder rapidamente. Portanto, tem que ter uma liderança capaz de no dia-a-dia tomar decisões em nome do partido.

Se o governo ordena a prisão dos comandos de greve, por exemplo, o partido tem que reagir imediatamente, sem precisar convocar conferências para tomar decisões democráticas primeiro. Desse modo as decisões são tomadas de forma centralizada e executadas imediatamente. A democracia entra em cena depois, quando os membros do partido avaliam se as decisões tomadas foram corretas ou não - e talvez possam até mudar a direção partidária se ela perder contato com as necessidades da luta.

O partido revolucionário socialista precisa manter um fino e delicado equilíbrio entre democracia e centralismo. A chave da questão é que o partido não existe para si mesmo, mas como um meio para chegar à mudança revolucionária para o socialismo, a qual só pode acontecer através da luta de classes.

O partido não pode substituir a classe trabalhadora. Deve ser parte da luta de classes, buscando sempre unir os trabalhadores com maior consciência de classe para fazer deles lideranças para

a luta. O partido também não pode ditar o que a classe deve fazer. Não pode simplesmente autoproclamar-se como liderança, mas deve conquistar esta posição, provando na prática a correção das idéias socialistas.

Algumas pessoas vêem o partido socialista revolucionário como um precursor do socialismo. Isto está completamente errado. O socialismo somente pode se realizar quando a própria classe trabalhadora assumir o controle dos meios de produzir a riqueza e usá-los para transformar a sociedade.

Não se pode construir uma ilha de socialismo em um oceano de capitalismo. As tentativas de pequenos grupos de socialistas no sentido de se isolarem e levarem uma vida de acordo com as idéias socialistas sempre falharam fragorosamente a longo prazo - para começar, as pressões econômicas e ideológicas nunca desaparecem. E ao afastarem-se do capitalismo, estes pequenos grupos também acabam por se afastar da única força que pode conquistar o socialismo - a classe trabalhadora.

É claro que os socialistas lutam contra os efeitos degradantes do capitalismo todos os dias: contra o racismo, contra o machismo, exploração, violência. Mas somente podemos fazê-lo tomando a força da classe trabalhadora como fonte de nossa energia.

## Capítulo Onze

### Imperialismo e libertação nacional

Por toda a história do capitalismo a classe patronal tem sempre procurado uma fonte de riqueza adicional - apoderar-se da riqueza produzida em outros países.

O crescimento das primeiras formas de capitalismo no final da idade média foi acompanhada pela criação de vastos impérios coloniais pelos estados ocidentais - os impérios de Espanha e Portugal, Holanda e França, e, óbvio, da Inglaterra. Riquezas foram transferidas para as mãos das classes dominantes ocidentais da Europa, enquanto sociedades inteiras que ficavam no que agora é conhecido como 'Terceiro Mundo' (África, Ásia e América do Sul) foram destruídas.

Assim, a 'descoberta' da América pelos europeus no século 16



produziu um enorme fluxo de ouro para a Europa. O outro lado da moeda foi a destruição de sociedades inteiras ou a escravização das que sobreviveram. Por exemplo, no Haiti, onde Colombo iniciou a primeira colonização, os nativos índios Harawak (talvez meio milhão) foram exterminados em apenas duas gerações. No México a população indígena foi reduzida de 20 milhões em 1520 para 2 milhões em 1607.

As populações nativas das Índias Ocidentais e de partes do continente foram substituídas por escravos capturados na África e transportados através do Atlântico sob condições abomináveis. Estima-se que cerca de 15 milhões de escravos sobreviveram à travessia do Atlântico enquanto 9 milhões morreram no caminho. Cerca de metade dos escravos foram transportados em navios ingleses - o que é a razão porque o capitalismo inglês foi o primeiro a se expandir.

A riqueza gerada pelo tráfico escravista forneceu meios para financiar a indústria. Como diz um velho ditado: 'Os muros de Bristol são cimentados com o sangue dos negros' - e isto pode ser aplicado também para os outros portos ingleses. Como disse Karl Marx, 'a escravidão velada do trabalho assalariado da Europa foi erigido sobre o pedestal do escravismo simples e puro do Novo Mundo'.

O tráfico de escravos foi complementado pelo saque - como quando a Inglaterra conquistou a Índia. Bengala era tão avançada que os primeiros visitantes ingleses ficaram espantados com a magnificência de sua civilização. Mas esta riqueza não durou por muito tempo em Bengala. Como escreveu Lorde Macauley em sua biografia de Clive, o conquistador: 'A imensa população foi entregue como presa. Enormes fortunas foram rapidamente acumuladas em Calcutá, enquanto 30 milhões de seres humanos foram reduzidos à mais extrema miséria. Estavam acostumados a viver sob tirania, mas não a uma tirania como esta'.

Deste ponto em diante, Bengala começou a ficar famosa não por sua riqueza, mas por sua extrema pobreza que a cada punhado de anos levava milhões a morrer de fome, uma pobreza que continua até hoje. Enquanto isso, nos anos 1760 em um tempo

que o total de capital investido na Inglaterra não era mais do que 6 ou 7 milhões de libras, o tributo anual vindo da Índia para os britânicos era 2 milhões de libras.

Os mesmos processos estavam em andamento na mais antiga colônia inglesa - a Irlanda. Durante a grande fome do final dos anos 1840, quando a população irlandesa caiu pela metade devido à fome e à imigração, trigo mais que suficiente para salvar a população da inanição foi remetida do país para os proprietários ingleses como renda.

Hoje é costume dividir o mundo entre países 'desenvolvidos' e 'subdesenvolvidos'. A impressão é a de que os países 'subdesenvolvidos' estão se movendo na mesma direção que os países 'desenvolvidos' por centenas de anos, só que há uma velocidade menor.

Mas de fato uma razão para o 'desenvolvimento' dos países ocidentais foi a de que os países restantes tiveram suas riquezas roubadas e foram mantidos no atraso. Muitos deles são mais pobres hoje que há 300 anos.

Como ressaltou Michael Barratt Brown, 'a riqueza por cabeça das atuais regiões subdesenvolvidas, não apenas na Índia, mas na China, América Latina e África era maior que na Europa no século 17 e caiu enquanto crescia riqueza na Europa Ocidental'.

A posse de um império capacitou a Inglaterra a tornar-se a primeira potência mundial. Ela ficou em posição de impedir aos outros estados capitalistas o acesso a matérias-primas, mercados e áreas de investimentos rentáveis no terço do planeta que ela dominava.

Enquanto novas potências industriais como a Alemanha, Japão e EUA cresciam, elas queriam obter essas vantagens para elas próprias. Queriam construir impérios rivais ou 'esferas de influência'. Diante da crise econômica, cada grande potência capitalista tentava resolver seus problemas encolhendo a esfera de influência de suas rivais. O imperialismo levou à guerra mundial.

Isto por sua vez provocou enormes mudanças no interior da

organização capitalista. A ferramenta para travar guerras, o Estado, tornou-se muito mais importante. Ele funcionava ainda mais próximo das empresas gigantes para reorganizar a indústria para a competição externa e para a guerra. O capitalismo torna-se o capitalismo monopolista de estado.

O desenvolvimento do imperialismo significou que os capitalistas não apenas exploravam a classe trabalhadora de seu próprio país, mas também tomaram o controle físico de outros países e passaram a explorar a população deles. Para as classes mais oprimidas dos países coloniais isto significava serem exploradas pelos imperialistas estrangeiros, assim como pelas suas próprias classes dominantes. Elas eram duplamente exploradas.

Mas partes da classe dominante dos países coloniais também sofreram. Elas viram muitas de suas próprias oportunidades de explorar a população local serem roubadas pelo imperialismo. Do mesmo modo como sofreram as classes médias dos países coloniais, que gostariam de ver uma rápida expansão da indústria local de modo a fornecer boas oportunidades de carreira profissional.

Os últimos sessenta anos têm visto várias revoltas das classes em países colonizados ou ex-colonizados contra os efeitos do imperialismo. Desenvolveram-se movimentos que tentaram unir a população em geral contra os domínio imperialista estrangeiro.

Suas reivindicações têm sido:

- Expulsão de tropas imperialistas
- Unificação de todo o território nacional sob um único governo, sendo contra sua divisão entre diferentes imperialismos.
- A utilização da riqueza produzida pelo país para expandir a indústria local, possibilitando 'desenvolvimento' e 'modernização' nacionais.

Estas eram as reivindicações de sucessivos levantes revolucionários na China (1912, 1923-27 e em 1945-48), no Irã (em 1905-12, 1917-21 e em 1941-53), na Turquia (depois da 1ª Guerra), nas Índias Ocidentais (de 1920 em diante), na Índia (nos anos 1920-48), na África (depois de 1945), no Vietnã (até os norte-

americanos serem derrotados em 1975), e, ainda hoje, no Sul da África.

Estes movimentos eram freqüentemente liderados por frações das classes altas ou intermediárias, mas para as classes dirigentes dos países avançados isso significava enfrentar mais um oponente, além da sua própria classe trabalhadora. O movimento *nacional* no chamado 'Terceiro Mundo' desafiou os estados imperialistas capitalistas ao mesmo tempo em que o faziam as classes trabalhadoras.

Para o movimento da classe trabalhadora dos países avançados isto tinha grande importância. Significava que em sua luta contra o capitalismo, ela tinha um aliado nos movimentos de libertação do 'Terceiro Mundo'. Por exemplo, os trabalhadores da Shell na Inglaterra têm um aliado nas forças de libertação da África do Sul que estão lutando para tomar as propriedades que a Shell possui naquele país. Se a Shell frustrar os objetivos dos movimentos de libertação do 'terceiro mundo', ela ficará, então, mais forte para resistir às exigências de seus trabalhadores na Inglaterra.

Isto é verdade mesmo que o movimento de libertação num país de terceiro mundo não tiver uma liderança socialista - na verdade, mesmo se esta liderança quiser simplesmente substituir o domínio estrangeiro pelo domínio capitalista local.

O estado imperialista que está tentando esmagar o movimento de libertação é o mesmo estado imperialista que é o maior inimigo do trabalhador ocidental. É por isso que Marx insistia que 'um estado que oprime os outros não pode libertar-se a si mesmo', e é por isso que Lenin defendia uma aliança entre os trabalhadores dos países avançados e os povos oprimidos do 'Terceiro Mundo', mesmo quando estes tivessem lideranças não-socialistas.

Isto não significa que os socialistas concordarão com os métodos com que os não-socialistas de um país oprimido lideram uma luta de libertação nacional (tanto quanto não concordamos necessariamente com o modo como um líder sindical lidera um greve). Mas temos que deixar claro antes de qualquer coisa que apoiamos este movimento. De outra forma iremos muito facilmente acabar apoiando nossa própria classe dominante contra o povo

que ela está oprimindo.

Temos que apoiar lutas de libertação nacional de *forma incondicional*, antes de criticarmos o modo como ela é liderada. No entanto, socialistas revolucionários em um país que é oprimido pelo imperialismo não pode deixar as coisas assim. Precisam discutir, dia-a-dia, com outras pessoas sobre como a luta de libertação nacional deve ser travada.

Aqui, os pontos mais importantes estão contidos na teoria da revolução permanente desenvolvida por Trotsky. Trotsky começou reconhecendo que freqüentemente os movimentos contra a opressão são iniciados por pessoas da classe média ou mesmo de setores atrasados das classes superiores.

Os socialistas apóiam tais movimentos porque eles objetivam remover uma das cargas que pesam sobre a maioria das classes oprimidas e grupos sociais. Mas também temos que reconhecer que aqueles provenientes das classes médias ou superiores não podem liderar essa luta conseqüentemente. Eles terão receio de desatar um sangrenta luta de massa, no caso em que essa luta desafiaria não apenas a opressão externa, mas também sua própria habilidade de viver através da exploração das classes mais oprimidas.

Em um certo momento eles vão fugir da luta que eles mesmos iniciaram, e, se necessário, se unir com o explorador estrangeiro para esmagá-la. Neste ponto, se as forças socialistas da classe operária não tomarem a liderança da luta nacional de libertação a luta será derrotada.

Trotsky também fez mais uma observação. É verdade que na maioria dos países do 'terceiro mundo', a classe trabalhadora representa apenas a minoria, freqüentemente uma pequena minoria, da população. Mas no entanto, ela é bastante grande em termos absolutos (por exemplo, na Índia e na China chegam a 10 milhões), e cria uma enorme proporção de riqueza nacional em relação ao seu tamanho, e concentra-se esmagadoramente nas cidades que são chaves para a dominação do país, quando chegar a hora de tomar o poder. Assim em um período de tumulto revolucionário, a classe trabalhadora pode tomar a liderança de

todas as classes oprimidas e de países inteiros. A revolução pode ser *permanente*, começando com reivindicações por libertação nacional e terminando com exigências socialistas. Mas apenas se os socialistas em um país oprimido tiverem organizado os trabalhadores como uma *classe independente* - apoiando o movimento geral de libertação nacional, mas sempre advertindo que não se pode confiar nas lideranças de classe média ou classe superior.

## Capítulo Doze

### Marxismo e Feminismo

Tem havido duas maneiras diferentes de abordar a libertação das mulheres - o feminismo e o socialismo revolucionário. O feminismo é a influência dominante nos movimentos de mulheres que surgiram nos países capitalistas avançados durante as décadas de 60 e 70. Ele parte da visão de que os homens sempre oprimiram as mulheres; que é a constituição biológica e psíquica dos homens que os fazem tratar as mulheres como inferiores. Isto leva em última instância à conclusão de que a libertação das mulheres somente será possível através da separação entre homens e mulheres - ou da separação total daquelas feministas que querem um 'estilo de vida liberado', ou da separação parcial das mulheres em comitês de mulheres, convenções e eventos abertos à participação exclusiva de mulheres.

Muitas daquelas que apóiam esta separação parcial consideram a si mesmas como feministas socialistas. Aceitam a maioria das idéias defendidas pelas feministas radicais que advogam a separação total. Ambos os grupos rejeitam a idéia de que a conquista da libertação feminina está ligada à luta de classes, com mulheres e homens agindo juntos.

Esta falha tem levado muitas feministas para outra direção - para a participação em organizações reformistas, como o Partido Trabalhista Britânico. Elas acreditam que a conquista de direitos nos locais apropriados, como membros do parlamento, sindicatos oficiais, vereadores, irá de alguma forma ajudar as mulheres a encontrar a igualdade.

A tradição do socialismo revolucionário parte de idéias diferentes.

Marx e Engels, escrevendo ainda em 1848, argumentavam primeiramente que a opressão sobre as mulheres não surgiu da cabeça dos homens, mas do desenvolvimento da propriedade privada e, com ele, da emergência de uma sociedade baseada em classes. Para eles lutar pela libertação das mulheres era portanto inseparável da luta pelo fim da sociedade de classes - da luta pelo socialismo.

Marx e Engels também ressaltavam que o desenvolvimento do capitalismo, baseado no sistema fabril, trouxe profundas mudanças na vida das pessoas, especialmente na vida das mulheres. Elas foram levadas a trabalhar em fábricas, de volta para a produção social, de onde elas tinham sido progressivamente excluídas com o desenvolvimento da sociedade de classes.

Isto deu às mulheres um potencial que nunca tiveram antes. Organizadas coletivamente, as mulheres como trabalhadoras tinham maior independência e capacidade de lutar por seus direitos. Isto significava uma grande diferença em relação às suas vidas anteriores, quando seu principal papel na produção, cuidando da família, as tornava completamente dependentes do chefe da família - o marido ou o pai.

Disto, Marx e Engels concluíram que a base material para a existência da família e, portanto da opressão feminina, já não existia. O que impedia as mulheres de se beneficiarem desta situação era o fato de que a propriedade permanecia nas mãos de uns poucos. O que mantém as mulheres sob opressão hoje é o modo como o capitalismo é organizado - em particular, o modo como o capitalismo usa a forma específica da família para se assegurar que os trabalhadores procriem e forneçam novos trabalhadores nas gerações seguintes. É uma grande vantagem que as mulheres devam a maior parte de suas vidas a assegurar, sem qualquer remuneração, que seus maridos fiquem em condições de trabalhar nas fábricas e que seus filhos sejam por ela criados para fazer o mesmo.

No socialismo, ao contrário, a sociedade tomaria conta das muitas funções que hoje pesam sobre as mulheres. Isto não significa que

Marx, Engels e seus sucessores estivessem pregando 'a abolição da família'. Os defensores da família têm sido capazes de mobilizar muitas das mulheres oprimidas em defesa do núcleo familiar - pois elas entendem como 'abolição da família' dar licença aos maridos para abandoná-las com as responsabilidades com as crianças. Os socialistas revolucionários têm tentado mostrar que, ao contrário, em uma sociedade mais justa, uma sociedade socialista, as mulheres não seriam forçadas a ter a vida miserável e massacrante que levam nas famílias de hoje em dia.

As feministas sempre rejeitaram esse tipo de análise. Longe de entender que as mulheres têm o poder de mudar o mundo e acabar com sua opressão - ali onde elas são *coletivamente* fortes, no trabalho - elas as entendem como sofredoras e vítimas. No início dos anos 80, por exemplo, foram feitas campanhas que abordavam questões como a prostituição, o estupro, ou a ameaça das armas nucleares às mulheres e suas famílias. Tudo isso parte da idéia de que as mulheres são fracas.

O feminismo parte do pressuposto de que a opressão está acima da divisão de classes. E isto leva à conclusões que deixam intacta a sociedade de classes enquanto melhoram a situação de *algumas* mulheres - uma minoria. O movimento de mulheres tem a tendência de ser dominado por mulheres jornalistas, escritoras, da classe média alta, enquanto datilógrafas e operárias são deixadas de lado.

Apenas durante períodos de mudanças radicais e levantes revolucionários que a questão da libertação feminina torna-se realidade, não apenas para uma minoria, mas também para todas as mulheres da classe trabalhadora. A revolução bolchevique de 1917 produziu uma igualdade nunca vista antes. O divórcio, o aborto e o recurso a métodos contraceptivos domésticos tornaram-se livremente disponíveis. A educação das crianças tornou-se responsabilidade das sociedades. Iniciou-se a utilização de restaurantes, lavanderias e creches comunitários, que davam às mulheres maior possibilidade de escolher e controlar como levar suas vidas.

Claro que o destino destes avanços não poderia ser separado do



destino da própria revolução. A fome, a guerra civil, a dizimação da classe trabalhadora e o fracasso da revolução internacional significaram a derrota do socialismo na própria Rússia. Os avanços rumo à igualdade foram revertidos.

Mas os primeiros anos da república soviética mostraram o que a revolução socialista pode conquistar, mesmo sob as mais desfavoráveis condições. Hoje as perspectivas para a libertação feminina são muito melhores. Na Inglaterra e nos países capitalistas mais avançados, mais que dois trabalhadores em cinco são mulheres. Isto mostra que a libertação coletiva das mulheres somente pode ser alcançada através do poder da classe trabalhadora. Isto significa rejeitar a idéia feminista de criar organizações separadas de mulheres. Apenas homens e mulheres trabalhadores atuando juntos como parte do movimento unificado revolucionários podem destruir a sociedade de classes, e acabar com a opressão sobre as mulheres.

## Treze

### O socialismo e a guerra

O atual século tem sido o século das guerras. Dez milhões de pessoas foram mortas na Primeira Guerra Mundial, cinqüenta e cinco milhões na Segunda, dois milhões nas guerras da Indochina. E as duas superpotências, América e Rússia, agora possuem os meios para destruir a raça humana várias vezes.

Explicar este horror é difícil para aqueles que consideram a sociedade atual como a única. Elas são levadas a concluir que existe algum impulso inato, instintivo nos seres humanos que os levam a apreciar assassinatos em massa. Mas as guerras não são um fenômeno conhecido por todas as sociedades humanas. Gordon Childe nota que na Europa da Idade da Pedra: 'O primeiros Danubianos parecem ter sido um povo pacífico. Armas de guerra são ausentes em suas sepulturas. Suas aldeias não possuíam defesas militares'. Mas 'nas fases mais tardias do período neolítico os armamentos começaram a se tornar mais evidentes'...

Guerras não são causadas por alguma agressividade humana inata. São produtos da divisão da sociedade em classes. Quando,

entre 5 mil e 10 mil anos atrás, uma classe de donos de propriedades surgiram. Não tinham meios de defender sua riqueza. Começaram a constituir forças armadas, um estado, separado do resto da sociedade. Isto então tornou-se um valioso meio de aumentar ainda mais suas riquezas, através da pilhagem de outras sociedades.

A divisão da sociedade em classes significou que a guerra tornou-se uma característica permanente da vida humana.

As classes dominantes proprietárias de escravos da Grécia e Roma antigas não podiam sobreviver sem guerras contínuas para obter mais escravos. Os senhores feudais da idade média tinham de permanecer armados para subjugar os servos locais e protegerem-se de pilhagens feitas por outros senhores feudais. Quando as primeiras classes capitalistas dominantes surgiram há 400 ou 500 anos, elas também tinham que freqüentemente recorrer a guerras - tiveram que travar guerras terríveis nos séculos 16, 17 e 18 para estabelecer sua supremacia sobre os remanescentes dos velhos senhores feudais.

Ao mais bem sucedidos países capitalistas, como a Inglaterra, usaram a guerra para expandir sua riqueza, transpondo os mares, pilhando a Índia e a Irlanda, transportando milhões de pessoas como escravos da África para a América, transformando o mundo todo em uma fonte de pilhagem para si mesma. A sociedade capitalista se constituiu através da guerra. Não admira que aqueles que vivem em seu interior cheguem a acreditar que a guerra não só é 'inevitável', como 'justa'.

Ainda assim, o capitalismo não pode se basear sempre e inteiramente na guerra. A maioria de sua riqueza sai da exploração de trabalhadores em fábricas e minas. E isto é algo que pode ser interrompido por qualquer confronto que venha a ser travado dentro das fronteiras.

Toda classe capitalista nacional quer paz em casa, enquanto trava guerras no estrangeiro. Assim, enquanto encoraja a crença nas 'virtudes militares', ela também ataca fortemente a 'violência'. A ideologia capitalista combina, de um modo completamente contraditório, a exaltação ao militarismo com frases pacifistas.

No atual século, a preparação para a guerra tornou-se mais central para o sistema do que jamais fora antes. No século 19 a produção capitalista era baseada em muitas pequenas empresas competindo umas com as outras. O Estado era um corpo relativamente pequeno que regulava as relações entre elas e com os trabalhadores. Mas no século em que vivemos as grandes empresas têm engolido a maioria das pequenas empresas, acabando com a maioria da concorrência dentro de cada país. A competição está mais e mais internacional, entre gigantes de diferentes nações.

Não existe um Estado capitalista internacional para regular a competição. Ao contrário, cada Estado nacional exerce toda a pressão de que é capaz para ajudar seus capitalistas a conseguir vantagem sobre seus rivais. A luta de vida e a morte de diferentes capitalistas uns com os outros pode tornar-se uma luta de vida e morte entre estados diferentes, cada um com seu grande dispositivo bélico de destruição.

Por duas vezes esta luta levou a guerras mundiais. A Primeira e a Segunda guerras mundiais foram guerras imperialistas, conflitos entre alianças de estados capitalistas pela dominação do globo. A Guerra Fria é uma continuação desta luta, com os mais poderosos estados capitalistas alinhados uns com os outros na OTAN e com a chegada do Pacto de Varsóvia a este conflito, muitas guerras quentes têm ocorrido em diferentes partes do mundo.

Como de costume, têm sido lutas entre estados capitalistas diferentes sobre quem deverá controlar uma determinada região, como aconteceu na Guerra do Iraque deflagrada em 1980. Tanto os blocos ocidental como o oriental incitam guerras para vender a mais sofisticada tecnologia militar para os estados do Terceiro Mundo. O terrível poder destrutivo destas armas foi demonstrado dramaticamente pela guerra das Malvinas, em 1982.

Muitas pessoas que aceitam o capitalismo em geral, não gostam dessa realidade repugnante. Querem capitalismo mas não querem guerras. Elas tentam encontrar alternativas dentro do sistema. Por exemplo, existem os que acreditam que a ONU pode impedir as guerras.

Mas a ONU é apenas um arena em que se encontram diferentes estados que priorizam o esforço de guerra. Ali eles medem suas forças, como lutadores se estudam antes de golpear. Se um estado ou aliança suplanta a força de seus oponentes com uma pequena margem de vantagem, ambos acabam entendendo que trata-se de uma guerra sem sentido, cujo resultado é conhecido de antemão. Mas se surge uma pequena dúvida sobre o resultado final, eles somente conhecem um meio de resolver a contenda. Declarar a guerra.

Esta é a verdade, tanto em relação á OTAN como ao Pacto de Varsóvia. Mesmo onde o Ocidente tem uma margem á frente do bloco oriental, a desvantagem não é tão grande que faça os russos acreditarem que estão em uma desvantagem irreversível. Assim, apesar do fato de que a Terceira Guerra Mundial poderia varrer a vida humana da face da terra, tanto Washington como Moscou elaboram planos para travar e vencer uma guerra nuclear.

Aqueles que acreditam que é possível viver em paz sob o capitalismo colocam suas esperanças nos acordos entre as superpotências. Mas a desconfiança mútua entre os dois lados enfraquece qualquer acordo deste tipo. Ambos temem tanto serem ultrapassados por seus rivais na corrida armamentista, que procuram desenvolver ainda mais armas de destruição em massa. O acordo de 1972 que pretendia limitar os arsenais nucleares tanto no Oeste, quanto no Leste não pôde evitar uma aceleração da corrida armamentista.

Pode-se ser contrário e temer a guerra sem se opor ao capitalismo. Mas não se pode acabar com elas desse modo. A guerra é um produto inevitável da divisão da sociedade em classes. A ameaça que representam nunca cessará implorando aos governantes que façam as pazes. As armas têm que ser arrancadas de suas mão por um movimento que lute por derrubar a sociedade de classes de uma vez por todas.

Os movimentos pacifistas que apareceram na Europa e América do Norte no final dos anos 70 não compreenderam isso. Eles lutaram para deter a introdução dos mísseis Cruise e Persing, pelo desarmamento unilateral, por um congelamento nuclear. Mas eles

acreditavam que a luta pela paz podia obter sucesso isolada da luta entre capital e trabalho.

Desse modo, somente poderiam falhar no sentido de mobilizar o único poder capaz de deter os esforços para guerra, a classe trabalhadora. Apenas a revolução socialista pode deter o horror das guerras.

**FONTE: REVOLUTAS**

**SITE:**

**<http://www.revolutas.net>**

**PUBLICAÇÃO: 26/05/2004**

### **Atualidade de Marx**

*César Benjamin*

—  
A história da modernidade é a história da formação, pela primeira vez, de um sistema-mundo. Nos últimos quinhentos anos, as antigas sociedades humanas, que existiram em relativo isolamento durante milênios, foram progressivamente unificadas em um novo sistema muito mais amplo. Essa unificação foi feita por meio da incorporação de áreas e povos ao controle e influência do antigo subsistema europeu.

Os agentes e promotores dessa transformação construíram suas próprias maneiras de compreender e conferir sentido ao que faziam. Primeiro foi a difusão do cristianismo, mas esse discurso correspondia à consciência de um tempo histórico que estava sendo ultrapassado. Logo veio uma consciência nova. O iluminismo forneceu os dois conceitos fundamentais que justificaram o papel universal da burguesia européia: razão e liberdade.

Conceitos gêmeos. Até então, a revelação e a tradição é que forneciam normas válidas para a organização da vida social. O pensamento só poderia ocupar um lugar central se também dele fosse possível deduzir princípios e normas universais que ultrapassassem os limites da mera opinião. Enorme desafio. Os iluministas afirmaram que era possível superá-lo: o pensamento podia produzir esses conceitos universais, e à sua totalidade eles

denominaram razão. A razão pressupunha a liberdade, pois o sujeito só pode atingir a verdade se o seu esforço de conhecimento não reconhecer nenhuma autoridade externa que lhe imponha limites. E a liberdade pressupunha a razão, pois ser livre é poder agir de acordo com o conhecimento da verdade.

Ao contrário dos defensores das tradições, necessariamente vinculadas a sociedades específicas, as vanguardas da modernidade europeia logo proclamaram a validade universal

das suas proposições. As mitologias, as religiões, a arte, a tradição, o direito, o Estado, a política e a economia, tudo foi julgado à luz do ideal homogeneizador do progresso. Pela primeira vez, a história passou a ser encarada como um processo. Inseridas nele, todas as demais formas de estar-no-mundo foram declaradas arcaicas.

A crítica à consciência histórica da burguesia europeia, feita por Marx, começou por colocar essa consciência na história. Marx mostrou que o motor da expansão europeia não estava na razão ou na liberdade, considerados como conceitos abstratos. Estava no desenvolvimento pleno, pela primeira vez, das potencialidades e das contradições da formamercadoria.

Ela esteve presente, é verdade, na grande maioria das sociedades, mas sempre de maneira marginal e limitada. A moderna sociedade europeia a libertou.

Isso ocorreu a partir da inclusão, no circuito mercantil, de três elementos que

sempre haviam ficado fora dele: a força de trabalho humana, a terra e os meios de produção. Transformar coisas em mercadorias é banal, mas não é banal transformar em mercadorias os atributos fundamentais das pessoas e da natureza. Só então o circuito mercantil reorganizou à sua imagem e semelhança, pela primeira vez na história humana, toda a vida social. Todos os agentes sociais relevantes, inclusive os detentores do poder político, incluíram-se nele. Toda produção passou a ser produção de mercadorias, e a

produção de mercadorias passou a ser feita por meio de mercadorias. Ao se fechar, como a cobra que mordeu o próprio rabo, o circuito mercantil se tornou imune a forças externas que lhe eram hostis.

Nos meados do século 19, Marx escreveu que a sociedade assim organizada

desenvolveria, pelo menos, três características novas: a) seria compelida a aumentar incessantemente a massa de mercadorias, seja pelo aumento da capacidade de produzi-las, seja pela transformação de mais bens, materiais ou simbólicos, em

mercadoria; no limite, tudo seria transformado em mercadoria; b) seria compelida a ampliar o espaço geográfico inserido nesse circuito, de modo que mais riquezas e mais populações dele participassem;

no limite, esse espaço seria todo o planeta; c) seria compelida a criar permanentemente novos bens e novas necessidades; como as “necessidades do estômago” são limitadas, esses novos bens e novas necessidades, criados para dar sustentação a uma acumulação ilimitada de riqueza abstrata, seriam, cada vez mais, bens e necessidades voltados para a fantasia, que também é ilimitada.

Essa nova sociedade se desdobraria em três direções fundamentais: promoveria uma revolução técnica incessante (voltada para expandir o espaço e contrair o tempo da acumulação), realizaria uma profunda revolução cultural (para fazer surgir o homem portador daquelas novas necessidades em expansão) e formaria o sistema-mundo (para incluir o máximo de populações no processo mercantil).

Tudo isso se confirmou. De certa forma, esse processo já pertence ao passado, embora recente. Mas o percurso teórico de Marx não foi interrompido aí. Seu verdadeiro lance de gênio foi ter percebido que o capital procuraria ampliar suas possibilidades de acumulação em uma forma (que chamou  $D - D'$ ) na qual ele nunca deixaria de existir como riqueza abstrata. É, exatamente, o que acontece hoje, com a disparada da acumulação financeira global. Marx anteviu: quando essa forma se tornasse predominante, a civilização do capital entraria em crise. Pois, ao repudiar as “coisas”, o trabalho e a atividade

produtiva, ao afastar-se do mundo-da-vida, a acumulação de capital não poderia mais ser o eixo em torno do qual a vida social se organiza. A forma-mercadoria teria então de ser superada ou, pelo menos, remetida novamente a um lugar secundário, sendo substituída por algum outro princípio de organização da vida social.

Marx nunca deixou de ser um filósofo, mesmo quando fez a crítica da economia política. Eis o que quis nos dizer: mantida sob o comando do capital e aprisionada nos sucessivos rearranjos da forma-mercadoria, a capacidade criadora da humanidade – capacidade que decorre da sua liberdade essencial, ontológica – poderia tornar-se muito mais destrutiva na época do capitalismo senil, quando a potência técnica da própria humanidade já estaria muito mais desenvolvida. Dependendo de quais forças sociais predominassem, essa potência técnica expandida poderia ser colocada a serviço da liberdade (com a abolição do trabalho físico,

cansativo, mecânico e alienado) ou da destruição (com a escalada do desemprego e da guerra).

Essa me parece ser a disjunção mais relevante proposta por Marx e sua profecia mais certa. O capitalismo venceu. Estamos, finalmente, em um sistema-mundo em que tudo é mercadoria, em que se produz loucamente para se consumir mais loucamente, e se consome loucamente para se produzir mais loucamente. Produz-se por dinheiro, especula-se por dinheiro, mata-se por dinheiro, corrompe-se por dinheiro, organiza-se toda a vida social por dinheiro, só se pensa em dinheiro. Cultua-se o dinheiro, o verdadeiro deus da nossa época – um deus indiferente aos homens, inimigo da arte, da cultura, da solidariedade, da ética, da vida do espírito, do amor. Um deus que se tornou imensamente mediocrizante e destrutivo. E que é insaciável: a acumulação de riqueza abstrata é, por definição, um processo sem limites.

O capitalismo venceu. Talvez, agora, possa perder. Pois, antes que o novo tenha condições de surgir, Hegel dizia, é preciso que o antigo atinja a sua forma mais plena, que é também a mais simples e mais essencial, abandonando as mediações de que necessitou para se desenvolver. O momento do auge de um sistema, quando suas potencialidades

desabrocham plenamente, é o momento que antecede seu esgotamento e sua superação.

As crises do mundo contemporâneo mostram que a acumulação de capital e a forma mercadoria não podem mais ser o princípio organizador da vida social. É o desafio que está posto para nós neste século. O pensamento de Marx nunca esteve tão vivo.

**César Benjamin** é autor de *A Opção Brasileira* (Contraponto, 1998, nona edição) e *Bom Combate* (Contraponto, 2004). \_





|||

I AM COMING

Al insinuarse la actual crisis económica mundial, aun antes del estallido de la burbuja de las hipotecas norteamericanas, comenzó lo que muchos llamaron el "regreso" de Marx. Revistas de actualidad y de amplia difusión internacional pusieron su inconfundible retrato en sus portadas. La nota de tapa era Marx. En algunas encuestas relevantes fue elegido como [uno de los pensadores más destacados de todos los tiempos](#). A propósito del rescate financiero, en los principales diarios norteamericanos, se propinaban como insulto o como elogio el suscribir las ideas de aquel personaje tan querido y tan odiado, nacido en Tréveris, en 1818. No muchos años atrás, su recuerdo había quedado sepultado y su obra aplastada y degradada por pseudoexégetas, interpretadores falsarios y filisteos de todo pelaje, a lo que se agregó la rechazación de la socialdemocracia y la implosión de la URSS.

Pero el Marx original, su obra - despojada de las versiones de tantos "marxistas" que ya en vida tanto él como Engels despreciaron - apenas se está proyectando en los círculos académicos, en las tertulias de la izquierda y en los debates políticos coherentes. Sin embargo, según pinta hoy el mundo, es decir la economía, la política y la cultura, parece que las ideas de Marx y Engels podrán seguir ilustrando gran parte del siglo XXI.

Muchos se preguntarán ¿qué es el proyecto MEGA? No se trata de un dispositivo electrónico para espiar comunicaciones o el diseño de una nueva represa gigantesca.

Es uno de los mayores emprendimientos editoriales de la actualidad, y posiblemente entre los más destacados de todos los tiempos: la nueva edición crítica de las obras completas de Carlos Marx y Federico Engels (*Marx-Engels Gesamtausgabe*).

El profesor Michael Krätke, coeditor de la nueva MEGA, explicó durante casi dos horas las características de esta espectacular iniciativa, en una conferencia celebrada en la Universidad de Barcelona, en vísperas del encuentro internacional de *Sin Permiso* realizado en Madrid, en diciembre último.

El auditorio de la conferencia - mayoritariamente integrado por académicos y estudiantes conocedores de la obra de Marx - fue sorprendido por algunos tramos de la minuciosa y apasionada exposición de Krätke, tanto por su solvencia académica, rigor conceptual, contexto histórico y dominio de las materias sobre las que trabajaron Marx y Engels, como por los descubrimientos que pondrá a luz la nueva MEGA.

Es conocido que los textos de Marx y de Engels padecieron múltiples manipulaciones. Krätke aseguró que no hay uno solo de los libros publicados, que haya respetado la versión original, ya sea por cuestiones políticas o por la caprichosa tijera de los editores.

Krätke recordó que la primera iniciativa de reunir y publicar toda la obra de Marx y Engels se puso en marcha en 1911, dirigida por la socialdemocracia alemana, con la participación de Carlos Kausky, Augusto Bebel, y Eduardo Bernstein. Luego el proyecto pasó a la URSS, en 1922, bajo la dirección de David Riazanov, hasta que fue destituido por Stalin, en 1931, y fusilado años más tarde, en 1938, junto a sus compañeros de la vieja guardia bolchevique.

En la MEGA contemporánea, que comenzó a diseñarse en 1960 y se estima que culminará dentro de 25 o 30 años, trabajan 80 colaboradores de 8 países y 3 continentes. El plan original, explicó Krätke, contempla la publicación de unos 164 volúmenes. Estos son dobles, ya que comprenden el texto original más todos los apartados o

anexos. Los principios acordados para el inmenso reordenamiento y revisión de manuscritos, varios inéditos, libros y artículos publicados, más toda la correspondencia Marx-Engels - y de éstos con amigos, colaboradores y editores, etc. - son el respeto y la fidelidad del original, además de la certificación de su autenticidad y su preparación para ser editados en forma completa e integral. El equipo multidisciplinario que trabaja en el MEGA realiza un seguimiento de la evolución de los textos, discute exhaustivamente los mismos, evitando al mismo tiempo los comentarios políticos.

Con la pericia de un arqueólogo que va limpiando con cuidado las piezas del hallazgo para no dañarlo, expuso Krätke las vicisitudes por las que pasaron los trabajos de Marx más difundidos. Todos tienen su historia, sus polémicas, las marcas de la manipulación o del silenciamiento. Asimismo hay "montañas" de papeles: fichas, apuntes, cartas, cuadernos con cálculos matemáticos, que los entusiastas de la Mega ordenan y clasifican.

En el plan de la nueva MEGA, *El Capital* y todos los textos preparatorios y manuscritos, suman 15 tomos, la mayor parte ya han sido publicados en alemán. La correspondencia completa entre Marx y Engels y de ellos con terceros, comprende 35 volúmenes. La colección de extractos, fichas bibliográficas y anotaciones marginales de los dos amigos inseparables, se llevará otros 32, según el programa editorial.

Notable: a 127 años de la muerte de Marx todavía hay trabajos inéditos de Marx, dijo Krätke. Uno de ellos sobre la crisis financiera de 1857-1858 será publicado el próximo año, y esperamos que no tarde en traducirse al español. Según el investigador alemán - que posee una contundente trayectoria como economista e historiador, a lo que se agregan sus conocimientos de la obra de Marx - el trabajo sobre la crisis de 1857 arroja luz para entender mejor la crisis financiera y económica actual. Aquella, como la actual, comenzó en los Estados Unidos. **(1)**

Krätke se encargó, asimismo, de refutar, a la luz de las investigaciones hasta ahora culminadas, las especulaciones

sobre las diferencias entre Marx y Engels y las diligencias de éste en procurar ordenar y publicar la obra inconclusa de su amigo. Pudo haber cometido algunos errores, pero el de Engels fue un trabajo cuidadoso y respetuoso, aseguró.

### **España en la obra de Marx**

Pero si algo ilustra la erudición y – valga también decirlo – el coraje de Krätke, es hablar de la historia de España, en Barcelona y frente a académicos bien conocedores de esa historia. En términos menos académicos, lo dijo Antoni Doménech al alabar entre amigos la audacia del académico alemán y compañero de *Sin Permiso*.

Una sola cifra muestra la importancia de los trabajos de Marx y de Engels sobre España: del total de la nueva MEGA unos 12 volúmenes contienen sus ensayos, artículos y estudios vinculados al tema. Marx nunca visitó España, pero comenzó a estudiar el castellano en 1850 y desde entonces se encuentran en sus escritos citas de los clásicos, entre ellos de Cervantes y Lope de Vega.

Varias veces en su trayectoria intelectual, Marx realizó estudios sistemáticos sobre la historia de España. Particularmente entre los años 1847 y 1848, luego durante los años 1850 y 1851, 1854 y 1855 y por último entre 1878 y 1882, casi al final de su vida. En una oportunidad, en el período que va de 1854 a 1855, Marx se puso a escribir una historia crítica de los cambios revolucionarios en España, precisó Krätke.

Por algún tiempo desde 1854, Marx escribió sobre la situación política española para el *New York Daily Tribune* - varios de estos artículos contaron con la pluma de Engels - y forman parte de la sección de la MEGA denominada la España revolucionaria. **(2)**

Sobre los motivos que llevaron a Marx a estudiar la historia y la política española, se explayó Krätke al puntualizar que allí encontró no pocas claves de lo que sería su teoría política o, dicho de otra forma, la acumulación de conocimientos y papeles para elaborar una teoría política.

"Marx no comienza con las **'leyes'** de la historia, afirmó, él

constata y discute los fenómenos y las apariencias, regularidades e irregularidades, y busca entonces las explicaciones históricas". Marx estudió en profundidad, en el caso español, la relación entre la formación de las clases, de la sociedad burguesa y del Estado moderno. Según Krätke, el modelo de un primer Imperio colonial global, la forma curiosa que tomó el absolutismo, el concepto de un liberalismo avanzado y el desarrollo revolucionario tan particular, es lo que hacía de España un campo de análisis muy valioso para Marx. Entre otras cosas, para entender la transición del feudalismo al capitalismo. Transición hacia la formación del Estado moderno, que, recordó Krätke siguiendo a Marx, tomó formas muy diversas.

Un capítulo relevante en la sección de la nueva MEGA dedicada a España, tendrán los trabajos de Marx sobre la Constitución de Cádiz de 1812. Frecuentemente se olvida la sólida e inicial formación de Marx como jurista. A propósito de España vuelve a estos temas de su interés con la crítica a las interpretaciones contemporáneas de la constitución de 1812, a la que valoraba por su originalidad y por la situación política que le da origen. Trabajo, a su vez, que dispara la preocupación de Marx hacia una relectura de la Constitución francesa de 1791 y al análisis de la Constitución española de 1820.

Marx reflexiona en estos ensayos sobre la naturaleza de las constituciones revolucionarias, indicó Krätke, siempre "impracticables" e "imposibles".

Al retornar a sus investigaciones españolas, 20 años después, Marx revisa otra vez los vínculos entre España y la historia política mundial, la formación del estado moderno en Europa, después del año 1000, la Conquista y la Reconquista y el papel de España como poder militar e imperialista, reseñó el coordinador de la nueva MEGA.

Una vez terminado este gran empeño de la nueva MEGA, seguramente las ideas de Marx y de Engels podrán seguir repicando en la segunda mitad del Siglo XXI. Esta inyección de optimismo se nos ocurre tras haber escuchado a Krätke. Una mayor dosis de optimismo requeriría el pensar que al promediar este siglo se habrá liberado el mundo y el marxismo de la "dogmática y clerical lectura" de Marx y

Engels, como deseaba Manuel Sacristán, o de la "clerigalla marxista", como reclamaba Franz Mehring en 1918.

**NOTAS:** [1] Véase Michael R. Krätke, *Marx, periodista económico*, en *Sin Permiso* N° 6, Barcelona, 2010. [2] Con traducción y prólogo de Manuel Sacristán, en 1960, la editorial Ariel de Barcelona publicó con el título de *Revolución en España* los artículos periodísticos que de Marx y de Engels sobre España se conocían entonces.

**Carlos Abel Suárez** es miembro del Comité de Redacción de SINPERMISO.

sinpermiso electrónico se ofrece semanalmente de forma gratuita. No recibe ningún tipo de subvención pública ni privada, y su existencia sólo es posible gracias al trabajo voluntario de sus colaboradores y a las donaciones altruistas de sus lectores. Si le ha interesado este artículo, considere la posibilidad de contribuir al desarrollo de este proyecto político-cultural realizando una **DONACIÓN** o haciendo una **SUSCRIPCIÓN** a la **REVISTA SEMESTRAL** impresa.

www.sinpermiso.info, 1 agosto 2010

## Hegel e a práxis

**Por Leandro Konder**

Quando estava chegando aos trinta anos, George Wilhelm Friedrich Hegel teve uma tremenda crise existencial.

A imagem de um Hegel angustiado, neurastênico, hipocondríaco, não corresponde à figura (transmitida à posteridade) de um pensador soberanamente racional, que fascinava os discípulos pela solidez. Não corresponde à figura do professor feito de intelecto puro, cuja lógica devassava tudo e tornava inteligível – desde o alfa até o ômega – todo o processo real, encerrando-o num princípio definitivo, numa verdade completa.

À primeira vista, os explosivos problemas pessoais de Hegel poderiam não ser notados. Trabalhando como preceptor, a relação que ele mantinha com os pupilos e a respectiva família, em Frankfurt, era menos tensa do que em Berna. O sr. Gogel – o patrão que Hölderlin lhe arranjava – pagava melhor que os patrões anteriores. No entanto, Hegel sente-se dominado pelo desânimo e pelo aborrecimento. Contemplando a paisagem do final do Século XVIII e a vida em Frankfurt, o filósofo escreve a uma namorada (Nanette Endel) que não se ilude com a possibilidade de reformar coisa alguma e está disposto a “uivar junto com os lobos”.

Mais tarde, referindo-se à sua crise, Hegel tratou de explicá-la, procurou extrair dela sua dimensão significativa, universal. Em seus estudos de filosofia, no ginásio de Stuttgart e no seminário de Tübingen, bem cedo ele se dera conta do modo de ser essencialmente *ativo* que é próprio do ser humano. Aprendera com Kant que a consciência humana jamais é um mero registrador passivo de impressões vindas de fora dela: é sempre a consciência de um ser que *intervém* no real. Entusiasmou-se, então, com as consequências revolucionárias desse reconhecimento radical da criatividade humana. Acompanhando a sucessão dos acontecimentos na França, viu, com assombro, a Revolução derrubando instituições multisseculares. O entusiasmo e a inesperienza próprios da juventude levaram-no às raias da embriaguês intelectual: a força criadora do ser humano chegou a parecer-lhe, assim, onipotente.

Mas logo a vida obrigou-o a enxergar o equívoco em que incorria. A Revolução francesa, depois de assustá-lo com o *Terror*, passara à fase do Diretório e desembocara no Consulado. Na vida privada, a carreira de preceptor, nos quadros de uma Alemanha rebelde à mudança, impunha drásticos limites às suas ânsias de criação. Hegel descobriu, com amargura, que, se o homem transforma a realidade, só o faz no ritmo que lhe é imposto pelo processo real da evolução do mundo, isto é, só o faz nas condições e dentro dos limites que lhe são impostos por um movimento bem mais amplo do que a sua iniciativa como sujeito. E foi dessa descoberta, afinal, que derivou a sua crise.

Mais tarde, referindo-se à sua “crise dos trinta anos”. Hegel caracterizou-a como o “ponto noturno” de um processo de *contração*, através do qual o seu ser se liberava daquilo que nele era “inessencial” (carta a Windischmann, 27-5-1810).

O “inessencial” era o *voluntarismo*. A ilusão voluntarista é teimosa e baseia-se em algo daquilo que o homem pode apresentar de mais nobre a si mesmo: sua disposição de agir e de lutar, a confiança nas possibilidades de sua forçs criadora.

Um processo de autotransformação da realidade que não deixe lugar para a intervenção livre e criadora do sujeito humano será um mero movimento mecânico, implicará a sujeição do homem a uma lógica não humana, que o esmaga inapelavelmente. Em face do fatalismo (em face do quietismo ou contemplativismo que se alimentam da visão fatalista), o voluntarismo assinala uma generosa inconformidade e manifesta a percepção do fato de que, no homem, o que é mais humano é o impulso que marca a *autonomia*, a exigência do *projeto*, com sua fecunda tensão interna. Entre a inexorabilidade do mecanismo e a “insensatez” do voluntarismo, os jovens inclinam-se, naturalmente, pela segunda direção.

Do *querer mudar*, entretanto, não se passa automaticamente ao *saber mudar*. A compreensão de que *eu posso fazer alguma coisa* não me dá automaticamente a chave para a avaliação *daquilo que eu posso fazer*.

Evitando enfrentar adequadamente o problema que surge na passagem do primeiro para o segundo desses dois momentos, o voluntarismo situa-se num plano ineficaz para o combate à ilusão mecanicista: à *não práxis*, ele opõe uma *pseudopráxis*.

As condições históricas particulares da adolescência e do amadurecimento de Hegel permitiram-lhe dar-se conta, muito concretamente, *primeiro*, do apelo embriagador do voluntarismo e, *depois*, das suas limitações. Quando completava 19 anos, chegaram aos seus ouvidos em Tübingen os ecos da tomada da Bastilha e da proclamação revolucionária dos Direitos do Homem e do Cidadão. A monarquia francesa desabava sob os golpes de um movimento de massas liderado por um punhado de jovens pouco mais velhos que ele: em 1789, Robespierre estava com 31 anos, Danton com 30, Camille Desmoulins com 29 e Saint Just com 22. Karl Rosenkranz conta como Hegel ficou entusiasmado e, em companhia de Schelling e de Hölderlin, plantou perto do seminário onde estudava uma “árvore da liberdade”, em homenagem à França (cf. Rosenkranz, *Hegels Leben*).

Mas para que o gesto de plantar a “árvore da liberdade” (que simbolizava a adesão sentimental dos jovens à Revolução francesa)



não se diluísse na inocuidade de uma *pseudopraxis*, era preciso que ele tivesse consequências, que se desdobrasse em alguma atividade persistente. E as condições de atraso da Alemanha – a “miséria alemão” a que se referiu Marx – colocavam obstáculos imensos no caminho aberto pelo ímpeto progressista.

Como superar o descompasso entre a tendência avançada que se definia na França e a situação em que essa tendência poderia começar a atuar na Alemanha? Uns poucos intelectuais alemães tentaram pôr em prática os princípios revolucionários (exemplo: Georg Forster), mas fracassaram. O poeta Hölderlin, ideologicamente identificado com os jacobinos e com os ideais de Robespierre (cf. Lukács, *Goethe und seine Zeit*), radicalizou sua hostilidade ao ranço feudal que o cercava; ao contrário de Forster, não era um homem de ação, não se inclinava à ação política: retraiu-se cada vez mais e seu isolamento acabou por se confundir com a solidão da loucura (na qual ele passou, mergulhado, seus últimos 36 anos de vida). Hegel, que nunca aceitara as tendências democráticas mais radicais e as correntes “plebeias” da Revolução francesa, seguiu outra direção, na busca de uma resposta aos problemas que o inquietavam: dispôs-se a aprofundar seus estudos sobre a realidade política e econômica.

“Da crise de Frankfurt” – escreve Bernard Bourgeois – “nasce a filosofia propriamente dita de Hegel” (*La Pensée politique de Hegel*).

\*\*\*

Sobre as relações de Hegel com os problemas da vida política de seu tempo (inclusive com os problemas colocados pela Revolução francesa), existem numerosos trabalhos de grande utilidade. Além do livrinho de Bernard Bourgeois, que acabamos de citar, poderíamos referir-nos aos importantes estudos do marxista francês Jacques d’Hondt (*Hegel secret e Hegel en son temps*), ao livro de J. Ritter *Hegel und die französische Revolution*, ao de Marcuse *Reason and Revolution* ou ao de Eric Weil *Hegel et l’Etat*, por exemplo. Mas existe um estudo que se destaca dos demais porque analisa não só as relações de Hegel com a política como também as relações de Hegel com a economia: trata-se do trabalho clássico de Lukács *Der Junge Hegel*, escrito em 1938 e publicado em 1948.

O primeiro biógrafo de Hegel, Rosenkranz, ainda conseguiu ler o comentário que Hegel dedicou à edição alemã da *Economia*

*Política*, de Steaurt (cf. *Hegels Leben*, 1844); em seguida, porém, o texto se extraviou, desapareceu. Lukács lamenta-o e diz que esse desaparecimento nos impede de analisar desde o começo as formas particulares assumidas pela influência da economia sobre a filosofia de Hegel, ainda no período de Frankfurt.

Logo no começo do período de Jena, contudo, defrontamo-nos com um Hegel que se familiariza com Adam Smith e se ocupa das questões ligadas à divisão do trabalho (Realphilosophie). Lukács mostra que a concepção do *trabalho* elaborada pela economia política clássica dos ingleses exerce poderosa impressão sobre Hegel; mostra como ela corresponde às exigências hegelianas de realização da *unidade sujeito-objeto*: o *trabalho* aparece ao pensador alemão como a mola do desenvolvimento que faz do homem um produto de sua própria atividade; define-se simultaneamente como objetividade e como dinâmica subjetiva, capaz de superar aquilo que está *morto* no objeto.

Por um lado, Hegel preserva uma aquisição fundamental da sua perspectiva juvenil, isto é, a compreensão da importância da postura *ativa* do sujeito humano. (Nessa época ele escreve: “O medo de agir e cometer erros é filho do comodismo e do erro absoluto da passividade.”) Por outro lado, a percepção dos problemas do *trabalho* abre-lhe caminho para um conhecimento mais profundo dos modos necessariamente negativos pelos quais se manifesta o princípio mesmo da sociedade burguesa (problemática da *alienação*: “estranhamento” do homem em relação a si mesmo, ao seu semelhante, à natureza e ao Estado).

Hegel dá-se conta da complexidade das leis que regem a economia capitalista e *daimplacabilidade* de seu funcionamento. Nos cursos que ministra em 1805-1806, ele já é capaz de informar “cnicamente” a seus alunos: “As fábricas e as manufaturas fundam a existência delas precisamente na miséria de uma classe.”

Na fase inicial do período de Jena, Hegel – em seu esforço por combater o subjetivismo e aprofundar sua compreensão da complexidade do objeto – aliou-se a Schelling, em polêmica com Fichte. Quando o pai de Hegel (que era funcionário do Departamento das Finanças no Ducado de Wurtemberg) morreu e lhe deixou uma pequena herança, o filósofo abandonou seu trabalho como preceptor em Frankfurt e foi para Jena, em busca de um lugar na Universidade, tentando “voltar a intervir na vida dos homens” (carta a Schelling, 2/11/1800).

A situação financeira de Hegel em Jena não era nada boa. A herança do pai durou pouco. De acordo com o sistema vigente na universidade, eram os alunos que pagavam aos professores; quanto menos alunos tivesse um mestre, menos ganhava. No verão de 1896, Hegel deu dois cursos: teve 16 alunos no primeiro e 26 no segundo... De vez em quando, o amigo Niethammer precisa emprestar-lhe algum dinheiro. Quando Goethe lhe arranhou uma modestíssima remuneração anual fixa de cem thalers, Hegel escreveu-lhe uma carta, dizendo: “Sabendo o quanto devo ser reconhecido a Vossa Excelência por este novo obséquio que me é concedido, rogo-lhe que se digne receber o testemunho da minha mais respeitosa gratidão. Na medida das minhas forças, procurarei merecer esta prova – que me é tão preciosa – da bondade de Vossa Excelência.” (30/10/1806)

Mas o período de Jena é também o dos êxitos iniciais de Napoleão Bonaparte. É notória a admiração que Hegel dedicou ao imperador, “essa alma do mundo”, conforme o filósofo escreveu a Niethammer (13/10/1806). O que fascina Hegel em Napoleão não é um traço psicológico qualquer, uma inefável “aura” de genialidade: é a capacidade de ele promover a transformação dos Estados europeus, retomando e expandindo – sob controle – o processo da revolução burguesa. Hegel entusiasmou-se pela obra de sistematização do direito burguês, quando viu esse direito expurgado dos excessos jacobinos e generalizado à Europa, posto em prática em escala europeia. A história estava, por assim dizer, fazendo-se diante dos olhos do filósofo: ele julgava compreendê-la, explicá-la. Explicando-a, ajudava-a certamente a fazer-se melhor, com mais consciência daquilo que era necessário em sua marcha. Podia crer, portanto, que de certa forma alcançara o ideal manifestado a Schelling, o de “voltar a intervir na vida dos homens”.

Naquele tempo, as divergências entre Hegel e Fichte se haviam tornado imensas. Fichte considerava Napoleão, unilateralmente, um *traidor* da causa da Revolução francesa. Em seus célebres *Discursos a Nação Alemã*, Fichte apelou para os sentimentos patrióticos dos prussianos, concitando-os a assumirem o ideal de liberdade da Revolução francesa. A possibilidade da unificação alemã e da realização de reformas sociais progressistas avançarem sob a pressão da política de Bonaparte não lhe parecia digna de ser levada em conta; no entanto, o pensador idealista subjetivo trocava-a por outra possibilidade muitíssimo mais remota: a de que os poderosos interesses feudais, que ainda controlavam a

Prússia e patrocinavam a luta contra Napoleão, se convertessem à *democracia* e realizassem uma unificação democrática da Alemanha.

Mas o pensamento de Hegel não se aprofundava apenas em polêmica contra Fichte; o autor da *Fenomenologia do Espírito*, publicado em 1807, descreve com excepcional vigor o “longo e trabalhoso caminho” que a consciência precisa trilhar para superar o *imediat*, o *sensível*, elevando-se paulatinamente ao *conceito* (simultaneamente abolindo o peso morto das *contradições* e elevando a *necessidade* delas a níveis superiores). A *Fenomenologia* liga indissolúvelmente a necessidade à liberdade, repelindo o irracionalismo de Schelling, que excluía o reconhecimento dessa ligação.

Na perspectiva da *Fenomenologia*, a liberdade pressupõe o reconhecimento da necessidade, porém a necessidade não predetermina um caminho que o espírito (ou melhor, o homem, o portador do por-vir do espírito) seja obrigado a percorrer às cegas. A realidade com que o homem se defronta é uma realidade *in fieri* e o homem é o agente da sua transformação, mas o grau de conhecimento efetivo com que ele realiza sua missão necessária pode variar.

Há momentos – e Hegel, em 1807, achava que estava vivendo um deles – nos quais o novo não é satisfatoriamente compreendido pelos promotores da sua irrupção e aparece sob a forma de uma “incerta premonição de algo desconhecido”, manifesta-se na convicção (vaga) de que “há alguma coisa em marcha, a ponto de chegar”. A nova realidade é inevitavelmente complexa: “o começo do novo espírito é o produto de uma ampla convulsão de múltiplas formações”. A primeira aparição do mundo novo apresenta aos parteiros uma fisionomia geral enganadoramente *simples*, porque a consciência deles ainda pertence demasiadamente ao passado. E esse erro quanto ao todo (“a verdade é o todo”) causa graves transtornos ao exercício necessário da razão livre.

À filosofia, por conseguinte, cabia realizar a tarefa de combater semelhante equívoco, semelhante deficiência, trabalhando no sentido de fazer o espírito (a sociedade) reconhecer-se em seu vir-a-ser, apreendendo corretamente como *totalidade* o novo modo necessário da sua realização.

Na época em que saiu a *Fenomenologia*, Hegel já se havia transferido de Jena para Bamberg: as dificuldades financeiras (e talvez a exigência subterrânea de *intervir* de modo mais direto *na vida dos homens*) tinham-no levado a assumir o posto de redator-chefe do *Bamberger Zeitung*, jornal que um certo Schneiderbanger mantinha na cidade bávara de Bamberg. Mas o ambiente de Bamberg era muito acanhado. O poder político era representado por tipos como Von Bayard, de quem Hegel escreveu a Niethammer ter ouvido dizer francamente que a teoria só lhe interessava quando tinha alguma utilidade prática (carta de 22/1/1808). O poder econômico era representado por tipos como Von Welden, com quem Hegel se divertia – conforme escreveu ao mesmo Niethammer – falando sobre o Código de Napoleão, pois o sujeito tremia de medo, “na sua qualidade de proprietário de terras” (carta de 11/2/1808).

O jornalismo em Bamberg não deu a Hegel margem para trabalhar com a *paixão* que, a seu ver, era indispensável à realização de todas as *grandes coisa na vida*. A censura o importunava: as edições de 19/7/1808 e 26/10/1808 valeram-lhe aborrecimentos com as autoridades. O amigo de sempre – Niethammer – lhe arranjou então o lugar de diretor do ginásio oficial de Nüremberg (onde lhe cabia, além do mais, o ensino da filosofia). E Hegel voltou à *práxis* pedagógica.

Sem dúvida, dar aulas de filosofia pode ser uma excelente atividade para um filósofo. Obrigado a expor suas ideias com fins didáticos, conferindo-lhes a mais acessível das formas, ele as dominará melhor, enriquecerá suas conexões e desdobramentos. E – o que é mais importante – o desenvolvimento da filosofia ensinada ocorrerá a partir das exigências internas do sistema.

Dado o nível de generalização e de autonomia relativa em que se situam os princípios de um sistema filosófico, o pensador empenhado em elaborá-lo não se pode permitir a desfrutabilidade de alterar substancialmente o cerne do seu pensamento a cada estímulo externo, a cada “moda”, a cada evento ocorrido no cotidiano, a cada flutuação da vida política. Isso implicaria um desrespeito às múltiplas mediações existentes entre a generalização filosófica e a *empírie*.

Hegel aproveitou bem o período de Nüremberg, no qual trabalhou longamente na elaboração da sua *Lógica*, desenvolvendo o sistema cuja exposição iniciara na *Fenomenologia*. Aprofundou sua crítica

ao ponto de vista de Kant, que pretendia fazer o mundo das questões filosóficas girar em torno da questão gnosiológica. Ao contrário de Kant, que começava por se perguntar *o que é o conhecimento*, Hegel assume uma posição *ontológica* e o seu ponto de partida é a pergunta sobre *o que é o ser*. Até mesmo para poder perguntar concretamente o que é o conhecimento – argumenta ele – o filósofo precisa defrontar-se com a questão do *ser do conhecimento*, isto é, precisa ter-se defrontado antes com a questão do ser.

Tanto na *Lógica* (1812-1816) como na *Enciclopédia* (1817), Hegel retoma também alguns dos temas da sua polémica contra Fichte, de um lado, e contra Schelling, de outro. Hegel não quer que se perca nenhuma das possibilidades de intervenção ativa do *sujeito* humano (do espírito); mas também não admite que se subestime nenhum dos aspectos da resistência do *objeto*. Na concepção de Fichte, a opacidade do objeto não opõe resistência efetiva à liberdade do sujeito. Na de Schelling, sujeito e objeto dissolvem-se num todo indeterminado, que só pode ser compreendido irracionalmente. Na de Hegel, eles constituem dois *momentos* de uma *mesmatotalidade* dinâmica.

Concebendo, nas palavras de Marx, a autoprodução do homem como um processo, o historicismo racionalista de Hegel assentou as bases para uma *fluidificação dos conceitos*, que passam a se determinar reciprocamente, passam a se transformar uns nos outros, num *movimento* que maravilhou Lenin (“Hegel analisa conceitos que habitualmente parecem mortos e mostra que há movimento neles”).

Na apreensão tanto do “delírio báquico” do real (quer dizer, da sua infinitude empírica) como da sua inteligibilidade (racionalidade em sentido lato), a filosofia de Hegel, servindo-se de seus conceitos simultaneamente fluidos e rigorosamente articulados, esforça-se por determinar os diferentes níveis e as *mediações* específicas das *contradições* que promovem o movimento da realidade. *Contradição* e *mediação* são conceitos centrais da dialética hegeliana. A filosofia de Hegel é tanto uma filosofia das contradições como uma filosofia das mediações.

Em relação à contradição, Hegel presta homenagem a Kant, que mostrou que a contradição é insuprimível, um dos maiores avanços da filosofia destes últimos séculos; mas também lhe aponta os limites, pois diz que Kant limitou as antinomias a quatro casos

apenas, sem reconhecer que a antinomia se acha “em *todos* os objetos de *todos* os gêneros, em *todas* as representações, conceitos e ideias” (Enciclopédia, I, parágrafo 48).

Em relação à mediação, Hegel não é menos explícito. “Não existe nada, no céu, na natureza, no espírito, ou onde quer que seja, que não contenha ao mesmo tempo a imediação e a mediação”, escreve ele na *Lógica* (I, 1). E acrescenta, na *Enciclopédia*: “*compreender* um objeto não significa senão pô-lo na forma de *condicionado* e *mediatizado* (...) Se me encontro em Berlim, esta minha presença imediata na referida cidade está *mediatizada* pela viagem que fiz para ir até lá” (I, parágrafos 62 e 66).

Somente o respeito às contradições e mediações que constituem o tecido de cada contexto histórico permite ao sujeito inserir-se com eficácia no processo real: para poder participar efetivamente da autotransformação da realidade, o sujeito precisa capacitar-se laboriosamente para identificar o *sentido* geral do movimento transformador (a *Razão*) que se dilacera na superfície empírica da (necessária) multiplicidade dos fenômenos. Precisa capacitar-se para, nas palavras de Hegel, “reconhecer a flor da Razão na cruz do presente”. Isto é: precisa saber primeiro “reconciliar-se com a realidade” (*Filosofia do Direito*, prefácio).

\*\*\*

A tese da “reconciliação com a realidade” (*versöhnung mit der Wirklichkeit*) pressupõe outra tese: a de que “o real é racional e o racional é real” (que se acha também na *Filosofia do Direito*). São ideias que têm sido frequentemente evocadas no curso das discussões acerca da “ambiguidade” e até do “reacionarismo” do último período de Hegel.

Sobre o conservadorismo do velho Hegel, forjou-se, na verdade, uma figura bastante caricatural. Numa *História da Filosofia* escrita, ao que parece, para os leitores de *Seleções do Reader's Digest*, Will Durant, nas poucas e péssimas páginas dedicadas a Hegel, compraz-se em contar uma anedota segundo a qual o velho pensador, nos tempos de Berlim (1818-1831), estava tão caduco, tão desligado da realidade, que, num dia de chuva, perdeu na lama um dos sapatos que calçava e nem deu pela coisa: deu aula assim mesmo.

A imagem de Hegel proporcionada por Rudolf Haym em *Hegel und seine Zeit* (1857) é menos risível, mas não menos falsa: o filósofo nos é apresentado como um monstro de reacionarismo. Dewey e Santayana fazem de Hegel um precursor do imperialismo alemão e até do nazismo.

Desde cedo houve reações contra essa imagem deformada do criador da dialética moderna. Marx e Engels, por exemplo, nunca a engoliram. Basta ler as Cartas que os dois trocaram e nas quais, mesmo quando fazem ironias, manifestam frequentemente respeito e simpatia pelo “velho Hegel”: cartas de 27/11/1851, de 3/12/51, de 13/6/54, de 23/5/57, de 13/11/57, de 14/1/58, de 1/2/58, de 14/7/58, de 9/12/61, de 18/6/62, de 4/7/64, de 19/8/65, de 6/4/66, de 7/7/66, 16/6/67, de 11/1/68, de 25/3/68, de 23/5/68, de 7/11/68, de 15/4/69, de 14/4/70, de 8/5/70, de 21/9/74, de 18/8/81 e de 3/8/82. Uma das injustiças que Marx comete em sua correspondência com Engels está ligada – sintomaticamente – à sua preocupação em defender a herança hegeliana: quando o abnegado (embora claudicante no plano teórico) dirigente socialista Wilhelm Liebknecht publicou um artigo contra Hegel, Marx chamou Liebknecht de “ignorante, que tem a desfaitez de querer liquidar um tipo como Hegel com a palavra *prussiano*” (8/5/1870).

O poeta Heine, que foi aluno de Hegel na Universidade de Berlin, assegura que o velho filósofo *forçava* a obscuridade das exposições que fazia, em suas aulas, porque temia as consequências de suas ideias revolucionárias, caso elas fosse compreendidas. Heine conta que uma vez interpelou o professor, após uma das aulas, irritado com aquilo que considerava “conservador” na equivalência hegeliana do real e do racional. Segundo ele, Hegel lhe observou, então, com um sorriso: “E se o sr. lesse a frase assim: *o que é real deve ser racional...?*”

A equiparação do real ao racional tem sido, tradicionalmente, um dos fundamentos da acusação de *conservadorismo* formulada contra Hegel. Ela é, efetivamente, ambígua. Em favor de Hegel, contudo, deve-se lembrar que no seu sistema há uma diferença entre o *real* e o *existente*. E Hegel nunca sustentou que o *existente* é racional... Adorno lembra, aliás, que a tese segundo a qual o real é racional precisa ser avaliada em conexão com outros aspectos da filosofia hegeliana: “O real só pode ser tido por racional na medida em que seja transparente à ideia da liberdade, isto é, à autodeterminação real da humanidade” (*Drei Studien zu Hegel*).



Outro fundamento invocado para a caracterização de Hegel como conservador se acha na sua vinculação com o Estado prussiano. Na Universidade, como Reitor, Hegel prestava serviços ao Estado prussiano. Em suas teorias, Hegel fazia apologia do Estado. Portanto – concluem seus detatores –, fazia a apologia do Estado prussiano. Mas também nesse ponto a posição do filósofo pode ser defendida com bons argumentos: Hegel fazia apologia do Estado *moderno*, que ele descrevia como um Estado centralizado, baseado na competência dos administradores e *na garantia da liberdade dos cidadãos* (cf. *Rechtsphilosophie*, § 260). Era, pois, uma apologia do Estado *racional (real)* e não do Estado *existente*.

Jacques D'Hondt divulgou, em 1968, documentos que provam que as relações de Hegel com o Estado prussiano não estavam absolutamente isentas de tensões. Quando o professor De Wette foi expulso da Universidade por razões políticas (havia manifestado simpatia pelo estudante que assassinara o arquirreacionário Kotzebue, em 1819), Hegel participou de uma subscrição de ajuda ao colega, doando-lhe quatro dias do seu salário, embora não lhe tivesse particular estima (tratava-se, portanto, de um ato de solidariedade *política*). Dois dos assistentes de Hegel (Von Henning e Carové) foram processados por “pregação liberal”: Hegel jamais os abandonou. Além disso Hegel intercedeu pelos estudantes “liberais” Asverus e Karl Ulrich, pelo poeta Friedrich Förster e pelo filósofo francês Victor Cousin, vítimas de medidas repressivas tomadas pelas autoridades prussianas (sintomaticamente, essas mesmas autoridades recusaram a Hegel a permissão por ele solicitada de visitar Victor Cousin na cadeia). E em 1831 Frederico Guilherme III advertiu pessoalmente Hegel quanto à “pregação liberal” que vinha sendo feita na Universidade por um discípulo do pensador, o professor Eduard Gans.

Até 1815, Hegel recusara-se a admitir que a unificação da Alemanha se fizesse sob a hegemonia da Prússia. A derrota definitiva de Napoleão obrigou-o, porém, a mudar de posição. Apesar de preservar as bases de seu sistema, defendendo-lhe a autonomia relativa contra a pressão dos acontecimentos externos, o filósofo foi abalado pelo “triunfo da mediocridade”, quer dizer, pelo fim da era Bonaparte. E modificou sua atitude em face da Prússia.

Eric Weil compara a Prússia daquela época com a França da Restauração e com a Inglaterra anterior à reforma de 1832, bem como a Áustria de Metternich, para chegar à conclusão de que o

Estado prussiano era até progressista e Hegel, ao apoiá-lo, foi fiel aos melhores momentos de sua posição avançada precedente (*Hegel et l'Etat*). Contudo, a argumentação de Weil, neste ponto, parece-nos infeliz.

Na realidade, depois da derrota de Jena, especialmente na época dos ministros Stein e Hardenberg, a Prússia realizou reformas que trouxeram maiores liberdades para o comércio e a indústria, maior autonomia para a vida política nas cidades, mas esse avanço se fez mediante pesadas concessões no campo aos interesses feudais. A servidão foi abolida, mas os servos liberados tinham de pagar uma indenização aos *Junkers* e estes ainda saíam ganhando com a medida.

Para poder apresentar a Prússia como uma opção progressista, Eric Weil força uma artificiosa comparação com outros Estados que *naquele preciso momento* eram mais reacionários que o Estado prussiano. Não há, entretanto, por que tomar como quadro referencial o de um *momento restrito*, em lugar de considerar os Estados com base nas características mais significativas de *toda a fase evolutiva na qual se achavam*. As forças que, afinal, vieram a desencadear o movimento de 1830, levando Louis Philippe ao poder na França, estavam precariamente subjugadas sob os Bourbons e, com suas evidentes potencialidades, propunham, em germe, um Estado mais avançado que o prussiano: para preservar seu quadro comparativo *fechado*, Weil precisou ignorar essa alternativa que estava amadurecendo aos olhos de todos. (Também na Inglaterra, já antes da virada de 1830, a política reformista dos *whigs* vinha amadurecendo no coração do Estado *tory*.)

Em certo sentido, a conciliação de Hegel com o Estado prussiano (a despeito das escaramuças) representa um *retrocesso* na perspectiva de um filósofo que apoiara a Revolução francesa e Napoleão. E esse *retrocesso* – força é reconhecê-lo – estava contido como possibilidade no próprio sistema de Hegel.

*Nascido de uma reflexão fundada no casamento da razão com a história, o sistema hegeliano não se prestava a um uso decididamente reacionário, quer dizer, a um uso irracional ou anti-histórico. No entanto, por força de seu caráter idealista, ele não dispunha de elementos adequados para protegê-lo contra uma erosão conservadora. Essa erosão não fez de Hegel um apologista do Estado prussiano, não o levou a renegar suas concepções progressistas, mas embotou o acume da sua concepção*

da *práxis*, conduziu-o a uma melacólica subestimação das possibilidades concretas do sujeito humano em sua intervenção no processo histórico.

Do tom épico da *Fenomenologia*, de 1807, Hegel escorregou, insensivelmente, para um timbre elegíaco: a filosofia não se atribui mais a tarefa de saudar a forma nova que o espírito está assumindo; passa a fazer constatações *post festum*. “O mocho de Minerva só levanta voo quando o crepúsculo já caiu.”

Lukács observa que, para Hegel de Jena, o momento decisivo da história moderna era a Revolução francesa, com seu desdobramento e sua “correção” por Napoleão. Para o Hegel de Berlim, esse momento decisivo recua no tempo, se desloca do plano sócio-político para o plano religioso e passa a ser a Reforma luterana.

\*\*\*

No sistema filosófico hegeliano havia, desde o início, uma limitação essencial, propiciadora do *contemplativismo* conservador do período berlinense (que já vinha amadurecendo em Nüremberg e em Heidelberg). Quando Hegel superou a crise de Frankfurt, ele não renunciou apenas ao voluntarismo romântico; sem se dar conta disso, renunciou também a algumas possibilidades concretas de *práxis* revolucionária.

Em face das circunstâncias históricas com que se defrontava no final do século XVIII, a decisão de assumir plenamente o seu ser de classe (e a perspectiva burguesa que lhe correspondia) proporcionou a Hegel uma excelente base para a posição política avançada e conseqüente que ele vinha sustentando (e continuou a sustentar no período napoleônico). Mas a mesma base se revelou precária para a posição igualmente progressista e conseqüente na época aberta pelo Congresso de Viena. Na nova etapa, a promoção do progresso, em termos definidos e resolutos, apresentava problemas cuja solução já se situava *fora dos horizontes ideológicos da burguesia*.

No momento em que superou a crise hipocondria, forjou as bases do seu sistema e decidiu quanto ao seu modo específico de intervir na vida dos homens, Hegel não enxergou alternativa alguma situada além da ótica burguesa, porém isso não lhe fez muita falta.

Passada a era de Napoleão, contudo, o terreno imposto à escolha começou a se revelar demasiado estreito.

Os anos que precederam imediatamente 1830 são anos trágicos na Europa, pois a burguesia já não oferecia os fundamentos de uma possível *Weltanschauung* progressista e o proletariado ainda não pudera ingressar no campo visual dos filósofos como classe portadora de potencialidades especiais.

Mesmo Theodor W. Adorno, que se irrita quando Hegel é sumariamente classificado por alguns como um “mero burguês”, reconhece que “sua experiência se prendeu ao limite da sociedade burguesa” e que ele “como idealista burguês que era se deteve diante desse limite, porque não enxergou além dele qualquer força histórica real” (*Drei Studien zu Hegel*).

Não teria sentido algum *censurar* Hegel por não ter visto aquilo que ele realmente não podia ver. Limitamo-nos, aqui, a indicar as consequências desse respeito aos limites ideológicos burgueses, a partir do momento em que tais consequências se fizeram sentir.

Na geração que seguiu à de Hegel, o proletariado começaria a abrir caminho (longo e sofrido caminho, que ainda hoje está longe de ter sido satisfatoriamente trilhado) para uma superação da divisão social do trabalho, para uma superação das classes sociais e do *particularismo* que é inerente ao ser de classe e à sua ideologia. Começaria a abrir caminho, portanto, para a edificação de uma nova e autêntica *comunidade humana*, à qual corresponderia um modo necessariamente mais universal de encarar e resolver os problemas humanos.

Hegel, na juventude, percebeu essa ligação íntima que existe entre a *práxis* criadora do indivíduo livre e a comunidade que torna possível a efetivação dessa *práxis*. Ele escreveu: “A comunidade mais elevada é a liberdade mais elevada.” Mas não lhe foi possível, nem mesmo aproximadamente, instalar-se no ponto de vista dessa comunidade mais elevada.

Visto do ângulo classista, o gênero humano estratifica-se em sua dilaceração interna, não há caminho para a superação das classes sociais, não existe agente histórico concreto capaz de fazer com que tal caminho seja trilhado. A humanidade aparece, então, como uma *totalidade insuficientemente concreta*. Na *práxis* do homem persiste um caráter irredutivelmente abstrato.

A práxis criadora do homem possui uma multiplicidade de aspectos que corresponde à riqueza ilimitada do real. O sistema idealista de Hegel, constituindo uma *totalidade fechada* – da qual eram conhecidos tanto o ponto de partida como o ponto de chegada – perdia de vista a infinita riqueza do movimento real e amesquinhava a *práxis* humana. O homem – considerado universalmente, como um gênero, como um *todo* – é capaz de criações mais amplas e mais profundas do que pode avaliar um pensamento que só consegue encarar a *práxis* do ângulo de um mero grupo, uma nação, uma classe, uma *parte* da humanidade.

Se, por um lado, Hegel foi – como escreveu Marx – o primeiro pensador a conceber a autoprodução do homem como um processo, por outro – e foi o próprio Marx quem o notou – ele equivocou-se quanto à verdadeira natureza desse processo, concebeu-o como um movimento abstrato de um ser evanescente, incorpóreo, e não como a *Aufhebung* (negação, conservação e elevação a um nível superior) da realidade natural, que a *práxis* torna verdadeiramente humana.

[KONDER, Leandro. *Hegel e a práxis*. In *Temas de ciências humanas*, Volume 6. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1979, págs. 1 – 15]

**Georg Wilhelm Friedrich Hegel** (Stuttgart, 27 de agosto de 1770 — Berlim, 14 de novembro de 1831), filósofo alemão que sistematizou o método dialético moderno. Autor de *Fenomenologia do Espírito* (Phänomenologie des Geistes), 1807; *Ciência da Lógica* (Wissenschaft der Logik), 1812–1816; *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, 1817–1830; *Elementos da Filosofia do Direito* (Grundlinien der Philosophie des Rechts), 1817–1830

**Leandro Augusto Marques Coelho Konder** (Petrópolis, 3 de janeiro de 1936 — Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2014), filósofo marxista brasileiro. Autor de *O que é dialética*, 1990; *Hegel: a razão quase enlouquecida*, 1991; *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*, 1992; *A questão da ideologia*, 2002; *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*, 2009

Retirado do [site da Fundação Lauro Campos](#).

*Leandro Konder (1936-2014) foi um filósofo marxista brasileiro*

[http://www.algoadizer.com.br/edicoes/materia.php?MaterialD=1532&utm\\_source=Jornal+Algo+a+Dizer+Newsletter&utm\\_campaign=7413871efe-](http://www.algoadizer.com.br/edicoes/materia.php?MaterialD=1532&utm_source=Jornal+Algo+a+Dizer+Newsletter&utm_campaign=7413871efe-)

[Algo\\_a\\_Dizer\\_de\\_SETEMBRO9\\_27\\_2015&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_3c00d99d9a-7413871efe-192089597&ct=t\(Algo\\_a\\_Dizer\\_de\\_SETEMBRO9\\_27\\_2015\)&mc\\_cid=7413871efe&mc\\_eid=d05162f686](http://www.algoadizer.com.br/edicoes/materia.php?MaterialD=1532&utm_source=Jornal+Algo+a+Dizer+Newsletter&utm_campaign=7413871efe-192089597&ct=t(Algo_a_Dizer_de_SETEMBRO9_27_2015)&mc_cid=7413871efe&mc_eid=d05162f686)

## As Questões de Outubro

Daniel Bensaïd

Novembro de 1997

---

**Primeira Edição:** Publicado nos *Cadernos Em Tempo* nº 298, novembro 1997. Traduzido por Maria Regina Pilla e Luis Pilla Vares. Publicado originalmente na revista *Imprecor* n. 418 (edição francesa), de novembro de 1997.

**Fonte:** "Marxismo, Modernidade e Utopia", Editora Xamã, São Paulo, 2000).

**Transcrição:** [Daniel Monteiro](#) - Autorizada por José Corrêa Leite, organizador da coletânea.

**HTML:** [Fernando A. S. Araújo](#)

---

Antes mesmo de entrar na massa dos novos documentos acessíveis pela abertura dos arquivos soviéticos (que permitirão, indubitavelmente, novas luzes e uma renovação das controvérsias), as discussões vêm tropeçar no pensamento pronto da ideologia dominante, bem ilustrada pela recente homenagem necrológica consensual à François Furet. Nesses tempos de contra-reforma e de reação, não surpreende que os nomes de [Lenin](#) e [Trotsky](#) se tornem tão impronunciáveis quanto foram aqueles de [Robespierre](#) e [Saint Just](#) sob a [Restauração](#).

Para começar a limpar o terreno é conveniente retomar três idéias bastante aceitas hoje em dia:

1. Em vez de revolução, Outubro seria mais o nome emblemático de um complô ou de um golpe de Estado minoritário impondo no conjunto, de cima para baixo, sua concepção autoritária da organização social em benefício de uma nova elite.

2. Todo o desenvolvimento da Revolução Russa e suas desventuras totalitárias estaria inscrita em germe, por uma espécie de pecado original, na idéia (ou “paixão” segundo Furet) revolucionária: a história se reduziria então à genealogia e à execução dessa idéia perversa, em detrimento de grandes convulsões reais, de acontecimentos colossais e da saída incerta de toda luta.

3. Enfim, a Revolução Russa teria sido condenada à monstruosidade por ter nascido de um parto “prematureo” da história, de uma tentativa de forçar o curso e o ritmo, quando “as condições objetivas” de uma superação do capitalismo não estavam dadas: em lugar de ter tido a sabedoria “de auto-limitar” seu projeto, os dirigentes [bolcheviques](#) teriam sido os agentes ativos desse contratempo.

### **Revolução ou golpe de Estado?**

A revolução Russa não é resultado de uma conspiração mas a explosão, no contexto da guerra, das contradições acumuladas pelos conservadorismo autocrático do regime czarista. A Rússia, no começo do século, é uma sociedade bloqueada, um caso exemplar de “desenvolvimento desigual e combinado”, um país ao mesmo tempo dominante e dependente, aliando os traços feudais de um campo onde a servidão é oficialmente abolida há menos de meio século e os traços do capitalismo industrial urbano mais concentrados. Grande potência, ela é subordinada tecnologicamente e financeiramente (empréstimos). O caderno de

condolências apresentado para [Gapon](#) por ocasião da revolução de 1905 é um verdadeiro registro da miséria que reina no país das tzares. As tentativas de reformas são rapidamente bloqueadas pelo conservadorismo da oligarquia, a teimosia do déspota e a inconsistência de uma burguesia que já está perseguida pelo movimento operário nascente. As tarefas da revolução democrática recaem, assim, numa espécie de terceiro-estado, no qual, à diferença da Revolução Francesa, o proletariado moderno, ainda que minoritário, já se constitui na ala dinâmica em marcha.

É isso que a “Santa Rússia” pode representar: “o elo fraco da cadeia imperialista”. A prova da guerra põe fogo neste barril de pólvora.

O desenvolvimento do processo revolucionário entre fevereiro e outubro de 1917, ilustra bem que não se trata de uma conspiração minoritária de agitadores profissionais, mas da assimilação acelerada de uma experiência política em escala de massa, de uma metamorfose das consciências, de um deslocamento constante das relações de forças. Na sua magistral [História da Revolução Russa](#), [Trotski](#) analisa minuciosamente esta radicalização, de eleição sindical em eleição sindical, de eleição municipal em eleição municipal, junto aos operários, soldados e camponeses. Enquanto os [bolcheviques](#) representavam apenas 13% dos delegados ao congresso dos [Soviets](#) de junho, as coisas mudam rapidamente depois das “Jornadas de Julho” e a tentativa de *putsch* de [Kornilov](#): eles representam entre 45% e 60% em outubro. Longe de representar uma manipulação conseguida pela surpresa, a insurreição representa o resultado e a conclusão provisória de uma prova de força que amadureceu ao longo do ano, no curso do qual o estado de espírito das massas plebéias esteve sempre à esquerda dos partidos e de seus estados-maiores, não somente



dos socialistas revolucionários, mas mesmo daqueles do Partido Bolchevique ou de uma parte de sua direção (até inclusive sobre a decisão da insurreição).

Isso é o que explica que a insurreição de Outubro, comparativamente às violências que conhecemos desde então, tenha sido muito pouco violenta e pouco onerosa em vidas humanas, por mais que seja vão distinguir entre as vítimas de Outubro propriamente ditas (de ambas as partes) e aquelas da guerra civil a partir de 1918, sustentada pelas potências estrangeiras, com a França e a Grã-Bretanha na primeira fila.

Se entendermos revolução por um elã vindo de baixo para cima, aspirações profundas de um povo, e não a execução de algum plano mirabolante imaginado por uma elite esclarecida, não há nenhuma dúvida que a Revolução Russa foi uma, no sentido pleno da palavra. Basta notar as medidas legislativas tomadas nos primeiros meses e no primeiro ano pelo novo regime para compreender que elas significam uma transformação radical das relações de propriedades e de poder, às vezes mais rápida que previsto e desejado, às vezes mesmo além do desejável, sob a pressão das circunstâncias. Numerosos livros testemunham esta ruptura na ordem do mundo (como [Os dez dias que abalaram o Mundo](#), de John Reed, reedição do Seuil, 1996) e de sua repercussão internacional imediata (como *La révolution d'Octobre et le mouvement ouvrier européen*, obra coletiva, EDI, 1967).

Marc Ferro sublinha (notadamente em *La révolution de 1917*, Albin Michel, 1997 e *Naissance et Effondrement du régime communiste en Russie*, Livre de Poche, 1997) que não houve à época muita gente para apiedar-se do regime do tsar e para chorar o último déspota. Ele insiste, ao contrário, sobre a virada do mundo

tão característica de uma autêntica revolução, que afeta até os detalhes da vida quotidiana: em Odessa, os estudantes ditam aos professores um novo programa de história; em Petrogrado, os trabalhadores obrigam seus patrões a aprender o “novo direito operário”; no exército, os soldados convidam o capelão a sua reunião “*para dar um novo sentido a sua vida; em certas escolas, as crianças reivindicam o aprendizado do boxe para se fazer escutar e respeitar pelos adultos...*”

Este elã revolucionário inicial se faz ainda sentir ao longo dos anos vinte, apesar das penúrias e do atraso cultural, nas tentativas pioneiras no *front* da transformação do modo de vida: reformas escolares e pedagógicas, legislação familiar, utopias urbanas, invenção gráfica e cinematográfica. É ele ainda que permite explicar as contradições e as ambigüidades da grande transformação operada com dor entre as duas guerras, onde ainda se misturam o terror e a repressão burocrática e a energia da esperança revolucionária. Nunca nenhum país do mundo conheceu uma metamorfose tão brutal, sob o chicote de uma burocracia faraônica: entre 1926 e 1939 as cidades aumentarão de 30 milhões de habitantes e sua parte na população global passará de 18% a 33%; durante o único primeiro plano quinquenal sua taxa de crescimento é de 44%, ou seja praticamente tanto quanto entre 1897 e 1926; a força de trabalho assalariada mais que dobra (passa de 10 a 22 milhões); o que significa a “ruralização” massiva das cidades, um esforço enorme de alfabetização e de educação, a imposição à marcha forçada de uma disciplina do trabalho. Esta grande transformação é acompanhada de um renascimento do nacionalismo, de um desenvolvimento do carreirismo, do surgimento de uma novo conformismo burocrático. Nesta grande confusão, ironiza Moshe Lewin, a sociedade estava, num certo

sentido, “sem classes”, porque todas as classes estavam uniformes, em fusão (Moshe Lewin, *La formation de l’Union Soviétique*, Gallimard, 1985).

### **Vontade de poder ou contra-revolução burocrática**

O destino da primeira revolução socialista, o triunfo do estalinismo, os crimes da burocracia totalitária constituem sem nenhuma dúvida um dos fatos maiores do século. As chaves de sua interpretação têm a maior importância. Para alguns, o princípio do mal residiria num fundo ruim da natureza humana, uma irrepreensível vontade de potência que pode manifestar-se sob diferentes máscaras, inclusive aquela da pretensão de fazer a felicidade dos povos, apesar deles, de impor-lhes esquemas pré-concebidos de uma “cidade ideal”. Importa-nos, ao contrário, encontrar na organização social, nas forças que a constituem e se opõem, as raízes e as molas profundas daquilo que às vezes chamamos “o fenômeno estalinista”.

O estalinismo, nestas circunstâncias históricas concretas, remete a uma tendência mais geral à burocratização em marcha em todas as sociedades modernas. Ela é alimentada fundamentalmente pelo desenvolvimento da divisão social do trabalho (entre trabalho manual e intelectual notadamente) e pelos “perigos profissionais do poder” que lhes são inerentes. Na União Soviética, esta dinâmica foi tanto mais forte e rápida quanto a burocracia se produziu sobre um fundo de destruição, de penúria, de arcaísmo cultural, na ausência de tradições democráticas. Desde a origem, a base social da revolução era ao mesmo tempo ampla e estreita, ampla na medida em que ela repousava sobre a aliança entre operários e camponeses que constituíam a esmagadora maioria social. Estreita na medida em que o componente operário

minoritário, foi rapidamente eliminado pelos desgastes da guerra e as perdas da guerra civil. Os soldados para os quais os Sovietes tiveram em 1917 um papel central, eram no essencial camponeses mobilizados pela idéia da paz de retorno ao lar.

Nessas condições, o fenômeno da pirâmide invertida ficou em seguida evidente. Não era mais a base que levava e empurrava o topo, mas a vontade do topo que esforçava-se de carregar a base. Daí a mecânica da substituição: o partido substitui ao povo, a burocracia ao partido, o homem providencial ao conjunto. Mas esta construção só se impõe pela formação de uma nova burocracia, fruto da herança do antigo regime e da promoção social acelerada de novos dirigentes. Simbolicamente, nos efetivos do partido após o recrutamento massivo da “promoção [Lenin](#)”, alguns milhares de militantes da revolução de Outubro não pesam mais a relação às centenas de milhares de novos [bolcheviques](#), entre os quais os carreiristas vindos em socorro da vitória e os elementos reciclados da velha administração.

O [testamento de Lenin](#) (ver Moshe Lewin. *Le dernier combat de Lenine*, Minuit, 1979), é testemunha, em sua agonia, desta consciência patética do problema. Enquanto a revolução é assunto de povos e de multidões, [Lenin](#) moribundo está imaginando o futuro, avaliando os vícios e as virtudes de um punhado de dirigentes de quem tudo parece agora depender.

Se os fatores sociais e as circunstâncias históricas jogam um papel determinante no ascenso poderoso da burocracia estalinista, isto não significa que as idéias e as teorias não tenham nenhuma responsabilidade na sua existência. Particularmente, não há nenhuma dúvida que a confusão sustentada, desde a tomada do poder, entre o Estado, o partido e a classe operária em nome do

definhamento rápido do Estado e do desaparecimento das contradições no seio do povo, favorece consideravelmente a estatização da sociedade e não a socialização das funções estatais. O aprendizado da democracia é uma questão longa, difícil, que não caminha no mesmo ritmo que os decretos de reforma econômica. Ela toma tempo, energia. A solução fácil consiste, então, em subordinar os órgãos de poder popular, conselhos e sovietes a um tutor esclarecido, o partido. Na prática, ela consiste também em substituir o princípio da eleição e do controle dos responsáveis pela sua nomeação, por iniciativa do partido, desde 1918, em alguns casos. Esta lógica desemboca, então, na supressão do pluralismo político e das liberdades de opinião necessárias à vida democrática, assim como a subordinação sistemática do direito à força.

A engrenagem é tanto mais implacável quanto a burocracia não procede somente ou principalmente de uma manipulação das altas esferas. Ela responde também, às vezes, a uma espécie de demanda das bases, a uma necessidade de ordem e de tranqüilidade dos cansaços da guerra e da guerra civil, das privações e do desgaste que as controvérsias democráticas, a agitação política, a demanda constante de responsabilidade provocam. Marc Ferro assinalou, em seus livros, de forma pertinente, esta terrível dialética.

Ele lembra, assim, que existiam “*duas vertentes - democrática-autoritária na base, centralista e autoritária na cúpula*”, no começo da revolução, “*enquanto que em 1939 há apenas uma*”. Mas, para ele, a questão é praticamente resolvida ao cabo de alguns meses, a partir de 1918 ou 1919, com o definhamento ou o enquadramento dos comitês de bairro e de fábrica (ver Marc Ferro, *Les Soviets en Russie*, coleção Archives). Seguindo uma aproximação análoga, o filósofo Phillipe Lacoue-Labarthe é ainda mais explícito declarando

o bolchevismo “contra-revolucionário a partir de 1920-1921”, isto é, antes de Kronstadt (ver *Revue Lignes* n° 31, maio 1997).

O assunto é de maior importância. Não é questão de opor, ponto por ponto, de maneira maniqueísta uma lenda do “Leninismo sob [Lenin](#)” ao Leninismo sob [Stalin](#), os anos 20 luminosos aos sombrios anos 30, como se nada houvesse ainda começado a apodrecer no país dos [Soviets](#). É claro, a burocratização está quase imediatamente em andamento; é claro, a atividade policial da [Tcheka](#) tem sua lógica própria; é claro, o desterro político das ilhas Solovski está aberto depois da guerra civil e antes da morte de [Lenin](#); é claro, a pluralidade dos partidos é suprimida de fato, a liberdade de expressão limitada, os direitos democráticos no próprio partido são restringidos a partir do 10º Congresso de 1921. **O processo daquilo que chamamos contra-revolução burocrática não é um acontecimento simples, datável, simétrico da insurreição de Outubro. Ele não é feito num dia. Ele passou por escolhas, enfrentamentos, acontecimentos.** Os próprios atores não pararam de debater sobre a periodização, não pelo gosto da precisão histórica, mas para tentar deduzir as tarefas políticas. Testemunhas como Rosmer, [Eastman](#), [Souvarine](#), Istrati, Benjamin, Zamiatini e [Bulgakov](#) (nas suas cartas à [Stalin](#)), a poesia de Maiakovski, os tormentos de Mandelstam ou de Tsvetaieva, os cadernos de [Babel](#) etc., podem contribuir a esclarecer as múltiplas facetas do fenômeno, seu desenvolvimento, sua progressão.

Mas isso não reduz o contraste, a descontinuidade irreduzível, na política interna como na política internacional, entre o começo dos anos 20 e os terríveis anos 30. Nós não contestamos que as tendências autoritárias tenham começado a impor-se bem antes, que obcecados pelo “inimigo principal” (bem real na verdade) da agressão imperialista e a restauração capitalista, os dirigentes

[bolcheviques](#) tenham começado a ignorar ou subestimar “o inimigo secundário”, a burocracia que os minava internamente e que acaba por devorá-los. Este roteiro era inédito na época, difícil de imaginar, foi preciso tempo para compreendê-lo e interpretá-lo, para tirar as conseqüências. Assim, se [Lenin](#) sem dúvida melhor compreendeu o sinal de alarme que significou a crise do Kronstadt, a ponto de impulsionar uma profunda reorientação política, é apenas bem mais tarde, na [Revolução Traída](#), que [Trotski](#) chegará a fundar um princípio de pluralismo político sobre a heterogeneidade do próprio proletariado, inclusive após a tomada do poder.

A maioria dos grandes testemunhos e dos estudos sobre a União Soviética ou sobre o próprio Partido bolchevique (ver *Moscous Lenine* de Rosmer, *O Leninismo sob Lenin* de Marcel Liebman, *L’histoire du Parti bolchevik* de [Pierre Broué](#), *Staline* de [Souvarine](#) e o do [Trotski](#), os trabalhos de L. H. Carr, de Tony Cliff, de Moshe Lewin, de David Rousset) não permitem ignorar, na estreita dialética da ruptura e da continuidade, **a grande virada dos anos 30**. A ruptura ganha de longe, atestada pelos milhões e milhões de mortos de fome, os deportados, as vítimas dos processos e dos expurgos. Foi preciso desencadear tal violência para chegar ao **“congressos dos vencedores” de 1934** e a consolidação do poder burocrático porque a herança revolucionária deveria ser tenaz e não foi facilmente superada

Isto é o que chamamos uma contra-revolução, tão massiva, tão visível, tão esmagadora como as medidas autoritárias, por inquietantes que fossem, tomadas no calor da guerra civil. Esta contra-revolução faz igualmente sentir seus efeitos em todos os domínios, naquele da economia política (coletivização forçada e desenvolvimento em grande escala do *Gulag*), da política internacional (na China, na Alemanha, na Espanha), da própria

política cultural ou da vida quotidiana, com aquilo que [Trotsky](#) chamou “*thermidor no lar*”.

### **Revolução “prematura”**

Após a queda da União Soviética uma tese readquiriu vigor entre os defensores do marxismo, especialmente nos países anglo-saxônicos (ver as teses de Gerry Cohen): aquela segundo a qual a revolução teria sido desde o começo uma aventura condenada porque prematura. Na realidade, esta tese tem sua origem muito cedo no discurso dos próprios [mencheviques](#) russos e nas análises de [Kautsky, desde 1921](#): muito sangue, lágrimas e ruínas, escreveu ele, então, teriam sido poupados “se os [bolcheviques](#) tivessem tido o senso [menchevique](#) da [auto-limitação](#) àquilo que é acessível, onde se revela o mestre” (*Vonder Demokratie zur statssklaverei*, 1921, citado por [Radek](#) em *Les voies de la Révolution russe*, EDI, p. 41).

A fórmula é impressionantemente reveladora. Eis alguém que polemiza contra a idéia de um partido de vanguarda mas imagina em troca um partido-mestre, educador e pedagogo, capaz de regular à sua vontade a marcha e ritmo da história. Como se as lutas e as revoluções não tivessem também sua lógica própria. Ao querer auto-limitá-las tenta-se passar para o lado da ordem estabelecida. Não se trata mais então “de auto-limitar” os objetivos do partido, mas simplesmente de limitar as aspirações das massas. [Nesse sentido, os Ebert e os Noske, assassinando Rosa Luxemburg e esmagando os soviets da Baviera se tornaram ilustres como virtuosos da “auto-limitação”.](#)

Na verdade, o raciocínio conduz de maneira inelutável à idéia uma história bem ordenada, regrada, como um relógio, onde tudo tem a sua hora, no tempo exato. Ele recai nas planícies de um



estrito determinismo histórico tão seguidamente censurado nos marxistas onde a situação da infra-estrutura determina de maneira estreita a superestrutura correspondente. Ele elimina simplesmente o fato de que **a história não tem a força de um destino**, é cheia de acontecimentos que abrem uma série de possibilidades, nem todas garantidas. Trata-se mais de um horizonte determinado de possibilidades. Seus próprios atores pensaram a Revolução Russa não como uma aventura solitária, mas como primeiro elemento de uma revolução europeia e mundial. Os fracassos da Revolução Alemã ou da Guerra Civil Espanhola, os desdobramentos da Revolução Chinesa, a vitória do fascismo na Itália e na Alemanha não estavam escritos de antemão.

Falar nesse caso de revolução prematura significa um retorno a enunciar um julgamento de tribunal histórico, em vez de se colocar do ponto de vista da lógica interna do conflito e das políticas que se defrontam. Deste ponto de vista, as derrotas não são provas de erro ou de falhas, da mesma forma que as vitórias não são prova da verdade. Porque não há julgamento final. O que importa é o que foi traçado passo a passo na ocasião de cada grande escolha de cada grande bifurcação (a [NEP](#), a coletivização forçada, o pacto germano-soviético, a guerra civil espanhola, a vitória do nazismo), a pista de uma outra história possível. É o que preserva a inteligibilidade do passado e permite tirar lições para o futuro.

Haveria, certamente, outros aspectos para discutir por ocasião deste aniversário. Nós estamos satisfeitos com “três questões de Outubro” hoje cruciais no debate. **Mas o capítulo das “lições de Outubro” de um ponto de vista estratégico (crise revolucionária; dualidade de poder; relações entre partidos, massas e instituições; questões da economia de transição), de sua atualidade e de seus limites, é evidentemente tarefa decisiva.** Isto conduz, também,

contra “diabolizar” quem pretende responsabilizar a revolução por todas as misérias do século, a precisar que a União Soviética é certamente o país que, em três décadas viu o maior número de mortes violentas concentradas num território limitado, mas que não se pode sem mais nem menos, imputar à revolução as dezenas de milhões de mortes (os historiadores discutem a cifra hoje em dia), aqueles da Primeira Guerra Mundial, da intervenção estrangeira, da guerra civil ou da Segunda Guerra Mundial. Assim como, no bicentenário da Revolução Francesa era impossível imputar à Revolução os sofrimentos causados pela intervenção das monarquias ou das guerras napoleônicas.

Talvez nestes tempos de restauração seja proveitoso, para terminar, lembrar estas soberbas linhas célebres de [Kant](#), escritas em 1795, em plena reação termidoriana:

“Um tal fenômeno na história da humanidade não se esquece mais porque ele revelou na natureza humana uma disposição, uma faculdade de progresso tal que não seria possível com uma política de sutileza, separando-a do curso anterior dos acontecimentos somente na natureza da liberdade reunidas na espécie humana segundo os princípios internos do direito na medida da aparência, ainda que quanto ao tempo de uma maneira indeterminada e como acontecimento contingente. Mas mesmo se o objetivo visado por este acontecimento não foi ainda hoje atingido, mesmo quando a revolução ou a reforma da constituição do povo fosse finalmente fracassada, ou tivesse se passado um lapso de tempo, tudo recaísse no estado de coisas anterior (como a manutenção de certas políticas), esta profecia filosófica não perde nem um

pouco de sua força. Porque este acontecimento é muito importante, muito ligado aos interesses da humanidade e de uma influência imensa sobre todas as partes do mundo para não se tornar mera memória nos papéis na ocasião de circunstâncias favoráveis e lembrar quando da retomada de novas tentativas deste gênero”.

Ninguém poderá conseguir que os dez dias que abalaram o mundo sejam apagados.

### **" A Revolução Global : história do comunismo internacional (1917-1991)**

*Historiador: 'A rejeição da política como solução para a vida me preocupa'*

**O professor da Universidade de Roma II está no Brasil para lançar seu livro 'A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)'**

por Leonardo Cazes  
01/09/2014 15:45 /

**“Tenho 59 anos, nasci em Florença, na Itália, e sou apaixonado por futebol. Fiz graduação na Universidade de Florença, nos anos 1970, e no doutorado estudei a política externa da União Soviética na Segunda Guerra. Meu último livro procura relacionar a história do comunismo internacional e a História global do século XX”**

**Conte algo que não sei.**

As guerras foram o grande fator de ascensão das revoluções comunistas no século XX, não as crises do capitalismo. A Revolução Russa está ligada à Primeira Guerra Mundial; a Revolução Chinesa, à Segunda Guerra. Nenhuma revolução surgiu a partir da Grande Depressão, em 1929, ou do choque do petróleo nos anos 1970. O avanço comunista na Indochina, nessa época, está relacionado às duas guerras anteriores na região.

## **Essas guerras impactaram o pensamento comunista?**

A imaginação política comunista ficou muito marcada pela guerra desde o início. Houve uma combinação entre ideologia e experiência. Havia uma visão catastrófica do capitalismo. Para os comunistas, a História era violenta, o capitalismo era violento. Essa seria a origem dos conflitos e por causa deles haveria revolução. É diferente do fascismo, que via a guerra como um projeto de conquistas territoriais.

## **Então essa é a raiz do autoritarismo desses regimes?**

Isso contribui para explicá-lo, mas não só. Havia o ethos do sacrifício, de se preparar para tempos difíceis para que houvesse dias melhores. O autoritarismo também estava ligado à ideia comunista de uma guerra civil mundial inevitável. A noção do comunismo como uma modernidade alternativa ao capitalismo não se referia apenas à construção de uma sociedade melhor, mas também a uma preparação para essa guerra que viria. Esse foi o foco da modernização soviética feita por Josef Stalin, por exemplo.

## **O senhor vê a principal razão do fim da União Soviética em uma crise política, mais do que econômica. Por quê?**

Nos anos 1980, não havia recessão econômica na União Soviética, mas estagnação. Hoje na Europa também há estagnação, e nem por isso a União Europeia vai acabar. As raízes da desagregação estão nas muitas contradições na relação entre o Estado soviético e os partidos e os Estados comunistas. É o choque entre um projeto de revolução mundial e os interesses de um Estado. Quando há a ruptura entre a China e a União Soviética (em 1963), acaba a unidade do movimento comunista internacional. Ali, ele perde a sua legitimidade como um projeto global de alternativa ao capitalismo. Em maio de 1968, a crise do comunismo já existia, mas não foi compreendida.

## **A China hoje pode ser considerada um país comunista?**

Sim e não. Há legado do comunismo na China, que não pode ser entendida sem a revolução. Há um partido comunista, um comitê central. Mas, a partir dos anos 1980, o país abandonou o projeto global de uma modernidade anticapitalista e fez sua transição para um autoritarismo de mercado. A China abandonou a característica básica do comunismo no século XX, sua ambição universal.

## **Em todo o mundo, as pessoas parecem desiludidas com a política. A utopia faz falta?**

A rejeição da política como solução para a vida me preocupa, talvez porque eu esteja ficando velho (risos). Mas não devemos ser nostálgicos da era das grandes ideologias. O fim do comunismo legou uma falta de fé em qualquer transformação política, pois era uma experiência hiperpolítica que falhou. Creio que uma nova política global já está aí, amorfa e dispersa, e vai emergir em algum momento de formas que ainda não conhecemos. A Primavera Árabe foi um exemplo disso.

Read more: <http://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/silvio-pons-historiador-rejeicao-da-politica-como-solucao-para-vida-me-preocupa-13794744#ixzz3CAAWGW1t>

.....

## **Daniel Aarão Reis: A necessária reconstrução da utopia socialista**

Quando se desagregaram o socialismo soviético e seus clones históricos na Europa Central e na Ásia, e apesar da existência remanescente de ditaduras que se conservaram, invocando princípios revolucionários, em Cuba e na Coreia do Norte,

instalaram-se tempos difíceis e pessimistas para todos os adeptos da gesta socialista, concebida no século XIX.

Mesmo os críticos mais radicais do socialismo realmente existente, muitos dos quais questionavam o próprio caráter socialista daqueles regimes, foram alcançados, por tabela, pelo desmoronamento surpreendente do colosso soviético e pelas mutações não menos inesperadas por que passava o antigo Império do Meio. Como se fossem imensas árvores, de fundas raízes, a queda de uma e a transformação da outra arrastaram consigo tudo o que fora ligado ou associado às tradições socialistas. O desmoronamento repercutiu intensa e negativamente em todo o campo da opinião simpática à, ou partidária da, ideia socialista, tanto mais porque tais processos seriam potencializados, em chave triunfalista, pelos poderosos meios de comunicação identificados com o capitalismo.

Ao mesmo tempo, contudo, como não há perdas sem ganhos, despejaram-se os horizontes daquelas pesadas hipotecas que sombreavam a proposta de construção do socialismo. Para os que mantiveram, segundo a recomendação do revolucionário sardo, o otimismo da vontade, mediado embora pelo pessimismo da razão, abriram-se perspectivas fascinantes e inovadoras, capazes de semear o terreno para a formulação da crítica do passado e de novas alternativas históricas para o futuro.

Mesmo porque, ao contrário do que imaginavam certos “cães de guarda”, não findara a história nem se havia atenuado a lógica predadora e desigual do capitalismo a suscitar continuamente contradições e oposições, desafios e espírito crítico.

É exatamente deste espírito crítico, de que tanto carece a reelaboração da utopia socialista, que este livro está permeado.

Silvio Pons, consagrado professor de História do Leste Europeu, na Universidade de Roma II (Tor Vergata), autor de numerosas obras sobre o socialismo soviético e o movimento comunista internacional, em especial no contexto da Guerra Fria, nos apresenta nas páginas que se seguem um rigoroso balanço histórico do modelo socialista soviético e do comunismo internacional no século XX, da revolução de outubro à dissolução da União Soviética.

O que impressiona, em primeiro lugar, é a diversidade e a qualidade das fontes exploradas, onde se destacam os arquivos russos

(Arquivos da Internacional Comunista e do Partido Comunista da União Soviética, Arquivos de Estado para Relações Exteriores, História Contemporânea e História Política e Social), os de alguns importantes partidos comunistas da Europa Central e Ocidental e os de instituições dedicadas à história do comunismo, como a Hoover Institution, em Stanford, a Fundação Gorbachev, em Moscou, e a Fundação Feltrinelli, em Milão. Este variado corpus documental oferece sólida base empírica para as análises e interpretações do Autor. Por outro lado, Pons estabelece diálogo com atualizada bibliografia, compreendendo estudiosos contemporâneos de variados vínculos institucionais e origens nacionais, garantindo ao texto um raro padrão de excelência internacional, mesmo que, em determinados momentos, suas afirmações possam merecer reservas ou considerações críticas, o que é inevitável em debates deste nível de qualidade.

Em narrativa densa, através de seis capítulos, estendendo-se do “tempo da revolução” (1917/1923) ao “tempo da crise (1968/1991), passando pelos “tempos” do Estado (1924/1939); da guerra (1939/1945); do império (1945/1953) e do declínio (1953/1968), complementada por um prólogo e um epílogo, Silvio Pons oferece um painel amplo e penetrante de uma história de guerras e revoluções, de imensas esperanças e de grandes frustrações, de tentativas coroadas de êxito e de erros catastróficos, de análises adequadas e de equívocos insanáveis, procurando compreender, associando-se a um empreendimento iniciado já nos anos 1920 e 1930 por estudiosos de distinta orientação, como e porque puderam ter sido geradas tiranias abomináveis no ventre de uma proposta originalmente comprometida com a justiça, a liberdade e a igualdade. Como e porque uma proposta de futuro pôde se aninhar no passado de uma forma tão drástica em relativamente tão pouco tempo. Em síntese: como o socialismo fracassou no século XX.

Quatro questões parecem-me fecundas no estudo de nosso autor. Elas têm sido recorrentemente investigadas e analisadas por diferentes pesquisadores, os quais, em alguma medida, sintetizam as preocupações de Silvio Pons e com muitos dos quais, aliás, ele dialoga.

A primeira diz respeito às bases históricas e sociais do autoritarismo socialista. A segunda tem a ver com as relações entre o Estado soviético e o movimento comunista internacional, as difíceis interações entre nacionalismo e internacionalismo no contexto da

história do comunismo no século XX. A terceira trata da inevitabilidade, ou não, do desmoronamento histórico do modelo soviético. E a quarta, finalmente, aborda o papel histórico que terá sido desempenhado pelo comunismo e pelo “modelo soviético” ao longo do século passado.

As considerações a respeito destes temas, evidentemente, não esgotam de modo algum, longe disso, o conteúdo do livro que você tem em mãos. Apenas as faço como uma introdução ao livro de Silvio Pons, como se fora um estímulo à reflexão sobre a obra que escreveu.

I

O autoritarismo comunista, como se sabe, tem bases múltiplas, teóricas, históricas, sociais, nacionais e internacionais. Estudá-las, em sua complexa interação, é contribuir para compreender a dinâmica ditatorial assumida por um projeto que tinha, porém, em seus inícios, a igualdade social e a liberdade política como objetivos entrelaçados.

A sublevação do povo de Petrogrado, em fevereiro de 1917, dando início ao processo da revolução russa, foi marcada por uma surpreendente – e vigorosa – afirmação da organização autônoma das gentes – plasmada nos conselhos de operários e soldados, os sovietes das cidades, dos quartéis e das trincheiras, comprometidos, como parlamentos plebeus, com a liberdade de expressão e de organização e com a disputa contraditória de ideias e de programas. Num segundo momento, este processo de auto-organização alcançaria as massas camponesas e as nações não russas, as quais multiplicariam comitês e organizações que eram resultado e fator das disputas políticas, desenvolvidas em atmosfera de grande liberdade, apesar de contratendências autoritárias, cuja existência, de resto, era inevitável, considerando-se a escassíssima – quase irrelevante – tradição democrática no solo social e político do Império russo, não fora este último conhecido como o “cárcere dos povos”.

Contudo, a atmosfera de liberdades, que tanto impressionava os contemporâneos, nativos ou visitantes, cedo esvaiu-se, esvaziou-se, transformando-se os sovietes – de parlamentos legislativos e executivos – em meras fachadas, colonizadas pelos bolcheviques, aparelhos de ratificação de vontades elaboradas em outros centros de poder.



Como isto pudera ter acontecido em tão breve tempo?

Silvio Pons aponta dois processos maiores, entrelaçados e decisivos: a cultura política da revolução catastrófica e a lógica da guerra civil, incompatíveis com os valores democráticos. As guerras, por mais comprometidas originalmente com a conquista de liberdades, não tendem, por natureza, a se coadunar com as liberdades democráticas. Na vigência destas, o adversário derrotado é preservado e, mais do que isto, garantido, para poder, em momento seguinte, tornar-se vitorioso no quadro da alternância de poder, pressuposto básico dos regimes democráticos. Nas guerras, ao contrário, o adversário se transforma em inimigo que urge destruir e aniquilar definitivamente. Daí decorrem imperativos hierárquicos, verticais, sumários. A ordem substitui a persuasão, a disciplina uniformizadora prevalece sobre a diferença, a decisão centralizada e rápida mata o debate. Num momento posterior, em outro movimento, o da revolução pelo alto em fins dos anos 1920, a perspectiva da construção de um Estado demiurgo, centralizado e ditatorial, como agente transformador das condições econômicas, sociais, políticas e culturais, selou em definitivo a sorte das liberdades e da democracia na experiência soviética.

Tais referências, trabalhadas e criticadas com acuidade pelo Autor, nos remetem para o plano das opções do partido bolchevique dominante, cedo convertido em partido único, fundido ao Estado, o partido-Estado, numa construção original que, antes de surpreender os críticos, confundiu os próprios revolucionários, muitos dos quais se viram involuntariamente arrastados na torrente estatista revolucionária, figurada na famosa metáfora de Lenin, vendo-se como o motorista de um carro rolando ladeira abaixo, sem freios, de pouco adiantando manter comandos formais que não se faziam obedecer na prática.

Na conformação do autoritarismo que se foi afirmando, haveria, talvez, que apontar mais duas dimensões.

A das tradições social-democratas – das quais, recorde-se, os bolcheviques eram apenas um ramo. Inebriados pelo cientificismo triunfante do último quartel do século XIX, os social-democratas ousaram transformar a política em ciência, uma ciência que se queria, petulantemente, certa e bem sabida, exata, como era próprio do ar do tempo. Os social-democratas não apenas transferiram estas concepções científicas para o campo imprevisível

e imprevisto da política, mas também não tardaram em investir-se como seus únicos guardiões, daí decorrendo a ideia – falaciosa – de que eram os únicos representantes de trabalhadores, cujos movimentos, ao contrário, caracterizavam-se por múltiplas diferenças e identidades.

A outra dimensão refere-se às demandas sociais, históricas. O Leviatã que se formou na União Soviética revolucionária não foi obra somente da vontade do partido bolchevique dominante, ou da de Stalin, conforme o primário diagnóstico de N. Khrushchev, mas igualmente, ou principalmente, expressão da vontade de amplas camadas e classes que, embora reprimidas, participaram ativa e conscientemente da construção do Estado. Em movimento inédito na história daquele país e do mundo, plebeizaram-se as principais instituições políticas, como apontou N. Werth. Combinando o messianismo religioso dos russos com o científico dos bolcheviques, chancelou-se um processo de modernização acelerada, sob ritmos demenciais, articulado com o objetivo grandioso de uma revolução mundial (M. Lewin). Ensejaram-se, assim, mudanças radicais, desmentindo uma certa historiografia liberal- conservadora, segundo a qual o Estado soviético não foi senão a repetição do mesmo, a continuação, com outras roupagens, do Estado czarista.

O que se quer dizer, em resumo, é que as chaves para a elucidação do autoritarismo comunista passam pela dupla compreensão da cultura política hegemônica – o catastrofismo revolucionário associado à ilusão purificadora e regeneradora da guerra, mais a “cientifização” da política – e das bases sociais e históricas que potencializaram esta cultura no solo histórico e nas circunstâncias conjunturais russas.

## II

Acompanhando a melhor historiografia, Silvio Pons bem assinala que na insurreição de Outubro, elo essencial do processo revolucionário russo, houve uma aposta – o eventual triunfo dos bolcheviques seria complementado e, num segundo momento, liderado pelas revoluções na Europa Central e Ocidental. Fazia parte das concepções universalistas vigentes. O socialismo seria internacional ou não seria.

Aposta perdida. Esperanças, não totalmente ilusórias, ainda foram cultivadas até outubro de 1923, quando, pelo menos a curto prazo, desapareceu a hipótese de revolução na Europa.

Restaram os povos dominados pelo colonialismo ou dependentes, em outras modalidades, das grandes potências capitalistas. A Ásia e, em especial, a China, mereceram atenção particular. Para incentivar a revolta anticolonial e anti-imperialista, havia a Internacional Comunista, fundada em 1919, e o Estado soviético, consolidado em 1922. Havia falhado em “promover” a revolução na Europa. Teriam, agora, uma segunda chance na China e na Ásia.

Num primeiro momento, para todos, e para todo o sempre, para muitos, não havia contradição antagônica entre a URSS e o Movimento Comunista Internacional. Ambos se apoiariam e, do seu mútuo agenciamento, brotaria a revolução mundial. Havia ali um compartilhamento de referências, um coerente universo, que favorecia o centralismo e a uniformidade. Assim se fez a Internacional Comunista. Incorporadas as concepções catastróficas, transformou-se logo numa máquina de guerra, e, como tal, militarizada, hierárquica.

A questão, registrou Pons lucidamente, é que, tanto na Europa como na Ásia, afluíam situações extremamente diversas, difíceis de caber em moldes pré-fabricados e de obedecer a centros hierárquicos. A II Guerra e suas exigências mascararam o processo, mas não impediram o florescimento da diversidade. A dissolução da Internacional, em 1943, apenas superficialmente reconheceu as evidências de uma crescente diferenciação. Permaneceram, ocultas, as ambições centralistas e uniformizadoras, intrinsecamente inseparáveis das concepções políticas vigentes. Com a transformação da União Soviética em superpotência e a instauração da Guerra Fria e da bipolaridade, reforçaram-se o universalismo e o centralismo. Como numa espiral, reproduziam-se, em escala ampliada, os mesmos problemas e as mesmas tendências, anteriores à II Guerra Mundial, agora exacerbados. Aspirações particulares eram travadas e sufocadas. Nesta atmosfera, alternativas transformavam-se em dissidências, logo expelidas do “mundo socialista” – foi o caso da Iugoslávia, em 1948. As demais democracias populares – que não eram democráticas nem populares – passaram por enquadramentos e expurgos que as fizeram cópias empobrecidas da matriz, garantidas pela presença do exército soviético.

Depois da morte de Stalin, no contexto das aberturas promovidas na URSS, pareceu possível ampliar aqueles horizontes. A ideia de um policentrismo, proposta pelos comunistas italianos, muito mais adequada ao processo histórico real, chegou a ser cogitada, mas não prevaleceu. Para se impor, carecia de uma revisão, pela base, de tradições arraigadas. Não havia força política suficiente para viabilizar tal objetivo.

Nesta atmosfera, a diversidade tinha dois caminhos – ocultava-se ou se tornava um cisma. A trajetória dos comunistas italianos foi emblemática da opção por um aggiornamento disfarçado – a unidade na diversidade. A dos chineses explodiu num cisma. Sintomaticamente, por não rever em profundidade as concepções historicamente compartilhadas, reproduziu, em sua área de influência, o controle e, no limite, o sufocamento das particularidades. Beijing converteu-se numa nova Moscou.

Não foi possível, no entanto, em qualquer variante, deter o processo histórico de contínua diferenciação, determinada pela dinâmica da internacionalização do capital. As múltiplas reuniões e conferências comunistas assumiam, cada vez mais, um caráter patético, no afã de estabelecer programas e denominadores comuns. Fachadas inviáveis, escondiam o sol com a peneira. Quando a Guerra Fria acabou, já o movimento comunista internacional, de fato, desaparecera como fator político relevante, como bem observou A. Tcherniaiev, assessor de M. Gorbachev, citado por Pons.

Restou um paradoxo, o da incapacidade dos comunistas, campeões do internacionalismo, de apresentar propostas revolucionárias a um mundo cada vez mais internacionalizado. Ao sustentar teimosamente antigos paradigmas, tornaram-se irrelevantes.

### III

Enredado em suas contradições, o socialismo soviético seria insuscetível a autorreformas? A corrente liberal conservadora, capitaneada por L. Shapiro e R. Pipes, incorporando e, em certa medida, exacerbando e deformando a crítica de H. Arendt ao totalitarismo, sempre foi muita assertiva a este propósito – o modelo soviético só se extinguiria por pressões externas, como o seu clone nazista. A própria ideia de movimento interno à sociedade soviética era tendencialmente descartada, eis que se encontrava inerme, como lobotomizada, nas mãos de um Leviatã, sem fraturas.

M. Lewin fez a crítica destes propósitos. A sociedade soviética movia-se, o que se evidenciou nas tentativas de mudança efetuadas mesmo antes da morte de J. Stalin por S. Kirov, no começo dos anos 1930, e por N. Voznessenski, no imediato pós II Guerra Mundial. Limitados e frustrados ensaios. Seriam, porém, retomados em maior escala, depois da morte do tirano, no quadro do degelo, empreendido sob liderança de N. Khrushchev, entre 1956 e 1964. Mais tarde, com escopo muito mais profundo e ambicioso, viriam a perestroika (reestruturação) e a glasnost (transparência), lançadas por M. Gorbachev, a partir de 1985 e 1987. Também fracassaram. E seu fracasso precipitou o desmoronamento surpreendente do colosso.

Era inevitável o fim da União Soviética? Para o arguto G. Kenan, citado por Pons, desde fins dos anos 1940, a luz daquela estrela ainda brilhava, mas seu núcleo já se apagara. O fato, registrado também pelo nosso Autor, de que os sucessores de J. Stalin dele procuravam se demarcar e se afastar, demonizando-o, ao contrário dos herdeiros de Lenin, que sempre o reivindicaram, mesmo se batendo entre si, era indício seguro de que estava em jogo uma falência sistêmica.

O fato é que o socialismo soviético, segundo análises predominantes ao longo dos anos 1970, parecia em crescimento, cada vez mais forte, suscitando esperança entre seus aliados na África e na Ásia e temores entre as potências capitalistas e mesmo em setores importantes das esquerdas democráticas. Seu parceiro e rival, a China, consolidado o cisma, depois das convulsões da revolução cultural, em fins daquela mesma década empreendia autotransformações de vulto (a política das Quatro Modernizações, aprovada em 1978), cujo alcance global ainda não era entrevisto, mas com virtualidades já reconhecidas.

É certo, como observa Pons, que as guerras entre os comunismos asiáticos (Vietnã contra Cambodja e China contra Vietnã, sem contar o ressoar dos tambores de guerra entre a URSS e a China) evidenciavam o reforçamento da cultura catastrófica e militarista, e o mesmo se poderia dizer do expansionismo da União Soviética, de que a invasão no Afeganistão, em 1979, era a expressão mais acabada. A corda estava sendo esticada além dos limites razoáveis, tendia a arrebentar. A China o teria reconhecido – suspendeu rapidamente as hostilidades contra o Vietnã, abdicou do terceiro-mundismo militante e revolucionário, confinou o maoísmo no

passado, mesmo que mantendo reverência formal ao grande timoneiro, e passou a se dedicar quase exclusivamente, em chave nacionalista, ao processo de modernização de seus imensos território e população.

O mesmo não aconteceu com a União Soviética, e isto teria representado o seu fim, sobretudo porque enveredou por um processo reformista que punha em questão as características básicas que, até então, haviam feito a sua força. Se não o tivesse feito, argumenta Pons, poderia ainda durar no tempo, embora já sem dinamismo. Ao fazê-lo, ao questionar e pôr em risco os fundamentos de sua força, soçobrou sem remédio.

Pons tem razão ao afirmar que “a propaganda antiocidental (dos soviéticos) se revelava vazia e insensata, voltada pra denunciar um capitalismo que não mais existia ou para celebrar um socialismo que quase ninguém desejava”. E o mesmo se pode dizer quando pondera que “a erosão política, cultural e simbólica do comunismo precedeu, e não sucedeu, sua crise [...] como sistema econômico”. Gorbachev o reconheceu: era preciso capturar a “alma” dos soviéticos para o socialismo, em especial a da juventude, e democratizar o sistema para reformá-lo. Não foi possível. O gigante – e as estátuas que celebravam sua glória – vieram abaixo.

Mas na afirmação do fim inevitável, “fatal”, do modelo soviético não haveria um grão de história retrospectiva? O que determinou, de fato, a desagregação do modelo? O fato de ter questionado seus fundamentos? Ou o de não ter havido a capacidade de formular políticas concretas que viabilizassem as mudanças desejadas? Talvez ainda sejam necessários muitos anos para um diagnóstico mais seguro ou consensual.

#### **IV**

O modelo soviético viveu e morreu. É possível chegar a alguma conclusão sobre o seu papel histórico?

Entre os habitantes que viveram os rigores da ditadura soviética, na matriz ou entre os clones, há controvérsias entre os que nenhuma nostalgia sentem de um tempo sem liberdades, marcado pela onipotência da polícia e pelos privilégios dos apparatchiks, e os que recordam em chave positiva um ambiente considerado por eles de ordem, paz, prosperidade relativa, direitos sociais assegurados e prestígio internacional. Entre estes juízos contraditórios, não é, e não será, possível encontrar unanimidade. Talvez eles nos deixem

entrever as fraquezas e os pontos fortes de um regime que desapareceu.

E. Hobsbawm gostava de dizer que o Estado soviético tolhera as liberdades dos “seus” operários, ao mesmo tempo em que promovia, pela ameaça que encarnava, os direitos sociais e políticos na Europa Ocidental. Nesta argumentação, o warfare state – soviético – haveria contribuído, malgré lui-même e indiretamente, para a construção e consolidação do welfare state – o Estado do bem-estar social, promovido pela social-democracia, pela democracia-cristã e pelos liberal-sociais europeus.

Silvio Pons permite-se questionar esta avaliação, formulando a hipótese, não verificável, de que seria plausível imaginar conquistas ainda mais significativas num quadro em que inexistisse o socialismo soviético. Neste raciocínio, a ameaça dos tanques soviéticos podia favorecer avanços (“entreguemos os anéis para salvar as mãos”), mas também os limitava (“não queremos aqui o modelo soviético”). Há um grão de verdade nesta assertiva, mas, como se sabe, é muito difícil formular uma história contrafactual.

Seria possível elaborar melhores juízos nas vastas regiões do outrora chamado “terceiro mundo”: a América Latina, a África e a Ásia? Quanto aos chineses, nem vale a pena indagar como avaliam o socialismo soviético. No Império do Meio, os soviéticos não deixaram saudades. Entretanto, do ponto de vista mais amplo das lutas de libertação nacional ou dos processos de descolonização, para além dos erros cometidos, e não apenas pelos soviéticos, mas também pelos nativos (desde que se escape de uma lógica simplista e unilateral), a União Soviética, mesmo quando não era um aliado direto, proporcionando apoio político, militar e diplomático, foi um fator de contenção e de inibição dos “velhos colonialismos”. Neste preciso sentido, representou um dado positivo nas relações internacionais. É verdade que os Estados Unidos também viram com bons olhos o desmoronamento dos impérios europeus, mas as evidências mostram como apoiaram, em diferentes conjunturas (França no Vietnã; Portugal em suas colônias), Estados e tropas coloniais. Já a URSS, desde os anos 1920, não tinha nenhum interesse na permanência do “mundo colonial e neocolonial” e por isso contribuiu, e muito, direta ou indiretamente, para o fim dos impérios. Por outro lado, seu modelo estatista impressionou diferentes lideranças do “terceiro mundo”, que adotaram muitos de seus aspectos para grande dano de uma

atmosfera de liberdades civis e políticas, pois o nacionalismo estatista terceiro-mundista, para além de assegurar, em determinados momentos e espaços, direitos sociais, caracterizou-se, quase sempre, por uma lógica autoritária.

Talvez valesse ainda aduzir que o experimento socialista soviético perdeu a luta contra o nacionalismo. Ao contrário do que sonhavam, e previam, os socialistas oitocentistas, o século XX não registrou o triunfo do internacionalismo socialista. Não só isto não aconteceu, mas também ali onde o socialismo vigorou fortaleceram-se as tendências nacionalistas, e é fazendo uso do nacionalismo que ele até hoje sobrevive onde isto foi possível.

Frente a este problemático balanço crítico, Kiva Maidanik, de origem ucraniana, mas que se autoidentificava orgulhosamente como bolchevique e soviético, afirmava, amargurado, pouco antes de morrer: “Pelo menos aprendemos o que não se deve fazer”, sublinhando sempre, e enfaticamente, a partícula negativa. No futuro saberemos se o diagnóstico do velho Kiva tinha fundamento.

É verdade que se perdeu a certeza nos “amanhãs que cantam”. Se alguma coisa as experiências novecentistas demonstraram, é que, ao contrário do que muitos imaginavam, o mundo, definitivamente, “não marcha para o socialismo”.

Resta a possibilidade de ainda apostar. No quadro das contradições suscitadas por um capitalismo que reitera sua natureza de sistema predador e desigual, cabe aos que se mantêm fiéis a uma perspectiva alternativa, ensaiar, tateantes, a experiência de novos caminhos, comprometidos com a necessária reconstrução da utopia socialista.

Para este objetivo, Silvio Pons, empreendendo rigorosa análise crítica do comunismo do século passado, propõe uma valiosa contribuição

*Maio, 2014.*

*Daniel Aarão Reis  
Professor titular de História Contemporânea na Universidade  
Federal Fluminense*



]

**Como a ótica de Karl Marx explicaria a crise : livro tenta explicar a obra de Marx, seus principais conceitos e "profecias"**

Mas as crises não são novidade no campo da economia. O pensador Karl Marx (1818-83) formulou algumas idéias sobre crises, medidas de valorização do capital e até sobre o comércio exterior e o mercado de ações, que podem ser encontradas em obras como "O Capital" e "Teorias da Mais-Valia".

No capítulo "Crises e Finanças", do livro "Folha Explica - Karl Marx", editado pela Publifolha, o autor Jorge Grespan explica de forma sucinta o pensamento de Marx sobre crises econômicas. Leia abaixo trecho do capítulo do livro.

\*

**CRISES**

**E**

**FINANÇAS**

Durante muito tempo, Marx foi um dos raros autores que se preocupou com o fenômeno das crises econômicas, **considerando-as inevitáveis e inerentes ao sistema capitalista.**

A maioria dos economistas insistia na capacidade harmonizadora do mercado, relegando as crises a um segundo plano, **como algo apenas casual e externo.** Outros - mais respeitados por Marx, como Ricardo ou o suíço Sismonde de Sismondi (1773-1842) - até reconheciam a importância delas, **mas as concebiam como um limite com o qual o sistema econômico deveria saber lidar.**

**Depois, até em todo o século 20, registra-se um movimento pendular entre fases de predomínio teórico do harmonicismo e fases em que crises violentas, como a de 1929 ou a dos anos 1970, forçaram a incorporação delas ao pensamento econômico aceito pela tradição acadêmica e de instituições**

oficiais.

Mesmo nesse caso, contudo, **as crises se revestem de um caráter funcional, entendidas como mal necessário ou como crises de crescimento, ou ainda, na melhor das hipóteses, como indicadores da incapacidade do setor privado resolver seus problemas sem a intervenção do Estado.**

**Na teoria de Marx**

**Na teoria de Marx, por outro lado, elas revelam a emergência da dimensão negativa de um sistema marcado pela contradição. Ao contrário do pensamento econômico tradicional, aqui a crise está intimamente associada à crítica. Mas não a uma crítica subjetiva de alguém que analisa de fora e condena, e sim a uma crítica objetiva: desnudando a dimensão negativa no mau funcionamento do sistema, indica-se como o próprio sistema realiza uma espécie de autocrítica. Se o capital é valor que se valoriza, os momentos em que ele desvaloriza o valor existente de maneira inevitável, comprometendo assim a base de seu crescimento, **são momentos em que ele mesmo se contradiz, negando as condições de sua existência.****

Dito desse modo parece pouco problemático. **Mas a teoria das crises de Marx permitiu leituras diversas e conflitantes até entre seus seguidores.**

Houve quem as atribuísse a **meros desequilíbrios entre os setores da economia**, ou a uma **incapacidade crônica da produção criar mercados, devido às condições antagônicas da distribuição dos produtos no capitalismo**; houve ainda os que as **circunscreviam ao âmbito financeiro**, como se o da produção já não fosse contraditório.

**A controvérsia surgiu da forma complexa de apresentação das categorias na teoria de Marx.**

Há passagens que justificam uma ou outra das interpretações, e na seqüência a desacreditam. O problema pode ser equacionado, no entanto, levando-se em conta o todo da obra e, principalmente, o projeto de Marx desdobrar cada forma do sistema como resultado da negatividade das formas anteriores, indo do mais geral ao mais específico e intrincado.

**Em primeiro lugar, então, é preciso retomar o aspecto geral.**

**No final do capítulo 3 foi citado um texto que pode servir muito bem nesse sentido:**

"O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, sugando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga".

Vimos como essa passagem sintetiza bem a **contradição constitutiva do capital em sua relação com a força de trabalho.**

**Mas um aspecto central deve agora ser acrescentado.**

É que, ao comprar e incorporar a força de trabalho, **o capital está também se apropriando da capacidade de medir o valor, que o trabalho abstrato possui numa sociedade de troca de mercadorias.**

O capital adquire com isso não só a propriedade de se valorizar como a de medir essa valorização; ele se valoriza e se mede.

**Mas a sua relação com a mensuração é contraditória, como também sua relação com a valorização, porque ambas derivam da oposição entre capital e trabalho.**

Ao mesmo tempo em que integra a força de trabalho, o capital também precisa negá-la, **substituindo-a por máquinas**; ou seja, ao mesmo tempo em que adquire a capacidade de se medir, o capital reitera que essa capacidade pertence a um agente que ele

mesmo põe como seu oposto. Perde então as suas medidas.

**Em todos os níveis da apresentação das categorias de O Capital, aparece essa determinação contraditória da medida e da desmedida.**

**É por ela que vão se definindo em cada nível os distintos conceitos de crise.** Se algum deles for isolado dos demais, pode parecer que oferece à única definição possível, invalidando as outras - caminho seguido por grande parte das intérpretes de Marx. **Mas, de fato, também o conceito de crise obedece à forma da apresentação que vai do mais geral ao mais complexo, também ele vai enriquecendo seu conteúdo junto com o conceito de capital.**

**Marx faz questão de indicar a possibilidade de crise já no nível da produção e circulação de mercadorias, refutando qualquer pretensão de que o mercado pudesse ser sempre harmônico.**

Aqui, a medida aparece na passagem fluida entre compras e vendas, quando há correspondência entre as quantidades do que se produz e do que se demanda; a desmedida, ao contrário, é quando não ocorre tal correspondência, interrompendo o movimento.

**A forma desse movimento é descrita por Marx em termos que valem também para as fases seguintes da apresentação:**

"[] o percurso de um processo através de duas fases opostas, sendo essencialmente, portanto, a unidade das duas fases, é igualmente a separação das mesmas e sua autonomização uma em face da outra. Como elas então pertencem uma à outra, a autonomização [] só pode aparecer violentamente, como processo destrutivo. É a crise, precisamente, na qual a unidade se efetua, a unidade dos diferentes".

**A compra e a venda de mercadorias, em primeiro lugar, são as**

**"fases opostas" do processo em que se vende para comprar.** Como se realizam pela mediação do dinheiro, elas assim se "separam e autonomizam uma em face da outra", podendo não coincidir. Mas a crise não assinala simplesmente o momento negativo, da não coincidência, e sim a impossibilidade de que essa situação permaneça por muito tempo.

Como as fases de compra e venda se diferenciaram por força de um processo único, que dialeticamente tem de se realizar mediante sua diferenciação em duas fases, **chega um momento em que essa autonomia não pode prosseguir.** A unidade do processo se afirma, mas como reação violenta à autonomização das fases.

**No mercado como um todo o discrepância possível entre compras e vendas precisa ser corrigida e, quando isso acontece, verifica-se a incompatibilidade entre os valores daquilo que se comprou e agora tem de pagar com o dinheiro de uma venda que pode não ocorrer. Segue-se um ajuste violento de contas, e valores simplesmente desaparecem.**

Essa forma geral da crise se reapresenta quando a finalidade é definida pelo capital como a de "comprar para vender". A discrepância ocorre no mercado de trabalho, ou nas compras e vendas recíprocas dos vários setores em que se divide a produção entre os capitalistas, ainda mais considerando que tudo isso se realiza pela concorrência. A discrepância de valores significa então que alguns terão prejuízo, talvez grande, vindo a falir. Parte do capital existente se desvaloriza, negando o próprio conceito de valor que se valoriza.

José

Rouillon

Delgado

**Hegemonía y estrategia socialista de Ernesto Laclau**

Livro = [http://www.perio.unlp.edu.ar/.../laclau\\_ernesto...](http://www.perio.unlp.edu.ar/.../laclau_ernesto...)

Destaco: " La democracia radical y plural es planteada como lógica política, la cual por sí misma no implica un proyecto específico sino un campo de acción para la posibilidad de un proyecto revolucionario. " Isso significa, nas palavras de Zizek, que os marxistas devem cada vez mais voltar-se para a obra de HEGEL e abandonar esta ideia de que "caminhamos inexoravelmente para o socialismo". Devemos , sim, caminha para DEMOCRACIA RADICAL E PLURAL que implica na criação de um campo de ação de um conjunto de possíveis históricos, no qual se situa não A REVOLUÇÃO como assalto ao Poder , mas de UM PROJETO REVOLUCIONÁRIO PARA A SOCIEDADE.

Paulo Timm março 2015

Uno de los libros más importante de Laclau es Hegemonía y Estrategia Socialista, que escribió junto con Chantal Mouffe y que, junto a otras obras, puede ser considerada una piedra fundacional del postmarxismo.<sup>10</sup> Su pensamiento es frecuentemente descrito como postmarxista dado que ambos estuvieron involucrados en los movimientos sociales y estudiantiles de la década de 1960 tratando de unir a la clase obrera con nuevos movimientos sociales. Rechazaron el determinismo económico marxista y la noción de que la lucha de clases es el antagonismo crucial en la sociedad. A cambio, llamaron por la democracia radical y el pluralismo agonístico en el que todos los antagonismos puedan ser expresados. En su opinión "...una sociedad sin antagonismos es imposible", por lo que declararon que "la sociedad plena no existe", es quimérico pensar en el cierre de "lo social".

En dicha obra, Laclau expone una genealogía del concepto de hegemonía, recorriendo los planteamientos de Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Georgi Plejánov, Eduard Bernstein, Georges Sorel, León Trotsky, Vladímir Lenin, llegando finalmente a Antonio Gramsci. Analizando los reductos esencialistas presentes en la dimensión económica, Laclau critica tres tesis del marxismo ortodoxo:

La neutralidad de las fuerzas productivas: El trabajo, desde el marxismo, es reducido a un economicismo a través de la noción de mercancía, ello excluye la posibilidad de dar cuenta en el trabajo de procesos laborales no reducibles a la economía, los que justamente explican el no cumplimiento de la pauperización, de la no agudización de las contradicciones, la emergencia de la fragmentación social, la burocratización de los sectores medios, la emergencia de luchas sociales paralelas y diferentes a las de clase, etc.

La homogeneización y pauperización creciente de la clase obrera: La historia ha demostrado que los obreros ahora también son trabajadores intelectuales y con buenos salarios y niveles de vida en muchos casos. Como plantea Laclau: "la fragmentación de la clase obrera es una fragmentación de posiciones entre distintos agentes sociales, y no tienen en cuenta un hecho más real y del que el marxismo clásico era bien consciente: que existe una fragmentación de posiciones en el interior mismo de los agentes sociales, los cuales carecen, por tanto, de una identidad racional última".<sup>11</sup>

El interés fundamental de la clase obrera en el socialismo: Citando a Laclau: "La búsqueda de la «verdadera» clase obrera es un falso problema, y como tal carece de toda relevancia teórica o política. Lo anterior no implica, evidentemente, que haya una incompatibilidad entre clase obrera y socialismo sino la afirmación, muy distinta, de que no es posible deducir lógicamente intereses fundamentales en el socialismo a partir de determinadas posiciones en el proceso económico".<sup>12</sup>

Posteriormente desarrolla su propia teoría sobre la hegemonía,<sup>10</sup> en donde las nociones de articulación, sobredeterminación, discurso, sujeto, antagonismo, y lógicas equivalenciales y diferenciales van dando cuenta de la operación de lo político. En dicha teorización, el antagonismo, como lucha política en el marxismo, es atravesada por el psicoanálisis lacaniano, por lo que es análoga a una falta constitutiva en la sociedad que impide su cierre o plenitud. Lo político es definido como la lucha por la hegemonía a través de la conquista de lo que Laclau llama "significantes flotantes" o "vacíos", los cuales, estando sobredeterminados discursiva y libidinalmente, articulan a las diversas demandas sociales y por tanto a los sujetos a determinadas posiciones. La democracia radical y plural es planteada como lógica política, la cual por sí misma no implica un proyecto específico sino un campo de acción para la posibilidad de un proyecto revolucionario.

\*\*\*

**Hegemonía y estrategia socialista Hacia una radicalización de la democracia Ernesto Laclau Chantal Mouffe Siglo XXI, Madrid, 1987**

[http://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/laclau\\_ernesto\\_-\\_hegemonia\\_y\\_estrategia\\_socialista\\_pdf.pdf](http://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/laclau_ernesto_-_hegemonia_y_estrategia_socialista_pdf.pdf)

Título original: Hegemony and socialist strategy. Towards a radical democratic politics, 1985

Los números entre corchetes corresponden a la paginación de la edición impresa [VII]

## PREFACIO A LA EDICIÓN ESPAÑOLA

Este libro se publicó en inglés en enero de 1985, y ha estado desde entonces en el centro de un conjunto de debates, a la vez teóricos y políticos, que tienen lugar actualmente en el mundo anglosajón. Digamos tan sólo algunas palabras acerca de este contexto, para que resulte más clara, al lector de lengua española, el sentido de nuestra intervención. Desde el punto de vista teórico, tres cuestiones han sido dominantes en estos debates: la crítica al esencialismo filosófico, el nuevo papel asignado al lenguaje en la estructuración de las relaciones sociales y la deconstrucción de la categoría de «sujeto» en lo que respecta a la constitución de las identidades colectivas. El primer aspecto es bien conocido y no requiere demasiados esclarecimientos: desde distintas tradiciones —la crítica wittgensteiniana a la noción de un sentido determinable al margen de los distintos «juegos de lenguaje», la afirmación de la facticidad e historicidad del ser en Heidegger, la crítica postestructuralista a la fijación de la relación significante/significado en la constitución del signo— las principales corrientes del pensamiento contemporáneo encuentran un denominador común en el rechazo de la metafísica de la presencia, que había constituido la piedra angular del pensamiento filosófico tradicional. Esta crítica presenta una segunda característica: la centralidad atribuida al lenguaje en áreas cada vez más amplias de las relaciones sociales. Nuevamente, éste es un rasgo común en la obra de pensadores tan diferentes como Wittgenstein y Heidegger, Derrida y Lacan. Sin embargo, esto no ha significado la explicación simplemente lingüística (en el estrecho sentido de lenguaje hablado o escrito) de lo social, sino más bien el reconocimiento de que aquellas lógicas relacionales que fueran originariamente analizadas



en el campo de lo lingüístico (en el sentido restringido), tienen un área de pertinencia mucho más amplia que se confunde, de hecho, con el campo de lo social. Es decir, que en el mismo momento en que se generaliza [VIII] en las ciencias sociales el modelo lingüístico, se desarrolla también una creciente duda acerca de los límites del lenguaje. El concepto de «discurso», que presentamos en el capítulo tercero, se vincula a esta perspectiva teórica. Finalmente, los efectos de las dos transformaciones anteriores se han combinado para hacer entrar en crisis la categoría de «sujeto», aquella unidad cartesiana que era atribuida por las ciencias humanas tradicionales a los agentes sociales. Estos son actualmente concebidos como sujetos «descentrados», como constituidos a través de la unidad relativa y débilmente integrada de una pluralidad de «posiciones de sujeto». En nuestro libro hemos tratado de analizar el impacto potencial que tiene este conjunto de perspectivas teóricas, para una serie de debates políticos recientes en la izquierda europea. Nuestro discurso se liga, en primer término, a la llamada «crisis del marxismo». Hemos subrayado el hecho de que esta crisis lejos de ser un fenómeno reciente, se enraíza en una serie de problemas con los que el marxismo se veía enfrentado desde la época de la Segunda Internacional. En tal 4 sentido, nuestro texto sugiere que el hilo de Ariadna que preside la subversión de las categorías del marxismo clásico es la generalización de los fenómenos del «desarrollo desigual y combinado» en el capitalismo tardío, y el surgimiento de la «hegemonía» como nueva lógica de constitución de lo social que recompone, a un nivel distinto del postulado por la tradición marxista, los fragmentos sociales, dislocados y dispersos por esa desigualdad del desarrollo. Pero esto significa que la hegemonía, como lógica de la facticidad y la historicidad que no se liga, por tanto, a ninguna «ley necesaria de la historia», sólo puede ser concebida sobre la base de una crítica a toda perspectiva esencialista acerca de la constitución de las identidades colectivas. Este es el punto en el que la lógica político–argumentativa de Gramsci puede ser ligada a la crítica filosófica radical que antes señaláramos. Esto no es todo, sin embargo. Según argüimos en el texto, el pensamiento de Gramsci es sólo un momento transicional

en la deconstrucción del paradigma político esencialista del marxismo clásico. Porque para Gramsci, el núcleo de toda articulación hegemónica continúa siendo una clase social fundamental. Es aquí justamente donde la realidad de las sociedades industriales avanzadas —o postindustriales— nos obliga a ir más allá de Gramsci y a deconstruir la noción misma de «clase social». Y esto porque la noción tradicional de «clase» suponía la unidad de las posiciones de sujeto de los diversos agentes; [IX] en tanto que en las condiciones del capitalismo maduro, dicha unidad es siempre precaria y sometida a un constante proceso de rearticulación hegemónica. Este es el punto en el que, en nuestro texto, intentamos ligar la problemática teórica de la crítica al esencialismo y a la concepción del sujeto unitario y fundante, con el conjunto de pro- 5 blemas vinculados a la emergencia de nuevos antagonismos y a la transformación de la política en el mundo contemporáneo. Esto nos ha conducido a redefinir el proyecto socialista en términos de una radicalización de la democracia; es decir, como articulación de las luchas contra las diferentes formas de subordinación —de clase, de sexo, de raza, así como de aquellas otras a las que se oponen los movimientos ecológicos, antinucleares y antiinstitucionales—. Esta democracia radicalizada y plural, que proponemos como objetivo de una nueva izquierda, se inscribe en la tradición del proyecto político «moderno» formulado a partir del Iluminismo, e intenta prolongar y profundizar la revolución democrática iniciada en el siglo XVIII, continuada en los discursos socialistas del siglo XIX, y que debe ser extendida hoy a esferas cada vez más numerosas de la sociedad y del Estado. Nuestra tesis es que para llevar a su conclusión un proyecto tal, es necesario abandonar un cierto número de tesis epistemológicas del Iluminismo, ya que es sólo a través de una crítica del racionalismo y del esencialismo como es posible dar cuenta, de manera adecuada, de la multiplicidad y diversidad de las luchas políticas contemporáneas. Este conjunto de problemas es abordado, en el presente libro, a partir de una reflexión teórica y política que tiene como punto de mira las luchas sociales en los países del capitalismo maduro. Debemos decir, sin embargo, en el momento en que este trabajo se hace asequible a un público más

amplio del mundo español e hispanoamericano, que no consideramos que su validez se restrinja a áreas sociales o geográficas particulares. Pensamos, por el contrario, que la experiencia del «desarrollo desigual y combinado», de la dislocación que es su resultante y de las consiguientes recomposiciones hegemónicas —heterodoxas respecto a las categorías clasistas del marxismo— es más evidente todavía en los países de la periferia capitalista. En ellos asistimos constantemente a la redefinición de las fronteras de lo político, y a la emergencia de identidades populares y colectivas que no se recortan en términos de la divisoria de clases. Y también —ni qué decirlo— el conjunto de problemas vinculados a la experiencia de la democracia y a las posibilidades de su radicalización, es aún mucho más apremiante que en [X] las sociedades industriales avanzadas. Es por eso por lo que queremos cerrar este prefacio con una incitación a que este discurso en torno a la democracia, a las dificultades de constitución de la misma y a la pluralidad de sus puntos de partida sea continuado y expendido por otros —y, por supuesto, también criticado y contradicho cuando corresponda— desde una variedad de experiencias y situaciones concretas. Si el pluralismo que nuestro texto preconiza ha de ser realizado en la práctica, sólo puede hacerlo incorporando otros textos, tradiciones y experiencias, que expandan constantemente el tejido argumentativo a través del cual un sentido común democrático se construye. Londres, agosto de 1987

### **Por um novo marxismo**

Publicado em 28 de março de 2010

**TAGS:** [política](#)

*Em sua filosofia da práxis, Gramsci avançou em uma nova seara do marxismo*

Lincoln Secco

Antonio Gramsci era mesmo materialista? Adepto do materialismo histórico (uma “ciência”, na definição de um famoso manual de Stalin), poderia ele ter sofrido “desvios” idealistas em sua obra? Afinal, não é verdade que o jovem Gramsci preferia aderir a

pensadores idealistas italianos como Benedetto Croce (1866-1952) e Giovanni Gentile (1875-1944), por exemplo, que aos líderes do socialismo italiano?

O marxismo do tempo de Gramsci apresentava-se, especialmente na Itália, sob a forma de um monismo metafísico que conferia à matéria uma posição determinante na explicação da história. Assim, essa abstração que habitava tão somente as cabeças dos marxistas da Segunda Internacional Comunista tornava-se uma causa concreta e operante. Em oposição ao idealismo, o materialismo era uma reação exacerbada à hipóstase, igualmente metafísica, do Espírito.

A tradução política daquele “marxismo” era o fatalismo, ou seja, a ideia de que a evolução das forças produtivas da matéria levaria necessariamente ao socialismo. Para Gramsci, portanto, a Revolução Russa devolvia, na prática, o espírito vivificador perdido pela teoria. Em 24 de novembro de 1917, publicou no *Avanti*, jornal socialista de Milão, o artigo “A Revolução contra *O Capital*”, referindo-se à obra máxima de Marx. Dizia ele: “Os bolchevistas desmentem Karl Marx”, pois *O Capital*, na Rússia, é o “livro dos burgueses”.

### **Terminologia**

No período do cárcere fascista (entre 1926 e 1937), Gramsci retomou algumas preocupações da juventude, enriquecidas, no entanto, com novas leituras. Ele define o marxismo de Marx, Engels e Lenin como a *filosofia da práxis*. Poderíamos discutir se usa essa terminologia para demonstrar uma contribuição própria àquele legado ou simplesmente para iludir a censura carcerária.

Na verdade, ele avançava numa seara nova no campo marxista. O fatalismo da Segunda Internacional Comunista, para ele, não estava realmente superado com a Revolução de Outubro. Ao contrário, o próprio marxismo soviético apresentava traços marcantes daquela leitura “materialista”. É nessa chave que podemos entender sua crítica ao dirigente bolchevique russo Nikolai Bukharin nos *Cadernos do Cárcere*. E é também nessa chave que poderíamos, à revelia do próprio Gramsci, ver quanto Lenin, considerado por Gramsci um dos fundadores da filosofia da práxis, estava imbuído de erros semelhantes, especialmente em sua obra filosófica “Materialismo e Empiriocriticismo”.

Antes de tudo, por que a filosofia da práxis, entendida aqui como o “marxismo de Gramsci”, adotaria Bukharin como seu polo antagônico? Gramsci nada tinha contra a figura política de Bukharin. Viu-o na União Soviética, quando representou o Partido Comunista da Itália (PCI) junto à Internacional Comunista. Indicou a adoção de sua obra na escola do partido italiano. No cárcere, porém, Gramsci escolheu como objeto de crítica a tentativa do ensaio de Bukharin de popularizar o marxismo.

Na organização dos escritos gramscianos, feita depois da Segunda Guerra Mundial, essa crítica ficou diluída porque aos comunistas parecia muito melhor apresentar Gramsci como adversário de Croce e do idealismo italiano, bem como um pensador nacional, voltado para as tradições de seu país, e não como um adversário do marxismo soviético, ainda que fosse o de Bukharin, autor que caíra em desgraça e fora morto nos expurgos stalinistas. Talvez porque o pensamento filosófico de Bukharin se diferenciava muito pouco da ortodoxia de Stalin.

### **Estrutura e superestrutura**

Em sua crítica, Gramsci aponta para um momento crucial que permite entender o salto que sua filosofia da práxis representou em relação ao marxismo anterior: a questão da relação entre estrutura e superestrutura.

Ao criticar Bukharin, Gramsci nota nele um traço típico do materialismo vulgar dos filósofos do Antigo Regime: a adoção de uma falsa objetividade. Bukharin considera que a técnica determina o desenvolvimento histórico, ou seja, ele identifica a técnica com o conceito de forças produtivas materiais de Marx, estabelecendo uma relação mecânica com a superestrutura política, artística e cultural. Ora, para Gramsci, a correta definição da relação entre estrutura e superestrutura era decisiva para *dialetizar* o marxismo. Seu problema, essencial para um comunista militante, era encontrar o grau de liberdade dos sujeitos políticos na história. Afinal, por que ser comunista se o desenvolvimento histórico por si só nos levaria ao comunismo?

Gramsci reporta-se à ideia de Marx segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos sociais no nível das superestruturas. Diante da insistência de Bukharin na matéria *stricto sensu*, a análise gramsciana nega a supremacia de uma

determinada concepção de matéria e, de certa forma, rejeita a noção de “materialismo histórico e dialético”.

Para confirmar suas pesquisas, Gramsci relê o famoso prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* (de 1859). Nele, Marx diz que “na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social”.

Eis o problema da base e da superestrutura. Seria possível afirmar que Marx colocou a economia (forças produtivas e relações de produção) no lugar do Espírito hegeliano, caindo numa nova forma de idealismo?

Gramsci não concordaria com essa crítica (que de resto havia sido feita por Croce). Para Gramsci, “Marx não substituiu a Ideia hegeliana pelo conceito de estrutura”. Ainda assim, persiste o problema: como a estrutura se torna superestrutura? Ou seja, como uma necessidade histórica se torna liberdade? Como a história econômica se faz também política? A metáfora arquitetônica torna-se claramente insuficiente para dar conta dessas indagações. A arquitetura deveria ceder lugar à história e o substantivo “*produção*” deveria ceder ao princípio totalizante e de ação de um verbo, “*produzir*”.

## **Materialismo e idealismo**

Ciente desses problemas da linguagem, entre outros, Gramsci empreendeu a superação tanto do materialismo quanto do idealismo, ambos igualmente metafísicos, pois separam o sujeito e o objeto, reduzindo a história a mero subproduto do autodesenvolvimento de um ou de outro.

O conceituado *Dictionnaire du Marxisme*, organizado por Georges Labica, indaga em seu verbete sobre *superestrutura*: pode existir uma base sem ideologia e vice-versa? Ninguém nunca viu uma economia sem sociedade. Portanto, base e superestrutura são conceitos relacionais.

Na análise da relação entre superestrutura e base, corre-se sempre o risco, portanto, de substituir a primazia da Ideia na exposição da história pela das forças produtivas e, assim, recriar uma nova forma de idealismo: o *economicismo*. A separação operada por Marx (segundo a metáfora arquitetônica de base e superestrutura) é metodológica e não empírica, pois não há economia sem sociedade e nem uma separação mecânica entre infraestrutura e superestrutura. Para Gramsci, “as forças materiais são conteúdo e as ideologias a forma, distinção forma e conteúdo puramente didática, pois as forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais, sem as forças materiais”.

Gramsci enriquece o prefácio de 1859 com novas determinações ao revelar que Marx não separa base e superestrutura a não ser didaticamente. Só aparentemente a economia se torna uma causa metafísica, um Deus desconhecido que opera a história. A união orgânica de base e superestrutura pode ser obscurecida por sua aparente desunião metodológica. Concretamente, o que encontramos é o *bloco histórico*, a junção de base e superestrutura produzidas simultaneamente pela ação humana.

Essa definição, naquela conjuntura de tormentas do entre-guerras, talvez seja mais “materialista” do que aquela dos “idealistas de esquerda” que, obscurecidos pela própria vontade, transformaram em tragédias voluntaristas as organizações e as ideologias desprovidas de força material e apoio de massas. E talvez essa definição seja menos abstrata e “materialista” do que a dos últimos marxistas social-democratas que, angustiados entre a vertigem da tomada do aparelho de Estado e a sedução de um poder paralelo na legalidade burguesa, optaram por esperar.

- [Comente](#)
- [Compartilhar](#)
- [Imprimir](#)

### **Artigos relacionados**

- 28/03 - [Escola unitária](#)
- 28/03 - [Gramsci na América](#)
- 28/03 - [Cultura para todos](#)
- 28/03 - [Realismo e política](#)

Fonte - <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/por-um-novo-marxismo/>

## 1LIVROS

### **Como mudar o mundo, de Eric Hobsbawm**

Como demonstram os prefácios, artigos, conferências e ensaios reunidos em Como mudar o mundo, a militância política de Eric Hobsbawm tem convivido de modo fecundo com sua consagrada produção

intelectual. Numa coletânea que abrange décadas de intensa proximidade com a obra de Karl Marx (1818-83) e a tradição marxista,

o historiador britânico reafirma a atualidade das reflexões sobre o capitalismo realizadas pelo filósofo, sociólogo e jornalista alemão - e seu colaborador, Friedrich Engels (1820-95) - a partir da década de 1840. O livro consiste numa espécie de tributo à influência de Marx sobre Hobsbawm, algo visível ao longo de toda sua trajetória acadêmica e política. Firmemente estabelecidas desde 1931, quando

ingressou ainda adolescente numa liga de jovens comunistas em Berlim,

as simpatias ideológicas do historiador não comprometem, contudo, a

lucidez da sua interpretação dos trágicos erros cometidos ao longo do século XX em nome das ideias do autor de O Capital.

Para saber mais, clique em:

<https://literaturamarxista.wordpress.com/2011/12/11/234/> [2]

OG

LITERATURA

MARXISTA

<http://literaturamarxista.wordpress.com/>

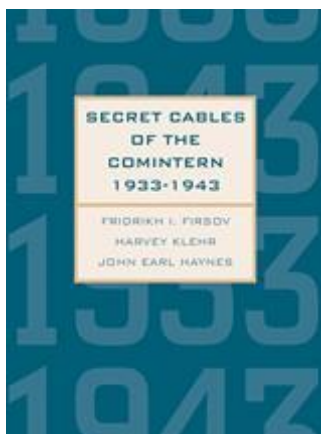
[1]

[literatura.marxista@gmail.com](mailto:literatura.marxista@gmail.com)

BOLETIM MENSAL INFORMATIVO - Nº6 - JANEIRO DE 2011

\*\*\*





Diplomatizzando: Book review: a historia documental do Comintern, 1933-1943

Temas de relações internacionais e de política externa do Brasil, políticas econômicas, viagens, livros, cultura em geral.

DIPLOMATIZZANDO.BLOGSPOT.COM|POR PAULO ROBERTO ALMEIDA

Curtir · · Compartilhar

## Cesar Benjamin

10 h ·

Via Demian Melo. Uma homenagem a Roman Rosdolsky, que esteve em Auschwitz e depois escreveu o grande livro sobre a economia política de Marx: "Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx". Entre tantos comentadores, essa, a meu ver, é a única obra que está à altura do gênio de Marx. Tive a honra de traduzi-lo para o português. O link está aí embaixo. César Benjamin. <http://www.contrapontoeditora.com.br/produto.php?id=73>



Auschwitz 70th Anniversary: A memoir by Roman Rosdolsky

Seventy years ago Auschwitz was liberated– the first to enter the camp was a battalion led by the Major Anatoliy Shapiro, a Jewish Ukrainian of the Red...

## Gramsci e a vontade coletiva nacional-popular

quarta-feira, 3 de setembro de 2014

Nogueira

Marco Aurelio



Jean-Michel Basquiat 1984

Lendo Gramsci.

“Nenhuma ação de massa é possível se a própria massa não está convencida dos fins que quer alcançar e dos métodos a serem aplicados”, ele escreveu em *Alguns temas da questão meridional*. A formação de uma “vontade coletiva”, para ele, era um componente indispensável do complicado e complexo processo de formação do Estado, ou de sua reorganização em sentido democrático.

**Gramsci era marxista e comunista, mas com o tempo foi-se distanciando do leninismo. Não se tratava, para ele, de uma vontade coletiva encarnada em um partido-guia ou conduzido por algum herói. A “vontade coletiva nacional-popular” derivaria da irrupção simultânea dos diversos componentes da sociedade, urbana e camponesa, na vida política: seria um tornar-se Estado processado política e culturalmente, de modo a incluir regiões, classes, gêneros, etnias e gerações. Um processo mediante o qual e no qual as sociedades respirariam., indo além do jogo político restrito, institucionalizado.**

**Seu “moderno Príncipe” não era uma máquina simplesmente, mas um movimento político amplo, no qual partidos teriam lugar mas não seriam os únicos (nem talvez os principais) protagonistas. Este seu Príncipe “não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (CC, 3, 18).**

**Educação, cultura, escolas, debate público, imprensa, ciência, arte e literatura são os recursos de que um povo-nação dispõem para se afirmar como vontade coletiva. Os intelectuais desempenham papel central nisso, como é evidente. Quanto mais estiverem eles “organicamente” articulados com as amplas massas de uma população, com os “subalternos”, os “humildes” (são termos de Gramsci) mais alta e relevante será sua função. Menos paternalistas serão e mais atuarão como elos de ligação e formadores de uma vontade coletiva que se faça Estado.**

**Ele escreveu isso há quase 90 anos. Mas a temática continua em aberto. No Brasil do início deste século XXI, dramaticamente em aberto.**

---

Gramsci, o intelectual orgânico

Por hegemonia entende-se a direção política e intelectual de uma ou várias classes. A forma como Gramsci utiliza o conceito implica uma orientação para a conquista do consenso, ainda antes de uma tomada de poder, e implica uma política de alianças. Artigo de Carlos Carujo, publicado na Revista Vírus nº6.

1 de Dezembro, 2014 - 17:13h

## Carlos Carujo

"Para que da violência com que a realidade nos confronta não resulte a paralisia, temos, portanto, de contar com o motor de uma vontade insistente".

Aos vinte anos, um estudante pobre e doente chega a Turim. Decorria o ano de 1911 e uma voragem política iria acelerar decisivamente a sua vida. O jovem regionalista sardo torna-se militante do PSI três anos depois e, pouco mais tarde, fundador e dirigente do Partido Comunista da Itália. Entretanto, inicia-se a Guerra Mundial e sentem-se as ondas de choque da primeira revolução proletária da história. Em Itália, viver-se-á uma insurreição operária em Turim que fazia sonhar com uma revolução e, seguidamente, o fascismo marchará rumo ao poder.

Este capítulo intenso de intervenção política direta encerra-se abruptamente em novembro de 1926. Sendo à altura deputado e o dirigente mais reconhecido do PCI, será preso na sequência do atentado contra Mussolini, que se tornou pretexto para a radicalização do regime. Encarcerado, assolado pela doença e pelo isolamento político, produz uma das obras mais marcantes do marxismo do século XX. E, apesar de todas as limitações, sem acesso a muitas das fontes de que necessitaria, o que aí escreve continua hoje a ser um elemento fundamental no debate político à esquerda.

Antonio Gramsci é, assim, não só sinónimo de resistência ao fascismo, mas também de capacidade de renovação de um marxismo que não desiste de ser crítico. Contudo, o seu sucesso posterior tinha tudo para não ter acontecido. Gramsci lega-nos uma obra escrita em cadernos que resistiram por pouco às vicissitudes da prisão fascista. Reelaborados várias vezes, os seus escritos mantêm, mesmo na forma final e mesmo os mais “definitivos”, um carácter inacabado e fragmentário e estão pejados de referências datadas e circunstanciais que dificultam a sua leitura. Para além disto, o seu conteúdo é inequivocamente de sinal contrário face à cartilha então dominante.

Parecendo ter tudo para ficarem encerrados num baú ou para circularem apenas entre grupos restritos de historiadores do marxismo, os cadernos da prisão tornam-se um sucesso em várias geografias e contextos devido a uma capacidade improvável de resiliência. Num primeiro momento tal poderia até ser facilmente explicado devido à aura do resistente antifascista morto na prisão (de facto, Gramsci morrerá em 27 de abril de 1937 numa clínica supostamente em liberdade condicional concedida pelo fascismo expressamente de forma a defender-se das acusações de negligência criminosa face aos seus problemas de saúde e para que não se possa dizer que morreu na prisão).

Nas primeiras edições dos *Cadernos e das Cartas*, Gramsci é divulgado como defensor da ortodoxia. A edição de 1947/8 de Togliatti censura passagens sobre Trotsky, Bordiga e Rosa Luxemburgo, notas pessoais e passagens críticas à linha da Internacional. Aliás, foi apenas em 1975, com a edição de Valentino Gerratana, que se massificam as cerca de três mil páginas dos cadernos integralmente e na ordem cronológica. As reviravoltas da política levam à posterior difusão do seu pensamento como uma das justificações da viragem eurocomunista do PCI.

Mas nem só a utilização pelos interesses políticos imediatos justifica o sucesso. Este também se justifica por uma capacidade de se encontrar com o futuro. A crise do marxismo ortodoxo, cientificista e economicista, esse socialismo da revolução a horas certas, tornou Gramsci uma referência incontornável. Se houve quem usou os seus escritos para justificar um progressivo afastamento do marxismo ou, por exemplo, o conceito de hegemonia como sinónimo de adesão a vias reformistas sem reformas, para muitos/as outros/as Gramsci apresentou-se naturalmente como contemporâneo pela urgência do marxismo aberto.

Além dos interesses políticos imediatos e das análises ideológicas, também na academia os escritos de Gramsci se tornaram um sucesso. Autor de cultura enciclopédica, capaz de dialogar com várias correntes da cultura italiana ou com as inovações norte-americanas, a sua capacidade de criar conceitos ou de alargar os conceitos já existentes a perspectivas inéditas abriu portas em campos como os denominados estudos subalternos, a antropologia, a linguística, as relações internacionais, as ciências da educação, já para não falar da filosofia política.

Pode mesmo dizer-se que, atualmente, a figura de um Gramsci enquanto autor erudito e reverenciado numa certa academia ofuscou esse outro Gramsci político profundamente envolvido nas contradições do seu tempo. É preciso então não cair na armadilha de despolitizar a leitura de Gramsci, de separar dois Gramsci, sendo um o político comunista e o outro o intelectual maduro preso dedicado ao estudo.

### **A política revolucionária na encruzilhada do fascismo**

Para compreender Gramsci na sua totalidade, resgatemos esse momento em que o jovem ilhéu deixa a sua Sardenha natal para estudar em Turim. Poder-se-ia dizer, na linguagem que mais tarde forjará, que se trata de um choque catártico com um mundo novo, com outro nível de desenvolvimento e de urbanidade e o encontro com a força do operariado industrial. Esta diferença radical será um dos pontos de partida importantes para pensar o seu país. A Itália, entidade política recente, continua dividida cultural e economicamente. A fratura Norte/Sul que Gramsci experiencia será um dos elementos que utilizará para investigar a sociedade italiana.

Se o conhecimento do socialismo já vinha do seu irmão Gennaro, o novo ambiente contribui decisivamente para Gramsci ultrapassar a política da indignação regionalista pela pobreza endémica e aderir ao socialismo enquanto forma de pensar e agir sobre a exploração de forma mais abrangente. Torna-se membro do PSI, então plataforma unitária de vários socialismos, no mesmo ano em que rebenta a I Guerra Mundial.

Este acontecimento abala profundamente o movimento socialista. A II Internacional passa muito rapidamente da retórica da paz mundial à votação dos créditos de guerra e às cedências aos nacionalismos. O PSI é dos poucos partidos que resiste aos impulsos nacionalistas. Não sem opositores: Mussolini abre campo à cisão defendendo «uma neutralidade ativa», que mais tarde será transformada numa defesa absoluta do intervencionismo na guerra. Gramsci, por sua vez, escreve um artigo em que utiliza a mesma expressão de Mussolini para atacar a passividade dos reformistas. Só que o carácter dúbio desta fórmula nunca deixará de lhe ser lembrado pelos seus adversários políticos.

A Revolução Russa é o acontecimento decisivo que se segue. De início sem muita informação, Gramsci coloca-se intuitivamente ao lado da revolução dos soviets. Considera-a até «a revolução

contra o Capital» porque teria desmentido a premissa marxista de que a revolução aconteceria nos países capitalistas mais avançados. Gramsci sublinha aí a sua desconfiança persistente acerca do economicismo a que junta uma boa dose de voluntarismo.

Para os setores revolucionários, a Revolução Russa transforma-se num modelo ou numa inspiração. No ano seguinte ao fim da guerra, participa na fundação do *L'Ordine Nuovo*, simultaneamente jornal e grupo político, que passa de uma breve intenção de difusão cultural para ter um papel decisivo no chamado biénio vermelho (1919-20), o movimento massivo dos conselhos de fábrica de Turim que pretendia «fazer como na Rússia».

Contudo, o velho PSI divide-se quanto ao movimento. O grupo do *L'Ordine Nuovo* defende um conselhismo talvez ingénuo, mas sobretudo mobilizador. É o impulsionador direto dos conselhos de fábrica, vendo neles, não só a forma dos sovietes à italiana, mas até a forma futura da democracia operária. A esta visão opõe-se a alegada passividade dos maximalistas majoritários no PSI (Serrati) que circunscrevem o movimento à reivindicação de melhorias de nível de vida, a desconfiança do sindicalismo instalado relativamente a um movimento que ultrapassa as suas fronteiras e a menorização dos conselhos de fábrica em nome do papel do partido pelos abstencionistas de Bordiga. Isolado e esgotado, o movimento acaba derrotado.

No ano seguinte, ainda na ressaca desta derrota, Gramsci participa do grupo que promove a cisão do PSI e a criação do Partido Comunista da Itália. Apesar de a maioria maximalista ser adepta da III Internacional, o PSI havia recusado alguns dos termos obrigatórios para a adesão formal ao movimento, nomeadamente a alteração do nome e a expulsão da minoria reformista. Amadeo Bordiga torna-se majoritário no novo partido e Gramsci segue temporariamente a sua linha do partido puro e do propagandismo sem política que acredita que a Itália caminha para a social-democracia a que é preciso o PCI opor-se vigorosamente.

Contudo, sombras bem mais ameaçadoras pairam sobre a política italiana. O fascismo triunfante e totalitário era um fenómeno suficientemente inédito para ter sido menorizado por grande parte do movimento comunista. E as posições bordiguistas do PCI são disso exemplo: no mesmo ano em que aquelas teses do PCI proclamam que a Itália se tornará inevitavelmente social-democrata,

os Camisas Negras marcham sobre Roma. Gramsci será, aliás, dos poucos autores a prestar-lhes mais atenção do que a um epifenómeno passageiro. O autor dos *Cadernos* compreende a novidade de um movimento reacionário de massas apoiado na pequena burguesia e profundamente antioperário, capaz de fazer uma revolução-restauração.

Já exilado em Moscovo, o sardo decide disputar a direção do partido para posições mais próximas das de Lenine, nomeadamente a bolchevização do partido e a política de frente única. Apoiado pela Internacional e com Bordiga na prisão, vence. Recorde-se que Lenine desconfiava de Bordiga ao ponto de o incluir no rol dos criticados no livro *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*.

Um breve regresso, dada a imunidade parlamentar, permite-lhe afrontar, por uma única ocasião, Mussolini cara a cara no parlamento: o poder do raciocínio, apesar da doença e da voz sumida, toda uma antirretórica enfrenta corajosamente a violência histriónica do ditador que lhe responde que os fascistas «fazem apenas o mesmo que eles na Rússia». Sob o pretexto da lei de ilegalização da maçonaria, discute-se a natureza de classe do regime, a sua violência e as organizações proletárias como o alvo central a abater. Gramsci conclui: «A partir desta tribuna queremos dizer ao proletariado e às massas camponesas italianas que as forças revolucionárias italianas não se deixarão destruir, que o vosso sonho turvo não se chegará a concretizar.»

Só que o sonho turvo-fascista vai-se materializando, somando repressão à repressão. E Gramsci é preso no exato momento em que se dirigia a uma reunião com um representante da Internacional devido à carta que, em nome do Partido, escrevera aos dirigentes do movimento comunista internacional. Nesta, a par da crítica da minoria “trotskista” e da defesa da NEP, defende que a minoria não seja «esmagada» revelando preocupações sobre os efeitos da disputa. Posteriormente, já na prisão, criticará também o centralismo burocrático e a estatolatria opondo o «autogoverno» ao «governo dos funcionários». Apesar de reconhecer que nos países «orientais» um momento de estatolatria pode ser necessário, dada a fraqueza da sociedade civil, defende que esta não deve ser deixada ao seu livre curso, deve ser criticada, não pode ser um fanatismo teórico. Talvez olhando a partir da atualidade este pacote de críticas pareça tímido, mas a ilusão da perspectiva não revela toda a dimensão da heresia.



Para além disto, enquanto Gramsci está na prisão, a Internacional Comunista guina. Inicia-se a política do «terceiro período» e a designação da social-democracia como «social-fascismo». Pelo contrário, Gramsci mantém o apoio à política anterior da frente única e defende a palavra de ordem da assembleia constituinte contra as posições oficiais que declaram a iminência de uma revolução socialista sem qualquer etapa intermédia democrática. Por defender posições semelhantes, Leonetti, Tresso e Ravazzoli são excluídos do partido. Claro que as posições de Gramsci serão mantidas em sigilo. Mas na prisão a divergência é conhecida e de uma primeira fase, em regime aberto, em que é organizador de círculos de discussão passa depois à condição de excluído do grupo dos comunistas. O apoio para a sua subsistência continua a chegar-lhe através da cunhada, mas Gramsci tem consciência de que está isolado.

### **Cadernos para pensar além da prisão**

É nos *Cadernos do Cárcere* que vai fixar as observações e reflexões que são a «ginástica mental» que considera fundamental para resistir à estupidificação da prisão. Serve-se das pobres bibliotecas prisionais, das revistas autorizadas pelo regime e da avença ilimitada que o economista Piero Sraffa lhe abre numa livraria, assim os livros que quer consigam passar as portas da prisão... Da literatura popular aos tratados de economia ou filosofia, Gramsci revela-se omnívoro. Como é óbvio, compreender a hegemonia burguesa será aprender a conhecer os efeitos destes múltiplos níveis no senso comum.

Não é só o ritmo das leituras que dita a sequência dos *Cadernos*, Gramsci elabora um plano de estudos. Pretende dedicar-se à teoria da história (marxismo), ao desenvolvimento da burguesia italiana e dos seus grupos intelectuais, ao papel da Igreja Católica na sociedade italiana, à literatura popular, ao senso comum e ao conceito de folclore, ao fordismo, entre outros temas.

Ainda que, por razões óbvias, os temas não sejam diretamente políticos, Gramsci tem, ainda assim, que manobrar o que escreve, de forma escapar à censura. Soluções fáceis serão as substituições de nomes dos revolucionários pelos nomes próprios que os censores desconhecem (Ulianov para Lenine, Lev Bronstein para Trotsky). Marx e Engels serão denominados «os fundadores da filosofia da *praxis*». A expressão que Gramsci adota de Antonio Labriola é, porém, bem mais do que um jogo semântico. É todo um

programa de quem vê o marxismo como uma teoria crítica historicista.

Para além do marxismo de Labriola, absorvido mais indiretamente através de Giovanni Gentile do que bebido na fonte original, os *Cadernos do Cárcere* são um caldo cultural de influências filosóficas. Desde as presenças mais claras de Nicolau Maquiavel, de Benedetto Croce (o «papa laico» da intelectualidade liberal italiana da época, crítico do marxismo e defensor de um idealismo hegeliano que considera a história como história ético-política, ou seja, como história do espírito e realização do progresso e liberdade), até referências mais inesperadas como John Dewey e o pragmatismo americano, ou a presença de Sorel (o teórico do sindicalismo revolucionário e o mito da greve geral então já proscrito pela esquerda e apropriado pelo fascismo) e, através dele, o filósofo Henri Bergson e o vitalismo antipositivista.

Entendidos politicamente, os vários temas dos *Cadernos* correspondem a uma tentativa de renovação do marxismo, que passa pela necessidade responder à questão do porquê de não ter acontecido uma revolução socialista, apesar da crise, e pela tentativa de pensar concretamente a realidade nacional italiana.

### **Um marxismo fora da cartilha**

Os *Cadernos* constituem um documento único por serem uma tentativa de sistematização de um marxismo antieconomicista que se opõe às correntes dominantes. Gramsci identifica este economicismo ao pensamento de Rosa Luxemburgo mas também à corrente “esquerdista” de Bordiga e mesmo aos reformistas.

A isto acresce um anticientificismo. Critica-se o positivismo escondido em muitas posições que se afirmam como materialismo dialético e que partem de uma noção ingénua de matéria. Gramsci vai mesmo ao ponto de criticar abertamente o conceito de objetividade científica e de dizer que apenas há intersubjetividade humana inscrita na história.

A conjugação destas duas características não poderia deixar de resultar num marxismo antideterminista. Gramsci não para de sublinhar o conceito de «leis tendenciais», que Marx utilizou em *O Capital* como alternativa ao determinismo fechado. Porém, o autor dos *Cadernos* não foge à imagem de um Marx determinista,

procurando compreendê-lo historicamente. Esse determinismo cientificista de Marx, e sobretudo de Engels, seria um momento necessário na história da organização do proletariado: era resultado da necessidade de uma certeza mobilizadora. Contudo, o determinismo seu contemporâneo já não é certeza mobilizadora e tornou-se apenas justificção da passividade política: se a revolução é certa, não vale a pena esforçar-nos para ela. Há apenas que manter um partido coeso e puro à espera do grande dia.

O projeto radical do marxismo gramsciano é transmitido pela noção de «historicismo absoluto», o que corresponde a uma forma de relativismo: as concepções surgem na história, não há verdades a-históricas e também o marxismo é uma “verdade” historicamente situada e ultrapassável.

O nome deste projeto é *filosofia da praxis*, um conceito que sublinha a unidade entre ação e pensamento e o sujeito como ativo e criativo e não como objeto passivo da história. Pelo que a filosofia da *praxis* vai alterar quer a maneira habitual de definir filosofia quer a sua relação com o senso comum. Para Gramsci, «todo o ser humano é filósofo», no sentido em que tem noções sobre o que o mundo é/devia ser, (con)fundido-se concepção do mundo e norma de conduta. No senso comum, convivem acriticamente e contraditoriamente várias concepções do mundo. Em vez de uma ingenuidade plana, o senso comum é complexo e pleno de contratempos, objeto de hegemonias contrastantes.

Desta forma, há uma tarefa filosófica de criticar as concepções confusas, corporativistas, egoístas, de forma a dar lugar a uma reforma intelectual-moral e criar um novo sujeito coletivo. Não se trata de, a partir de fora, educar o senso comum. Para o pensador sardo, o senso comum revela muitas vezes um «núcleo são» de consciência de classe através um conflito entre consciência teórica e consciência prática. É preciso torná-lo consciente e desenvolvê-lo.

É esse núcleo são que permite, em última análise, o processo de descoberta da hegemonia e a reforma intelectual-moral. É a partir dele e destes processos combinados que se produz uma catarse: a passagem do «momento egoístico-passional» para o «momento ético-político».

## **Da hegemonia à guerra de posições**

Portanto, o marxismo de Gramsci procurará ir além do determinismo simples entre infraestrutura e superestrutura. Daí que não se canse de repetir que a determinação da infraestrutura acontece, como Marx escreveu, «em última instância». Convém assim recordar que a teoria gramsciana não anula o poder da crise económica em nome apenas das relações de forças na superestrutura: se a economia não determina mecanicamente, certamente que condiciona alternativas. E Gramsci procura não substituir o economicismo por um voluntarismo absoluto.

Nesta tentativa, vai forjar o conceito de *bloco histórico* para se referir ao conjunto desta relação, à sua complexidade e volatilidade, que depende das relações de forças entre diferentes classes aos vários níveis.

Irá também criar uma *teoria amplificada do Estado* (termo cunhado por Christine Buci-Glucksmann para explicar a posição de Gramsci). A equação gramsciana será *Estado = sociedade civil + sociedade política; coerção + consentimento*. O que significa que Gramsci altera a conceção marxista de Estado e de sociedade civil. Se, para Marx, a sociedade civil era parte da estrutura, para Gramsci será parte da superestrutura. Segundo o italiano, Marx elabora a sua teoria num tempo em que o poder é sinónimo de Estado como aparelho repressivo e não conhece a realidade de complexificação da sociedade civil que se torna num dos apoios da ordem estabelecida.

Hoje, é preciso desenvolver uma análise fina da sociedade civil, uma vez que o poder de classe funciona menos visivelmente de modo repressivo e mais claramente fabricando consenso. Há uma vasta estrutura material que fabrica estes consensos, os chamados aparelhos privados de hegemonia, que é relativamente autónoma. Incluem-se neste âmbito escolas, igrejas, partidos, sindicatos, organizações profissionais, meios de comunicação, etc.

Por hegemonia entende-se a direção política e intelectual de uma ou várias classes. A forma como Gramsci utiliza o conceito implica uma orientação para a conquista do consenso, ainda antes de uma tomada de poder, e implica uma política de alianças: o proletariado deve procurar ser hegemónico, constituindo um bloco alternativo das classes subalternas.

Neste quadro teórico, seria normal que se revalorizasse o papel dos intelectuais na disputa pelo consenso. Mas Gramsci não se

contenta com isso. Também neste conceito operará um alargamento, de forma a definir o intelectual, não pela erudição pessoal, mas pela função social que o indivíduo ocupa. O intelectual é, sobretudo, o organizador. E há dois tipos de intelectuais: os orgânicos, direta e intimamente ligados a uma classe e que organizam a sua hegemonia, e os tradicionais, que foram intelectuais orgânicos de uma classe no passado e que mantêm depois um papel mais independente noutra situação social, ajustando-se no interior do bloco dominante. Devido ao afastamento da defesa imediata dos interesses, alguns intelectuais tradicionais representam-se como totalmente desligados do processo de produção e olham para a história das ideias como uma sucessão de indivíduos brilhantes.

Da definição de intelectual e da necessidade de criação de intelectuais orgânicos por parte do proletariado ressalta uma consequência política que tem implicações na forma de conceber o partido: em primeiro lugar, cada membro do partido deve ser tomado como intelectual, não pela sua erudição, mas pela sua função dirigente, organizadora, educativa; em segundo lugar, o próprio partido deve ser um «intelectual coletivo» no sentido de procurar conquistar a hegemonia, promover uma reforma intelectual-moral e criar uma vontade coletiva nacional-popular.

O partido será ainda apresentado nos *Cadernos* como «príncipe moderno». Em *O Príncipe*, Maquiavel apresentara a necessidade do indivíduo-príncipe como forma de corporizar a vontade coletiva, nesse caso de unidade nacional. Gramsci entende que presentemente a vontade coletiva já não se pode corporizar num indivíduo. Apenas o conjunto do partido pode captar a imaginação coletiva.

Outra consequência política será de nível estratégico. A partir da analogia com as alterações de estratégia militar ocorridas na I Guerra Mundial (a passagem da guerra de conquista rápida para uma lenta guerra de posições), Gramsci repensa a política revolucionária sua contemporânea. No caso da Revolução Russa, teria acontecido um exemplo de guerra de movimentos. Este é o modelo oriental. No Ocidente, devido às alterações ao nível do Estado/sociedade civil, é necessária uma alteração de estratégia. Porque o Estado não está só ancorado na sua estrutura repressiva, deve optar-se por uma lenta guerra de posições que conquiste as trincheiras dos aparelhos de hegemonia e dos consensos que fabricam.

Com isto, Gramsci crítica a tese do ataque frontal ao poder fascista. Aliás, apesar de a associar expressamente à teoria da revolução permanente, de Trotsky, esta crítica cola-se mais diretamente, na altura em que é formulada, às teorias maioritárias da Internacional.

### **A Itália, o sul e a revolução passiva**

Para além de uma estratégia política geral, os *Cadernos do Cárcere* são também um documento de reflexão sobre a realidade política italiana, na sequência do que Gramsci já antes fizera. No momento em que é preso, estava a trabalhar o texto *Alguns temas sobre a Questão Meridional*, cujo tema desenvolve também nos *Cadernos*. Em vez das teorias revolucionárias genéricas ou da repetição de clichés sobre campesinato e operariado, Gramsci lançava-se na análise dos mecanismos subjacentes à aliança entre Igreja, agrários do sul e industriais do norte, o bloco histórico dominante.

Este bloco histórico conseguia mesmo, devido a fazer funcionar o sul como se fora um território colonial, um mercado cativo pelo protecionismo fornecedor de mão de obra barata, fazer concessões a uma elite operária que sentia assim beneficiar da situação e que alimentava desconfiança face aos meridionais. A sul, a hegemonia dos latifundiários sobre os camponeses acontecia por obra de uma classe intermédia de intelectuais. Será, portanto, necessário superar as divisões norte/sul que desagregam as classes subalternas, devendo-se trabalhar para um bloco social alternativo que, partindo da hegemonia do proletariado urbano, reconheça as exigências do campesinato do sul, como a reforma agrária, e, mais do que mera convergência de interesses, consiga também trabalhar afinidades culturais.

Para além disto, a hegemonia das classes dominantes e a debilidade das subalternas deve ser analisada à luz da questão vaticana. Isto devido ao seu papel ideológico, à vigilância a que a Igreja submeteu os intelectuais italianos e porque o seu «caráter cosmopolita» (estando ao serviço do Vaticano e não do país) seria uma das causas da unificação tardia de Itália. E o processo desta unificação seria uma causa longínqua da questão meridional.

Este processo, o *Risorgimento*, em meados do século XIX foi dirigido pela burguesia moderada, junto com os latifundiários, um bloco sustentado sobretudo pelo Estado do Piemonte. Por sua vez, a burguesia nacionalista progressista falhou porque não conseguiu

mobilizar o campesinato e criar um «jacobinismo» italiano. A ausência de uma reforma agrária manteve um regime semifeudal que persistia.

A comparação com a Revolução Francesa vai permitir a Gramsci criar outro conceito cujo destino será feliz: a *revolução passiva*. Também denominada *revolução-restauração* ou *modernização conservadora*, esta é uma alteração conduzida por cima e que exclui as forças democráticas e populares. Aliás, as forças de vanguarda tendem a ser cooptadas num processo de «transformismo».

O conceito pode ser também aplicado ao fascismo ou à contrarreforma. País da contrarreforma por excelência, a Itália ficou reduzida a baixos níveis de literacia e à passividade política, devido à ausência de uma reforma como a luterana.

### **Razão e vontade militante**

Com Gramsci, a política e a luta ideológica ganham uma nova dimensão no marxismo. O seu pensamento convida-nos a combinar a mobilização da vontade coletiva com a transformação da crença na disputa do senso comum. Para o fazer é preciso, contudo, somar aqui a micropolítica da vontade militante. Esta é explorada a propósito do lema que o italiano adotou de Romain Rolland e que se tornou famoso: *pessimismo da razão, otimismo da vontade*.

Não se trata de um apontamento perdido nos *Cadernos* ou de um desabafo de automotivação, nem sequer apenas do exercício necessário da autodisciplina contra a disciplina carcerária e as vicissitudes da vida revolucionária. Trata-se de uma forma de combate contra o mesmo determinismo que se enfrentou ao nível macro e da análise do trabalho interior necessário para potenciar a militância. Por isso, o nosso pensador insiste frequentemente na batalha contra fundar-se politicamente no otimismo sem bases. Este ou é cegueira fatalista ou *rêverie* que sonha facilidades, falhando ao mínimo choque da realidade. Para Gramsci, pelo contrário, há que «virar violentamente a atenção sobre o presente tal como é se se quer transformar».

Para que da violência com que a realidade nos confronta não resulte a paralisia, temos, portanto, de contar com o motor de uma vontade insistente. O que faz com que o militante seja atravessado permanentemente por uma bipolaridade afetiva, um pessimismo

otimista, que é arma de resistência às adversidades, e possibilidade transformadora concreta. Na dialética militante entre o querer fazer e o poder fazer, a vontade terá como tarefa alargar de forma realista as fronteiras do possível. Fá-lo, claro, de forma imanente, já que nasce em condições determinadas e é determinada pelas forças da hegemonia dominante, mas tem também, de certa forma, um papel determinante, por reduzido que seja.

Para além do mais, Gramsci pensa que, não só o pessimismo da razão tempera a possibilidade de um otimismo que a vontade poderia exagerar, como o otimismo da vontade permite a ação política que seria negada se triunfasse um pessimismo absoluto: o próprio otimismo da vontade é um elemento importante para uma racionalidade militante: «apenas a paixão aguça a inteligência e contribui para tornar a intuição mais clara».

É o que indica claramente quando refere o *problema da previsão*. Para Gramsci, a previsão política é performativa. A razão previsora não é uma máquina neutral, fria, que deva manter distância higiénica da vontade quente. Segundo a filosofia da *praxis*, a previsão é já vontade (porque ao mesmo tempo revela uma vontade individual e é «maneira prática de criar uma vontade coletiva»). Por isso, reforça: «Só o que quer com força identifica os elementos necessários à realização da sua vontade». Se já em 1917 escrevia um artigo sobre o seu «ódio aos indiferentes», onde acusava os que recusam o engajamento da vontade coletiva de participar na força passiva que permite as maiores atrocidades, agora trata-se de fazer a crítica da suposta superioridade cognitiva da neutralidade em política.

Nihilismo, apatia, indiferença, neutralidade, cegueira ideológica, a ilusão agridoce do sonhar acordado não são fatalidades psicológicas de que padecemos. Temos possibilidade de intervir sobre nós próprios, a possibilidade de um cuidado de si revolucionário, de uma subjetivação de combate. Escreve Gramsci: «Criamos a nossa própria personalidade: 1) dando uma orientação determinada e concreta (“racional”) à sua própria impulsão vital ou à sua vontade; 2) identificando os meios que tornam esta vontade concreta, determinada e não arbitrária; 3) contribuindo para modificar o conjunto das condições concretas que realizam esta vontade na medida dos limites da sua potência e na forma mais frutuosa (...). Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa tornar-se mais forte, desenvolver-se». Ou seja, a ação racional realista (o pessimismo da razão) sobre a impulsão



vital/vontade (o otimismo da vontade) é criativa e transforma-nos, essa transformação e a transformação das condições de vida juntam-se numa dialética materialista a que talvez seja preciso voltar a prestar atenção em tempos de psicologias positivas empreendedoras, de misticismos de autoajuda, de desistências de quem nos diz que precisamos “primeiro” de nos transformar a nós mesmos para nunca chegar o tempo de procurar transformar o mundo lá fora.

Não se trata de uma retórica do homem novo, de uma lição de vida moralista ou de pregar um caminho para o heroísmo revolucionário. Trata-se de intensificar-se para potenciar transformações, de ter a capacidade de persistir ao longo do tempo na lucidez do pessimismo otimista, tal é a arte instável e urgente do inconformista. Assim viveu coerentemente Antonio Gramsci.

Alberto Aggio: O Gramsci que “conhecemos” e o que ele inspirou  
<http://gilvanmelo.blogspot.com.br/2015/12/alberto-aggio-gramsci-que-conhecemos-e.html>



Gramsci é, no Brasil, um autor bastante conhecido e com um número estável de leitores. A primeira edição dos Cadernos do Cárcere é da década de 1960 e foi reeditada no final a década seguinte, num contexto de luta contra a ditadura. Uma nova edição dos Cadernos, que mescla a edição temática dos anos sessenta com a edição crítica publicada na Itália a partir de 1975, veio à luz nos últimos anos do século passado, com vários dos seus volumes já reimpressos. Há tempos registra-se uma difusa assimilação do pensamento gramsciano. As teorias de Gramsci se tornaram de uso comum e identificáveis por meio de conceitos como “hegemonia”, “guerra de posições”, “revolução passiva”, “transformismo”, “americanismo” e outros. O pertencimento de Gramsci à história do

marxismo e do comunismo é patente, ainda que ele seja reconhecido, mas não generalizadamente, como um pensador político original.

Desde o final da década de 1970, a progressiva difusão do pensamento gramsciano contribuiu e alimentou um novo “programa de ação” para a esquerda brasileira: organizar a luta contra o autoritarismo. Além de Gramsci, outros pensadores animaram esse movimento, como Norberto Bobbio, Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Mas foi com Gramsci que se instituiu no universo de reflexão da esquerda as temáticas e as visões críticas da história brasileira a partir de uma perspectiva de longa duração. Com a difusão e a assimilação de Gramsci se começa a pensar o Brasil tomando como referência a Alemanha e a Itália, países que não chegaram à ordem burguesa por meio do percurso revolucionário francês.

Por meio das referências gramscianas, se passa a reconhecer que o país era “ocidental” e que se havia estruturado como um país moderno pela via autoritária, sobretudo a partir de 1964. Isso requeria da esquerda uma nova leitura da democracia. Sem ela, a esquerda não seria capaz de se tornar um ator relevante na luta contra o autoritarismo e lhe faltaria uma “grande política” que pudesse lhe guiar numa nova situação democrática.

Naquele contexto, o Gramsci que conheceríamos não seria aquele da luta operária, mas o Gramsci inspirador de uma luta política geral, cuja tradução política se exprimia na ideia de que, para combater o autoritarismo, era necessário “fazer política” e construir alianças que objetivassem a conquista da democracia. O Gramsci dos intelectuais, da hegemonia e da guerra de posição se encontrava então em campo aberto, em diálogo com outras correntes de pensamento, em particular as liberais, jogando a esquerda para dentro do debate público sobre as questões do pluralismo como horizonte político-cultural: um diálogo que nem a esquerda nem os liberais estavam acostumados. Em síntese, a difusão das ideias de Gramsci contribuiu para amadurecer na esquerda brasileira uma perspectiva crítica a respeito da sua história precedente, de forte matriz golpista e autoritária, pouco afeita aos temas decorrentes da política democrática.

No contexto de luta pela democracia no Brasil, o mais importante ensaio de corte gramsciano foi, sem dúvida, A democracia como

valor universal, de Carlos Nelson Coutinho (1979), que representou um marco divisório na cultura política da esquerda brasileira, sobretudo no que diz respeito à revalorização da democracia. O ensaio tem muitos méritos e foi extremamente influente. Embora Carlos Nelson Coutinho valorizasse temáticas como a “ampliação do Estado”, ajudando a esquerda a compreender a natureza “ocidental” da sociedade brasileira, entendia que não se deveria cogitar nenhuma “leitura mais complexa” do conceito gramsciano de revolução passiva. No ensaio de 1979, as formulações a respeito da realidade brasileira aparecem inteiramente subordinadas ao enfoque leninista, assim sintetizada no subtítulo do seu segundo item: “o caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à via prussiana”. A ênfase não era irrelevante e nem foi esporádica. Em diversos textos posteriores, Carlos Nelson Coutinho se empenhou em definir a transição brasileira à modernidade capitalista identificando revolução passiva a uma “contrarrevolução prolongada” (a expressão é de Florestan Fernandes), por definição reativa à mudança social.

Este é um tema importante na discussão sobre Gramsci no Brasil: se admitirmos que o conceito de “via prussiana” descreve uma situação histórica na qual está anulada a possibilidade do ator da antítese ao capitalismo de assumir, pela política, um papel afirmativo no processo de modernização capitalista, a pergunta que emerge naturalmente é se a categoria de “revolução passiva”, elaborada por Gramsci, pode ser compreendida no sentido de se admitir um novo protagonismo do ator da antítese no interior do processo de modernização capitalista. Luiz Werneck Vianna, em seu livro *Revolução passiva: americanismo e iberismo no Brasil* (1997), responde afirmativamente a esta pergunta, esclarecendo que na revolução passiva se pode desenvolver a ação de um ator que represente uma “antítese vigorosa” e empenhe de maneira intransigente todas as suas potencialidades (p.78).

A revolução passiva, como critério de interpretação de processos históricos, é útil ao ator que se invista da representação de portador das mudanças, “capacitando-o, a partir de uma adequada avaliação das circunstâncias que bloqueiam seu sucesso imediato e fulminante, a disputar a hegemonia numa longa ‘guerra de posições’, e a dirigir o seu empenho no sentido de um transformismo ‘de registro positivo’, assim desorganizando molecularmente a hegemonia dominante, ao tempo em que procura dar vida àquela que deve sucedê-la”. (...) “A exploração do

transformismo de 'registro positivo' é indicada em processos sociais novos na sociedade brasileira, muito especialmente depois da institucionalização da democracia política em meados dos anos 80" (p.09).

A revolução passiva é, portanto, um critério de interpretação "que poderia servi-lo no sentido de mudar a chave da direção do transformismo: de negativo para positivo". Graças a esse conceito, Gramsci cria "a possibilidade de uma tradução do marxismo como uma teoria da transformação sem revolução 'explosiva' de tipo francês".

Como se sabe, a história brasileira nunca protagonizou uma revolução de tipo "jacobino". As grandes transformações históricas do país foram moleculares ou caracterizadas por uma "dialética sem síntese", no interior da qual os elementos de novidade e de modernidade foram introduzidos, no mais das vezes, por grupos sociais anteriormente contrários à modernização. Os ciclos da longa "revolução passiva à brasileira" (L. W. Vianna) vão da fundação do Estado Nacional até o recente processo de democratização vivido pelo país, passando pelo período Vargas, pela democracia de 1946 e pelo autoritarismo das décadas de 1960 e 1970. Neste longo período histórico, Estado assume o papel de agente modernizador e condutor das transformações históricas, em geral sem a participação da sociedade civil, estabelecendo a lógica de conservar-mudando. Essa lógica faz com que as transformações históricas no Brasil ocorram sem abalos violentos, o que ajuda a conservar a precedente hegemonia dos grupos sociais mais atrasados.

Nos dias que correm, contrariando as enormes esperanças, os governos do PT, desde 2002, não se constituíram numa alternativa ao longo processo da "revolução passiva à brasileira". Ao contrário, no governo, o PT conduziu a modernização associando-se às elites agrárias e industriais, abrigando-as no seio de um enorme Estado, inteiramente dependente do Poder Executivo. O alargamento do poder de consumo das classes populares fez parte dessa estratégia e a figura de Lula passou a ser essencial a esse tipo de transformismo. Manteve-se dirigismo estatal, o patrimonialismo e o corporativismo ao invés de se estabelecer um nexos renovador entre democracia, autonomia, mercado e bem-estar. Nascido do moderno parque industrial paulista, isto é, da face americanista mais visível do país, o PT no governo foi derivando progressivamente para a

velha tradição ibérica de supremacia do Estado sobre a sociedade que havia marcado a história brasileira. O PT é, como já se disse, uma monografia particular do Brasil, articulada por uma síntese de americanismo e iberismo, na qual o Estado continua a contrapor-se à sociedade civil, controlando molecularmente as transformações, obedecendo à lógica do conservar-mudando, e impedindo conseqüentemente o desenvolvimento autônomo da sociedade civil.

Mudar as relações entre a sociedade civil e o Estado e fazer com que a mudança dirija a conservação, não significa adotar uma espécie de antirrevolução passiva, instalando um processo de rupturas de corte jacobino. Transformar o caráter recessivo da “revolução passiva à brasileira” demanda a construção de uma cultura política republicana, que contribua para a geração de uma sociedade civil autônoma, capaz de associar-se politicamente para a condução dos destinos do país. É esse o desafio que está colocado: buscar, com realismo, as balizas e os parâmetros de uma grande reforma da política, de caráter republicano, que reverta os termos da atual modalidade de “revolução passiva à brasileira” e ao mesmo tempo recomponha a confiança do país em continuar vivenciando e ampliando a democracia política.

O pensamento de Gramsci apresenta-se hoje no Brasil essencialmente por meio de uma disjuntiva. De um lado, o Gramsci da “política democrática”, ou seja, da política-hegemonia, enquanto “hegemonia civil”. De outro lado, temos o Gramsci como expressão da “política revolucionária”. Na primeira “leitura”, a revolução não é mais o centro da elaboração política e a perspectiva se deslocou no sentido de exercitar o conceito de revolução passiva até seus limites, isto é, acionar permanente e intransigentemente a política democrática no interior da perspectiva de “rovesciare” a longa revolução passiva à brasileira, de marca autoritária e excludente, e lhe dar finalmente outro direcionamento.

Essa perspectiva implica compreender que Gramsci se descolou da sua originária demarcação revolucionária, distanciando-se assim de um marxismo que ainda tem como referência uma época histórica de revoluções. De outro lado, a perspectiva de um “outro Gramsci” se desdobrou gradativamente em “outros Gramsci”, mantendo-os, contudo, no universo diversificado da noção de “representação”, agora num duplo sentido: representação de classe, com o fora anteriormente, e portanto numa perspectiva revolucionária, e, noutro sentido, representação como conservação e difusão de um

imaginário revolucionário, no qual se quer resguardar os signos e significados de uma época revolucionária terminada há décadas.

-----  
**Alberto Aggio é historiador e professor da UNESP, presidente do Conselho Curador da FAP.**

**\* Esse é a versão em português do artigo que apareceu no L'Unità em 7 de dezembro de 2015, com o título "Studiavamo Gramsci nel Brasile senza libertà" (<http://www.unita.tv/opinioni/studiavamo-gramsci-nel-brasile-senza-liberta/>) e que corresponde a uma súmula da palestra realizada na Fondazione Istituto Gramsci de Roma, em 25 de novembro de 2015.**

## **Las perdurables enseñanzas de la Comuna de París**

**Atilio A. Boron**

**Universidad de Buenos Aires  
PLED, Programa Latinoamericano de Educación a Distancia en  
Ciencias Sociales  
[www.atilioboron.com](http://www.atilioboron.com)**

Durante los 72 días transcurridos entre el 18 de Marzo y el 28 de Mayo de 1871 Francia fue testigo de una experiencia única, sin precedentes: la Comuna de París. Su instauración fue precedida por la feroz guerra franco-prusiana y el derrumbe del Segundo Imperio, con Luis Bonaparte a la cabeza. Con la Comuna la clase obrera conquistaba el poder político por primera vez en la historia, lo que dejó valiosísimas enseñanzas para los revolucionarios de todo el mundo y cuya vigencia y utilidad práctica se agigantó con el paso del tiempo. Como no podía ser de otro modo, tan especialísimo acontecimiento ejerció una fuerte influencia sobre el pensamiento marxista: Karl Marx dejó por un momento de lado la



redacción de *El Capital* y escribió un breve pero luminoso texto: *La Guerra Civil en Francia*, escrito, tal como lo observara Friedrich Engels en su “Introducción” de 1891 al opúsculo de Marx, “cuando (los acontecimientos históricos) se desarrollan todavía ante nuestros ojos o acaban apenas de producirse”. [\[1\]](#)

El tema de un gobierno del proletariado había concitado la atención de Marx y Engels desde sus primeros escritos políticos: el *Manifiesto del Partido Comunista*, redactado a principios de 1848, es una prueba de ello. Pero en esta obra la visión es sumamente abstracta: la organización del proletariado como clase dominante. Ratificando por enésima vez la íntima vinculación entre praxis histórica y desarrollo teórico, los hechos que tuvieron lugar en París en ese breve lapso permitieron refinar significativamente la teoría marxista del estado y de la política. Porque, como queda claro en *La Guerra Civil en Francia*, el objeto de ese escrito es analizar la emergencia real, concreta, de un nuevo tipo de estado y no tan sólo de una nueva forma estatal capitalista, como se realiza, por ejemplo, en *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte*. Es cierto que tanto en el *Manifiesto* como en la *Guerra Civil* se postulaba la desaparición del estado y su reemplazo por una asociación autogobernada de productores libres. Sólo que lo que en el *Manifiesto* aparecía como una audaz anticipación teórica de sus jóvenes autores en la *Guerra Civil* era una reflexión *post festum*, fundada en un proceso histórico real. [\[2\]](#) En sus diferentes estudios sobre la política francesa, que Marx consideraba como el lugar donde las luchas de la clase obrera habían alcanzado su más alto nivel de desarrollo, aquél había comprobado cómo, bajo diferentes formas del estado capitalista –la monarquía absoluta, la república

democrática, el bonapartismo- se producía el sucesivo perfeccionamiento de la máquina estatal. Si bien tanto él como Engels eran conscientes de la necesidad de destruir esa maquinaria de opresión como paso previo a la autoemancipación del hombre y el comienzo de la verdadera historia de la humanidad, ninguno tenía idea precisa acerca de cómo hacerlo. Hubo que esperar a que la historia diese su respuesta en París, y tanto uno como otro tomaron buena nota de ello.

Por otra parte, si en los textos juveniles Marx y Engels la destrucción del estado era el punto final de un largo proceso revolucionario de construcción de una nueva sociabilidad, a partir de las enseñanzas de la Comuna ambos modifican aquella concepción y coinciden en señalar que la destrucción del estado capitalista debe iniciarse de inmediato, y que el éxito en tal emprendimiento será condición indispensable para que, en una fase ulterior, se concrete la tan anhelada extinción del estado. Engels lo subrayó con toda claridad en su ya referida “Introducción” al escribir que “(L)a Comuna tuvo que reconocer desde el primer momento que la clase obrera, al llegar al Poder, no puede seguir gobernando con la vieja máquina del Estado; que para no perder de nuevo su dominación recién conquistada, la clase obrera tiene, de una parte, que barrer toda la vieja máquina represiva utilizada hasta entonces contra ella, y, de otra parte, precaverse contra sus propios diputados y funcionarios, declarándolos a todos, sin excepción, revocables en cualquier momento.” [\[3\]](#)

Lenin insistió en diversos escritos sobre la importancia de este pasaje, en contra de los oportunistas que, tanto ayer como hoy, piensan que se puede transformar al mundo simplemente



apoderándose de la máquina estatal y utilizarla para fines distintos para los que fue creada en el seno de la sociedad burguesa. La historia ha venido refutando una y otra vez esa creencia. Uno de los casos más ilustrativos ha sido la experiencia de la Unidad Popular en Chile (1970.1973), que trató de utilizar el viejo estado burgués para lanzar un ambicioso programa de transición hacia el socialismo. Tal como lo reconoció el propio presidente Salvador Allende, ni los mecanismos institucionales del estado ni su personal obedecían a las órdenes emanadas del Palacio de la Moneda. Es que, como producto social, el estado capitalista no había sido diseñado para transformar al mundo sino para reproducirlo *ad infinitum*. Las Misiones y los Consejos Comunales en Venezuela, el Estado Plurinacional y el reconocimiento de los órganos de participación y decisión de las comunidades indígenas y campesinas en Bolivia y las nuevas modalidades de gestión del gobierno del Ecuador son indicios de que los nuevos gobiernos de izquierda de la región tomaron nota de la experiencia de la Unidad Popular y comprendido que no se puede gobernar con el viejo estado si es que se quieren producir transformaciones de fondo en nuestras sociedades.

En su texto Marx introduce una importante distinción al señalar, a propósito de la gestión cotidiana de gobierno de la Comuna, que “mientras los órganos puramente represivos del viejo Poder estatal habían de ser amputados, sus funciones legítimas habían de ser arrancadas a una autoridad que usurpaba una posición preeminente sobre la sociedad misma, para restituirla a los servidores responsables de esta sociedad.” (4) Como consecuencia la Comuna materializa una reapropiación social de las funciones

expropiadas por el estado, dando nacimiento a “un gobierno de la clase obrera, fruto de la lucha de la clase productora contra la clase apropiadora, la forma política al fin descubierta para llevar a cabo dentro de ella la emancipación económica del trabajo.” [5] Contrariamente a lo que señalan los críticos del marxismo, a quien acusan de pretender funcionar sin estado en una sociedad tan compleja como la actual, las enseñanzas de la Comuna demuestran que la organización política de la sociedad puede construirse siguiendo lineamientos distintos y alternativos al estado: mantenimiento y expansión de las legítimas funciones del mismo (abastecimientos de insumos básicos, provisión de salud, educación, vivienda y seguridad social, defensa ante las agresiones externas, etcétera) a la vez que sus funciones represivas habrían de ser amputadas.[6] No puede olvidarse que el estado, todo estado, mientras exista es una dictadura de una clase o una alianza de clase que oprime y explota al resto de la sociedad. La existencia de las clases sociales requiere del estado como su contraparte necesaria. Que esta dictadura, entendida como el predominio sistemático (y, en ciertas ocasiones, excluyente) de los dominantes sobre los dominados pueda a veces apelar a métodos “democráticos” de gestión, o a fórmulas consensualistas de manejo del proceso político no quita que sea una dictadura en el sentido arriba mencionado y que los intereses de las clases dominantes prevalezcan invariablemente. Fue en virtud de esto que la experiencia histórica de la Comuna le permitió a Engels exclamar, en el cierre de su “Introducción” escrita veinte años después del opúsculo de Marx, que esa “forma política al fin descubierta” no era otra cosa que la dictadura del proletariado. En el último párrafo de ese brillante texto el amigo de Marx dice: “Pues bien, caballeros,

¿quieren saber que faz presenta esta dictadura? Miren a la Comuna de París: ¡he ahí la dictadura del proletariado! [7] Hay que decir que, sin embargo, Marx nunca utilizó esa expresión para referirse a la Comuna. En su correspondencia, diez años después, señala que el heroico levantamiento de la clase obrera parisina no podía llegar a instaurar una dictadura del proletariado. Para eso hacía falta que la insurrección obrera hubiese ocurrido a escala nacional y contado con una dirección socialista capaz de atacar los fundamentos económicos del orden vigente, cosa que la Comuna no hizo. En un párrafo de La Guerra Civil Marx señala que “(L)as medidas financieras de la Comuna, notables por su sagacidad y moderación, hubieron de limitarse necesariamente a lo que era compatible con la situación de una ciudad sitiada.” [8] Marx también observa que esta debilidad de la Comuna, unida a las de su dirección, compartida por los “blanquistas” y los socialistas adeptos a Proudhon, con pocos socialistas marxistas (es decir, comunistas) es responsable de uno de los más significativos errores de toda la experiencia popular: “el santo temor con que aquellos hombres” –dice Marx– “se detuvieron respetuosamente en los umbrales del Banco de Francia ... (que) en manos de la Comuna hubiera valido más que diez mil rehenes.” [9]

¿Cuáles fueron los rasgos concretos que asumió la experiencia de la Comuna? Estos son los principales que enumera Marx en su obra:

- (a) Supresión del Ejército. El primer decreto del gobierno de la clase obrera tuvo por objetivo liquidar al Ejército y sustituirlo por una Guardia Nacional integrado mayoritariamente por obreros. En otras palabras: la Comuna reivindica al pueblo en

armas, revirtiendo una expropiación que se había producido siglos atrás.

(b) Revocación del parlamentarismo, como deformación de la genuina representación popular y la perversión de los parlamentos, convertidos en ámbitos donde se desenvuelve una estéril charlatanería, y su reemplazo por nuevos órganos de trabajo, ejecutivos y legislativos a la vez, basados en el sufragio universal, y cuyos representantes son en su totalidad revocables y directamente responsables por sus acciones ante sus mandantes. No se trata, por lo tanto, de abolir las instituciones representativas sino de garantizar el control “desde abajo” de las mismas, evitando la autonomización de los representantes con sus privilegios e inmunidades.

(c) Supresión de la burocracia, cuerpo extraño y parasitario que se apropia del poder político que pertenece al pueblo. En su lugar, creación de un cuerpo de funcionarios que desempeñarán su labor a cambio de un salario de obrero, serán responsables ante el pueblo que podrá destituirlos mediante sencillos procedimientos. De ese modo se evitará la recreación de una burocracia convertida en poderosa fuerza social que podría frustrar las iniciativas populares. Por otra parte, con la supresión del ejército y la burocracia se obtiene eso que fue el sueño de todas las revoluciones burguesas: un gobierno barato.

(d) Finalmente, la Comuna proponía la sustitución de la unidad de la nación basada en el centralismo burocrático y militar por la unidad de comunas libremente integradas como

asociación de productores. Todos los delegados son revocables y el gobierno central detentaría un mínimo de funciones. (10)

Como puede observarse, los rasgos políticos definitorios de la Comuna constituyen, según Marx, la antítesis del estado capitalista y son, al mismo tiempo, los inicios de la desaparición del estado, de su reabsorción por parte de la sociedad civil organizada como una comunidad de productores autogobernados. En consecuencia, la experiencia de la Comuna no se proponía hacer un estado mejor sino de comenzar a construir un tipo de organización política distinta, definitivamente post-estatal en la medida en que estaba tendencialmente orientada a poner fin a la opresión de una clase sobre el resto.

El tema de la dictadura del proletariado, tan manoseado y mal interpretado (las más de las veces premeditadamente) quedó apenas esbozado en los textos de Marx y Engels sobre la Comuna. Ampliando la brevísima alusión al tema que efectuáramos más arriba lo que quisiéramos dejar en claro es que aún bajo el primado de las instituciones de la democracia liberal el carácter dictatorial del estado sigue plenamente vigente. Esto de ninguna manera puede significar que desde el pensamiento y la praxis marxista seamos indiferentes ante los contrastes entre métodos dictatoriales o democráticos de gobierno. No es lo mismo Videla que Menem, o Pinochet y Lagos, o Geisel y Rousseff, aunque en todos los casos el estado capitalista imponga la dictadura del capital, a veces por medios "democráticos" y otras por los métodos propios del despotismo político. Por ello es decisivo que la caracterización de la dictadura sea hecha no tan sólo en el nivel del

"método de gobierno" (evidenciada por la clara primacía de los aparatos represivos) sino en dos niveles distintos pero complementarios: el estructural, que remite al carácter de clase del estado y, en consecuencia, al sistemático privilegio de las políticas que favorecen la acumulación del capital y la explotación de los trabajadores; y el de la metodología de gobierno, que tiene que ver con las formas bajo las cuales se procesa el predominio de la clase dominante. Esta distinción es muy importante para evitar caer en la trampa del fetichismo propio de la ideología burguesa que nos habla de democracia y de libertades que, en términos reales, sólo existen en el papel. Porque, ¿qué clase de democracia es una en la que los intereses fundamentales de las clases dominantes jamás se ponen en cuestión? ¿O una en la que la ciudadanía vota por una política y el gobierno hace algo exactamente opuesto al mandato popular? Si la democracia es, según Abraham Lincoln, "el gobierno del pueblo, por el pueblo y para el pueblo", ¿cómo conciliar esta definición con gobiernos que, por métodos violentos o por medio de tácticas "democráticas", perpetúan y acentúan la explotación y la opresión de los trabajadores? (11)

Otra de las enseñanzas de la Comuna es la invalidación de las concepciones instrumentalistas del estado, que lo conciben como un simple instrumento, técnico y neutro, como un martillo, que empuñado por la mano proletaria puede construir un mundo post-capitalista. La realidad demuestra que el estado es la coagulación institucional y legal de una correlación de fuerzas, un resultado de la lucha de clases, y que tanto su estructura como la burocracia, las normas, las instituciones y el *ethos* estatal son productos de aquel enfrentamiento. El estado capitalista, por consiguiente, con

independencia de quienes ocupen las alturas del aparato estatal (o sus intenciones) siempre tenderá a reproducir las relaciones sociales capitalistas, aunque el gobierno de ese estado se encuentre en manos de una coalición de izquierda. Aún bajo estas circunstancias el estado capitalista, gestionado por la izquierda, sostendrá el carácter de mercancía de la fuerza de trabajo y procurará mercantilizar todas las relaciones sociales, con lo cual el capitalismo se reproduciría indefinidamente. Inclusive en los casos de acrecentamiento de su autonomía relativa, como lo demuestran sobradamente el fascismo y el bonapartismo, el estado capitalista siempre reproduce la dominación del capital. Por eso, coaliciones reformistas o sinceramente revolucionarias que no comiencen de inmediato a destruir al viejo estado y reemplazarlo progresivamente por otro de nuevo tipo, que refleje la nueva situación sociopolítica, están destinadas al fracaso. La mera lógica de funcionamiento del aparato estatal siempre tiende hacia la derecha, hacia la conservación de la sociedad actual; y los gobiernos, aún los de izquierda, difícilmente podrán neutralizar esta tendencia conservadora en ausencia de una poderosa movilización y organización popular “desde abajo”, desde la calle, que impulse en una dirección contraria. Por eso son estados capitalista, lo que quiere decir que por su estructura y su *ethos*, esa institución reproducirá incesantemente la dominación del capital, con indiferencia del origen social o las orientaciones ideológicas de quienes ocupen las "alturas" del aparato estatal. La destrucción del estado significa, en términos concretos, poner en marcha una agresiva política de “des-mercantilización”, por una parte, recuperando la condición de derechos ciudadanos de la salud, la educación, la seguridad social, la vivienda, la recreación y, en

general, desprivatizando y desmercantilizando todo lo privatizado y mercantilizado desde la instauración del neoliberalismo y, al mismo tiempo, como enseña la Comuna, instituyendo fuertes mecanismos de control popular sobre los gobernantes, los representantes del pueblo y la burocracia, por la vía de revocación de mandatos, referendos revocatorios periódicos y frecuentes, presupuestos participativos, igualación salarial y la abolición de todos los privilegios e inmunidades que tradicionalmente disfrutó la clase política y la burocracia estatal.

---

[1] De hecho, Marx pone punto final a su texto el 30 de Mayo de 1871, es decir, dos días después de la caída de la Comuna.

[2] Recuérdese que al momento de publicar el *Manifiesto* Marx no había todavía cumplido 30 años, y Engels apenas había cumplido 27.

[3] Friedrich Engels, “Introducción” (1891) a *La Guerra Civil en Francia* de Karl Marx, en Karl Marx y Friedrich Engels: *Obras Escogidas en Dos Tomos* (Moscú: Editorial Progreso, 1966), Tomo I, p. 470.

(4) Marx, op. cit., p. 509

[5] Karl Marx, *La Guerra Civil en Francia*, en K. Marx y F. Engels, op. cit., ., pp. 509 y 511.

[6] Aquí Marx se está refiriendo a la “etapa superior” del proceso revolucionario, marcado por el fin del período de transición caracterizado por la “dictadura del proletariado” y en el cual, como máxima expansión de la democracia, todavía será necesario someter por la fuerza a las viejas clases dominantes y los sectores nostálgicos del viejo orden en perpetua conspiración para lograr su violenta restauración.

[7] Op. cit., p. 472.

[8] Op. cit., p. 516.



[9] Ibid., p. 409. Los “blanquistas” eran los seguidores de Louis-Auguste Blanqui, heroico militante del socialismo utópico pero tributario de una concepción política que, al decir de Engels, confiaba en “los ataques por sorpresa” contra la ciudadela del orden burgués, o en “las revoluciones hechas por pequeñas minorías conscientes a la cabeza de las masas inconscientes.” Y, como bien observa Engels, la época en que esa táctica podía ser efectiva ha quedado relegada por los avances en la técnica militar de que dispone la burguesía. Por eso, concluye, “Allí donde se trate de una transformación completa de la organización social, tienen que intervenir directamente las masas, tienen que haber comprendido ya por sí mismas de que se trata, por qué dan su sangre y su vida.” Cf. Friedrich Engels, “Introducción” a Karl Marx, *Las luchas de clase en Francia de 1848 a 1950*, en Karl Marx y Friedrich Engels, *Obras Escogidas*, op. cit., Tomo I, p. 120.

[10] Cf. Marx, *Guerra Civil*, op. cit., pp. 507 *passim*.

[11] Hemos explorado este tema en detalle en nuestro *Aristóteles en Macondo. Notas sobre el fetichismo democrático en América Latina* (Córdoba: Ediciones Espartaco, 2009)

## **o stalinismo recauchutado de Domenico Losurdo**

<http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=04&t=08>

### **Cicero ARAUJO – REVISTA FEVEREIRO -**

Após a abertura dos arquivos da União Soviética e do Leste Europeu, a historiografia sobre a experiência do chamado “socialismo real” tem passado por um período de revisionismo. As pesquisas publicadas nos últimos anos vêm nuançando fatos e visões sobre aspectos os mais diversos daquela experiência, quando não os modificando substantivamente. Estado, sociedade e mesmo personalidades são reexaminados à luz desses trabalhos.

Com isso, abrem-se espaços não só para críticas a respeito de atitudes há muito sedimentadas, especialmente durante os anos de Guerra Fria, mas

também para a formação de novas atitudes, ideologicamente orientadas, tanto à direita quanto à esquerda. O livro de Domenico Losurdo traduzido e publicado no Brasil em 2010 – *Stalin: História e Crítica de uma Lenda Negra (com ensaio de Luciano Canfora)*<sup>1</sup> –vai, nesse sentido, além do revisionismo histórico. Como o próprio título indica, o autor da obra não poderia ter escolhido tópico mais controverso para entrar na discussão. Losurdo não é um historiador profissional e, portanto, não lida com fontes primárias. Seu trabalho “empírico”, digamos assim, foi escrutinar um leque bem variado de estudos especializados, selecionar o material de acordo com seu ponto de vista e então produzir uma síntese de natureza político-filosófica. As teses ali defendidas, além disso, voltam a idéias discutidas em escritos anteriores – alguns deles também já publicados no Brasil – e ganham nova dimensão ao serem reinvocadas.

Desde já é preciso dizer que será impossível abordar, numa simples resenha, todas as matérias complexas que o livro se propõe a discutir. Como ele investe não só na crítica teórica, mas na interpretação de fatos, e recruta um verdadeiro exército de especialistas para ancorá-la, a crítica que aqui se fará tem algo de provisório. Para uma análise mais satisfatória do autor e sua obra, seria necessário verificar todas as inúmeras fontes de que o autor se vale, tarefa que permanece além das possibilidades deste resenhista. Este artigo, portanto, terá de ser lido apenas como uma primeira aproximação, esperando que outros colaboradores desta revista, depois de mim, possam completar a tarefa.

Embora reconheça “tragédia e horror” dos anos em que a União Soviética foi liderada por Stalin, e apesar de toda a sinuosidade de seus argumentos, a nenhum leitor escapará, ao concluir o livro, que o autor busca de fato uma defesa da biografia política do ditador soviético e das principais decisões que tomou ao longo dos quase trinta anos em que esteve à frente do país, após a morte de Lenin. Poder-se-ia pensar: estamos então diante de um sobrevivente da velha esquerda

stalinista? Sim e não. Ao contrário do típico stalinista dos velhos tempos, Losurdo não elude uma série de crimes cometidos pelo regime e seu ditador, nem os qualifica simplesmente como “erros”. Também ao contrário do stalinista clássico, o autor não se preocupa em mostrar a coerência de suas práticas com o marxismo ou o leninismo. Sempre que pode, o autor coloca o termo “stalinismo” assim mesmo, entre aspas, inclusive chamando a atenção para essa grafia. Não é a consistência doutrinária e mesmo de ação o que pretende pôr à prova em sua análise.<sup>2</sup> Antes, é a capacidade e a perspicácia em enfrentar com realismo os grandes problemas de seu país e de seu tempo – mesmo contra as crenças e utopias mais arraigadas de seus ex-companheiros de viagem – que o livro procura colocar em relevo. A despeito de todas as barbaridades cometidas, Stalin e seu regime saem de sua avaliação multifacetada com um saldo positivo. Porém, não exatamente porque souberam construir o socialismo possível, o famoso “socialismo num só país”. Mas pela simples razão de terem logrado erguer um Estado e uma sociedade suficientemente vertebrada para enfrentar o caos do “segundo período de desordens” russo e a “segunda guerra dos trinta anos” europeia, com seu mais mortífero subproduto (o nazismo), que, não fosse por aquela tremenda empreitada, embora sanguinária, estava destinado a destruir as nações eslavas ao leste.<sup>3</sup> Stalin e o stalinismo são, enfim, defendidos por razões às quais qualquer admirador da construção de Estados como um bem em si, independente de suas finalidades e justificativas ideológicas, deveriam se render. “Socialismo num só país” torna-se, nesse sentido, apenas uma fórmula que o ditador e seus partidários improvisaram para encaixar essa tarefa elementar à linguagem que lhes era compreensível.

Fórmula enganosa, porém. Pois o que faz do “stalinismo” de Domenico Losurdo algo muito peculiar, com pretensão a resistir à derrocada da União Soviética e do próprio socialismo enquanto ideologia, é que ele não se limita, com sua avaliação histórica dos atores em questão, a explicar o modo

tortuoso pelo qual um Estado nacional conseguiu se afirmar perante os demais. Primeiro, porque a União Soviética, ao ver do autor, não era um Estado nacional, mas multinacional. Informando suas práticas (e não apenas a retórica oficial), estava um projeto de desenvolvimento das culturas nacionais dentro de uma mesma estrutura político-institucional. Em segundo lugar, e mais importante, é que esse projeto implicava uma proposta ainda mais ampla (e de caráter universal) de emancipação de todos os povos submetidos ao velho imperialismo dos países capitalistas centrais. Esse imperialismo se ancorava numa ideologia de teor mais ou menos racalista ou etnocêntrico, que hierarquizava o universo humano em dois tipos de povos, os “superiores” e os “inferiores”, o que justificaria a dominação sobre esses últimos. Uma ideologia ao qual não permaneceu imune nem mesmo o liberalismo que, apesar de seu aparente pendor universalista, restou acrítico (quando não endossou) em relação às práticas coloniais. Por conta desse ponto cego do liberalismo, entre outros fatores, as democracias dos países capitalistas centrais forjaram-se, na verdade, como “democracias de povos-senhores”. A isso Losurdo chama de “Ocidente liberal”.

Assim, olhando dessa perspectiva, a revolução russa não foi propriamente mais uma revolução europeia, ou a quebra do “elo mais fraco” que desencadearia a revolução que realmente interessava, e que definiria todo o futuro da humanidade – a revolução do proletariado dos países do capitalismo desenvolvido –, mas antes a ponta-de-lança de uma revolta geral dos povos colonizados. Seu verdadeiro alvo – ao contrário da revolução francesa, essa sim uma autêntica revolução europeia – não era o “Ocidente liberal”, mas todo o mundo da periferia do capitalismo. É justamente aqui que o termo “socialismo num só país” vai parecer enganoso. Pois, apesar de significar uma resposta aos internacionalistas mais puros, ela ainda permanecia no registro da expectativa “messiânica” da revolução europeia (aquela que de fato interessava), e ainda mantinha a Rússia revolucionária na posição de subsidiária dessa missão. Sem dúvida, ela jogava um

balde de água fria na idéia da iminência da revolução européia, adiando-a para um futuro indefinido. Porém, tal como o Tratado de Brest-Litovsk, defendido por Lenin (com apoio de Stalin, entre outros), tratava-se de uma resposta pragmática, comandada pela pressão irresistível das circunstâncias.

Ao mesmo tempo, no entanto, a tese do “socialismo num só país” oferecia espaço para uma inflexão mais decisiva. De uma estratégia puramente defensiva, um compasso de espera para a vinda imprevisível do evento decisivo, excepcional, ela poderia transformar-se numa estratégia de normalização, de rejeição do excepcional, reorientando todo o sentido da ação revolucionária. Em outras palavras, reorientando-o para a política de longo prazo de (re)construção do Estado e da sociedade. Foi o que acabou acontecendo: de improviso a improviso, mas sempre rumando nessa direção, Stalin e seus partidários não só rompiam com a expectativa “messiânica” – encarnada especialmente pelos partidários de Trotsky –, mas, na medida em que permanecia latente na liderança soviética, passavam a combatê-la com ferocidade cada vez maior. Não por acaso, essa política passou a ser qualificada por seus adversários à esquerda como “traição”. Losurdo insiste, contudo, que esse caminho não transformava a revolução russa numa simples revolução nacional. O projeto da União Soviética punha em xeque a identidade entre Estado e nação e a perspectiva eurocêntrica da “raça de senhores”. Além disso, em seu choque com o Ocidente – seja em sua versão letal, exterminadora (o nazismo), seja em sua versão branda, ainda assim dominante (o próprio “Ocidente liberal”) –, abria-se para uma proposta de pendor “internacionalista”, isto é, o ativismo em prol da luta dos povos colonizados. Uma questão, a seu ver, perfeitamente atual, quando *aggiornamos* sentido clássico do colonialismo. Por aí se vê que a reflexão de Losurdo não se limita a tentar explicar uma série de acontecimentos do passado: ao fazer o acerto de contas com esse passado – selecionando, em seu proveito, a historiografia que o revê –, ela também embute um programa político,

ainda que vago, e uma atitude ideológica que pretende orientar o presente. Enfim, o que Losurdo quer oferecer não é um stalinismo nostálgico, mas uma lição inspirada no stalinismo, e apta a tornar-se uma espécie de neostalinismo.

Olhando de longe e no atacado, a visão que este resenhista acabou de descrever pode parecer muito sedutora e eloquente. Mas o stalinismo enquanto acontecimento histórico teima em expor sua face terrivelmente sombria. Para muitos de nós (inclusive para este resenhista), sua verdadeira face: autocrática, despótica ou totalitária, por divergentes que sejam as palavras para qualificá-lo, todas lhe reservam uma avaliação profundamente negativa e até repugnante, somente ultrapassada – mas não em todas as avaliações, pois algumas as igualam – pela experiência do nazismo. É isto o que remanesce na memória coletiva.

Losurdo tem plena ciência dessa percepção, e é por isso que não pode restringir-se a uma visão no atacado. A filosofia da história de Hegel, da qual se serve bem mais do que do materialismo de Marx, pode até ajudá-lo a transformar a história soviética como “matadouro onde se imola a sorte dos povos” num trabalho que, ao fim e ao cabo, progride, e então fazer de Stalin e seu regime como que agentes desse trabalho; mas essa dialética abstrata não vai convencer a ninguém que tenha os fatos relevantes em consideração. Até onde sei, e o escrutínio do autor não parece desmentir, nenhum dos grandes lances da pesquisa historiográfica recente, ainda quando modifica a fundo nossa visão sobre o passado soviético, põe em xeque a avaliação negativa, mesmo repugnante, acima mencionada. Daí que Losurdo tenha de conceder ao leitor, logo de saída, que se falará sim de “crimes impiedosos” promovidos primeiro por uma “oligarquia”, depois por uma pura e simples “autocracia”. Dando isso de barato, o autor procede como um advogado que, para salvar o cliente da pena capital, admite a culpa para providenciar os atenuantes. Com esse deslocamento ele pretende, na

verdade, mudar o essencial, que incide exatamente sobre aquela avaliação e seu impacto na memória coletiva. E a disputa pela memória não é de menor importância; nesse caso, ela significa um trauma, um bloqueio: para que o neostalinismo se liberte, como cúmplice, do opróbrio (equivalente à pena capital) a que seu ancestral foi condenado, é preciso desbloquear a memória.

A missão, convenhamos, é hercúlea, quase impossível, se pensada no plano microscópico da intervenção de um simples filósofo, por mais ilustrado que seja. É claro que Losurdo deve estar contando com a ajuda do futuro – a absolvição da História –, para o qual seu esforço, para não soar quixotesco para si mesmo, pode ser entendido apenas como uma preparação do terreno intelectual. De qualquer forma, seu quadro de atenuações corre em dois registros: um externo e outro interno ao universo revolucionário e soviético. O primeiro, certamente, lhe garantirá alguma receptividade entre leitores de esquerda, pois se trata de defender acusando. Losurdo é mestre em encontrar, no campo adversário, um equivalente horrível aos horrores do stalinismo. Mas de que adversário se trata? Falar do nazismo como representativo das práticas do Ocidente capitalista seria, hoje em dia, muito pouco convincente. Mas aqui o autor se aproveita do reverso da moeda que é a farta historiografia recente sobre a Guerra Fria, com sua face voltada para revisar as práticas do lado “vitorioso”, e então acusa o “Ocidente liberal” segundo a estratégia jurídica (constrangedoramente recusada, lembra-se ele, pelos juízes do Tribunal de Nuremberg) do *tu quoque*, ou seja, algo como “vocês também fizeram”. E a acusação, como não poderia deixar de ser, parte menos do exame dos crimes cometidos pelos governantes da “raça de senhores” (os povos brancos) contra seus próprios membros, porém situados nos baixos escalões da estrutura de classe, do que dos crimes contra os povos “inferiores” (não-brancos) – pois é nesse deslocamento que a similaridade dos horrores se oferece mais claramente: massacres indiscriminados, campos de concentração

e até genocídios.<sup>4</sup>

À primeira vista, a estratégia visa ao empate. Porém, de novo, para um leitor de esquerda (certamente é esse o público-alvo principal do autor), ela não poderia resultar numa mútua absolvição, mas apenas numa mútua condenação, talvez confirmando ainda mais a prévia avaliação negativa. Losurdo sabe, portanto, que tem de enfrentar o lado mais espinhoso da questão, mudando o registro das atenuações. Assim, a história interna da revolução russa e de seus revolucionários, do regime que ela gerou e de seus governantes, tem de ser reinterpretada, para então se chegar aos problemas ainda mais espinhosos do stalinismo. De fato, é impressionante a lista de casos difíceis que o autor se dispõe a reexaminar: a começar do relatório Krushev que, afinal, é uma acusação assumida pelos próprios governantes do regime, em seguida retroagindo para os massacres provocados pela coletivização forçada da agricultura (1929-1932), a grande fome ucraniana (1932-1933 que segue dela, o assassinato do chefe do partido em Leningrado, Sergei Kirov (1934), a virtual dizimação do corpo de oficiais do Exército Vermelho a partir do processo contra o marechal Tukashevsky, a liquidação da velha guarda bolchevique e o Grande Terror (1937-1938), as deportações de povos inteiros ocorridas durante a guerra, o “Caso dos Judeus” e a subsequente acusação de práticas antissemitistas depois da guerra, as quais culminam no “complô dos médicos”, pouco antes da morte do próprio Stalin. Losurdo não se furta nem mesmo de problemas relativamente menores, que não configuram crimes propriamente, mas servem para ajudá-lo a desqualificar as fontes das acusações mais pesadas: teria Stalin cometido erros grosseiros de avaliação ao ser surpreendido pelo ataque avassalador, e de resultados tão desastrosos, do Exército alemão em junho de 1941? Teria sofrido um colapso nervoso no início da invasão? E o que dizer do pacto germano-soviético, dois anos antes? Para todas essas questões, o autor mobiliza, como foi dito, uma avalanche de pesquisas historiográficas, e todas, diz ele, “insuspeitas de stalinismo”, além de depoimentos



de personalidades históricas eminentes, igualmente insuspeitas.

Mesmo que a cerrada argumentação do livro logre colocar essa série de problemas numa perspectiva geopoliticamente mais extensa e de longa duração, é muito duvidoso que ela consiga produzir o efeito de atenuação desejado, e assim limpar o terreno para uma avaliação qualitativamente diferente dos feitos do stalinismo. Para mostrá-lo de modo mais convincente, seria interessante criticar a interpretação de cada caso e cada passo da argumentação. Essa tarefa, como já se advertiu no início, ultrapassa os limites da resenha e do próprio resenhista. Que Stalin não foi, de modo algum, um líder provinciano e intelectualmente medíocre, mas, ao contrário, um político talentoso, parece um fato bem estabelecido, certamente reforçado no livro, e, de resto, muito plausível, a julgar por sua longa preservação na chefia do país, e considerando as gigantescas crises a que sobreviveu. Mas não se poderia dizer o mesmo de Hitler e até de Mussolini? Também suas biografias mais recentes revelam talentos nada desprezíveis, inclusive o das decisões pragmáticas, se levarmos em conta as não menores pressões ideológicas que tiveram de enfrentar de seus companheiros de viagem. Contudo, o juízo substantivo que fazemos deles naquilo que interessa (seu papel histórico fundamentalmente regressivo) não se altera por causa disso. De certo modo, até se intensifica: mesmo computando as circunstâncias favoráveis, sem esses talentos eles dificilmente teriam logrado realizar coisas tão monstruosas. E, afinal, para quem pretende, como o autor anuncia, se distanciar da crítica superficial do “culto à personalidade”, que acusa em Kruschev, não seria o caso de gastar menos tempo com essa questão?

Mas o problema maior que vejo em sua argumentação é o *non sequitor* da tentativa de contextualização e esclarecimento dos motivos dos atores para o que eles acabam fazendo com isso. Só para ficar nas reações mais formidáveis e bárbaras: vamos assumir que fosse

verdade que Stalin não tenha sido o mentor do assassinato de Kirov, e que houvesse razões para suspeitar de um complô de dissidentes bolcheviques. Qual o vínculo minimamente plausível entre esse fato e a razia que se abate sobre os quadros do Estado e do partido nos dois anos seguintes, atingindo indiscriminadamente centenas de milhares de acusados e de seus familiares? Ao contrário, há mais fortes razões para se pensar o episódio como um pretexto, mesmo que inicialmente fora de controle do regime (o próprio assassinato) – como, aliás, também parece ter sido o incêndio do *Reichstag* alemão logo no início da ditadura nazista, mas com resultados semelhantes –, para em seguida desatar a ação terrorista do aparato repressivo do Estado. Algo similar se pode dizer da suposta conspiração (tentativa de golpe de Estado) do marechal Tukhatchevski: como explicar que daí se siga a eliminação de praticamente todo o alto comando do Exército Vermelho, além de dezenas de milhares de oficiais, causando prejuízos incalculáveis a seu patrimônio de experiência, capacidade técnica e elos de comando, a ponto de o próprio Hitler suspeitar, na época, de um acesso de loucura do ditador? E o que dizer do Terror que ceifa não só o que resta da velha guarda bolchevique, além de seus familiares, mas leva de roldão uma enorme quantidade de quadros políticos e técnicos, agora com prejuízos incalculáveis para a administração civil? E isso de modo ainda mais impressionante que os anteriores, pois que o expurgo, como estipulavam as famigeradas “ordens operacionais” do NKVD, se faz através de quotas, vale dizer, metas puramente quantitativas para as diferentes seções do partido espalhadas pelo país: não importa se inocentes ou culpados (de quê?), se leais ou não ao regime, o aparato repressivo deveria “produzir” um tanto de fuzilados, outro tanto de condenados a prisões mais ou menos longas, ou ainda a trabalhos forçados ...

Enfim, como, a partir da mera suspeita de “conspiração, infiltração e espionagem” contra o regime, ainda que razoável, em vista do contexto – admitindo, outra vez, a plausibilidade da construção

que faz o autor, inspirado em depoimentos e estudos históricos “insuspeitos” exibidos no livro –, se poderia chegar a um grupo tão grande e indiscriminado de condenados, no qual são explicitamente irrelevantes os motivos de suspeita, e do qual seria fácil presumir, ao contrário, que a esmagadora maioria fosse composta de leais stalinistas? O fosso é grande demais para imaginar que a motivação real da fúria repressiva fosse de fato uma guerra contra putativos dissidentes – “guerra civil”, para usar o incrível eufemismo encontrado pelo autor para designar o que não passou de um imenso abatedouro humano.<sup>5</sup> Nesse ponto, continua tendo força as teses de H. Arendt – alvo de frequentes ataques do autor ao longo do livro – sobre a semelhança formal (malgrado a grande divergência dos conteúdos ideológicos) dos regimes qualificados como “totalitários”, de direita ou de esquerda: a necessidade contínua de movimento, que resulta na produção imaginária do “inimigo” (objeto da mobilização) e o subsequente desatamento do terror de Estado. Mesmo que levando enormes prejuízos à capacidade operacional do regime, o terrorismo ideologicamente motivado torna-se um imperativo superior à eficiência e à racionalidade do Estado, na medida em que extorpe de seus cidadãos a obediência incondicional e cega.<sup>6</sup>

Porém, se desprezamos teorias como essas, resta a possibilidade da paranóia sistêmica – não necessariamente em contradição com aquelas teorias –, que leva a uma espécie de giro em falso de um regime movido pela suspeita, prefigurando, tal como a paranóia psíquica, sua autoaniquilação. E é talvez por conta dessa vertigem autodestrutiva que os subordinados acabam levados a propor, como o grupo liderado por Krushev, a crítica da autocracia e o retorno à oligarquia. Diga-se de passagem, como lembra um ácido crítico do livro de Losurdo, o relatório Krushev não ataca o período stalinista como um todo, mas tão somente o que se inicia com a erosão da “direção coletiva” (1934, justo o ano do assassinato de Kirov) até a morte do autocrata. Por mais frágil que seja em termos intelectuais, a crítica do “culto à

personalidade” pretende exatamente aquilo que a própria expressão sugere: atingir a pessoa de Stalin, mas não o stalinismo. É certo que o documento contribuiu não pouco para o processo de distorção da verdade histórica e o correspondente impacto, ainda que remoto, sobre a memória coletiva, contra o qual Losurdo se diz insurgir. Compreende-se sua indignação: quem acaba vítima dela é a própria memória do stalinismo! Mas para isso contribuiu, em grande parte e da maneira mais tosca, o mesmo Stalin, ao fabricar despididamente uma série de “histórias” da revolução, do partido e da União Soviética, até com direito a manipulação e apagamento de imagens em fotos, filmes e outras tantas iconografias. E não foi também ele que certa vez disse a Ignátiev, um de seus agentes terroristas no pós-guerra: “Nós mesmos seremos capazes de determinar o que é e o que não é verdade”?<sup>7</sup> Está aí a lição do stalinismo, pelo menos no que tange ao exercício da memória coletiva: não se brinca com a verdade impunemente.

Por conta de tudo isso, parece menos defensável ainda a conclusão da obra: Stalin e seu regime foram toda aquela “tragédia e horror” a despeito de si mesmos, em virtude de um embate que lhes foi imposto em duas frentes – de dentro e de fora do campo revolucionário, causando ao regime um “estado de exceção” quase permanente. De fora, o embate com as “condições objetivas”, a herança negativa da história russa e a absoluta escassez de recursos, somadas às ameaças dos adversários ocidentais, que, contando com enormes vantagens materiais e as da própria normalidade, impunham desafios que de tempos em tempos interrompiam os esforços de normalização. De dentro, o embate contra o “messianismo anarcóide” e o “utopismo abstrato”, levando a um prolongamento adicional do estado de exceção. Esse segundo fator, explica Losurdo, “desde logo fortemente estimulado pelo horror da Primeira Guerra Mundial, e todavia intrínseco a uma visão que espera a dissolução do mercado, do dinheiro, do Estado, da ordem jurídica” (p. 303 da

edição espanhola). Cito o resumo da ópera: “Nos três decênios de história da Rússia soviética dirigida por Stalin o aspecto principal não é a passagem da ditadura de partido para a autocracia, mas sim as repetidas tentativas de passar do estado de exceção a uma condição de relativa normalidade, tentativas que fracassam por razões tanto internas (utopia abstrata e messianismo que impedem o reconhecimento dos resultados alcançados) como internacionais (a ameaça permanente que paira sobre o país de Outubro), ou então pela soma de umas e outras”. (Idem, p.157)

Porém, não lhe ocorre discutir seriamente a hipótese de uma lógica intrínseca ao regime e às ações de seu ditador, no sentido da busca visceral da exceção, da fuga da normalidade através do terror, como forma de enfrentar a ameaça de perda da lealdade de seus cidadãos. Como se viu, ainda que reais os embates indicados acima, eles estão longe de explicar, em si mesmos, a reação inteiramente desproporcional do regime. Ao contrário, é bem mais plausível supor que este último, partindo daqueles embates, vai tornando-os funcionais à sua legitimação, até que se dê o salto na pura fantasmagoria: fabrica-se o inimigo para que, pelo negativo, se fabrique legitimidade e obediência. No fim das contas, a fantasmagoria é a “droga” que faz o regime subsistir, ainda que ao custo de levá-lo à “fadiga de material” e à beira do abismo – sua autoaniquilação. É evidente que, funcionando assim, nem Stalin, nem o stalinismo, nem qualquer regime similar poderia um dia, por sua própria iniciativa, almejar uma transformação no sentido da democracia. O máximo que se pode esperar é aquela oscilação entre a autocracia e a oligarquia do partido único que caracterizou a história da União Soviética e de tantas outras experiências passadas e presentes. Eis o ponto: a vontade de democracia, essa sim, é que acaba sendo o fator estranho à sua reprodução, aquela que ou se impõe, aqui e agora, na luta desafiadora dos governados, ou sucumbe na espera ilusória da boa ação dos governantes, tão logo as supostas condições adversas deixem de existir.

Com base na explicação insatisfatória que oferece do passado, pode-se adivinhar as bases igualmente insatisfatórias do discurso que o neostalinismo losurdiano tem a oferecer para o presente. Note-se uma de suas possibilidades: a luta contra o imperialismo ou a versão atual do colonialismo precede a luta democrática. Não há democracia possível sem a vitória sobre o primeiro, pois este empurra qualquer empreitada emancipatória para o campo da anormalidade, por sua vez caldo de cultura do messianismo e do utopismo, que retroativamente só empurra a empreitada para mais anormalidade. A quê isso leva? A não ser que o discurso previna, em virtude das lições da história, a sedução do poder político e da construção do Estado – mas então como seria possível ao menos tentar vencer a dominação colonialista?–, o neostalinismo, cedendo mais uma vez ao que supõe ser a face cinzenta (mas inescapável) do realismo, não oferece outra alternativa senão... o velho stalinismo!

<sup>1</sup>Infelizmente, a tradução brasileira da Editora Revan não está nada amigável. Mas há uma edição em castelhano (da Editora El Viejo Topo, 2011), bem mais honesta.

<sup>2</sup>“(...) a categoria de ‘stalinismo’ não é convincente: parece pressupor um conjunto homogêneo de doutrinas e comportamentos que não existe” (p. 308 da edição espanhola).

<sup>3</sup> Os dois “períodos de desordens” russos, termo encontrado num texto do historiador francês N. Werth, remetem, o primeiro, ao século XVII, durante a transição para a dinastia Romanov, e o segundo, ao colapso da própria dinastia Romanov, no final da participação russa na Grande Guerra, até a consolidação do Estado soviético. A “primeira guerra dos trinta anos” europeia são as guerras de religião do século XVII; a segunda abarca o “contínuo” das duas guerras mundiais. Um historiador jesuíta, atuante no Vaticano, fez essa última analogia histórica num livro publicado em 1947 (sou grato a João Guilherme Vargas Neto pela indicação bibliográfica).

<sup>4</sup> Mas oferece também um contraste. Não é casual que Losurdo tenha de desconstruir a acusação de antissemitismo no período

final do ditador soviético, quando sua ferocidade se volta contra grupos de origem judaica. Pois a questão racial configuraria um tipo de regime autoritário completamente estranho, ao ver do autor, ao regime soviético, diferença para a qual a categoria do “totalitarismo” permaneceria cega. Os crimes de Stalin teriam resultado, assim, de uma “ditadura desenvolvimentista”, e não de um regime racialista. Essa idéia, por sua vez, está em linha com a tese da União Soviética como paladina dos povos “não-brancos”, colonizados pelo imperialismo “branco”, europeu e anglo-saxão.

<sup>5</sup> Para Losurdo, a série de crimes em massa do período em que Stalin chefiou o país são tomados como desdobramentos da guerra civil de 1918-1921: a coletivização forçada é chamada de “segunda guerra civil” e o Terror de “terceira guerra civil”. Tais como os bombardeios aéreos dos aliados sobre as populações civis da Alemanha e do Japão, as maiores atrocidades do stalinismo são enquadrados, portanto, como crimes de guerra.

<sup>6</sup> Certos historiadores destacam, porém, o papel econômico nada desprezível do grande contingente de condenados a trabalhos forçados, “recrutados” para fazer o trabalho pesado dos campos de mineração, da construção de rodovias e ferrovias, o próprio esforço de construção da bomba atômica e de hidrogênio etc. Mas sua viabilidade econômica é posta em questão por Moshe Levin (*O século soviético*, cap.11).

<sup>7</sup> Citado na biografia de S. Montefiore (*Stalin: a corte do czar vermelho*, p. 690).

### **C. Wright Mills 1960 - Letter to the New Left**

---

**Source:** *New Left Review*, No. 5, September-October 1960.

---

WHEN I settle down to write to you, I feel somehow “freer” than usual. The reason, I suppose, is that most of the time I am writing for people whose ambiguities and values I imagine to be rather different from mine; but with you, I feel enough in common with you to allow us “to get on with it” in more positive ways. Reading your book, *Out of Apathy*, prompts me to write to you about several problems I think we now face. On none of these can I hope to be definitive; I only want to raise a few questions.

It is no exaggeration to say that since the end of World War II in Britain and the United States smug conservatives, tired liberals and disillusioned radicals have carried on a very wearied discourse in which issues are blurred and potential debate muted; the sickness of complacency has prevailed, the bi-partisan banality flourished. There is no need — after your book — to explain again why all this has come about among “people in general” in the NATO countries; but it may be worthwhile to examine one style of cultural work that is in effect an intellectual celebration of apathy.

Many intellectual fashions, of course, do just that; they stand in the way of a release of the imagination — about the cold war, the Soviet bloc, the politics of peace, about any new beginnings at home and abroad. But the fashion I have in mind is the weariness of many NATO intellectuals with what they call “ideology,” and their proclamations of “the end of ideology.” So far as I know,



this began in the mid-fifties, mainly in intellectual circles more or less associated with the Congress of Cultural Freedom and the magazine *Encounter*. Reports on the Milan Conference of 1955 heralded it; since then, many cultural gossips have taken it up as a posture and an unexamined slogan. Does it amount to anything?

Its common disposition is not liberalism as a political philosophy, but the liberal rhetoric become formal and sophisticated and used as an uncriticised weapon with which to attack Marxism. In the approved style, various of the elements of this rhetoric appear simply as snobbish assumptions. Its sophistication is one of tone rather than of ideas; in it, the *New Yorker* style of reportage has become politically triumphant. The disclosure of fact — set forth in a bright-faced or in a dead-pan manner — is the rule. The facts are duly weighed, carefully balanced, always hedged. Their power to outrage, their power to truly enlighten in a political way; their power to aid decision, even their power to clarify some situation — all that is blunted or destroyed.

So reasoning collapses into reasonableness. By the more naïve and snobbish celebrants of complacency, arguments and facts of a displeasing kind are simply ignored; by the more knowing, they are duly recognised, but they are neither connected with one another nor related to any general view. Acknowledged in a

scattered way, they are never put together: to do so is to risk being called, curiously enough, “one-sided.”

This refusal to relate isolate facts and fragmentary comment with the changing institutions of society makes it impossible to understand the structural realities which these facts might reveal; the longer-run trends of which they might be tokens. In brief, fact and idea are isolated, so the real questions are not even raised, analysis of the meanings of fact not even begun.

Practitioners of the no-more-ideology school do of course smuggle in general ideas under the guise of reportage, by intellectual gossip, and by their selection of the notions they handle. Ultimately, the-end-of-ideology is based upon a disillusionment with any real commitment to socialism in any recognisable form. *That* is the only “ideology” that has really ended for these writers. But with its ending, *all* ideology, they think, has ended. *That* ideology they talk about; their own ideological assumptions, they do not.

Underneath this style of observation and comment there is the assumption that in the West there are not more real issues or even problems of great seriousness. The mixed economy plus the welfare state plus prosperity — that is the formula. US capitalism will continue to be workable, the welfare state will continue along the road to ever greater justice. In the meantime,

things everywhere are very complex, let us not be careless, there are great risks.

This posture — one of “false consciousness” if there ever was one — stands in the way, I think, of considering with any chances of success what may be happening in the world.

First and above all, it foes rest upon a simple provincialism. If the phrase “the end of ideology” has any meaning at all, it pertains to self-selected circles of intellectuals in the richer countries. It is in fact merely their own self-image. The total population of these countries is a fraction of mankind; the period during which such a posture has been assumed is very short indeed. To speak in such terms of much of Latin America, Africa, Asia, the Soviet bloc is merely ludicrous. Anyone who stands in front of audiences — intellectual or mass — in any of these places and talks in such terms will be shrugged off (if the audience is polite) or laughed at out loud (if the audience is more candid and knowledgeable). The end-of-ideology is a slogan of complacency, circulating among the prematurely middle-aged, centred in the present, and in the rich Western societies. In the final analysis, it also rests upon a disbelief in the shaping by men of their own futures — as history and as biography. It is a consensus of a few provincials about their own immediate and provincial situation.

Second, the end-of-ideology is of course itself an ideology — a fragmentary one, to be sure, and perhaps more a mood. The end-of-ideology is in reality the ideology of an ending; the ending of political reflection itself as a public fact. It is a weary know-it-all justification — by tone of voice rather than by explicit argument — of the cultural and political default of the NATO intellectuals.

\* \* \*

All this is just the sort of thing that I at least have always objected to, and do object to, in the “socialist realism” of the Soviet Union.

There too, criticism of milieux are of course permitted — but they are not to be connected with criticism of the structure itself; one may not question “the system.” There are no “antagonistic contradictions.”

There too, in novels and plays, criticisms of characters, even of party members, are permitted — but they must be displayed as “shocking exceptions”: they must be seen as survivals from the old order, not as systematic products of the new.

There too, pessimism is permitted — but only episodically and only within the context of the big optimism: the tendency is to confuse any systematic or structural criticism with pessimism itself. So they admit criticism, first of this and then of that; but engulf them all

by the long-run historical optimism about the system as a whole and the goals proclaimed by its leaders.

I neither want nor need to overstress the parallel, yet in a recent series of interviews in the Soviet Union concerning socialist realism I was very much struck by it. In Uzbekistan and Georgia as well as in Russia. I kept writing notes to myself, at the end of recorded interviews: "This man talks in a style just like Arthur Schlesinger Jr.," "Surely this fellow's the counterpart of Daniel Bell, except not so — what shall I say? — so gossipy; and certainly neither so petty nor so vulgar as the more envious status-climbers. Perhaps this is because here they are not thrown into such a competitive status-panic about the ancient and obfuscating British models of prestige." The would-be enders of ideology, I kept thinking, "Are they not the self-coordinated, or better, the fashion-coordinated, socialist realists of the NATO world?" And: "Check this carefully with the files of *Encounter* and *The Reporter*." I have now done so; it's the same kind of ... thing.

Certainly there are many differences — above all, the fact that socialist realism is part of an official line; the end of ideology is self-managed. But the differences one knows. It is more useful to stress the parallels — and the generic fact that both of these postures stand opposed to radical criticisms of their respective societies.

In the Soviet Union, only political authorities at the top — or securely on their way up there — can seriously tamper with structural questions and ideological lines. These authorities, of course, are much more likely to be intellectuals (in one or another sense of the word — say a man who actually writes his own speeches) than are American politicians (about the British, you would know better than I). Moreover, such Soviet authorities, since the death of Stalin, *have* begun to tamper quite seriously with structural questions and basic ideology — although for reasons peculiar to the tight and official joining of culture and politics in their set-up, they must try to disguise this fact.

The end-of-ideology is very largely a mechanical reaction — not a creative response — to the ideology of Stalinism. As such it takes from its opponent something of its inner quality. What does it all mean? That these people have become aware of the uselessness of Vulgar Marxism, but not yet aware of the uselessness of the liberal rhetoric.

\* \* \*

But the most immediately important thing about the “end of ideology” is that it *is* merely a fashion, and fashions change. Already this one is on its way out. Even a few Diehard Anti-Stalinists are showing signs of a reappraisal of their own past views; some are even beginning to recognise publicly that Stalin himself no

longer runs the Soviet party and state. They begin to see the poverty of their comfortable ideas as they come to confront Khrushchev's Russia.

We who have been consistently radical in the moral terms of our work throughout the postwar period are often amused nowadays that various writers — sensing another shift in fashion — begin to call upon intellectuals to work once more in ways that are politically explicit. But we shouldn't be merely amused — we ought to try to make their shift more than a fashion change.

The end-of-ideology is on the way out because it stands for the refusal to work out an explicit political philosophy. And alert men everywhere today do feel the need of such a philosophy. What we should do is to continue directly to confront this need. In doing so, it may be useful to keep in mind that to have a working political philosophy means to have a philosophy that enables you to work. And for that, at least four kinds of work are needed, each of them at once intellectual and political.

In these terms, think — for a moment longer — of the end-of-ideology:

(1) It is a kindergarten fact that any political reflection that is of possible public significance is *ideological*: in its terms, policies, institutions, men of power are criticised or approved. In this respect, the end-of-ideology stands negatively, for the attempt to withdraw oneself and one's

work from political relevance; positively, it is an ideology of political complacency which seems the only way now open for many writers to acquiesce in or to justify the *status quo*.

(2) So far as orienting *theories* of society and of history are concerned, the end-of-ideology stands for, and presumably stands upon, a fetishism of empiricism: more academically, upon a pretentious methodology used to state trivialities about unimportant social areas; more empirically, upon a naïve journalistic empiricism — which I have already characterised above — and upon a cultural gossip in which “answers” to the vital and pivotal issues are merely assumed. This political bias masquerades as epistemological excellence, and there are no orienting theories.

(3) So far as the *historic agency of change* is concerned, the end-of-ideology stands upon the identification of such agencies with going institutions; perhaps upon their piecemeal reform, but never upon the search for agencies that might be used or that might themselves make for a structural change of society. The problem of agency is never posed as a problem to solve, as our problem. Instead there is talk of the need to be pragmatic, flexible, open. Surely all this has already been adequately dealt with: such a view makes sense politically only if the blind drift of human affairs is in general beneficent.



(4) So far as political and human *ideals* are concerned, the end-of-ideology stands for a denial of their relevance — except as abstract icons. Merely to hold such ideals seriously is in this view “utopian.”

\* \* \*

But enough. Where do we stand on each of these four aspects of political philosophy? Various of us are of course at work on each of them, and all of us are generally aware of our needs in regard to each. As for the articulation of ideals: there I think your magazines have done their best work so far. That is *your* meaning — is it not? — of the emphasis upon cultural affairs. As for ideological analysis, and the rhetoric with which to carry it out: I don't think any of us are nearly good enough, but that will come with further advance on the two fronts where we are weakest: theories of society, history, human nature; and the major problem — ideas about the historical agencies of structural change.

We have been frequently told by an assorted variety of dead-end people that the meanings of Left and Right are now liquidated, by history and by reason. I think we should answer them in some such way as this:

The Right, among other things, means — what you are doing, celebrating society as it is, a going concern. Left means, or ought to mean, just the opposite. It means: structural criticism and reportage and theories of society, which at some point or another are focussed

politically as demands and programmes. These criticisms, demands, theories, programmes are guided morally by the humanist and secular ideals of Western civilisation — above all, reason and freedom and justice. To be “Left” means to connect up cultural with political criticism, and both with demands and programmes. And it means all this inside *every* country of the world.

Only one more point of definition: absence of public issues there may be, but this is not due to any absence of problems or of contradictions, antagonistic and otherwise. Impersonal and structural changes have not eliminated problems or issues. Their absence from many discussions — that *is* an ideological condition, regulated in the first place by whether or not intellectuals detect and state problems as potential *issues* for probable publics, and as *troubles* for a variety of individuals. One indispensable means of such work on these central tasks is what can only be described as ideological analysis. To be actively Left, among other things, is to carry on just such analysis.

To take seriously the problem of the need for a political orientation is not of course to seek for A Fanatical and Apocalyptic Lever of Change, for Dogmatic Ideology, for A Startling New Rhetoric, for Treacherous Abstractions — and all the other bogeymen of the dead-enders. These are of course “the extremes,” the straw-men, the red herrings, used by our political

enemies as the polar opposite of where they think they stand.

They tell us, for example, that ordinary men can't always be political "heroes." Who said they could? But keep looking around you and why not search out the conditions of such heroism as men do and might display? They tell us we are too "impatient," that our "pretentious" theories are not well enough grounded. That is true, but neither are they trivial; why don't they get to work, refuting or grounding them? They tell us we "don't really understand" Russia — and China — today. That is true; we don't; neither do they; we are studying it. They tell us we are "ominous" in our formulations. That is true; we do have enough imagination to be frightened = and we don't have to hide it: we are not afraid we'll panic. They tell us we "are grinding axes." Of course we are: we do have, among other points of view, morally grounded ones; and we are aware of them. They tell us, in their wisdom, we don't understand that The Struggle is Without End. True: we want to change its form, its focus, its object.

We are frequently accused of being "utopian" — in our criticisms and in our proposals; and along with this, of basing our hopes for a New Left *politics* "merely on reason," or more concretely, upon the intelligentsia in its broadest sense.

There is truth in these charges. But must we not ask: what now is really meant by utopian? And: Is not our utopianism a major source of our strength? “Utopian” nowadays I think refers to any criticism or proposal that transcends the up-close milieux of a scatter of individuals: the milieux which men and women can understand directly and which they can reasonably hope directly to change. In this exact sense, our theoretical work is indeed utopian — in my own case, at least, deliberately so. What needs to be understood, and what needs to be changed, is not merely first this and then that detail of some institution or policy. If there is to be a politics of a New Left, what needs to be analysed is the *structure* of institutions, the *foundations* of policies. In this sense, both in its criticisms and in its proposals, our work is necessarily structural — and so, *for us*, just now — utopian.

Which brings us face to face with the most important issue of political reflections — and of political action — in our time: the problem of the historical agency of change, of the social and institutional means of structural change. There are several points about this problem I would like to put to you.

\* \* \*

First, the historic agencies of change for liberals of the capitalist societies have been an array of voluntary associations, coming to a political climax in a

parliamentary or congressional system. For socialists of almost all varieties, the historic agency has been the working class — and later the peasantry; also parties and unions variously composed of members of the working class or (to blur, for now, a great problem) of political parties acting in its name — “representing its interests.”

I cannot avoid the view that in both cases, the historic agency (in the advanced capitalist countries) has either collapsed or become most ambiguous: so far as structural change is concerned, *these* don't seem to be at once available and effective as *our* agency any more. I know this is a debatable point among us, and among many others as well; I am by no means certain about it. But, surely the fact of it — if it be that *it* ought not to be taken as an excuse for moaning and withdrawal (as it is by some of those who have become involved with the end-of-ideology); it ought not to be bypassed (as it is by many Soviet scholars and publicists, who in their reflections upon the course of advanced capitalist societies simply refuse to admit the political condition and attitudes of the working class).

Is anything more certain than that in 1970 — indeed this time next year — our situation will be quite different, and — the chances are high — decisively so? But of course, that isn't saying much. The seeming collapse of our historic agencies of change ought to be taken as a problem, an issue, a trouble — in fact, as *the* political problem which we must bring into issue and trouble.

Second, is it not obvious that when we talk about the collapse of agencies of change, we cannot seriously mean that such agencies do not exist. On the contrary, the means of history-making — of decision and of the enforcement of decision — have never in world history been so enlarged and so available to such small circles of men on both sides of The Curtains as they now are. My own conception of the shape of power — the theory of the power elite — I feel no need to argue here. This theory has been fortunate in its critics, from the most diverse points of political view, and I have learned from several of these critics. But I have not seen, as of this date, any analysis of the idea that causes me to modify any of its essential features.

The point that is immediately relevant does seem obvious: what is utopian for us is not at all utopian for the president of the Central Committee in Moscow, or the higher circles of the Presidency in Washington, or — recent events make evident — for the men of SAC and CIA. The historic agencies of change that have collapsed are those which were at least thought to be open to *the left* inside the advanced Western nations, those who have wished for structural changes of these societies. Many things follow from this obvious fact; of many of them, I am sure, we are not yet adequately aware.

Third, what I do not quite understand about some New-Left writers is why they cling so mightily to “the

working class” of the advanced capitalist societies as *the* historic agency, or even as the most important agency, in the face of the really historical evidence that now stands against this expectation.

Such a labour metaphysic, I think, is a legacy from Victorian Marxism that is now quite unrealistic.

It is an historically specific idea that has been turned into an a-historical and unspecific hope.

The social and historical conditions under which industrial workers tend to become a class-for-themselves, and a decisive political force, must be fully and precisely elaborated. There have been, there are, there will be such conditions; of course these conditions vary according to national social structure and the exact phase of their economic and political development. Of course we can't "write off the working class." But we must *study* all that, and freshly. Where labour exists as an agency, of course we must work with it, but we must not treat it as The Necessary Lever — as nice old Labour Gentlemen in your country and elsewhere used to do.

Although I have not yet completed my own comparative studies of working classes, generally it would seem that only at certain (earlier) stages of industrialisation, and in a political context of autocracy, etc.. The "etc.." mean that I can here merely raise the question.

\* \* \*

It is with this problem of agency in mind that I have been studying, for several years now, the cultural apparatus, the intellectuals — as a possible, immediate, radical agency of change. For a long time, I was not much happier with this idea than were many of you; but it turns out now, in the spring of 1960, that it maybe a very relevant idea indeed.

In the first place, is it not clear that if we try to be realistic in our utopianism — and that is not fruitless contradiction — a writer in our countries on the Left today *must* begin there? For that is what we are, that is where we stand.

In the second place, the problem of the intelligentsia is an extremely complicated set of problems on which rather little factual work has been done. In doing this work, we must — above all — not confuse the problems of the intellectuals of West Europe and North America with those of the Soviet Bloc or with those of the underdeveloped worlds. In each of the three major components of the world's social structure today, the character and the role of the intelligentsia is distinct and historically specific. Only by detailed comparative studies of them in all their human variety can we hope to understand any one of them.

In the third place, who is it that is getting fed up? Who is it that is getting disgusted with what Marx called “all



the old crap"? Who is it that is thinking and acting in radical ways? All over the world — in the bloc, outside the bloc and in between — the answer's the same: it is the young intelligentsia.

I cannot resist copying out for you, with a few changes, some materials I've just prepared for a 1960 paperback edition of a book of mine on war”

“In the spring and early summer of 1960 — more of the returns from the American decision and default are coming in. In Turkey, after student riots, a military junta takes over the state of late run by Communist Container Menderes. In South Korea too, students and others knock over the corrupt American-puppet regime of Syngman Rhee. In Cuba, a genuinely left-wing revolution begins full-scale economic reorganisation- without the domination of US corporations. Average age of its leaders: about 30 — and certainly a revolution without any Labour As Agency. On Taiwan, the eight million Taiwanese under the American-imposed dictatorship of Chiang Kai-shek, with his two million Chinese, grow increasingly restive. On Okinawa — a US military base — the people get their first chance since World War II ended to demonstrate against US seizure of their

island and some students take that chance, snake-dancing and chanting angrily to the visiting President: “Go home, go home — take away your missiles” (Don’t worry, 12,000 US troops easily handled the generally grateful crowds; also the President was “spirited out the rear end of the United States compound” -and so by helicopter to the airport). In Great Britain, from Aldermaston to London, young — but you were there. In Japan, weeks of student rioting succeeded in rejecting the President’s visit, jeopardise a new treaty with the U.S.A., displace the big-business, pro-American Prime Minister, Kishi. And even in our own pleasant Southland, Negro and white students are — but let us keep that quiet: it really *is* disgraceful.

“That is by no means the complete list; that was yesterday; see today’s newspaper, Tomorrow, in varying degree, the returns will be more evident. Will they be evident enough? They will have to be very obvious to attract real American attention: sweet complaints and the voice of reason — these are not enough. In the slum countries of the world today, what are they saying? The rich Americans, they pay attention only to

violence — and to money. You don't care what they say, Americans? Good for you. Still, they may insist: things are no longer under the old control; you're not getting it straight, American: your country — it would seem — may well become the target of a world hatred the like of which the easy-going Americans have never dreamed. Neutralists and Pacifists and Unilateralists and that confusing variety of Leftists around the world — all those tens of millions of people, of course they are misguided, absolutely controlled by small conspiratorial groups of trouble-makers, under direct orders straight from Moscow and Peking. Diabolically omnipotent, it is *they* who have given the tens of millions the absurd idea that they shouldn't want to remain, or to become, the seat of American nuclear bases — these gay little outposts of American civilisation, So now they don't want U-2's on their territory: so now they want to contract out of the American military machine: they want to be neutral among the crazy big antagonists. And they don't want their own societies to be militarised.

“But take heart, American; you won't have time to get rally bored with your friends

abroad; they won't be your friends much longer. You don't need *them*; it will all go away; don't let them confuse you."

\* \* \*

Add to that: In the Soviet bloc, who is it that has been breaking out of apathy? It has been students and young professionals and writers; it has been the young intelligentsia of Poland and Hungary, and of Russia too. Never mind that they're not won; never mind that there are other social and moral types among them. First of all, it has been these types. But the point is clear — isn't it?

That's why we've got to study these new generations of intellectuals around the world as real live agencies of historic change. Forget Victorian Marxism, except whenever you need it; and read Lenin again (be careful) — Rosa Luxemburg, too.

"But it's just some kind of moral upsurge, isn't it?" Correct. But under it: no apathy. Much of it is direct non-violent action, and it seems to be working, here and there. Now we must learn from their practice and work out with them new forms of action.

"But it's all so ambiguous. Turkey, for instance. Cuba, for instance." Of course it is; history-making is always ambiguous; wait a bit; in the meantime, *help* them to focus their moral upsurge in less ambiguous political

ways; work out with them the ideologies, the strategies, the theories that will help them consolidate their efforts; new theories of structural changes of and by human societies in our epoch.

“But it’s utopian, after all, isn’t it?” No — not in the sense you mean Whatever else it may be, it’s not that; tell it to the students of Japan.

Isn’t all this, isn’t it something of what we are trying to mean by the phrase “The New Left”? Let the old men ask sourly, “Out of Apathy- into what?” The Age of Complacency is ending. Let the old women complain wisely about “the end of ideology.” We are beginning to move again.

*Yours*

*truly,*

*C. Wright Mills*

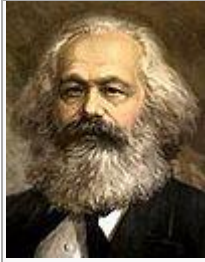
## **Socialismo ou barbárie**

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

I

Parte da série sobre o

[Marxismo](#)



[Trabalhos teóricos](#)[Expandir]

***Socialismo ou barbárie*** foi um grupo [socialista libertário](#) radical [francês](#) do período pós-[guerra](#). Seu nome vem de uma frase de [Rosa Luxemburg](#) usada em um [ensaio](#) de [1916](#), 'The Junius Pamphlet'. O grupo existiu de [1948](#) até [1965](#). A personalidade que o animava era [Cornelius Castoriadis](#), também conhecido como Pierre Chaulieu ou Paul Cardan.<sup>[1]</sup>

O grupo se originou na [trotskista Quarta Internacional](#), onde Castoriadis e [Claude Lefort](#) constituíram a chamada Tendência Chaulieu-Montal no [Partido Comunista Internacionalista](#) francês, em [1946](#). Em 1948, eles experimentaram o seu "desencanto final com o [trotskismo](#)" <sup>[2]</sup>, levando-os a break away para formar Socialisme ou Barbarie, cujo jornal começou a aparecer em março de 1949. Castoriadis mais tarde disse a respeito desse período

"... a principal audiência do grupo e do jornal era formada por grupos da antiga esquerda radical: Bordigistas, comunistas de conselho, alguns anarquistas e alguns órfãos da "esquerda" alemã dos anos 1920" <sup>[3]</sup>

eles foram vinculados à [Tendência Johnson-Forest](#), que se desenvolveu como um corpo de idéias dentro das organizações trotskistas americanas. Uma facção desse grupo formou mais tarde o grupo [Facing Reality](#). Os primeiros tempos também trouxeram

debates com [Anton Pannekoek](#) e um influxo de ex-[Bordigistas](#) para o grupo.

O grupo era composto tanto de intelectuais quanto de trabalhadores e concordavam com a idéia de que os principais inimigos da sociedade eram as burocracias que governavam o capitalismo moderno. Eles documentaram e analisaram a luta contra a burocracia no jornal do grupo. A edição de número 13 (janeiro-março de 1954), por exemplo, era dedicada à [Revolta de 1953 na Alemanha do Leste](#) e às greves que pipocaram em vários setores de trabalhadores franceses naquele verão. Seguindo a crença de que o que a luta diária que a classe trabalhadora encarava era o conteúdo real do socialismo, os intelectuais encorajavam os trabalhadores no grupo a relatarem cada aspecto de suas vidas no trabalho.

*Socialisme ou Barbarie* era crítico do Leninismo, rejeitando a idéia de um partido revolucionário e colocando ênfase nos conselhos de trabalhadores. Enquanto alguns membros partiram para formarem outros grupos, aqueles que permaneceram se tornaram mais e mais críticos do [marxismo](#) ao longo do tempo. [Jean Laplanche](#), um dos membros-fundadores do grupo, recorda os primeiros dias da organização:

...a atmosfera logo se tornou impossível. Castoriadis exercia hegemonia sobre o jornal (ele escrevia os principais artigos) e sua idéia central em meados dos anos 1950 era a de que uma [terceira guerra mundial](#) era inevitável. Isso era muito difícil para outras pessoas no grupo suportarem: continuar nossas vidas, ao mesmo tempo em que pensavam que o mundo seria destruído por uma explosão atômica em alguns anos. Era uma visão apocalíptica.<sup>[4]</sup>

A [Revolução Húngara de 1956](#) e outros eventos da década de 1950 levou à afluência de mais membros ao grupo. Nessa época, eles propunham o ponto fundamental como

...a necessidade do capitalismo de por um lado reduzir os trabalhadores a simples executores de tarefas e por outro a sua impossibilidade de continuar funcionando se for bem sucedido nesse ínterim. O capitalismo precisa atingir objetivos mutuamente incompatíveis: a participação e a exclusão do trabalhador na produção - como todos os cidadão em relação à política.<sup>[5]</sup>

Isso ficou caracterizado como a distinção entre o *dirigeant* (dirigente) e o *exécutant* (executor) em francês. Essa perspectiva permitiu o grupo expandir seu entendimento às novas formas de conflito social que emergiam fora da esfera da produção.

Em 1958 desentendimentos quanto ao papel político do grupo levou à saída de membros importantes. Claude Lefort e Henri Simon deixaram o grupo para formar [Informations et Liaison Ouvrières](#).

Em 1960, o grupo tinha crescido para ao redor de 100 membros e tinha desenvolvido novas ligações internacionais, primariamente na emergência de uma organização irmã na Grã-Bretanha chamada [Solidarity](#).

No começo dos anos 1960s, disputas dentro do grupo sobre a crescente rejeição do marxismo por Castoriadis levou à saída do grupo ao redor do jornal [Pouvoir Ouvrier](#). O principal jornal *Socialisme ou Barbarie* continuou a ser publicado até a edição final em 1965, depois da qual o grupo permaneceu dormente e foi então dissolvido. Uma tentativa de Castoriadis para reviver o grupo durante os eventos de [Maio de 1968](#) fracassou.

A [Internacional Situacionista](#) foi associada ao grupo e influenciada através de Guy Debord, que era membro de ambos. O movimento social italiano [Autonomia](#) também foi influenciado mas menos diretamente.

Alguns membros do *Socialisme ou Barbarie*:

- Daniel Blanchard (como Pierre Canjuers)
- [Cornelius Castoriadis](#)
- [Guy Debord](#)
- Jacques Gautrat (como Daniel Mothé)
- [Gérard Genette](#)
- [Pierre Guillaume](#)
- [Alain Guillerm](#)
- [Jean Laplanche](#)
- [Claude Lefort](#)
- [Jean-François Lyotard](#)
- Albert Maso (como Vega)
- Henri Simon
- Pierre Souyri



## [editar] Ligações externas

- [Socialisme ou Barbarie: A French Revolutionary Group \(1949-65\)](#) by Marcel van der Linden, *Left History* 5.1, 1997.
- [From the German Left to Socialisme ou Barbarie](#) from *La Banquise* No. 2: le roman de nos origines, 1983.
- [Libertarian Communist Library Socialisme ou Barbarie holdings](#)
- [Socialisme ou Barbarie Journal index of articles by issue](#)

## PARTE II - Marx e o Brasil



O Partidão  
Eles eram poucos.  
E nem puderam cantar muito alto a Internacional.  
Naquela casa de Niterói em 1922.  
Mas cantaram e fundaram o partido.  
Eles eram apenas nove, o jornalista Atrogildo, o contador Cordeiro, o gráfico Pimenta, o sapateiro José Elias, o vassoureiro Luís Peres, os alfaiates Cendon e Barbosa, o ferroviário Hermogênio. E ainda o barbeiro Nequete, que citava Lênin a três por dois. Em todo o país eles eram mais de setenta. Sabiam pouco de marxismo, mas tinham sede de justiça e estavam dispostos a lutar por ela. Faz sessenta anos que isso aconteceu, o PCB não se tornou o maior partido do ocidente, nem mesmo do Brasil. Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis tem que falar dele.

Ou  
(Ferreira Gullar)

estará

mentindo.

## **Chegada do Manifesto**

**Leandro Konder**

AS IDÉIAS DE MARX E ENGELS demoraram muito para chegar a serem estudadas no nosso país. Os próprios nomes dos dois pensadores revolucionários custaram a aparecer entre nós.

•O fenômeno tem sua explicação: não decorreu pura e simplesmente do acaso, nem resultou da desídia dos brasileiros. As concepções teóricas e políticas elaboradas por Marx e Engels estavam ligadas a uma história diferente da nossa e constituíam a expressão de uma situação bastante diversa daquela em que se encontrava o recém-inventado Brasil no século XIX

A perspectiva dos autores do Manifesto Comunista pressupunha a Revolução Francesa, os jacobinos, a Conjuração dos Iguais, os sonhos de Saint-Simon e Fourier, bem como o desencadeamento da Revolução Industrial e o início da organização do movimento operário. Na sociedade escravista, sob o Segundo Império, os brasileiros não tinham como reconhecer em toda a sua extensão o significado das idéias dos dois teóricos socialistas.

É atualmente impossível (e provavelmente nunca se conseguirá) apurar com segurança a partir de que momento o nome de Marx passou a ser mencionado no Brasil. No período que se seguiu imediatamente à Comuna de Paris, em 1871, entretanto, Marx já aparece, não como o autor do Manifesto, mas como dirigente da Associação Internacional dos Trabalhadores (mais tarde chamada de a Primeira Internacional), que era acusada de ter incentivado e até comandado ações subversivas na França.

Depois, nos anos que se seguiram imediatamente à sua morte, em 1883, Marx volta a aparecer e seu nome é mencionado por alguns intelectuais (os quais, com certeza, na imensa maioria, não o leram)

como Tobias Barreto, Clóvis Bevilacqua, Sílvio Romero, Rui Barbosa, Farias Brito e o bem-humorado Machado de Assis, que fez uma crônica divertidíssima sobre um emissário da Associação Internacional dos Trabalhadores que chegara em missão secreta ao Brasil.

- Quando Machado de Assis escreveu sua crônica, a Primeira Internacional (a de Marx) já se havia dissolvido (em 1872) e já tinha sido criada a Segunda Internacional (em 1889). E já existiam alguns adeptos dos ideais socialistas entre nós, sintonizados – embora precariamente – com a movimentação que se fazia na Europa.

Abolida a escravidão negra e proclamada a República, a sociedade sofreu pequenas mas sintomáticas mudanças e surgiram alguns militantes atuando de acordo com a nova proposta vinculada ao nome de Marx. Entre eles: João Ezequiel de Oliveira Luz, Mariano Garcia, Estevam Estrella, Silvério Fontes, Antônio Piccarollo, Alcibiade Bertolotti, Alceste de Ambrys. É quase certo que alguns desses socialistas do começo do século XX leram o Manifesto Comunista, muito provavelmente em versão francesa ou italiana.

Na publicação que comunicava a fundação do Partido Socialista (que durou pouco) em 1902, em São Paulo, havia um apêndice com uma lista de livros que eram recomendados para o estudo do socialismo científico. E no meio dos textos indicados estava uma edição francesa do famoso panfleto.

Durante muitos anos, ainda, só quem podia ler textos em francês, em italiano, em alemão ou em espanhol tinha condições para acesso direto ao Manifesto. Até que, em 1923, o ex-anarquista Octavio Brandão, convertido ao movimento comunista, traduziu o Manifesto para o nosso idioma. O texto foi publicado pelo jornal Voz Cosmopolita, partir do número 38 (correspondente a 1º de dezembro de 1923). O jornal era, como se lia na primeira página, o "órgão dos empregados em hotéis, restaurantes, cafés, bars e anexos". Em seguida apareceu em forma de livro, impresso em Porto Alegre (1924), com a indicação: "traduzido da edição francesa de Laura Lafargue (filha de Marx), revista por Engels". Outra

tradução seria feita em 1931, por um tradutor anônimo, e lançada em São Paulo pela editora Unitas.

Depois, as edições se multiplicaram, algumas semiclandestinas em épocas de ditadura, outras acompanhadas por vigorosos esforços publicitários nos períodos de vigência do Estado de direito. Segundo se sabe, as tiragens jamais encaharam.

Leandro Konder é professor do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Fonte - [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000300003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000300003&script=sci_arttext)

O marxismo n Brasil

□ **Resenha: História do *Marxismo no Brasil*, volume I, O ...**  
[csbh.fpabramo.org.br/.../resenha-historia-do-marxismo-no-brasil-volu](http://csbh.fpabramo.org.br/.../resenha-historia-do-marxismo-no-brasil-volu)

- 
- 

Livro: História do *Marxismo no Brasil*, volume I, O Impacto das revoluções. De Daniel Aarão Reis Filho et all. Editora Paz e Terra, 208 páginas, 1991.

□ **[PDF]História do Marxismo no História do *Marxismo no Brasil***  
[www.pucsp.br/neils/downloads/v9\\_resenha\\_claudete.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_resenha_claudete.pdf)

- 
- 

O quinto volume da História do *Marxismo no Brasil* traz ao leitor a história das “organizações políticas dos *marxistas no Brasil*” dos anos 20 aos anos 60. É uma

**O marxismo no Brasil contemporâneo: uma agenda de pesquisa**

março 4th, 2013 Comentários desativados

**Alvaro Bianchi**



A necessidade de desenvolver uma interpretação de nossa realidade tornou a trajetória do marxismo brasileiro, desviante e impediu que a pesquisa histórica, social, política e econômica fossem deslocadas pela filosofia e pela crítica literária. Pode-se, até mesmo, dizer que a filosofia e a crítica literária brasileiras foram desde cedo marcadas pela análise histórica e social, inclusive no marxismo, ou seja, que o objetivo explícito dessa filosofia e dessa crítica literária foi, senão sempre pelo menos na maioria das vezes, interpretar o Brasil.

Com esse propósito a teoria da dependência em suas diferentes versões foi a mais inovadora contribuição do marxismo latino-americano. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (Cardoso e Faletto, 2004) criticaram o dualismo estrutural que caracterizava muito das teorias do subdesenvolvimento e propuseram uma “análise integrada do desenvolvimento”, na qual este era concebido como “o resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio” (2004, p. 34). O foco da análise passava, assim, a ser “o estudo das estruturas de dominação e das formas de estratificação social que condicionam os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico em cada situação particular.” (Idem, p. 37.)

Ruy Mauro Marini (2000) apresentou fortes objeções à abordagem de Cardoso e Faletto insistindo no papel da *superexploração da força de trabalho* como condição de manutenção da relação entre dependência e imperialismo. O pressuposto de sua abordagem era o de que a dependência implicava inteiramente em uma subordinação à dinâmica da

acumulação nos países industriais. De um modo geral e possível perceber em Marini um esforço mais consistente de mobilização das categorias marxistas no estudo da dependência. Assim, em sua obra é possível encontrar uma resposta à pergunta de João Quartim de Moraes a respeito do “estatuto teórico da teoria da dependência” e, mais precisamente, a respeito da relação desta com a teoria marxista (Moraes, 1972).

A teoria da dependência deixou um importante legado e assentou as bases para uma interpretação da realidade brasileira e latino-americana. Comentando o desenvolvimento deste, Sérgio Lessa afirmava, em 1998, que dois temas polarizavam o debate entre os marxistas brasileiros: a crítica ao marxismo vulgar e o debate político-estratégico sobre reforma e revolução (Lessa, 1998, p. 101-105). A interconexão entre esses temas era forte, uma vez que ambos remetiam à crítica às modalidades do pensamento marxista que predominaram no interior do Partido Comunista Brasileiro e que se fizeram presentes ainda de modo intenso em nosso ambiente intelectual e político.

De certa maneira, para o bem e para o mal, a chamada teoria da dependência em suas diferentes versões colocava-se claramente essa pauta de pesquisa já no final dos anos 1960. Não custa lembrar que até mesmo Fernando Henrique Cardoso chegou a apresentar o conceito de dependência como uma atualização da teoria do imperialismo de Lenin e a situou claramente em seus primórdios no âmbito do pensamento marxista (p. ex. Cardoso, 1972, p. 129). A ascensão na América Latina ao poder de partidos e lideranças políticas com as quais o marxismo teve estreitas relações produziu um fenômeno de transformismo de intelectuais que passaram a ocupar posições nos aparelhos de Estado abandonando qualquer perspectiva crítica (cf. Coggiola, 2005). A teoria da dependência, talvez a mais inovadora contribuição do marxismo latino-americano, não deixou de sofrer as consequências desse processo, sendo eclipsada a partir da década de 1980.

As recorrentes crises econômicas e políticas na América Latina a partir de meados da década de 1990 formataram o contexto que permitiu ao pensamento crítico recobrar sua força. Foi na tentativa de compreender o que estava ocorrendo no Brasil e no mundo que o marxismo brasileiro foi novamente convocado a ocupar um lugar de destaque no debate contemporâneo. As universidades brasileiras não foram o locus exclusivo dessa revalorização, mas têm, sem dúvida, um importante papel. Na Universidade Estadual de Campinas, Ricardo Antunes (1995, 1999 e 2006) e o grupo de

jovens pesquisadores que com ele trabalha têm dado importantes contribuições ao entendimento dos processos de reestruturação produtiva e as mudanças no mundo do trabalho. Na mesma Universidade, Armando Boito Jr. e o Grupo de Pesquisa sediado no Centro de Estudos marxistas (Cemarx) tem apresentado uma consistente análise do neoliberalismo (p. ex. Boito Jr. 1999 e Galvão, 2006). No Centro de Estudos da Cidadania, da Universidade de São Paulo, Francisco de Oliveira (2003 e 2003a) e Ruy Braga (Braga, 2003 e Braga e Burawoy, 2009) avançaram significativamente no estudo dos processos de construção da hegemonia e apresentaram importantes contribuições para a teoria social. E no Rio de Janeiro, pesquisadores como Marcelo Badaró Mattos (2002 e 2008), Virginia Fontes (2010) e Sonia Mendonça (2006 e 2007) tem contribuído decisivamente na história tanto das classes subalternas como das classes dominantes. Os exemplos poderiam se multiplicar.

Ao que tudo indica o pensamento crítico brasileiro encontra-se em um ciclo de expansão. O número de revistas marxistas cresceu significativamente, desde meados da década de 1990 e novos espaços de produção e difusão desse pensamento crítico tem sido criados. O Cemarx ocupou uma posição de destaque nesse processo e o quadro poderia ser completado por uma análise do desenvolvimento das revistas marxistas no Brasil, dentre as quais merecem

destaque *Crítica Marxista*, *Outubro*, *Margem Esquerda* e *Novos Rumos*; das editoras, que publicam nessa área, particularmente a Boitempo, Sundermann e Expressão Popular; e das iniciativas de formação política nos partidos e movimentos sociais dentre as quais as mais consistentes são certamente as do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e as da Escola Florestan Fernandes.

A pauta de debates apresentada por Lessa não foi, portanto, esgotada, mas ela é excessivamente minimalista se o objetivo for a reconstrução de um pensamento crítico. Novos desafios foram temas colocados pela situação presente e tem mobilizado o pensamento marxista. Quatro parecem ser as direções sobre os quais esse diversificado movimento de renovação dos estudos marxistas tem fixado a atenção. Em primeiro lugar o desenvolvimento da crítica da economia política tem assumido como objeto as transformações da economia capitalista e, particularmente, os fenômenos de mundialização e financeirização do capital e as novas formas do imperialismo. A caracterização do neoliberalismo como um momento atual do capitalismo tem

motivado importantes debates e os problemas teóricos da análise desse momento tem exigido uma abordagem inovadora tanto da teoria do valor, como da teoria do imperialismo.

Em segundo lugar, a crítica da divisão do trabalho enfrenta a análise das transformações nos processos de trabalho decorrentes da utilização de novas tecnologias e da reorganização gerencial do espaço da produção de mercadorias por meio dos processos de reengenharia, terceirização, downsizing, etc., bem como o estudo da reação das classes trabalhadoras a esses processos. Aqui os problemas teóricos mais importantes são a relevância do trabalho como uma categoria chave da análise social, a permanência das classes trabalhadoras como sujeitos sociais ou políticos, o surgimento do precariado e a nova morfologia dessas classes e as práticas de resistência e emancipação afirmadas por elas.

Em terceiro lugar, a crítica da política tem tratado das novas formas que a dominação política capitalista assumiu, bem como os movimentos de oposição a essa dominação, em um contexto no qual o regime democrático liberal dá sinais em nosso país de uma longevidade sem precedentes e o neoliberalismo impõe uma profunda reconfiguração das relações entre política e economia. As questões apresentadas nesta direção dizem respeito fundamentalmente à definição do Estado-nação e da política. Discussões sobre as formas atuais do Estado capitalista e sua relação com as classes sociais, liberdade e igualdade, nação e nacionalidade, estratégia socialista no século XXI e a emergência de novos atores políticos têm recebido forte atenção por parte dos pesquisadores.

Por último, a crítica da ideologia encontra-se às voltas com a análise do processo de mercantilização das relações sociais e o novo lugar funcional que a cultura, aproximando-se da economia, passou a ter na organização do modo de produção capitalista. Na medida em que a produção estética passou a integrar o processo de produção de mercadorias, novos problemas foram colocados para a pesquisa crítica. O debate sobre o pós-modernismo e a lógica cultural do capitalismo embora tenha arrefecido nos últimos anos, permanece importante.

Com que ferramentas empreender essa reflexão? Um novo “retorno” a Marx torna-se necessário para esses estudos merecerem o adjetivo marxista. Torna-se urgente enfrentar de modo crítico os desafios impostos pela sua obra, reconhecer seus limites, encontrar nela novas pistas para a análise do presente e as possibilidades que ela abre para a teoria. De fato, a imperiosa



necessidade de responder às exigências da pesquisa teórica e empírica da situação presente não teve como correlato, pelo menos até o momento, um desenvolvimento comparável de uma reflexão crítica sobre a própria obra de Marx e Engels. Mas é justamente a análise da situação presente quem paga o preço por esse desenvolvimento desigual.

### **Referências bibliográficas**

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/ Unicamp, 1995.

ANTUNES, Ricardo (org.). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BRAGA, Ruy. *A nostalgia do fordismo: Modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003.

BRAGA, Ruy e BURAWOY, Michael. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Edufrj, 2010.

GALVÃO, Andréia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

LESSA, Sérgio. The situation of marxism in Brazil. *Latin American Perspectives*, v. 25, n. 98, p. 94-108, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes/Clacso, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MENDONÇA, Sonia. R. de. *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Niterói/Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Faperj, 2007

MENDONÇA, Sonia. R. de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MORAES, João Quartim de. Le statut theorique de la notion de dependence. VVAA. Dependencia y estructura de clase em America Latina. Genebra: Centre Europe-Tiers Monde, 1972.

POULANTZAS, Nicos. *L'Etat, le pouvoir, le socialisme*. Paris: PUF, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. 2ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2003a.

VVAA. Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil. *Idéias*, Campinas, a. 9, n. 1, 2002, 303p.

## RECEPÇÃO DO MARXISMO NO BRASIL

---

**PUBLICADO POR VICTOR COSTA**

**O leninismo foi o caminho que o Brasil usou para se aproximar do marxismo. Um nome merece destaque neste contexto: Octavio Brandão, um dos principais teóricos do PCB na década de 1920. De que forma nós recebemos o marxismo nessa nossa Terra de Pindorama?**

<http://lounge.obviousmag.org/pindorama/2012/10/recepcao-do-marxismo-no-brasil.html>

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em 1922, em Niterói, estado do Rio de Janeiro, na época que havia certa carência de uma sólida interpretação marxista no Brasil. O leninismo foi o caminho que usamos para nossa aproximação efetiva com o marxismo. Um nome merece destaque neste contexto: Octavio Brandão, um dos principais teóricos do PCB na década de 1920.

Para se ter melhor noção do desconhecimento do marxismo em nossas terras, as palavras do próprio Brandão: “(...) Procurava ansiosamente quem me respondesse às três perguntas de sempre: ‘Quem é Lênin; que é o marxismo; que significa a Revolução Socialista na Rússia?’ Não obtive nenhuma resposta concreta até 1922. Tudo vago, incerto. Ou completamente errôneo. Na época, ninguém conhecia o marxismo no Brasil. Que atraso!”

Em 1923, Brandão fez a primeira tradução brasileira do *Manifesto Comunista* de Max e Engels, a partir de uma versão francesa. Contudo, o próprio escreveu que naquele momento “as influências decisivas sobre o PCB foram as de Lênin em primeiro lugar, de Marx e Engels em segundo lugar” , destacando a obra *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Lênin. Nesta obra, a tese de Lênin, do imperialismo como fase superior do capitalismo, tem como base um conceito linear e etapista da História. Destaco deste texto duas ideias-chave de Lênin: que a evolução capitalista se dá de diversas formas, conforme as especificidades da industrialização de cada país; e que a tomada da consciência de classe do proletário deveria se dar a partir da intervenção do Partido em meio as massas.

Em linhas muito gerais, passou-se o seguinte com Lênin: Marx e Engels escreveram que a revolução seria proletária e contra a

monarquia e a burguesia. Os proletários tomariam o poder e encaminhariam o socialismo. Mas para que isso ocorresse, seria necessário uma mentalidade proletária revolucionária em um país que tivesse um parque industrial avançado. A Rússia não tinha nada disso. Para sair da enrascada, Lênin adapta o marxismo. A Rússia era basicamente um país agrícola, ao invés de “proletários” tinha “camponeses”. Lênin propôs então que os camponeses e os operários urbanos se unissem, organizados e direcionados pelo Partido Comunista, para formar a massa revolucionária.

Chegou a 1917.

Adaptar Marx deu o que falar. No campo dos conceitos, pairavam dúvidas sobre os limites da fidelidade ao marxismo. Isso levou George Lukács a publicar, em 1923, o clássico *História e Consciência de Classe*. Nele, Lukács tenta (re)construir fortes

bases filosóficas para o marxismo e argumentar em favor de Lênin. A questão posta por Lukács: o que é o marxismo ortodoxo? Ele responde que o marxismo ortodoxo é um método dialético com validade universal, por meio do qual é possível elaborar leis gerais que poderiam ser aplicadas tanto à análise dos fenômenos naturais como dos sociais – o materialismo histórico de Marx pode então ser analisado separadamente de sua atitude prático-revolucionária e transformado numa teoria do conhecimento, com leis universais, que permite compreender a luta de classes ao longo da História. *História e Consciência de Classe* marcou profundamente a carreira de Lukács, que depois discordou das ideias do livro... (isso dá o que falar, deixemos o tema para outra ocasião).

Voltando ao Brasil de 22. Os intelectuais do PCB nascente, portanto, tinham conhecimento do livro *O Imperialismo...* de Lênin e de algumas obras de Marx. É neste cenário que surge o texto *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classe no Brasil*, escrito lá pelo Brandão, de 1924 a 1926.

A partir desse texto, o PCB estabeleceu seu solo teórico: o etapismo.

O etapismo é uma análise materialista de nosso processo político brasileiro. Em resumo: como o Brasil ainda era essencialmente agrícola e dominado por uma estrutura de poder “semifeudal”, atrelado ao imperialismo, deveriam os comunistas, em primeiro lugar, aliarem-se à pequena burguesia comercial e industrial para juntos “vencerem a etapa” da revolução democrático-burguesa. Em segundo lugar, e finalmente, encaminhariam a revolução socialista. Essa concepção muda, paulatinamente, nas décadas seguintes, o próprio Brandão – em 1957 – disse que cometeu erros graves em *Agrarismo e industrialismo*. O assunto dá bastante pano à manga, como com Lukács, não vou entrar no mérito.

Pois bem, essa é uma parte - ou versão - da recepção do marxismo no Brasil. Até o próximo texto. Um forte abraço.

## A situação do marxismo no Brasil



Enviado por Sergio Lessa

<http://br.monografias.com/trabalhos912/a-situacao-marxismo/a-situacao-marxismo.shtml>

- 
1. O quadro mais geral
  2. O movimento guerrilheiro nos anos 1960-70
  3. O marxismo brasileiro nos anos 80-90
  4. O debate contemporâneo entre os marxistas brasileiros
  5. O impacto do fim da URSS

### ***O quadro mais geral***

O desenvolvimento histórico brasileiro se diferencia tanto do padrão de evolução do capitalismo europeu, norte-americano ou japonês, como também do modelo típico de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Até a década de 1930, o Brasil ainda mantinha uma economia agrário-exportadora, com forte herança colonial. A estrutura social, basicamente oligárquica, era marcada pela ausência da classe operária e pela presença muito reduzida das camadas médias urbanas, que se restringiam quase exclusivamente ao funcionalismo público (meros serviços, assalariados pelo Estado, dos poderes oligárquicos locais).

Este quadro se alterou profundamente em poucas décadas. Entre 1940 e 1980 o Brasil se industrializou, recebeu um enorme aporte de recursos externos, expropriou pequenos e médios proprietários rurais e os expulsou para os centros urbanos (notadamente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), promoveu a eletrificação generalizada e a construção de uma malha de transportes e comunicação que abarca todo o país.

A modernização, contudo, ao invés de liquidar o poder da antiga oligarquia, terminou, em um processo de modo algum linear, por consolidá-lo.

A mediação decisiva desta consolidação foi a pactuada divisão do poder entre a oligarquia e o grande capital nacional e estrangeiro, forjada e desenvolvida durante os anos da ditadura militar (1964-1985). O «processo de redemocratização» do país, entre os anos 1978-85, não passou de uma transição negociada «pelo alto» que alterou apenas a forma, e não a substância, da dominação. A atual «democracia» brasileira cumpre a função histórica de manter no poder, com poucas mudanças, a mesma coalizão das classes proprietárias dominante desde 1964.

Para um rápido panorama do marxismo no Brasil, o que nos importa é que a evolução histórica do país resultou, em plena década de 1990, em uma formação social que padece da incompletude de suas classes sociais decisivas. Com exceção da velha oligarquia rural, cujo poder ainda se mantém como um dos pilares do conservadorismo, as classes urbanas carecem de amadurecimento histórico. A burguesia brasileira, além de recente, aceitou de bom grado o seu papel de sócio menor da exploração do país pelas multinacionais, e longe está de se elevar a uma classe para-si, na acepção marxiana do termo. Sua gênese e desenvolvimento não foram acompanhadas por um movimento de renovação cultural que superasse os pressupostos tradicionais-conservadores da ideologia oligárquica. Nada semelhante ao Renascimento ou ao Iluminismo pode ser encontrado, sequer em germe, na nossa história.

As classes médias urbanas e a classe operária são marcadas por um fenômeno semelhante. Tanto as primeiras como os trabalhadores das grandes indústrias são fortemente influenciados na sua concepção de mundo, pelo paternalismo e servilismo típico das camadas camponeses. O

conservadorismo «mendigo» nada mais é senão a contrapartida do conservadorismo oligárquico. Para ser breve, os traços de modernização que marcam a sociedade brasileira atual foram estruturados a partir de uma Weltanschauung oligárquico-conservadora: uma base das piores para o desenvolvimento do marxismo.

Esta é a razão fundamental para que o marxismo no Brasil não apenas fosse assimilado tardiamente<sup>3</sup>, como ainda se aculturasse às concepções dominantes.

Uma das aculturações mais interessantes é a simbiose entre o rígido centralismo e verticalidade do stalinismo com o paternalismo e o autoritarismo característicos da cultura oligárquica. A figura, tão

tradicional na cultura oligárquica, de um líder carismático, paternal, portador de uma autoridade inquestionável, adentra, pelo amálgama com o centralismo stalinista, á prática e á concepção política dos comunistas brasileiros. Um outro elemento do stalinismo que é potencializado pela cultura local é seu apego ao nacional e ao patriotismo de caserna. Na luta contra o imperialismo norte-americano, ao invés dos comunistas se colocarem como internacionalistas, eles se concebiam como os verdadeiros patriotas, acompanhando de perto o desenvolvimento do nacionalismo soviético nos anos finais de Stalin.

No início da década de 1960 já se faziam perceptíveis várias das carências estruturais que marcam até hoje o marxismo brasileiro. Em primeiro lugar, no plano teórico mais geral, uma concepção filosófica, mera corruptela do pior stalinismo, que concebia a dialética como mero jogo lógico de contrários -- e como instrumento retórico para justificar as rápidas mudanças de posição política requeridas pelo «taticismo» dominante.

Em segundo lugar, o desconhecimento da realidade brasileira e a quase completa ausência de investigações da particularidade do nosso desenvolvimento. O desconhecimento das peculiaridades do desenvolvimento brasileiro levou o Partido Comunista ao absurdo de afirmar ser o Brasil um «país dual»: feudal no campo e capitalista nas grandes cidades. Neste contexto, o Partido Comunista postulava uma estratégia de «etapas» que afirmava a inevitabilidade da «revolução burguesa» no Brasil e, para isso, propunha um leque de alianças que atrelava a luta dos trabalhadores á burguesia nacional. Com o golpe de 1964, a falência do projeto de desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo resultou, também, no declínio da influência política do PC.

## **o do marxismo no Brasil (página 2)**

Sergio

Lessa

A estas debilidades estruturais, acrescente-se uma concepção stalinista de militância, que mescla o mais extremado voluntarismo



ao misticismo laico (crença em doutrinas e em líderes infalíveis e em uma concepção teleológica da história) e á mais completa ignorância teórica. Se, no cenário europeu, o stalinismo promoveu o rebaixamento do nível teórico dos militantes e dirigentes, em nosso país potencializou a ignorância já predominante. O desconhecimento da história e da filosofia é um fator importante para que a praxis revolucionária seja marcada por «crenças» em «doutrinas», por um misticismo laico que concebe o desenvolvimento humano como o fatal desdobramento de um destino teleologicamente inscrito nas «leis irreversíveis da história». Também por isso, os partidos comunistas e, após o golpe de 1964, as inúmeras organizações revolucionárias que surgiram, não foram capazes de produzir uma interpretação da realidade brasileira que desse conta das nossas determinações decisivas. E, conseqüentemente, foram incapazes de conceber uma estratégia viável para a revolução brasileira

Esta incapacidade em romper completamente com o conservadorismo, a incapacidade para produzir uma Weltanschauung revolucionária que superasse a ideologia dominante, ao fim e ao cabo, está na raiz da histórica incapacidade das forças de esquerda no Brasil superarem os horizontes democrático-radicais. Ao permanecerem permeadas pela ideologia oligárquico-conservadora, ao serem marcadas pelo patriotismo e pelo nacionalismo de casernas, as forças de esquerda, em que pesem momentos de radicalização política, raramente deixaram de ser o apêndice á esquerda da fração mais liberal da burguesia. Por isso não é um exagero afirmar que a concepção marxiana da emancipação humana, tanto hoje como nas décadas passadas, é tão estranha á prática política da esquerda brasileira, quanto o é para o conservadorismo oligárquico.

### ***O movimento guerrilheiro nos anos 1960-70***

O movimento guerrilheiro dos anos 1968/73 se desdobrou tendo por base a equivocada tese segundo a qual a ditadura militar era uma «contrarrevolução» que visava «refeudalizar» o Brasil e reverter o limitado processo de industrialização, com base no capital nacional, que o país conheceu entre os anos 1935/55. Por isso, essa forma radical de luta, na maior parte dos casos, foi acompanhada por um programa político bastante moderado, centrado na defesa da indústria e do capitalismo nacionais

contra o imperialismo e o latifúndio. No momento em que o capital nacional, a oligarquia e as multinacionais pactuavam, com enorme sucesso, uma nova divisão do poder entre as suas diversas

facções, a esquerda se lançou á luta armada com uma plataforma democrático-nacionalista que tinha por eixo defender a «burguesia nacional» e os camponeses contra a aliança entre os latifundiários e o capital estrangeiro. Os revolucionários pressupunham como eixo da sua estratégia um inexistente conflito entre a «burguesia nacional» e o imperialismo. Neste contexto, o guevarismo e o foquismo, sustentados e inspirados pelo exemplo cubano, conduziram a um confronto militar, heróico certamente, mas precipitado e descabido, que levou á morte as poucas centenas das melhores cabeças e corações que o movimento revolucionário havia produzido naquela quadra histórica.

Os equívocos desta heróica experiência armada fez renascer, nas universidades brasileiras, o intento de criticar tanto a esquerda tradicional como as propostas revolucionárias mais rescentes. Com todas as dificuldades de um debate levado a efeito sob forte repressão, o ensaio do Prof. Francisco de Oliveira, «Crítica da Razão Dualista», contribui para mostrar as falácias da concepção tradicional que via no Brasil uma porção feudal justaposta a outra porção capitalista. Logo após, o «Escravidismo Colonial», de Jacob Gorender refuta a tese de que no período colonial o Brasil fosse escravista ou feudal, argumentando que o escravismo e as relações agrárias de colonato eram a face mais perversa

do processo de acumulação primitiva do capitalismo internacional, e que, por isso, estes aparentes anacronismos eram perfeitamente contemporâneos ao desenvolvimento capitalista europeu.

No âmbito, ou na área de influência do antigo PC, foram elaboradas duas novas tentativas de interpretação da peculiaridade brasileira. A primeira delas buscava pensar o Brasil a partir das considerações de Marx e de Lenin acerca da «via prussiana» de desenvolvimento do capitalismo.

Ao «autoritarismo» inerente á via prussiana, seria necessário que os comunistas desdobrassem uma plataforma «democrática» que priorizasse a aliança estratégica com os setores liberais. A segunda vertente, que nasce como uma flexão crítica da hipótese da via prussiana, afirma ser o caso brasileiro uma via original, hipertardia, de desenvolvimento do capitalismo. Nesta circunstância, a luta estratégica pela democracia seria um equívoco, pois o país não reuniria condições para a implantação de uma sociedade democrática. Daí a postulação da «centralidade do trabalho» como decisiva para a elaboração de um programa para a revolução brasileira.

Estas duas novas tentativas, contudo, terminam por não florescer. Entre outras razões, porque a crítica que faziam às concepções tradicionais, ainda que indispensáveis para a constituição de um teoria que dê conta da especificidade brasileira, se restringiu a um debate fortemente mediado pelas necessidades políticas imediatas. Neste particular, estas novas tentativas de explicação da realidade brasileira não conseguiram romper com o tradicional «taticismo» dominante. A concepção de mundo tradicional da esquerda brasileira, fundamentalmente suas concepções filosóficas conservadoras e de fundo stalinista, permaneceram relativamente incólumes ao crivo crítico. O praticismo e o voluntarismo, associados ao misticismo laico e ao centralismo do universo estaliniano, não foram fundamentalmente abalados pelas duas novas tentativas, no âmbito de influência do PC, de interpretar a realidade brasileira.

### ***O marxismo brasileiro nos anos 80-90***

A já difícil relação entre a produção teórica universitária e a militância política num país como o Brasil adquiriu, já na década de 1970, uma nova qualidade. Por um lado, a produção universitária recusa in limine a ignorância e a indigência teórica que grassa entre os «práticos». Isto termina por conduzir, nas condições brasileiras, a uma solução, por assim dizer «aristocrática»: a formação de grupos de intelectuais de esquerda que, dissociados das organizações de esquerda, procuram academicamente se qualificar para dirigir o país. O esforço mais duradouro e influente nesse sentido é o do CEBRAP. Nele, a forte influência marxista inicial vai sendo lenta mas seguramente substituída por uma leitura liberal da realidade brasileira até adotar formalmente as teses da social democracia europeia e abandonar o campo do marxismo. Enquanto a produção acadêmica e os militantes revolucionários

rompem com as poucas ligações que mantinham até então, o acelerado processo de industrialização nos anos 1969-73 lançam as bases para a eclosão das mais importantes greves operárias sob a ditadura militar.

Diferente das anteriores, são agora greves de grandes indústrias, algumas de mais de 30 mil trabalhadores, e que se alastram com uma plataforma de combate ao arrocho salarial. Ao lado das greves, movimentos de massa pela democracia, enfrentamentos com os aparelhos repressivos, renascimento do movimento sindical, estudantil, etc., dão suporte ao desenvolvimento e amadurecimento de uma nova geração de militantes -- e, entre eles, de marxistas.

Esta nova geração, contudo, tem sua gênese marcada por uma enorme debilidade. Já que, no atraso brasileiro, partidos e sindicatos não produzem teoria, a perda de contato com a produção universitária

potencializou as carências teóricas e práticas da nova geração. O desconhecimento das particularidades do capitalismo brasileiro, bem como a inexistência de uma crítica radical dos pressupostos filosóficos do curioso amálgama entre o estalinismo e do conservadorismo brasileiro, terminam por contribuir para que a nova geração de revolucionários não jogasse um papel decisivo na crise aberta pelo processo de redemocratização política.

Vulnerável teórica, política e ideologicamente, a nova geração de marxistas terminou por reproduzir uma variante da velha e esclerosada forma de militância stalinista. O voluntarismo e a crença no desenvolvimento teleológico da história, característicos dos velhos tempos, são agora revividos com uma tintura abertamente religiosa, fornecida pela Teologia da Libertação. A vontade de lutar pela justiça e a fé no socialismo, agora concebidos nos moldes de um igualitarismo cristão, substituem a compreensão científica da realidade.

Nessa peculiar circunstância veio á luz uma nova «ideologia revolucionária» eclética, profundamente confusa e amorfa. Ela se caracteriza pela síntese da Teologia da Libertação com as antigas concepções stalinistas de militância e acerca do papel do indivíduo na história. Ao ser confrontada com a necessidade de uma proposta para reestruturação do Brasil no contexto da decadência da ditadura militar, a nova geração, por mediações as mais variadas, terminou por elaborar um nebuloso programa estratégico. A partir de uma crítica formal ao modelo soviético e ás antigas concepções políticas da esquerda dita «tradicional», valoriza as concepções democráticas de cunho liberal

radical. Segundo esta crítica, a raiz do problema soviético estaria na concepção não-democrática dos revolucionários russos, sobretudo a de Lenin, acerca da relação partido-massas. Pela mediação desta concepção, ao tomarem o poder os bolcheviques teriam substituído as massas pela vanguarda, dando origem á toda mazela soviéticas. Os autonomistas e os ecologistas contribuíram também com novas concepções acerca da relação entre a vanguarda e a massa, e entre o homem e a natureza. O resultado, ao fim e ao cabo, é a afirmação de uma proposta democrático-radical, que além da democracia formal (igualdade efetiva entre os concorrentes eleitorais, controle do poder econômico nas disputas eleitorais,

controle das fraudes, etc.) exige também uma política de distribuição de rendas e de reforma agrária. Sintomaticamente, contudo, esta confusa visão de mundo que marca a nova geração de militantes, reconhece no direito à propriedade privada e nos mecanismos políticos democrático-burgueses a panacéia contra os males do «totalitarismo soviético».

O momento decisivo na conformação desta nova geração de militantes pós-ditadura militar é a criação do Partido dos Trabalhadores, em 1979. Desde esta data, até hoje, o PT é a expressão institucionalizada da confusa ideologia democrático-radical acima delineada. Contudo, já nos primeiros anos de sua existência, os traços mais radicais e progressistas desta concepção de mundo vão sendo paulatinamente substituídos por posições políticas e concepções teóricas cada vez mais liberais.

Para esta moderação do ideário do PT, além dos fatores ideológicos acima mencionados, é decisivo o crescimento do peso político da burocracia, tanto no interior do partido como também nos sindicatos a ele articulados. Dada a necessidade de modernização do aparato sindical para que as negociações entre capital e trabalho pudessem se desenvolver a contento nas novas condições políticas (fim do ciclo militar) e econômicas (enorme parque industrial, crise do capitalismo internacional, surgimento do modelo japonês, do just-in-time e da produção flexível), em poucos anos se desenvolveu uma volumosa burocracia sindical cuja razão de ser é negociar com o patrão. A negociação por empregos e salários, e não mais a superação da exploração do homem pelo homem, passa a ser o horizonte desta nova camada da burocracia sindical. Por um desenvolvimento análogo passou o Partido dos Trabalhadores.

A «profissionalização» dos seus militantes avançou rapidamente, e seus salários aumentaram de tal forma que ser funcionário do PT passou a ser um bom emprego, e não mais um compromisso político-revolucionário. Através de um processo cuja história ainda está para ser contada, tanto no interior dos sindicatos de esquerda, como no próprio PT, os militantes mais radicais vão sendo paulatinamente afastados dos órgãos decisórios, os congressos e encontros são crescentemente manipulados pela burocracia sindical e partidária, e as teses marxianas clássicas acerca do capitalismo e do socialismo, que nunca chegaram a ser nele dominantes, perdem cada vez mais espaço.

Estes fatores internos foram potencializados pela queda do muro de



Berlim, pelo desaparecimento da URSS e pela crise do capitalismo mundial sob a pressão do novo modelo japonês. O que nos importa das influências destes acontecimentos na realidade brasileira, é que o fluxo de abandono das posições marxistas, tanto na Universidade, como entre os «práticos», se torna avassalador. Ganha um novo impulso a valorização da democracia burguesa e do mercado enquanto mediações indispensáveis para a efetiva liberdade humana.

O reflexo no interior do Partido dos Trabalhadores é decisivo. Por meio deste processo aqui apenas esboçado, o PT termina por alterar em profundidade seu funcionamento interno. As instâncias dirigentes centrais adquirem um peso crescente na estrutura partidária, a burocracia se transforma numa instância decisória informal cada vez mais importante, -- e estas mudanças são decisivas na implementação de uma concepção de mundo cada vez mais distante daquela original, democrático-radical (a qual, por sua vez, longe estava de ser marxista).

Com isto, a principal pólo aglutinador da esquerda e dos marxistas brasileiros, o PT, terminou por migrar, das suas posições reformistas iniciais para um projeto político palatável às forças conservadoras brasileiras. Fundamentalmente, moderou sua proposta de reforma agrária, de modo a torná-la muito mais limitada; acatou como válida a proposta de intensas privatizações das empresas e serviços públicos; abandonou a tese da moratória da dívida externa e acenou com a necessidade dos capitais estrangeiros para desenvolver o país.

### ***O debate contemporâneo entre os marxistas brasileiros***

A incompletude das classes sociais decisivas na formação social brasileira, a que acima brevemente nos referimos, tem uma outra consequência além das exploradas até agora. Se ela tem impossibilitado o desenvolvimento de uma classe operária consciente de suas possibilidades históricas, não é menos verdadeiro que tem dificultado o surgimento de uma burguesia capaz de se desenvolver para além da subordinação ao capitalismo internacional. A contrapartida histórica de uma classe operária imatura tem sido, até o momento, a inexistência de uma burguesia para-si, que supere o papel secundário que exerce na acumulação internacional do capital.

Devido à crise econômica mundial, que impossibilita o delineamento nítido do lugar a ser ocupado pela economia brasileira na acumulação internacional do capital, a burguesia brasileira, incapaz

de formular um projeto próprio de desenvolvimento, apenas consegue responder á violenta crise que assola o país através de medidas pontuais e paliativas. Sem que o capitalismo internacional defina uma nova função á economia brasileira no contexto da acumulação global do capital, a burguesia não consegue compor um projeto estratégico.

Esta situação faz com que, desde meados da década de 1970, o Brasil esteja imerso numa crise econômica sem precedentes. Os anos com inflação acima dos 1500% se sucedem com enorme frequência, o país já passou por reformas monetárias que alteraram a moeda sete vezes neste período, todo o receituário neo-liberal (com exceção da dolarização da economia, que começa a ser tentada nestes dias que estou escrevendo o artigo) já foi aplicado, sem sucesso. A taxa do desemprego e do semiemprego aumenta seguidamente, ao mesmo tempo em que se verifica a diminuição numérica da classe operária, mesmo em anos nos quais aumenta a produção, graças á introdução de novos métodos de gestão e produção industriais. Se a situação do marxismo é preocupante, não menos

verdadeiro é que os setores dominantes da sociedade brasileira encontram enormes dificuldades em oferecer uma saída, ainda que conservadora, para o impasse em que se encontra o país.

Como as classes dominantes não conseguem produzir uma estratégia para a superação da crise nacional, os marxistas conseguem, de algum modo, sobreviver e se reproduzir, apesar das suas carências históricas.

Os remanescentes mais expressivos dos agrupamentos marxistas compõem hoje a ala esquerda do PT, ou se localizam em algumas universidades, em especial, mas não exclusivamente, no Estado de São Paulo. De um modo geral, este são dos dois pólos - universidades e PT -- em que se concentram, atualmente, os marxistas brasileiros.

### 1. A crítica ao marxismo vulgar

Nesse contexto, dois são os temas decisivos que polarizam o debate entre os marxistas brasileiros na atualidade. O primeiro deles é a crítica do marxismo vulgar e do stalinismo, um empreendimento que se apresenta como exigência absoluta para a sua sobrevivência.

Diferentemente do que ocorreu no cenário europeu, a crítica do stalinismo e do marxismo vulgar em nosso país não pode se propor a nenhuma recuperação do passado. Não conhecemos entre nós

nenhuma tradição marxista senão aquela de filiação stalinista. Trata-se, portanto, de uma abertura de horizontes completamente originais, em se tratando da realidade brasileira. O passado, não apenas não serve como apoio para este empreendimento, como tem se revelado um enorme pesadelo a assombrar o cérebro dos vivos.

Na superação do marxismo vulgar e do stalinismo brasileiros, as questões decisivas envolvem a concepção teleológica da história e, articulado a este problema, a superação das concepções que se caracterizam pela dicotomia, tipicamente althusseriana, entre infra e superestrutura.

Em poucas palavras, típico do marxismo vulgar brasileiro é a afirmação da determinação direta da subjetividade pelo mundo material e a redução do indivíduo a trágica da infra-estrutura. Todavia, paradoxalmente, esta determinação direta do subjetivo pelo material convive lado a lado com a concepção epistemológica pela qual o objeto do conhecimento é absolutamente distinto do objeto real. Deste modo, a explicação marxista vulgar da relação entre a subjetividade e a materialidade se reveste de dificuldades verdadeiramente insuperáveis. Estas dificuldades estão na origem de uma dicotomia teórica que pode ser sintetizada nestes termos: o conteúdo do pensamento é determinado de modo absoluto pela materialidade e, ao mesmo tempo, é o produto exclusivo da subjetividade.

Nestes anos de crescimento das teses liberais, a incapacidade em superar esta dualidade subjetividade/objetividade terminou por conduzir uma parte significativa dos marxistas brasileiros, através de mediações que não podemos sequer mencionar aqui, para uma concepção política dual, na qual indivíduos e sociedade compõem dois pólos necessariamente opostos e antinômicos. Sob várias formas, entre a esquerda marxista no país, ressurgiu uma problemática típica do liberalismo clássico, qual seja, a busca de um modelo político capaz de absorver de modo ideal os inevitáveis atritos produzidos pelas antinômicas relações entre indivíduos e sociedade. A individualidade terminou por se converter no locus por excelência da liberdade, o mercado adquiriu funções positivas na regulamentação das inevitáveis disputas individuais; e a política e o Estado, passaram a ser considerados como mediações indispensáveis, pois essenciais à civilização.

Certamente nem todos os marxistas que, de algum modo, compartilham das concepções do marxismo vulgar, caminharam tão longe em direção ao liberalismo. Uma parte ponderável deles não



retira todas as consequências políticas por nós apontada no parágrafo acima. Contudo, estas ressalvas

não desautorizam nossas afirmações, apenas chamam a atenção do leitor para a necessidade de matizá-las.

Já em meados da década de 1970 se delineou uma reação ao marxismo vulgar brasileiro. Entre os «práticos» e também no meio universitário, se desenvolveu uma corrente gramsciana que promoveu, para sermos sintéticos, uma leitura anti-leninista do comunista italiano. O eixo desta leitura, até hoje, continua sendo a afirmação da necessidade de um longo processo pedagógico que conscientize as classes populares dos seus interesses históricos, construindo deste modo uma contra-hegemonia á dominação burguesa. Lido por este prisma, o conceito de hegemonia de Gramsci, associado ás influências da pedagogia do oprimido de Paulo Freire e á Teologia da Libertação, forneceu os elementos para uma crítica do marxismo vulgar no sentido de revalorizar as concepções democráticoradicais característica da nova geração de revolucionários pós-ditadura militar.

De modo análogo aos marxistas vulgares, é também necessário assinalar que nem todos os gramscianos brasileiros compartilham desta leitura do pensador italiano, nem compartilham com a concepção liberal do conceito gramsciano de hegemonia. São exceções, contudo, que não invalidam nossas considerações enquanto uma aproximação sucinta á realidade, e não como uma exploração detalhada da mesma.

O terceiro pólo nesta disputa teórico-filosófica é constituído pela corrente lukácsiana. Baseada principalmente no último Lukács, postula uma concepção ontológico-unitária do mundo dos homens, no interior da qual a subjetividade e a objetividade são sintetizadas, pela mediação do trabalho, em um novo ser, qualitativamente distinto da natureza. Ao conceber o ser social enquanto causalidade posta por atos teleologicamente orientados e restringir a teleologia ás ações singulares, esta vertente teórica oferece uma outra possibilidade de superação das antinomias entre a superestrutura e a infra-estrutura típicas do universo stalinista ou marxista vulgar, sem recorrer ás concepções liberais. De modo análogo, a crítica, a partir da perspectiva lukácsiana, das concepções dualistas acerca do mundo dos homens, tem possibilitado a recusa tanto da concepção dicotômica da relação entre

subjetividade e objetividade típica dos marxistas vulgares, como também das concepções liberais centradas na dicotomia *citoyen/bourgeois*.

Tal como ocorre entre os marxista vulgares e os gramscianos, não são pequenas as diferenças entre os lukácsianos. Apenas agora se realizam os primeiros esforços no sentido de sistematizar as isoladas investigações acerca do pensador húngaro bem como acerca da realidade brasileira. Politicamente, as diferenças são também muito significativas; de tal modo que a fragmentação que caracteriza os marxistas brasileiro se faz também presente nesta terceiro posição do debate teórico-filosófico.

## 2. Reforma ou Revolução

O segundo pólo do debate contemporâneo entre os marxistas brasileiros diz respeito á esfera política enquanto tal, e sua forma mais expressiva tem sido o debate entre reforma e revolução. Sucintamente, o debate poderia ser colocado nos seguintes termos: a revolução é ainda um tema contemporâneo, ou a evolução histórica teria descartado de uma vez para sempre esta categoria da esfera política?

é evidente que esta disputa está intimamente relacionado ao debate teórico-filosófico mais geral. O fundamento filosófico das propostas reformistas é a concepção que considera essencial ao mundo dos homens a antinomia, tipicamente liberal, entre *citoyen/bourgeois*. Por outro lado, a reafirmação da unitariedade ontológica última do mundo dos homens, que recusa a antinomia *citoyen/bourgeois* em nome da potencialidade ontológica da explicitação categorial do para-si do gênero humano, se apresenta como um dos pontos de apoio filosófico ás propostas revolucionárias.

No Brasil tanto este debate, como sua relação com as concepções filosóficas de fundo, apresentagrandes similitudes com o debate internacional. As propostas reformistas partiram tanto da constatação da amplitude e da profundidade das derrotas revolucionárias, como também da crítica ao marxismo vulgar e á sua mecânica submissão do político ao econômico. Tanto no Brasil como no debate internacional, a revalorização da «política» e da sua «autonomia» levou á «redescoberta» do papel central do indivíduo para a ação política, á «redescoberta» do «sujeito» e, por estas e outras mediações, á revalorização das teses liberais acerca da liberdade, do indivíduo, do mercado e do Estado. Ao fim e ao cabo, a constatação das derrotas revolucionárias, e a redescoberta dos

valores liberais, conduziu uma parcela ponderável da antiga esquerda revolucionária para posições reformistas, quando não conservadoras. A superação da exploração do homem pelo homem, tendo em vista uma sociabilidade emancipada do capital, deixa de ser um projeto político para se reduzir a uma utopia -- generosa, é verdade, mas nem por isso factível. E esta utopia é substituída pela proposta «não-utópica» de humanização do capitalismo, da busca de uma superior «racionalidade» para as relações sociais. E, neste limitado horizonte, não tem custado muito a passagem da proposta reformista de uma transição eleitoral e nos marcos da democracia burguesa do capitalismo ao socialismo -- para uma outra proposta «realista», «não-utópica», da humanização e democratização do capital.

Também não é uma exclusividade do debate entre os marxistas brasileiros o fato de a avassaladora vitória da contra-revolução fazer com que a defesa da revolução apenas possa se dar nos temas mais abstratos, teóricos, «de fundo». Como a revolução não está na ordem do dia, e como a reprodução da ordem capitalista é o projeto hegemônico, o debate não pode ter por eixo o delineamento de uma plataforma para a revolução, e por isso termina por fixar-se o exame teórico da possibilidade da subversão revolucionária da ordem capitalista e sua substituição por uma sociabilidade emancipada.

O desenvolvimento deste debate terminou por constituir no Brasil dois campos antinômicos, que hoje já se encontram orgânica e institucionalmente separados. O primeiro, que possui a hegemonia ideológica tanto no PT quanto nas universidades e sindicatos, propõe um projeto de transformação paulatina do capitalismo de modo a democratizá-lo e aproximá-lo aos modelos do Welfare State europeu. Para esta corrente, o equívoco do capitalismo brasileiro não estaria na exploração do homem pelo homem, mas na forma extremada em que se desdobra esta exploração. Os limites deste projeto, sendo breve, está no reconhecimento da legitimidade da propriedade privada, do trabalho assalariado, do mercado e do Estado como mediações as mais adequadas (as mais «livres») para a resolução dos inevitáveis conflitos fundados pela essência individualista e egoísta do ser humano. Ainda que este projeto político-econômico exiba distinções com o projeto da elite conservadora -- e por mais significativas que sejam estas distinções -- a sua filiação às teses liberais clássicas torna esta vertente política uma interlocutora natural do conservadorismo oligárquico nacional.

O segundo campo que se delineou neste debate congrega todos os que se propõe a superar o capitalismo, a propriedade privada, o

trabalho assalariado, etc., em direção à sociedade comunista. Neste campo, a heterogeneidade é muito grande; as filiações teóricas e as interpretações da trajetória do movimento revolucionário neste século variam enormemente -- o que tem dificultado a articulação das diferentes correntes revolucionárias ao redor de algumas intervenções políticas ou teóricas unificadas.

Em que pese estas divergências e diferenciação internas, este campo tem como eixo identificador a crítica marxiana ao capitalismo e a recusa de todo ideário liberal tanto para a economia quanto para a política. A afirmação da revolução enquanto uma possibilidade, ainda que não a curto prazo, e enquanto uma necessidade insuperável para a construção de uma sociedade emancipada, no sentido marxiano do termo, é sem dúvida o traço mais marcante desta vertente. A debilidade maior que este campo tem demonstrado no debate brasileiro é sua incapacidade em oferecer uma plataforma política para a transformação revolucionária do país -- e esta debilidade é ainda mais evidente no Brasil que na Europa, porque, ao contrário do que ocorre no primeiro mundo, o Brasil viveu, nos últimos anos, a possibilidade do PT eleger o Presidente do país. No contexto de uma possível vitória eleitoral, nos últimos seis anos o debate político na esquerda tem tipo por eixo as questões táticas e administrativas que uma eventual tomada do poder impõe à «agenda política». De forma de modo algum linear, tal como ocorreu nas décadas passadas, também agora o exame das questões teóricas de fundo, ou são postas de lado em nome da urgência das necessidades práticas imediatas, ou então suas resoluções são diretamente submetidas ao critério da necessidade política cotidiana. Uma vez mais, tal como ocorreu em toda história da esquerda brasileira, a investigação e a resolução das questões teóricas de fundo são submetidas aos interesses táticos imediatos, reproduzindo uma versão mais moderna do «taticismo» tradicional.

A máxima atenção às necessidades táticas e administrativas imediatas, em detrimento do exame consciencioso das questões teóricas decisivas, têm reproduzido um outro traço característico da prática das gerações de comunistas anteriores: a reprodução ampliada da ignorância acerca da história e da filosofia, deixando desarmada teórica e ideologicamente a militância de esquerda em nosso país. Neste contexto, a reprodução do «praticismo» e da «ignorância», a recusa da teoria em nome das necessidades práticas imediatas, têm se constituído na ideologia da burocracia tanto do PT como do movimento sindical. Por meio do elogio da habilidade tática e administrativa e do

desprezo pelas questões teóricas (ditas «abstratas») e pelo socialismo (dito utópico); através do elogio das propostas «práticas», que reconhecem sensatamente as «limitações» do presente, em detrimento das propostas «teóricas» que não trazem ganhos imediatos aos trabalhadores; através da extremada valorização da habilidade para «articular» política e administrativamente, em detrimento do conhecimento e da filiação a princípios, a burocracia tem justificado sua submissão às teses conservadoras e/ou reformistas e, assim, se consolida como instância decisória cada vez mais importante tanto no PT como no movimento sindical.

Por esta via, o crescimento do peso político da burocracia sindical e partidária tem fortalecido as teses liberais reformistas e isolado ainda mais, no cenário político, a esquerda revolucionária.

### ***O impacto do fim da URSS***

O fim da URSS, e a ofensiva neo-liberal que veio na sua esteira, tiveram influências marcantes na evolução do debate político no interior do marxismo brasileiro. Em primeiro lugar, levou á extinção do velho PC que, apesar de todas as mazelas, ainda era um dos referenciais da

esquerda brasileira.

Em segundo lugar, favoreceu o surgimento de um clima ideológico em tudo adverso ao marxismo. Nem mesmo aquelas correntes que há muito denunciavam o caráter não socialista da URSS ficaram imunes ao cerco. Durante alguns anos, autores marxistas, ou mesmo opiniões que apenas vagamente se aproximavam ao marxismo, foram banidas da imprensa e de debate político. No interior do movimento sindical, os conservadores, os reformistas e a burocracia em muito se aproveitaram deste clima para expandir sua influência.

Nas universidades, onde o marxismo não ocupa uma posição de destaque há anos, houve uma verdadeira caça às bruxas. Os marxistas foram perseguidos com uma intensidade, ainda que não com a mesma violência, comparável á época da ditadura militar. No combate aos marxista, em nenhum momento a ditadura conseguiu a conivência generalizada, e mesmo a participação ativa, de parcela tão ponderável da comunidade acadêmica, como ocorreu ultimamente.

Neste clima, papel ideológico importante jogou a Teoria do Agir Comunicativo de J. Habermas. Para ser o mais breve possível, a



categoria habermasiana do «mundo da vida» ofereceu um modelo alternativo á centralidade ontológica do trabalho típica da tradição marxista. Como é sabido, o «mundo da vida», enquanto «lugar transcendental» que funda a intersubjetividade, é o fundamento teórico da revalorização da linguagem e da prática da negociação na construção do consenso social; com o que

Habermas pretende superar definitivamente a «ultrapassada» proposta marxiana de explicar a história pela luta de classes.

A postulação do consenso como verdadeiro motor da história (e não mais o desenvolvimento das forças produtivas e a luta de classe) forneceu, ás teses conservadoras e reformistas, uma base de apoio para a fundamentação teórica das suas propostas. A verdadeira modernidade apenas adentraria no Brasil quando a ultrapassada proposta de exclusão do outro do cenário político fosse superada pela concepção, mais «moderna e racional», de busca do consenso entre os opositores. Ao invés da superação do capital -- utopia tornada reacionária e totalitária após o fim da URSS -- a esquerda deveria adentrar ao jogo democrático de modo a constituir um consenso nacional que levasse a introdução do Brasil entre os países capitalistas mais avançados. E, neste processo, o papel dirigente caberia aos reformistas e aos burocratas que «sabem como fazer» as coisas no Estado brasileiro.

Neste cenário, e com este passado, a posição dos marxistas brasileiros está longe de ser confortável. Incapacitados, até o momento, de produzir um concepção filosófico-teórica que dê conta das especificidades mais genéricas do mundo dos homens, e que forneça uma base segura para a orientação das investigações acerca da realidade brasileira, as pesquisas ocorrem de forma fragmentada e dispersa, sem possibilitar a constituição de uma *Weltanschauung* alternativa á ideologia conservadora. Sem se apoderar teoricamente da realidade, não conseguem traçar um programa de ação coerente e com isso, fica aberto o caminho para a consolidação da hegemonia dos reformistas, conservadores e burocratas, os quais sempre sabem «o que fazer» e, para todas as situações, possuem sempre «propostas concretas».

Com a colocação em segundo plano das questões teóricas e políticas mais decisivas, o «taticismo» volta a imperar na prática da esquerda -- mesmo da esquerda revolucionária. O ato de militar se reduziu a um exaustivo praticismo, que nada mais é senão uma corrida incessante atrás dos fatos que a realidade vai produzindo. Sem tempo para estudar e refletir, fica assegurada a reprodução ampliada da ignorância entre os militantes e mesmo entre as

direções políticas e sindicais -- base segura e indispensável ao fortalecimento da mentalidade burocráticaconservadora, de filiação liberal, que marca hoje a maior parte da esquerda, acadêmica ou militante, do Brasil.

A situação atual do marxismo no Brasil, em suma, pode ser caracterizada por uma situação de cerco. Marcado pela incompletude das classes sociais decisivas -- peculiaridade do capitalismo brasileiro --

os marxistas não conseguiram realizar a crítica teórica da realidade nacional, crítica teórica esta que é o pressuposto de toda crítica prático-revolucionária da mesma. Mesmo em uma circunstância eleitoral

aparentemente favorável, as determinações históricas mais profundas fazem com que se fortaleça o pólo mais reformista e conservador no interior do PT e dos sindicatos, em detrimento das concepções revolucionárias.

A derrocada da URSS o avanço das teses liberais --e no plano acadêmico, a rápida difusão da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas -- colocaram os marxistas brasileiros em uma situação ainda mais difícil, tanto nas universidades quanto nos partidos e sindicatos. Ainda que, ultimamente, possamos notar uma diminuição da pressão ideológica conservadora (afinal, em nenhum lugar do mundo o liberalismo constituiu uma alternativa de superação da crise econômica, etc.), e mesmo que floresçam iniciativas interessantes, como o surgimento simultâneo de duas revistas marxistas<sup>4</sup>, nada faz crer que os marxistas brasileiros estejam próximos a romper o cerco a que estão submetidos.

## **NOTAS**

1 Texto publicado sob o título "La situazione del marxismo in Brasile" em *Marxismo Oggi*, V. 1996/2, p. 173-189, Bolonha, Itália, 1996, e com o título "The situation of Marxism in Brazil" na *Latin American Perspectives*, UCLA Press - Berkeley, V. 25, n.98, pp. 94-108, 1998.

2Prof. do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Membro da editoria das revistas *Praxis* e *Crítica Marxista*.

3 - Ainda que as primeira referências a Marx datem do início do século, apenas a partir dos anos 1930 o marxismo passa a ter

politicamente alguma expressão nacional, com a adesão de Luis Carlos Prestes ao Partido Comunista.

4- O ano de 1994 assistiu ao surgimento de duas novas revistas teóricas marxistas no país não vinculadas a partidos ou organizações da esquerda tradicional. A primeira Crítica Marxista, se constituiu a partir de um grupo de intelectuais marxistas professores das duas maiores universidades do país, USP e UNICAMP. A segunda Praxis é mantida por uma cooperativa de algumas dezenas de intelectuais, dirigentes e militantes sindicais e políticos.

**Autor:**

**Sergio Lessa**

[sergio\\_lessa@aroba@yahoo.com.br](mailto:sergio_lessa@aroba.yahoo.com.br)

Prof. do Depto. de Filosofia da UFAL e membro das editorias das revistas Crítica Marxista e Práxis.

Website: [www.sergiolessa.com](http://www.sergiolessa.com)

## **o do marxismo no Brasil (página 2)**

**Sergio**

**Lessa**

A estas debilidades estruturais, acrescenta-se uma concepção stalinista de militância, que mescla o mais extremado voluntarismo ao misticismo laico (crença em doutrinas e em líderes infalíveis e em uma concepção teleológica da história) e a mais completa ignorância teórica. Se, no cenário europeu, o stalinismo promoveu o rebaixamento do nível teórico dos militantes e dirigentes, em nosso país potencializou a ignorância já predominante. O desconhecimento da história e da filosofia é um fator importante para que a praxis revolucionária seja marcada por «crenças» em «doutrinas», por um misticismo laico que concebe o desenvolvimento humano como o fatal desdobramento de um destino teleologicamente inscrito nas «leis irreversíveis da história». Também por isso, os partidos comunistas e, após o golpe de 1964, as inúmeras organizações revolucionárias que surgiram, não foram capazes de produzir uma interpretação da realidade brasileira que desse conta das nossas determinações decisivas. E,



conseqüentemente, foram incapazes de conceber uma estratégia viável para a revolução brasileira

Esta incapacidade em romper completamente com o conservadorismo, a incapacidade para produzir uma Weltanschauung revolucionária que superasse a ideologia dominante, ao fim e ao cabo, está na raiz da histórica incapacidade das forças de esquerda no Brasil superarem os horizontes democrático-radicais. Ao permanecerem permeadas pela ideologia oligárquico-conservadora, ao serem marcadas pelo patriotismo e pelo nacionalismo de casernas, as forças de esquerda, em que pesem momentos de radicalização política, raramente deixaram de ser o apêndice á esquerda da fração mais liberal da burguesia. Por isso não é um exagero afirmar que a concepção marxiana da emancipação humana, tanto hoje como nas décadas passadas, é tão estranha á prática política da esquerda brasileira, quanto o é para o conservadorismo oligárquico.

### ***O movimento guerrilheiro nos anos 1960-70***

O movimento guerrilheiro dos anos 1968/73 se desdobrou tendo por base a equivocada tese segundo a qual a ditadura militar era uma «contrarrevolução» que visava «refeudalizar» o Brasil e reverter o limitado processo de industrialização, com base no capital nacional, que o país conheceu entre os anos 1935/55. Por isso, essa forma radical de luta, na maior parte dos casos, foi acompanhada por um programa político bastante moderado, centrado na defesa da indústria e do capitalismo nacionais

contra o imperialismo e o latifúndio. No momento em que o capital nacional, a oligarquia e as multinacionais pactuavam, com enorme sucesso, uma nova divisão do poder entre as suas diversas facções, a esquerda se lançou á luta armada com uma plataforma democrático-nacionalista que tinha por eixo defender a «burguesia nacional» e os camponeses contra a aliança entre os latifundiários e o capital estrangeiro. Os revolucionários pressupunham como eixo da sua estratégia um inexistente conflito entre a «burguesia nacional» e o imperialismo. Neste contexto, o guevarismo e o foquismo, sustentados e inspirados pelo exemplo cubano, conduziram a um confronto militar, heróico certamente, mas precipitado e descabido, que levou á morte as poucas centenas das melhores cabeças e corações que o movimento revolucionário havia produzido naquela quadra histórica.

Os equívocos desta heróica experiência armada fez renascer, nas universidades brasileiras, o intento de criticar tanto a esquerda

tradicional como as propostas revolucionárias mais rescentes. Com todas as dificuldades de um debate levado a efeito sob forte repressão, o ensaio do Prof. Francisco de Oliveira, «Crítica da Razão Dualista», contribui para mostrar as falácias da concepção tradicional que via no Brasil uma porção feudal justaposta a outra porção capitalista. Logo após, o «Escravidismo Colonial», de Jacob Gorender refuta a tese de que no período colonial o Brasil fosse escravista ou feudal, argumentando que o escravismo e as relações agrárias de colonato eram a face mais perversa

do processo de acumulação primitiva do capitalismo internacional, e que, por isso, estes aparentes anacronismos eram perfeitamente contemporâneos ao desenvolvimento capitalista europeu.

No âmbito, ou na área de influência do antigo PC, foram elaboradas duas novas tentativas de interpretação da peculiaridade brasileira. A primeira delas buscava pensar o Brasil a partir das considerações de Marx e de Lenin acerca da «via prussiana» de desenvolvimento do capitalismo.

Ao «autoritarismo» inerente á via prussiana, seria necessário que os comunistas desdobrassem uma plataforma «democrática» que priorizasse a aliança estratégica com os setores liberais. A segunda vertente, que nasce como uma flexão crítica da hipótese da via prussiana, afirma ser o caso brasileiro uma via original, hipertardia, de desenvolvimento do capitalismo. Nesta circunstância, a luta estratégica pela democracia seria um equívoco, pois o país não reuniria condições para a implantação de uma sociedade democrática. Daí a postulação da «centralidade do trabalho» como decisiva para a elaboração de um programa para a revolução brasileira.

Estas duas novas tentativas, contudo, terminam por não florescer. Entre outras razões, porque a crítica que faziam ás concepções tradicionais, ainda que indispensáveis para a constituição de um teoria que dê conta da especificidade brasileira, se restringiu a um debate fortemente mediado pelas necessidades políticas imediatas. Neste particular, estas novas tentativas de explicação da realidade brasileira não conseguiram romper com o tradicional «taticismo» dominante. A concepção de mundo tradicional da esquerda brasileira, fundamentalmente suas concepções filosóficas conservadoras e de fundo stalinista, permaneceram relativamente incólumes ao crivo crítico. O praticismo e o voluntarismo, associados ao misticismo laico e ao centralismo do universo estaliniano, não foram fundamentalmente abalados pelas duas

novas tentativas, no âmbito de influência do PC, de interpretar a realidade brasileira.

### ***O marxismo brasileiro nos anos 80-90***

A já difícil relação entre a produção teórica universitária e a militância política num país como o Brasil adquiriu, já na década de 1970, uma nova qualidade. Por um lado, a produção universitária recusa in limine a ignorância e a indigência teórica que grassa entre os «práticos». Isto termina por conduzir, nas condições brasileiras, a uma solução, por assim dizer «aristocrática»: a formação de grupos de intelectuais de esquerda que, dissociados das organizações de esquerda, procuram academicamente se qualificar para dirigir o país. O esforço mais duradouro e influente nesse sentido é o do CEBRAP. Nele, a forte influência marxista inicial vai sendo lenta mas seguramente substituída por uma leitura liberal da realidade brasileira até adotar formalmente as teses da social democracia europeia e abandonar o campo do marxismo. Enquanto a produção acadêmica e os militantes revolucionários

rompem com as poucas ligações que mantinham até então, o acelerado processo de industrialização nos anos 1969-73 lançam as bases para a eclosão das mais importantes greves operárias sob a ditadura militar.

Diferente das anteriores, são agora greves de grandes indústrias, algumas de mais de 30 mil trabalhadores, e que se alastram com uma plataforma de combate ao arrocho salarial. Ao lado das greves, movimentos de massa pela democracia, enfrentamentos com os aparelhos repressivos, renascimento do movimento sindical, estudantil, etc., dão suporte ao desenvolvimento e amadurecimento de uma nova geração de militantes -- e, entre eles, de marxistas.

Esta nova geração, contudo, tem sua gênese marcada por uma enorme debilidade. Já que, no atraso brasileiro, partidos e sindicatos não produzem teoria, a perda de contato com a produção universitária

potencializou as carências teóricas e práticas da nova geração. O desconhecimento das particularidades do capitalismo brasileiro, bem como a inexistência de uma crítica radical dos pressupostos filosóficos do curioso amálgama entre o estalinismo e do conservadorismo brasileiro, terminam por contribuir para que a nova geração de revolucionários não jogasse um papel decisivo na crise aberta pelo processo de redemocratização política.

Vulnerável teórica, política e ideologicamente, a nova geração de marxistas terminou por reproduzir uma variante da velha e esclerosada forma de militância stalinista. O voluntarismo e a crença no desenvolvimento teleológico da história, característicos dos velhos tempos, são agora revividos com uma tintura abertamente religiosa, fornecida pela Teologia da Libertação. A vontade de lutar pela justiça e a fé no socialismo, agora concebidos nos moldes de um igualitarismo cristão, substituem a compreensão científica da realidade.

Nessa peculiar circunstância veio á luz uma nova «ideologia revolucionária» eclética, profundamente confusa e amorfa. Ela se caracteriza pela síntese da Teologia da Libertação com as antigas concepções stalinistas de militância e acerca do papel do indivíduo na história. Ao ser confrontada com a necessidade de uma proposta para reestruturação do Brasil no contexto da decadência da ditadura militar, a nova geração, por mediações as mais variadas, terminou por elaborar um nebuloso programa estratégico. A partir de uma crítica formal ao modelo soviético e ás antigas concepções políticas da esquerda dita «tradicional», valoriza as concepções democráticas de cunho liberal

radical. Segundo esta crítica, a raiz do problema soviético estaria na concepção não-democrática dos revolucionários russos, sobretudo a de Lenin, acerca da relação partido-massas. Pela mediação desta concepção, ao tomarem o poder os bolcheviques teriam substituído as massas pela vanguarda, dando origem á toda mazela soviéticas. Os autonomistas e os ecologistas contribuíram também com novas concepções acerca da relação entre a vanguarda e a massa, e entre o homem e a natureza. O resultado, ao fim e ao cabo, é a afirmação de uma proposta democrático-radical, que além da democracia formal (igualdade efetiva entre os concorrentes eleitorais, controle do poder econômico nas disputas eleitorais, controle das fraudes, etc.) exige também uma política de distribuição de rendas e de reforma agrária. Sintomaticamente, contudo, esta confusa visão de mundo que marca a nova geração de militantes, reconhece no direito á propriedade privada e nos mecanismos políticos democrático-burgueses a panacéia contra os males do «totalitarismo soviético».

O momento decisivo na conformação desta nova geração de militantes pós-ditadura militar é a criação do Partido dos Trabalhadores, em 1979. Desde esta data, até hoje, o PT é a expressão institucionalizada da confusa ideologia democrático-radical acima delineada. Contudo, já nos primeiros anos de sua

existência, os traços mais radicais e progressistas desta concepção de mundo vão sendo paulatinamente substituídos por posições políticas e concepções teóricas cada vez mais liberais.

Para esta moderação do ideário do PT, além dos fatores ideológicos acima mencionados, é decisivo o crescimento do peso político da burocracia, tanto no interior do partido como também nos sindicatos a ele articulados. Dada a necessidade de modernização do aparato sindical para que as negociações entre capital e trabalho pudessem se desenvolver a contento nas novas condições políticas (fim do ciclo militar) e econômicas (enorme parque industrial, crise do capitalismo internacional, surgimento do modelo japonês, do just-in-time e da produção flexível), em poucos anos se desenvolveu uma volumosa burocracia sindical cuja razão de ser é negociar com o patrão. A negociação por empregos e salários, e não mais a superação da exploração do homem pelo homem, passa a ser o horizonte desta nova camada da burocracia sindical. Por um desenvolvimento análogo passou o Partido dos Trabalhadores.

A «profissionalização» dos seus militantes avançou rapidamente, e seus salários aumentaram de tal forma que ser funcionário do PT passou a ser um bom emprego, e não mais um compromisso político-revolucionário. Através de um processo cuja história ainda está para ser contada, tanto no interior dos sindicatos de esquerda, como no próprio PT, os militantes mais radicais vão sendo paulatinamente afastados dos órgãos decisórios, os congressos e encontros são crescentemente manipulados pela burocracia sindical e partidária, e as teses marxianas clássicas acerca do capitalismo e do socialismo, que nunca chegaram a ser nele dominantes, perdem cada vez mais espaço.

Estes fatores internos foram potencializados pela queda do muro de Berlim, pelo desaparecimento da URSS e pela crise do capitalismo mundial sob a pressão do novo modelo japonês. O que nos importa das influências destes acontecimentos na realidade brasileira, é que o fluxo de abandono das posições marxistas, tanto na Universidade, como entre os «práticos», se torna avassalador. Ganha um novo impulso a valorização da democracia burguesa e do mercado enquanto mediações indispensáveis para a efetiva liberdade humana.

O reflexo no interior do Partido dos Trabalhadores é decisivo. Por meio deste processo aqui apenas esboçado, o PT termina por alterar em profundidade seu funcionamento interno. As instâncias



dirigentes centrais adquirem um peso crescente na estrutura partidária, a burocracia se transforma numa instância decisória informal cada vez mais importante, -- e estas mudanças são decisivas na implementação de uma concepção de mundo cada vez mais distante daquela original, democrático-radical (a qual, por sua vez, longe estava de ser marxista).

Com isto, a principal pólo aglutinador da esquerda e dos marxistas brasileiros, o PT, terminou por migrar, das suas posições reformistas iniciais para um projeto político palatável às forças conservadoras brasileiras. Fundamentalmente, moderou sua proposta de reforma agrária, de modo a torná-la muito mais limitada; acatou como válida a proposta de intensas privatizações da empresas e serviços públicos; abandonou a tese da moratória da dívida externa e acenou com a necessidade dos capitais estrangeiros para desenvolver o país.

### ***O debate contemporâneo entre os marxistas brasileiros***

A incompletude das classes sociais decisivas na formação social brasileira, a que acima brevemente nos referimos, tem uma outra conseqüência além das exploradas até agora. Se ela tem impossibilitado o desenvolvimento de uma classe operária consciente de suas possibilidades históricas, não é menos verdadeiro que tem dificultado o surgimento de uma burguesia capaz de se desenvolver para além da subordinação ao capitalismo internacional. A contrapartida histórica de uma classe operária imatura tem sido, até o momento, a inexistência de uma burguesia para-si, que supere o papel secundário que exerce na acumulação internacional do capital.

Devido á crise econômica mundial, que impossibilita o delineamento nítido do lugar a ser ocupado pela economia brasileira na acumulação internacional do capital, a burguesia brasileira, incapaz de formular um projeto próprio de desenvolvimento, apenas consegue responder á violenta crise que assola o país através de medidas pontuais e paliativas. Sem que o capitalismo internacional defina uma nova função á economia brasileira no contexto da acumulação global do capital, a burguesia não consegue compor um projeto estratégico.

Esta situação faz com que, desde meados da década de 1970, o Brasil esteja imerso numa crise econômica sem precedentes. Os anos com inflação acima dos 1500% se sucedem com enorme frequência, o país já passou por reformas monetárias que alteraram a moeda sete vez neste período, todo o receituário neo-liberal (com

exceção da dolarização da economia, que começa a ser tentada nestes dias que estou escrevendo o artigo) já foi aplicado, sem sucesso. A taxa do desemprego e do semiemprego aumenta seguidamente, ao mesmo tempo em que se verifica a diminuição numérica da classe operária, mesmo em anos nos quais aumenta a produção, graças á introdução de novos métodos de gestão e produção industriais. Se a situação do marxismo é preocupante, não menos

verdadeiro é que os setores dominantes da sociedade brasileira encontram enormes dificuldades em oferecer uma saída, ainda que conservadora, para o impasse em que se encontra o país.

Como as classes dominantes não conseguem produzir uma estratégia para a superação da crise nacional, os marxistas conseguem, de algum modo, sobreviver e se reproduzir, apesar das suas carências históricas.

Os remanescentes mais expressivos dos agrupamentos marxistas compõem hoje a ala esquerda do PT, ou se localizam em algumas universidades, em especial, mas não exclusivamente, no Estado de São Paulo. De um modo geral, este são dos dois pólos - universidades e PT -- em que se concentram, atualmente, os marxistas brasileiros.

### 1. A crítica ao marxismo vulgar

Nesse contexto, dois são os temas decisivos que polarizam o debate entre os marxistas brasileiros na atualidade. O primeiro deles é a crítica do marxismo vulgar e do stalinismo, um empreendimento que se apresenta como exigência absoluta para a sua sobrevivência.

Diferentemente do que ocorreu no cenário europeu, a crítica do stalinismo e do marxismo vulgar em nosso país não pode se propor a nenhuma recuperação do passado. Não conhecemos entre nós nenhuma tradição marxista senão aquela de filiação stalinista. Trata-se, portanto, de uma abertura de horizontes completamente originais, em se tratando da realidade brasileira. O passado, não apenas não serve como apoio para este empreendimento, como tem se revelado um enorme pesadelo a assombrar o cérebro dos vivos.

Na superação do marxismo vulgar e do stalinismo brasileiros, as questões decisivas envolvem a concepção teleológica da história e, articulado a este problema, a superação das concepções que se caracterizam pela dicotomia, tipicamente althusseriana, entre infra e superestrutura.

Em poucas palavras, típico do marxismo vulgar brasileiro é a afirmação da determinação direta da subjetividade pelo mundo material e a redução do indivíduo a trágica da infra-estrutura. Todavia, paradoxalmente, esta determinação direta do subjetivo pelo material convive lado a lado com a concepção epistemológica pela qual o objeto do conhecimento é absolutamente distinto do objeto real. Deste modo, a explicação marxista vulgar da relação entre a subjetividade e a materialidade se reveste de dificuldades verdadeiramente insuperáveis. Estas dificuldades estão na origem de uma dicotomia teórica que pode ser sintetizada nestes termos: o conteúdo do pensamento é determinado de modo absoluto pela materialidade e, ao mesmo tempo, é o produto exclusivo da subjetividade.

Nestes anos de crescimento das teses liberais, a incapacidade em superar esta dualidade subjetividade/objetividade terminou por conduzir uma parte significativa dos marxistas brasileiros, através de mediações que não podemos sequer mencionar aqui, para uma concepção política dual, na qual indivíduos e sociedade compõem dois pólos necessariamente opostos e antinômicos. Sob várias formas, entre a esquerda marxista no país, ressurgiu uma problemática típica do liberalismo clássico, qual seja, a busca de um modelo político capaz de absorver de modo ideal os inevitáveis atritos produzidos pelas antinômicas relações entre indivíduos e sociedade. A individualidade terminou por se converter no locus por excelência da liberdade, o mercado adquiriu funções positivas na regulamentação das inevitáveis disputas individuais; e a política e o Estado, passaram a ser considerados como mediações indispensáveis, pois essenciais à civilização.

Certamente nem todos os marxistas que, de algum modo, compartilham das concepções do marxismo vulgar, caminharam tão longe em direção ao liberalismo. Uma parte ponderável deles não retira todas as consequências políticas por nós apontada no parágrafo acima. Contudo, estas ressalvas

não desautorizam nossas afirmações, apenas chamam a atenção do leitor para a necessidade de matizá-las.

Já em meados da década de 1970 se delineou uma reação ao marxismo vulgar brasileiro. Entre os «práticos» e também no meio universitário, se desenvolveu uma corrente gramsciana que promoveu, para sermos sintéticos, uma leitura anti-leninista do comunista italiano. O eixo desta leitura, até hoje, continua sendo a afirmação da necessidade de um longo processo pedagógico que conscientize as classes populares dos seus interesses históricos,



construindo deste modo uma contra-hegemonia á dominação burguesa. Lido por este prisma, o conceito de hegemonia de Gramsci, associado ás influências da pedagogia do oprimido de Paulo Freire e á Teologia da Libertação, forneceu os elementos para uma crítica do marxismo vulgar no sentido de revalorizar as concepções democráticoradicais característica da nova geração de revolucionários pós-ditadura militar.

De modo análogo aos marxistas vulgares, é também necessário assinalar que nem todos os gramscianos brasileiros compartilham desta leitura do pensador italiano, nem compartilham com a concepção liberal do conceito gramsciano de hegemonia. São exceções, contudo, que não invalidam nossas considerações enquanto uma aproximação sucinta á realidade, e não como uma exploração detalhada da mesma.

O terceiro pólo nesta disputa teórico-filosófica é constituído pela corrente lukácsiana. Baseada principalmente no último Lukács, postula uma concepção ontológico-unitária do mundo dos homens, no interior da qual a subjetividade e a objetividade são sintetizadas, pela mediação do trabalho, em um novo ser, qualitativamente distinto da natureza. Ao conceber o ser social enquanto causalidade posta por atos teleologicamente orientados e restringir a teleologia ás ações singulares, esta vertente teórica oferece uma outra possibilidade de superação das antinomias entre a superestrutura e a infra-estrutura típicas do universo stalinista ou marxista vulgar, sem recorrer ás concepções liberais. De modo análogo, a crítica, a partir da perspectiva lukácsiana, das concepções dualistas acerca do mundo dos homens, tem possibilitado a recusa tanto da concepção dicotômica da relação entre

subjetividade e objetividade típica dos marxistas vulgares, como também das concepções liberais centradas na dicotomia *citoyen/bourgeois*.

Tal como ocorre entre os marxista vulgares e os gramscianos, não são pequenas as diferenças entre os lukácsianos. Apenas agora se realizam os primeiros esforços no sentido de sistematizar as isoladas investigações acerca do pensador húngaro bem como acerca da realidade brasileira. Politicamente, as diferenças são também muito significativas; de tal modo que a fragmentação que caracteriza os marxistas brasileiro se faz também presente nesta terceiro posição do debate teórico-filosófico.

## 2. Reforma ou Revolução

O segundo pólo do debate contemporâneo entre os marxistas brasileiros diz respeito á esfera política enquanto tal, e sua forma mais expressiva tem sido o debate entre reforma e revolução. Sucintamente, o debate poderia ser colocado nos seguintes termos: a revolução é ainda um tema contemporâneo, ou a evolução histórica teria descartado de uma vez para sempre esta categoria da esfera política?

é evidente que esta disputa está intimamente relacionado ao debate teórico-filosófico mais geral. O fundamento filosófico das propostas reformistas é a concepção que considera essencial ao mundo dos homens a antinomia, tipicamente liberal, entre citoyen/bourgeois. Por outro lado, a reafirmação da unitariedade ontológica última do mundo dos homens, que recusa a antinomia citoyen/bourgeois em nome da potencialidade ontológica da explicitação categorial do para-si do gênero humano, se apresenta como um dos pontos de apoio filosófico ás propostas revolucionárias.

No Brasil tanto este debate, como sua relação com as concepções filosóficas de fundo, apresentagrandes similitudes com o debate internacional. As propostas reformistas partiram tanto da constatação da amplitude e da profundidade das derrotas revolucionárias, como também da crítica ao marxismo vulgar e á sua mecânica submissão do político ao econômico. Tanto no Brasil como no debate internacional, a revalorização da «política» e da sua «autonomia» levou á «redescoberta» do papel central do indivíduo para a ação política, á «redescoberta» do «sujeito» e, por estas e outras mediações, á revalorização das teses liberais acerca da liberdade, do indivíduo, do mercado e do Estado. Ao fim e ao cabo, a constatação das derrotas revolucionárias, e a redescoberta dos

valores liberais, conduziu uma parcela ponderável da antiga esquerda revolucionária para posições reformistas, quando não conservadoras. A superação da exploração do homem pelo homem, tendo em vista uma sociabilidade emancipada do capital, deixa de ser um projeto político para se reduzir a uma utopia -- generosa, é verdade, mas nem por isso factível. E esta utopia é substituída pela proposta «não-utópica» de humanização do capitalismo, da busca de uma superior «racionalidade» para as relações sociais. E, neste limitado horizonte, não tem custado muito a passagem da proposta reformista de uma transição eleitoral e nos marcos da democracia burguesa do capitalismo ao socialismo -- para uma outra proposta «realista», «não-utópica», da humanização e democratização do capital.

Também não é uma exclusividade do debate entre os marxistas brasileiros o fato de a avassaladora vitória da contra-revolução fazer com que a defesa da revolução apenas possa se dar nos temas mais abstratos, teóricos, «de fundo». Como a revolução não está na ordem do dia, e como a reprodução da ordem capitalista é o projeto hegemônico, o debate não pode ter por eixo o delineamento de uma plataforma para a revolução, e por isso termina por fixar-se o exame teórico da possibilidade da subversão revolucionária da ordem capitalista e sua substituição por uma sociabilidade emancipada.

O desenvolvimento deste debate terminou por constituir no Brasil dois campos antinômicos, que hoje já se encontram orgânica e institucionalmente separados. O primeiro, que possui a hegemonia ideológica tanto no PT quanto nas universidades e sindicatos, propõe um projeto de transformação paulatina do capitalismo de modo a democratizá-lo e aproximá-lo aos modelos do Welfare State europeu. Para esta corrente, o equívoco do capitalismo brasileiro não estaria na exploração do homem pelo homem, mas na forma extremada em que se desdobra esta exploração. Os limites deste projeto, sendo breve, está no reconhecimento da legitimidade da propriedade privada, do trabalho assalariado, do mercado e do Estado como mediações as mais adequadas (as mais «livres») para a resolução dos inevitáveis conflitos fundados pela essência individualista e egoísta do ser humano. Ainda que este projeto político-econômico exiba distinções com o projeto da elite conservadora -- e por mais significativas que sejam estas distinções -- a sua filiação às teses liberais clássicas torna esta vertente política uma interlocutora natural do conservadorismo oligárquico nacional.

O segundo campo que se delineou neste debate congrega todos os que se propõe a superar o capitalismo, a propriedade privada, o trabalho assalariado, etc., em direção à sociedade comunista. Neste campo, a heterogeneidade é muito grande; as filiações teóricas e as interpretações da trajetória do movimento revolucionário neste século variam enormemente -- o que tem dificultado a articulação das diferentes correntes revolucionárias ao redor de algumas intervenções políticas ou teóricas unificadas.

Em que pese estas divergências e diferenciação internas, este campo tem como eixo identificador a crítica marxiana ao capitalismo e a recusa de todo ideário liberal tanto para a economia quanto para a política. A afirmação da revolução enquanto uma possibilidade, ainda que não a curto prazo, e enquanto uma necessidade insuperável para a construção de uma sociedade emancipada, no sentido marxiano do termo, é sem dúvida o traço mais marcante

desta vertente. A debilidade maior que este campo tem demonstrado no debate brasileiro é sua incapacidade em oferecer uma plataforma política para a transformação revolucionária do país -- e esta debilidade é ainda mais evidente no Brasil que na Europa, porque, ao contrário do que ocorre no primeiro mundo, o Brasil viveu, nos últimos anos, a possibilidade do PT eleger o Presidente do país. No contexto de uma possível vitória eleitoral, nos últimos seis anos o debate político na esquerda tem tipo por eixo as questões táticas e administrativas que uma eventual tomada do poder impõe á «agenda política». De forma de modo algum linear, tal como ocorreu nas décadas passadas, também agora o exame das questões teóricas de fundo, ou são postas de lado em nome da urgência das necessidades práticas imediatas, ou então suas resoluções são diretamente submetidas ao critério da necessidade política cotidiana. Uma vez mais, tal como ocorreu em toda história da esquerda brasileira, a investigação e a resolução das questões teóricas de fundo são submetidas aos interesses táticos imediatos, reproduzindo uma versão mais moderna do «taticismo» tradicional.

A máxima atenção ás necessidades táticas e administrativas imediatas, em detrimento do exame consciencioso das questões teóricas decisivas, têm reproduzido um outro traço característico da prática das gerações de comunistas anteriores: a reprodução ampliada da ignorância acerca da história e da filosofia, deixando desarmada teórica e ideologicamente a militância de esquerda em nosso país. Neste contexto, a reprodução do «praticismo» e da «ignorância», a recusa da teoria em nome das necessidades práticas imediatas, têm se constituído na ideologia da burocracia tanto do PT como do movimento sindical. Por meio do elogio da habilidade tática e administrativa e do

desprezo pelas questões teóricas (ditas «abstratas») e pelo socialismo (dito utópico); através do elogio das propostas «práticas», que reconhecem sensatamente as «limitações» do presente, em detrimento das propostas «teóricas» que não trazem ganhos imediatos aos trabalhadores; através da extremada valorização da habilidade para «articular» política e administrativamente, em detrimento do conhecimento e da filiação a princípios, a burocracia tem justificado sua submissão ás teses conservadoras e/ou reformistas e, assim, se consolida como instância decisória cada vez mais importante tanto no PT como no movimento sindical.

Por esta via, o crescimento do peso político da burocracia sindical e partidária tem fortalecido as teses liberais reformistas e isolado ainda mais, no cenário político, a esquerda revolucionária.

### ***O impacto do fim da URSS***

O fim da URSS, e a ofensiva neo-liberal que veio na sua esteira, tiveram influências marcantes na evolução do debate político no interior do marxismo brasileiro. Em primeiro lugar, levou á extinção do velho PC que, apesar de todas as mazelas, ainda era um dos referenciais da

esquerda brasileira.

Em segundo lugar, favoreceu o surgimento de um clima ideológico em tudo adverso ao marxismo. Nem mesmo aquelas correntes que há muito denunciavam o caráter não socialista da URSS ficaram imunes ao cerco. Durante alguns anos, autores marxistas, ou mesmo opiniões que apenas vagamente se aproximavam ao marxismo, foram banidas da imprensa e de debate político. No interior do movimento sindical, os conservadores, os reformistas e a burocracia em muito se aproveitaram deste clima para expandir sua influência.

Nas universidades, onde o marxismo não ocupa uma posição de destaque há anos, houve uma verdadeira caça ás bruxas. Os marxistas foram perseguidos com uma intensidade, ainda que não com a mesma violência, comparável á época da ditadura militar. No combate aos marxista, em nenhum momento a ditadura conseguiu a conivência generalizada, e mesmo a participação ativa, de parcela tão ponderável da comunidade acadêmica, como ocorreu ultimamente.

Neste clima, papel ideológico importante jogou a Teoria do Agir Comunicativo de J. Habermas. Para ser o mais breve possível, a categoria habermasiana do «mundo da vida» ofereceu um modelo alternativo á centralidade ontológica do trabalho típica da tradição marxista. Como é sabido, o «mundo da vida», enquanto «lugar transcendental» que funda a intersubjetividade, é o fundamento teórico da revalorização da linguagem e da prática da negociação na construção do consenso social; com o que

Habermas pretende superar definitivamente a «ultrapassada» proposta marxiana de explicar a história pela luta de classes.

A postulação do consenso como verdadeiro motor da história (e não mais o desenvolvimento das forças produtivas e a luta de classe) forneceu, ás teses conservadoras e reformistas, uma base de apoio



para a fundamentação teórica das suas propostas. A verdadeira modernidade apenas adentraria no Brasil quando a ultrapassada proposta de exclusão do outro do cenário político fosse superada pela concepção, mais «moderna e racional», de busca do consenso entre os opositores. Ao invés da superação do capital -- utopia tornada reacionária e totalitária após o fim da URSS -- a esquerda deveria adentrar ao jogo democrático de modo a constituir um consenso nacional que levasse a introdução do Brasil entre os países capitalistas mais avançados. E, neste processo, o papel dirigente caberia aos reformistas e aos burocratas que «sabem como fazer» as coisas no Estado brasileiro.

Neste cenário, e com este passado, a posição dos marxistas brasileiros está longe de ser confortável. Incapacitados, até o momento, de produzir uma concepção filosófico-teórica que dê conta das especificidades mais genéricas do mundo dos homens, e que forneça uma base segura para a orientação das investigações acerca da realidade brasileira, as pesquisas ocorrem de forma fragmentada e dispersa, sem possibilitar a constituição de uma Weltanschauung alternativa à ideologia conservadora. Sem se apoderar teoricamente da realidade, não conseguem traçar um programa de ação coerente e com isso, fica aberto o caminho para a consolidação da hegemonia dos reformistas, conservadores e burocratas, os quais sempre sabem «o que fazer» e, para todas as situações, possuem sempre «propostas concretas».

Com a colocação em segundo plano das questões teóricas e políticas mais decisivas, o «taticismo» volta a imperar na prática da esquerda -- mesmo da esquerda revolucionária. O ato de militar se reduziu a um exaustivo praticismo, que nada mais é senão uma corrida incessante atrás dos fatos que a realidade vai produzindo. Sem tempo para estudar e refletir, fica assegurada a reprodução ampliada da ignorância entre os militantes e mesmo entre as direções políticas e sindicais -- base segura e indispensável ao fortalecimento da mentalidade burocráticconservadora, de filiação liberal, que marca hoje a maior parte da esquerda, acadêmica ou militante, do Brasil.

A situação atual do marxismo no Brasil, em suma, pode ser caracterizada por uma situação de cerco. Marcado pela incompletude das classes sociais decisivas -- peculiaridade do capitalismo brasileiro --

os marxistas não conseguiram realizar a crítica teórica da realidade nacional, crítica teórica esta que é o pressuposto de toda crítica

prático-revolucionária da mesma. Mesmo em uma circunstância eleitoral

aparentemente favorável, as determinações históricas mais profundas fazem com que se fortaleça o pólo mais reformista e conservador no interior do PT e dos sindicatos, em detrimento das concepções revolucionárias.

A derrocada da URSS o avanço das teses liberais --e no plano acadêmico, a rápida difusão da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas -- colocaram os marxistas brasileiros em uma situação ainda mais difícil, tanto nas universidades quanto nos partidos e sindicatos. Ainda que, ultimamente, possamos notar uma diminuição da pressão ideológica conservadora (afinal, em nenhum lugar do mundo o liberalismo constituiu uma alternativa de superação da crise econômica, etc.), e mesmo que floresçam iniciativas interessantes, como o surgimento simultâneo de duas revistas marxistas<sup>4</sup>, nada faz crer que os marxistas brasileiros estejam próximos a romper o cerco a que estão submetidos.

## **NOTAS**

1 Texto publicado sob o título "La situazione del marxismo in Brasile" em *Marxismo Oggi*, V. 1996/2, p. 173-189, Bolonha, Itália, 1996, e com o título "The situation of Marxism in Brazil" na *Latin American Perspectives*, UCLA Press - Berkeley, V. 25, n.98, pp. 94-108, 1998.

2Prof. do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Membro da editoria das revistas *Praxis* e *Crítica Marxista*.

3 - Ainda que as primeira referências a Marx datem do início do século, apenas a partir dos anos 1930 o marxismo passa a ter politicamente alguma expressão nacional, com a adesão de Luis Carlos Prestes ao Partido Comunista.

4- O ano de 1994 assistiu ao surgimento de duas novas revistas teóricas marxistas no país não vinculadas a partidos ou organizações da esquerda tradicional. A primeira *Crítica Marxista*, se constituiu a partir de um grupo de intelectuais marxistas professores das duas maiores universidades do país, USP e UNICAMP. A segunda *Praxis* é mantida por uma cooperativa de algumas dezenas de intelectuais, dirigentes e militantes sindicais e políticos.

**Autor:**

**Sergio Lessa**

[sergio\\_lessa@aroba.yahoo.com.br](mailto:sergio_lessa@aroba.yahoo.com.br)

Prof. do Depto. de Filosofia da UFAL e membro das editorias das revistas Crítica Marxista e Práxis.

Website: [www.sergiolessa.com](http://www.sergiolessa.com)

### **O Marxismo no Brasil: múltiplas trajetórias, utopias, decepções e contribuições**

[http://www.espacoacademico.com.br/016/16res\\_marxismo.htm](http://www.espacoacademico.com.br/016/16res_marxismo.htm)

**História do Marxismo no Brasil** (Volume V), organizado por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho, trata dos partidos e organizações dos anos 1920-1960. Nos seis capítulos que compõem O livro, aborda-se, de maneira sucinta, a história das esquerdas marxistas no Brasil: o Partido Comunista do Brasil (PCB), o trotskismo, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) e a Ação Popular (AP).

Inicialmente, **Marcos del Roio** analisa a atuação dos comunistas, nas décadas de 1920-1940. Trata-se dos primeiros passos do Partido Comunista: as dificuldades objetivas e subjetivas em se firmar enquanto organização política autônoma dos trabalhadores; as debilidades teóricas, próprias da nossa exígua tradição marxista (ao contrário dos congêneres europeus – onde, em geral, os partidos comunistas surgiram de cisões da social-democracia –, o comunismo brasileiro deita raízes no anarquismo, com o partido se constituindo a partir da conversão de militantes libertários, influenciados pela Revolução Russa, ao bolchevismo); a interferência do movimento comunista internacional, através do Bureau Sul-Americano, que resultou no afastamento do grupo dirigente original (Astrogildo Pereira, Octávio Brandão e Cristiano Cordeiro), abortando os esforços, particularmente de Octávio Brandão, em formular uma teoria da revolução brasileira; e, as relações conflituosas com o positivismo, o liberalismo e o prestismo. O período analisado pelo autor abrange as origens, consolidação e o quase aniquilamento do Partido Comunista, vítima da onda repressiva durante o Estado Novo getulista.



Segundo a tradição egípcia, existiu uma ave mitológica que vivia por séculos e, mesmo queimada, ressurgia das cinzas. Esta ave maravilhosa é conhecida como Fênix. Seu nome passou a ser usado enquanto sinônimo de persistência, tenacidade, referência às pessoas e instituições que sobrevivem às mais duras provas. Assim foi o Partido Comunista em vários momentos da sua história. Nos idos dos anos 1940, renascido das cinzas, tal qual a Fênix, o partido cresce excepcionalmente, tornando-se um partido de massas, com considerável influência sobre a política brasileira. Este período, marcado pelos estertores do regime varguista, o final da II Guerra Mundial, e a reconquista da liberdade e da democracia no Brasil, termina com o golpe militar de 1964. Nesta fase o PCB conquistou a legalidade, e perdeu-a, cassado no clima da fria; teve inflexões à esquerda e à direita, oscilando entre uma política de colaboração e alianças de classes a uma retórica esquerdista e revolucionária para, nos anos 50, com a *Declaração de Março*, se definir pelo caminho pacífico da revolução brasileira. Todo este percurso tortuoso é analisado por **Daniel Araújo Reis Filho**.

Da *aurora de todos os sonhos* (a redemocratização do Brasil a partir de 1945), à longa noite sombria (iniciada com o despotismo militarista de 1964), o PCB se bateu entre reforma e revolução. Este é o mote deste segundo capítulo. É um período que, guardada as devidas proporções conjunturais e históricas, nutre semelhanças com o processo de lutas sociais de finais de anos 70 e inícios dos anos 1980, com a reconquista das liberdades democráticas, o crescimento do movimento sindical e popular e o surgimento de uma organização política dos trabalhadores, que se afirma como novidade, mas que também incorpora a herança histórica do passado pecebista e das esquerdas marxistas.

No terceiro capítulo, **Dainis Karepovs** e **José Castilho Marques Neto** resgatam a trajetória dos trotskistas brasileiros, das origens aos anos 1966. O trotskismo se caracterizou por historicamente se restringir a pequenos agrupamentos sem inserção de massas, em geral composto por intelectuais e estudantes. Contudo, o trotskismo também se caracteriza por sua radicalidade e capacidade de interpretar a realidade social brasileira. Segundo os autores, isto permitia aos trotskistas “observar e enunciar realidades que escapavam a outras organizações políticas contemporâneas.” O trotskismo contribuiu ainda para romper com o monolitismo do partido único, dando um caráter pluralista à história do movimento

operário e fornecendo chaves teóricas para a discussão dos impasses e derrotas dos projetos da esquerda. (pp. 103-04)

As raízes do trotskismo brasileiro estão nas polêmicas e enfrentamentos no seio do Partido Comunista da União Soviética e na III Internacional. A derrota de Leon Trotsky, o profeta assassinado, determinou a reconfiguração do movimento comunista internacional com a formação da *Oposição Internacional de Esquerda* e, posteriormente, a *IV Internacional*. É neste contexto que Mário Pedrosa e outros militantes assumem a tarefa de construir a alternativa trotskista no Brasil. Os autores analisam as contribuições e dificuldades desta primeira geração de trotskistas e das posteriores: suas formulações teóricas, a difícil convivência com os comunistas do tronco pecebista e seus embates internos, influenciados pela conjuntura nacional e pelas polêmicas no interior da IV Internacional.

Chegamos ao capítulo 4, escrito por **Margarida Luiza de Matos Vieira**. A autora estuda a contribuição do Partido Socialista Brasileiro, no período 1947-1965. um primeiro elemento que chama a atenção é que o PSB não se afirmava como um partido marxista, embora influenciado pelo pensamento de Karl Marx e de outros teóricos marxistas. O PCB reconhecia esta contribuição e se pretendia um espaço aberto a todos que desejassem lutar por uma sociedade fundada no socialismo e na liberdade. No PSB, mescla-se o socialismo democrático, desvinculado da tradição stalinista, com um socialismo inspirado no pensamento de Rosa Luxemburgo, e uma concepção liberal sobre o Estado e a sociedade.

Analisando o programa do PSB, sua prática política e sua trajetória, a autora conclui que o mesmo se constituiu num “partido-semente”, agitador de uma nova concepção política e cultural que deu base a um projeto de cidadania coletiva que, ao contrário dos projetos dos liberais orgânicos e mesmos dos comunistas, combinava as dimensões políticas e sociais da democracia.” (pp. 181-82)

Também aqui, é possível verificar semelhanças com o Partido dos Trabalhadores, em especial na fase da sua formação e nos primeiros anos. Em ambos confluíram várias vertentes do pensamento social. Também o PT assumiu-se como alternativa ao marxismo oficial do PCB e ao trabalhismo e, especialmente a partir do seu VI Encontro Nacional, no clima da queda do muro de Berlim, assumiu a democracia como centro da sua política, propugnando um resgate do socialismo democrático. Como o PSB do período

estudado na obra, o PT terminou por enfatizar a estratégia eleitoralista, reservando para o socialismo o lugar das calendas.

A radicalização do movimento social nos anos 1960 gerou condições propícias para o surgimento de uma esquerda desvinculada tanto da tradição stalinista quanto da alternativa trotskista atuante à época, o Partido Operário Revolucionário (POR). Nesta conjuntura, acrescenta-se mais um ingrediente: o crescimento da esquerda católica, em especial no movimento estudantil. É neste contexto que surgem as duas organizações políticas analisadas, respectivamente, por **Marcelo Badaró Mattos** e **Marcelo Ridenti**: a POLOP e a AP.

Para a formação da POLOP convergiram militantes descontentes com o reformismo do PCB, setores radicalizados da Juventude Socialista do PSB (Guanabara), parte da Juventude Trabalhista (em Minas Gerais) e outros marxistas independentes. Em sua formação inicial participaram militantes destacados na política e na intelectualidade brasileira: Theotônio dos Santos, Moniz Bandeira, Ruy Mauro Marini, Juarez Guimarães, Emir e Eder Sader, Michel Lowy e Eric Sachs, mais conhecido pelo pseudônimo de Ernesto Martins. A POLOP também é reflexo de uma dissidência a nível internacional, que se distanciara tanto do stalinismo quanto do trotskismo. Neste sentido, seus militantes bebem em fontes luxemburgistas e no pensamento de autores poucos conhecidos no Brasil, como Brandler e Talheimer.

O autor do capítulo sobre a POLOP, intitula-o, apropriadamente, *Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)*. Com efeito, a ORM-POLOP é a primeira organização marxista, depois dos trotskistas, que apresenta uma análise da revolução brasileira contestatória à concepção etapista hegemônica pelo stalinismo e propõe um Programa Socialista para o Brasil. O autor analisa esta contribuição para o debate no seio das esquerdas, suas origens, composição, inserção nos movimentos sociais e faz um breve balanço.

O caso da Ação Popular é singular. Trata-se da síntese construída nos anos 60 entre o marxismo e o cristianismo. O estudo das origens da AP, suas propostas e sua trajetória peculiar nos ajuda a compreender subjetividades, potencialidades e contradições de projetos societários construídos historicamente. As relações entre religião e política, ou mais precisamente, entre religião e marxismo, permanecem como um mistério a ser desvendado: até que ponto a

política é sacralizada? Até onde podemos falar em secularização da religião num sentido político?

O estudo desta experiência nos ajuda a entender esta difícil relação que, diga-se de passagem, não se restringe ao Brasil: esquerda católica e marxismo se mesclam em toda a América Latina. Retornando com força com força nos anos 1980, a partir da atuação das pastorais e Comunidades Eclesiais de Base fundadas na teologia da libertação, e também devido à experiência da revolução nicaragüense, é um fenômeno que mantém atualidade.

Neste capítulo, o autor também analisa as influências das revoluções cubana e chinesa e a tensão vivenciada pelos militantes da AP entre um humanismo cristão em vestes marxistas e a plena adesão ao ideário marxista, cujo significado pode ser medido por quem experimentou crises religiosa, pois, em última instância, trata-se da negação, não apenas da religião, mas da própria idéia de Deus. Crise semelhante vivenciaram os comunistas quando na década de 1950, tiveram que romper com o mito de Stalin, a partir das denúncias dos seus crimes. A questão é emblemática: nestes casos pode-se falar em superação plena da religião ou seria o caso de pensarmos num sacerdócio racionalista e secular, fundado em símbolos e na militância marxista. Com isto, sugerimos temas indicados pela leitura; o objetivo do autor, é claro, é analisar a experiência política da AP, das suas origens à sua completa dissolução nos anos 1980.

Sabemos que boa parte dos militantes da AP terminaram por abraçar a idéia de que o partido do proletariado é único e, nos debates do período, pareceu-lhes que este partido era o Partido Comunista do Brasil (observemos que vários dirigentes deste partido são originários da AP). Os organizadores da História do Marxismo anunciam que o próximo volume da História do Marxismo tratará, entre outros temas, do Partido Comunista do Brasil. Está ótimo! Porém, em nossa singela opinião, o presente volume, pelo período abordado, seria o espaço mais apropriado, pois, forneceria um quadro mais abrangente das esquerdas até os anos 1960.

Sabemos que a História do Marxismo é uma longa história. Quando, nos anos 1980, o prestigiado historiador Eric J. HOBSEBAWM organizou a **História do Marxismo**, em âmbito internacional, abriu-se a possibilidade de compreensão desta história sem os maniqueísmos, sectarismo e dogmatismos presentes na trajetória

dos marxistas. Como escreveu HOBBSBAWM, prefaciando o primeiro volume da série:

“Comecemos pelo pressuposto evidente de que a História do Marxismo não pode ser considerada como algo acabado, já que o marxismo é uma estrutura de pensamento ainda vital e sua continuidade foi substancialmente ininterrupta desde o tempo de Marx e Engels”. (1983: 13)

Um projeto com esta amplitude só teria sucesso se partisse do princípio de que o marxismo deve ser tratado no plural, como também os temas e os autores devem respeitar este pluralismo. Neste sentido, o correto é mais correto nos referirmos aos **marxismos** e não propriamente ao marxismo, no singular. Como bem salientou Carlos Nelson Coutinho:

“Ao admitir o *fato real* do pluralismo nas investigações marxistas, não se está admitindo um relativismo vulgar ou um ecletismo anticientífico. O que está é se constatando outro *fato real*: que também no interior do marxismo, a busca da verdade não pode fugir à explicitação ampla e democrática de um debate aberto, de um livre confronto de idéias.” (Id., da apresentação)

Tudo isto parece óbvio, não fosse a tradição sectária, dogmática e autoritária presente no movimento comunista. Não por acaso, o próprio Marx recusou a alcunha de marxista. [\[1\]](#) Não esqueçamos que nos tempos sombrios as divergências eram superadas de uma forma abominável: pelo aniquilamento físico (Trotsky e os militantes dos POUM, durante a guerra civil espanhola, são exemplos clássicos desta triste memória histórica). Tempos em que se proibia a amizade, namoro ou qualquer tipo de aproximação com os *inimigos da classe operária*, ou seja, os trotskistas. Prevalencia a lógica da política amigo-inimigo.

Portanto, um dos aspectos mais relevantes desta **História do Marxismo no Brasil**, desde o seu primeiro volume, é o tratamento pluralista dos temas, seguindo a trilha aberta pela obra organizada por Hobsbawm. [\[2\]](#) O leitor mais jovem ou menos afeito à política marxista, no passado e no presente, pode até mesmo considerar natural tamanho pluralismo. Mero engano! Em outros tempos não muito longínquos, uma obra com estas características seria impensável e impraticável. Recordo-me por exemplo, das dificuldades que tive quando, nos anos 1980, encetei a saborosa aventura de escrever a *História das Tendências no Brasil*. À época,

ainda sob o rescaldo da ditadura militar, este era um tema tabu: muitos se recusaram a falar sobre ele; outros nutriam uma desconfiança política-ideológica (afinal, era um jovem sem militância nas organizações tradicionalmente vinculadas ao marxismo); desconfiança no tocante à segurança (ainda se tentava superar os insuperáveis sofrimentos da ação repressiva e da clandestinidade). A todas estas dificuldades, perfeitamente compreensíveis, juntava-se a exígua disponibilidade de fontes bibliográficas.

Em compensação, o raiar da liberdade aguçou o espírito da nova geração sedenta de saber [\[3\]](#); uma geração sem militância nas organizações tradicionalmente vinculadas ao marxismo e que estavam sujeitas a um anticomunismo velado ou explícito, seja no interior de organizações como o PT, em movimentos pastorais ligados à Teologia da Libertação, no movimento sindical e social em geral. Nunca esqueço os *conselhos* para que me afastasse de determinado indivíduo, porque este cometia o *grave pecado* de ser comunista.

Minha geração, em sua maioria, desconhecia a História do Marxismo. E os marxistas não contribuíam muito para se fazerem conhecer. Reduzidos às organizações sobreviventes do ciclo ditatorial apegavam-se em demasia a uma retórica que dificultava a aproximação dos que ainda não haviam se iniciado nos mistérios da militância em tendências. Tratava-se de marcar posição, ocupar as trincheiras e fazer valer suas verdades. Este clima favorecia o sectarismo, mas não anulava os movimentos de tentativa de converter as consciências e conquistar novos quadros. Eram verdadeiros assédios às consciências em formação.

Converter-se pressupunha conhecer – sob o risco de se tornar um papagaio, repetidor de fórmulas e discursos políticos memorizados pelas leituras fáceis e a doutrinação dos líderes. E mesmo os não convertidos, pouco a pouco, se deram conta de que era preciso conhecer os marxistas, ainda que com o objetivo de melhor combatê-los. Num e noutro caso, o ato de conhecer estava vinculado ao agir, à militância.

Embora a época atual testemunhe, para muitos, a crise das utopias e o interesse acadêmico prevaleça sobre a curiosidade militante, pensamento que se faz ação, a obra *História do Marxismo no Brasil* é uma contribuição fundamental a quem deseje conhecer a trajetória dos partidos e organizações de inspiração marxista. Hoje,

quando o Partido dos Trabalhadores governa cidades e Estados e se credencia para dirigir o país, torna-se fundamental retomar e aprender com a história. A **História do Marxismo** também cumpre este papel. Seja por objetivos acadêmicos, seja por desígnios militantes, é essencial conhecermos o nosso passado histórico.

---

[1] HAUPT analisa as origens dos termos *marxismo* e *marxista* e mostra sua evolução, da singularidade à pluralidade. (Ver: HAUPT, Georges. *Marx e o marxismo*. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. Vol. 1, pp. 347-75). Também BATALHA, no volume 2 de *História do Marxismo no Brasil*, resgata este tema. (Ver: BATALHA, Cláudio H. M. *A difusão do marxismo e os socialistas libertários na virada do século XIX*. In: MORAES, João Quartim de (Org.) *História do Marxismo no Brasil – Volume II: Os influxos teóricos*. Campinas-SP, 1995, Editora da Unicamp, 1995, pp. 11-15).

[2] A idéia de elaborar uma História do Marxismo no Brasil surgiu a partir das discussões do *Grupo de Trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda*, vinculado à *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, criado em 1982 pelos professores Marco Aurélio Garcia, Paulo Sérgio Pinheiro e Leôncio Martins Rodrigues. O primeiro volume de *História do Marxismo no Brasil* foi lançado em 1991 (Rio de Janeiro, Paz e Terra). Esta obra, dividida em seis capítulos, trata do impacto das revoluções sobre o movimento operário brasileiro, com artigos de: Evaristo de Moraes Filho, João Quartim de Moraes, Michel Zaidan, Daniel Aarão Reis Filho, Raimundo Santos e Emir Sader. A partir do Volume II, a obra passou a ser publicada pela Editora da Unicamp. Os organizadores da obra planejam o lançamento do volume VI, que tratará da trajetória do PCB após o golpe militar de 1964, a (re) organização do Partido Comunista do Brasil (PC do B), as experiências da esquerda armada, os trotskistas nos anos pós-1966 e os marxistas no partido dos trabalhadores. Enquanto aguardamos ansiosamente a publicação da obra, sugiro ao leitor a seguinte bibliografia:

FREDERICO, Celso. *A Esquerda e o Movimento Operário* (três volumes: o primeiro, de 1987, editado por Edições Novos Rumos, São Paulo; os outros dois foram publicados pela Oficina de Livros, de Belo Horizonte, 1990 e 1991, respectivamente)

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987

KECK, Margareth E. *PT: A lógica da diferença – O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo, Ática, 1991.

PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo, Global, 1986.

REIS Fº, Daniel Aarão Reis. *A Revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

REIS Fº, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) *Imagens da Revolução: Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1985.

SILVA, Antonio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. São Paulo, Proposta Editorial, s.d.

\_\_\_\_\_. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais da PUC/SP, sob orientação de Maurício Tragtenberg, em março de 1998)

[3] Um exemplo que ilustra esta sede de conhecimento sobre o marxismo foi a aceitação que teve o *História das Tendências no Brasil*, publicado em 1986/87. A primeira edição, em formato Jornal-Livro, teve a tiragem de cinco mil exemplares; a segunda edição, formato livro, foram dez mil. Sem contar com propaganda ou grandes esquemas de distribuição, as edições esgotaram-se. Deve-se registrar o trabalho de vários amigos e companheiros (que levavam os livros em suas bagagens para os eventos que ocorriam à época), o trabalho do Centro Pastoral Vergueiro (CPV), na verdade, o maior centro distribuidor para o movimento operário e popular; e, a contribuição da Editora Ensaio, que distribuiu o livro no chamado circuito comercial. Este registro não é uma necessidade do ego, mas apenas para ilustrar o clima da época no tocante ao tema.



## Contribuição à história do marxismo no Brasil (1987-1994) <sup>[1]</sup>

<http://www.espacoacademico.com.br/054/54pol.htm>

Por ANTONIO OZAÍ DA SILVA

Docente na Universidade Estadual de Maringá (UEM), membro do Núcleo de Estudos Sobre Ideologia e Lutas Sociais (NEILS – PUC/SP) e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP)

### I – Contextualização

Vivemos uma época de perplexidade. A militância que apostou no projeto denominado Partido dos Trabalhadores passa, quiçá, por sua crise mais grave. Muitos já aderiram a outras alternativas políticas partidárias; outros resistem e, descrentes até mesmo das organizações revolucionárias que abrem os braços para recebê-los, se somam ao *MSP, movimento dos sem partido*. Por seu turno, as alternativas ao petismo apresentam os problemas inerentes às dissidências que, em seu eterno recomeço, necessitam afirmar os fatores da ruptura, e, simultaneamente, apresentar-se como guardiãs de determinadas tradições a serem resgatadas. Elas apontam para o futuro, mas se alimentam do passado (em seus princípios, fundamentos e mesmo na crítica aos partidos e organizações políticas com quem disputam espaço e adeptos). Nestes momentos de crise, o estudo das experiências políticas representa uma contribuição, ainda que modesta, à superação da crise que envolve a esquerda. Como a referência maior para a esquerda revolucionária é a tradição marxista-leninista, parece-nos coerente seguir a sua trilha.

\*

O marxismo é uma ideologia universal e seus laços internacionais são, em muitos aspectos, determinantes. É impossível dar conta da evolução da esquerda marxista no Brasil sem relacioná-la com os acontecimentos mundiais. No transcorrer da sua trajetória o marxismo se dividiu em diversos matizes até mesmo hostis. O próprio termo original sofreu modificações passando a ser acompanhado de qualificativos, os quais dependem da ótica de quem os utilizam e a quem se referem. No embate político-teórico

se tornou comum o uso de denominações como o “verdadeiro marxismo”, o “falso”, o “estrito” e “amplo”, o “ortodoxo” e “revolucionário”, o “dogmático” ou “criador”. Como escreveu Haupt, há muito que o “marxismo” no singular foi substituído pelo plural: “marxismos”.<sup>[2]</sup>

Eis o nosso ponto de partida: a natureza plural inerente ao marxismo. Embora única, a obra de Karl Marx inspirou diversas interpretações e se desdobrou em múltiplas correntes políticas e teóricas, além de se constituir em referência para práticas profundamente contraditórias. Segundo Hobsbawm (1989), a análise do marxismo deve levar em conta que: a) a obra que fundamenta os *marxismos* contém impasses e limitações determinadas pelo contexto histórico, o que favorece ainda mais a diferenciação na interpretação; b) seus sucessores mais ilustres acrescentaram novos elementos teóricos que enriqueceram as análises originais, mas também, em alguns casos, representam questionamentos e graus variados de ruptura; c) a evolução do marxismo foi efetivada a partir de continuidades-descontinuidades; d) seu desenvolvimento também foi influenciado pelas particularidades nacionais; e) seu crescimento e a necessidade de responder aos dilemas colocados por conjunturas históricas diferentes – no tempo e no espaço – geraram inúmeras polêmicas que aprofundaram as leituras seletivas e, no extremo, levaram ao abandono de princípios anteriormente reverenciados.

O maior feito da teoria de Karl Marx e Friedrich Engels resulta em sua fusão com a realidade social e transformação numa força política ativa e capaz de revolucionar o mundo real. Esta teoria jamais se propôs a ser “uma doutrina abstrata que enuncia problemas teóricos e empreende sua resolução”. Sua característica inovadora sempre foi “a unidade declarada da teoria e prática, da filosofia que se faz ação política e da ação política que se faz filosofia” (STRADA, 1989: 127). Foi em seu nome que os homens e mulheres do século XX fizeram revoluções e buscaram a utopia da sociedade comunista; foi em seu nome que se construiu o *socialismo real*, com suas excrescências autoritárias e muros imaginários e concretos como o de Berlim.

O muro foi derrubado. Estamos no ano de 1989... No apagar das luzes deste ano, as mentes e corações estavam em transe: muitos, perplexos; outros, aterrorizados diante do turbilhão que varria o Leste Europeu. A esquerda vinculada às tradições comunista e socialista se viu diante de uma situação inusitada que abalou dogmas e verdades até então incontestes. Mesmo os mais radicalmente ortodoxos não ficaram incólumes: suas concepções políticas e ideológicas e teorias explicativas da realidade social e dos processos históricos tiveram que ser repensados e, em muitos casos, mostraram-se superados.

Primeiro explodiu a rebelião dos estudantes chineses pela democracia e liberdade. Esse movimento, afogado em sangue pelo exército, sob as ordens da burocracia comunista, em 03 e 04 de junho, foi o prenúncio do que se seguiu na Europa Oriental. Entre agosto e setembro, os governos comunistas caíram na Polônia, Tcheco-Eslováquia, Hungria, Bulgária, Alemanha Oriental e Romênia – só na última houve tentativa de resistência armada. A Iugoslávia logo se fragmentaria numa guerra civil. A Albânia também sucumbiu. Restariam a China, Cuba, a Coreia do Norte e o Vietnã.

Na polêmica entre as diversas vertentes marxistas, intensificada nesta conjuntura, vários partidos, organizações e intelectuais fizeram o trajeto em direção à reconstrução e análise da evolução do socialismo desde Marx. Neste intuito, muitos resgataram as práticas e concepções teórica-políticas entre os marxistas das várias denominações e, inclusive, dos não-marxistas.<sup>[3]</sup>

Os padrões de interpretação são vários, com vertentes matizadas e dependem do enfoque do autor e da sua filiação teórica e/ou concepção política. Para uns, a crise do Leste apenas confirma teses e concepções anteriormente anunciadas. É o caso, por exemplo, das correntes trotskistas que caracterizavam a URSS e os demais países *socialistas* como “Estados operários burocratizados” (ou degenerados).<sup>[4]</sup> Para estes, a crise seria apenas de uma dada vertente: o stalinismo.

Outros assumem a crise como do conjunto do movimento socialista e procuram extrair todas as conseqüências e assimilar as lições.

Uns e outros apostam na atualidade do marxismo e acreditam que a queda desses regimes abriu a perspectiva para a reafirmação das idéias e concepções revolucionárias, para o resgate da tradição libertária e democrática do socialismo enquanto emancipação do gênero humano. Neste campo, muitos admitem a necessidade de ir além de Marx, isto é, de reconstruir o marxismo em consonância com a realidade atual, superando seus limites, impasses e contradições, mas sem abrir mão dos princípios e do método.

Há aqueles que também consideram necessário rever Marx, porém, no sentido inverso. Para esses, trata-se de aceitar a sua superação. Em nome do combate à ortodoxia e ao dogmatismo, esta “nova esquerda” nega objetivamente os princípios fundamentais marxianos. Em geral, defendem a permanência de um fio histórico de continuidade entre Lenin-Trotsky-Stalin, buscando a gênese do stalinismo no próprio Lênin. Alguns radicalizam e fazem o retorno a Marx para responsabilizá-lo pelas atrocidades do stalinismo.

Sem dúvida estes acontecimentos tiveram influência decisiva sobre a esquerda brasileira, particularmente aquela vinculada às vertentes marxistas. No início da década de 1990 nem as organizações marxistas nem o *PT* eram mais os mesmos. Eles e o mundo passaram por intensas mudanças. A evolução teórica e a ação da esquerda brasileira identificada com o comunismo e o socialismo se inserem nesse contexto histórico. O caráter destas induziram à assimilação dos impactos provocados pelas mudanças ocorridas no plano internacional. A intensidade desse impacto foi maior ou menor, dependendo do grau de envolvimento e filiação das organizações, grupos e partidos marxistas no Brasil às diversas correntes que compõem o movimento comunista internacional.

Porém, ainda que esse fator tenha sido de suma importância, e, em alguns casos, determinante, não é suficiente para explicar as transformações na esquerda. Os fatores internos desencadeados pela evolução da conjuntura nacional também tiveram uma influência decisiva. A esquerda brasileira desenvolveu particularidades próprias resultantes da sua interação com a conjuntura política, econômica e social nacional. No período do regime militar aprofundou-se e consolidou-se o processo de industrialização baseado no modelo implantado por JK – com a

predominância do setor automobilístico amparado no capital externo. Em torno desse setor, desenvolveu-se um parque industrial moderno, expandiu-se a rede de serviços e acelerou-se o desenvolvimento capitalista no campo

No entanto, o modelo econômico dos militares acentuou a dependência econômica e política em relação às potências capitalistas (ampliação das facilidades para a entrada do capital externo e favorecimento da legislação quanto às remessas de lucro e ao controle da força de trabalho). Os resultados sociais dessa política foram desastrosos. O Brasil acentuou a concentração de renda, as desigualdades sociais e os índices de miserabilidade. A tendência estrutural de exclusão da maioria da população em relação à riqueza produzida foi aprofundada.

O crescimento econômico amparado no endividamento externo entrou em colapso na década de 1980. A crise do capitalismo nos países centrais, relacionada ao duplo choque do petróleo nos anos 1970 e ao esgotamento do modelo taylorista-fordista nas relações de trabalho, expressava a desaceleração da economia nos anos 70. Isso resultou, entre outros fatores, no aumento das taxas de juros internacionais. A incapacidade de manter o crescimento artificial potencializou o descontentamento da burguesia industrial. O fim das altas taxas de lucro minou o respaldo que as várias frações da burguesia davam à ditadura militar.

O modelo de crescimento brasileiro tornou-se insustentável. A dívida externa tornara-se alta demais para ser paga e os juros elevados tornaram impraticável o seu financiamento. Os empréstimos externos ainda foram mantidos por algum tempo, mas mal dava para cobrir os juros a serem pagos sobre a dívida acumulada. Em 1982, diante da crise do México, os banqueiros internacionais decidiram suspender os empréstimos.

Porém, havia ocorrido uma transformação radical na sociedade. O “chão social” sobre o qual os militares transitavam estava profundamente alterado em relação aos anos 1960. Embora os resultados sociais não correspondessem ao crescimento econômico e à riqueza acumulada nesses anos, o desenvolvimento industrial consolidara o processo de urbanização e aprofundara a tendência à

proletarização. A modernização da indústria concentrara um enorme contingente de operários em centros urbanos e setores-chaves da economia. O setor operário passou a ter uma dimensão ímpar na história brasileira, como bem demonstrou o impacto das greves dos metalúrgicos em 1978-80 no ABCD.

O papel de vanguarda desempenhado por esse operariado emergente, localizado nas grandes e desenvolvidas unidades fabris do ramo automobilístico, decorre das suas características constitutivas: pertencerem ao setor mais dinâmico e mecanizado da indústria brasileira, alta composição orgânica de capital, seu peso econômico-político e forte concentração (no espaço da fábrica e regional).

As greves operárias a partir de 1978 inauguram um novo estágio na história política brasileira. O irromper da greve de maio na Saab Scania do Brasil, em São Bernardo do Campo, desencadeou um processo capaz de anular as ambigüidades do regime militar, colocou em xeque sua política econômica e fez com que os ventos da democracia soprassem mais fortes. O próprio ato de fazer a greve já constituía um desafio à ditadura e às suas leis. As massas ultrapassavam a fase da resistência isolada e/ou assimiladas pelo regime e forçavam-no a redirecionar seus planos.

O ascenso operário dos anos 1978-80 propiciou condições favoráveis para o crescimento da influência da esquerda marxista no interior do movimento sindical e popular. Essa esquerda, preponderantemente vinculada ao movimento estudantil, já se fazia presente nos meios culturais, nas oposições sindicais, nos movimentos sociais (como o *Movimento do Custo de Vida* e o movimento pela melhoria das condições de saúde na Zona Leste), na luta democrática pela anistia etc. Atuando dentro e fora do MDB, essa esquerda estava dispersa, mas em acelerado processo de reorganização.

Neste processo, que incluía o duplo esforço de superação autocrítica da política pré-1964 e a do período da luta armada, vários núcleos da esquerda revolucionária levantavam a necessidade de construir um espaço político legal, desenvolvendo as primeiras articulações por um partido socialista. Outros ainda

priorizavam o espaço clandestino. Havia também a alternativa social-democrata representada por um trabalhismo que se pretendia renovado e moderno. Essa tradição se vinculava à liderança de Brizola, o qual, no exílio, havia se aproximado da Internacional Socialista. Nessa fase de rearticulações, os *sindicalistas autênticos* ainda não haviam se colocado a questão da organização partidária.

A autocrítica de parcela desta esquerda indicaria o caminho a percorrer: *ir ao povo*, ligar-se a ele. Sader (1988: 127) relata a indignação de um militante diante de outro companheiro que, num congresso de uma determinada organização marxista realizado em 1980, afirmava: “Você trocou Lênin por Paulo Freire!” Embora esse diálogo possa parecer bizarro, ele expressa a realidade de uma esquerda fragmentada e dispersa, cujo esforço de reorganização incluía as ações de pequenos grupos de militantes na periferia de São Paulo, às vezes no interior das estruturas da Igreja e/ou em iniciativas autônomas. Em muitos casos, eram militantes desgarrados e dispersados que, individualmente, buscavam novas formas de ligação com o povo, inclusive com a formação de núcleos de educação popular sob a inspiração do método de alfabetização de adultos de Paulo Freire.

Neste contexto, autores até esquecidos ou secundarizados eram resgatados. No exemplo citado, o autor de cabeceira do militante não era Paulo Freire, mas Antônio Gramsci, “cujas teses sobre a cultura popular e sobre o partido como intelectual coletivo pareciam abrir outras pistas para uma prática política” (idem). O fator decisivo nesse processo foi, sem dúvida, as greves que, iniciadas pelos metalúrgicos do ABCD, estenderam-se a outras categorias e regiões. Ao colocar-se em movimento, a classe trabalhadora atuara como catalisadora da luta democrática, passando a imprimir um conteúdo classista.

Embora entrasse em conflito com outros grupos fundadores do PT, a esquerda marxista, principalmente os grupos trotskistas, foi reconhecidamente uma das forças que contribuiu de forma significativa para que o partido se tornasse realidade. Em muitas regiões, como por exemplo, no nordeste, ela foi a principal promotora e incentivadora da proposta do PT. Sua experiência

teórico-prática, acumulada nos anos de luta contra a ditadura, permitiu-lhe influir decisivamente nos embates político-ideológicos em torno da construção e dos rumos do PT.

É importante ressaltar que essa matriz é profundamente heterogênea na sua concepção sobre o projeto de construção do PT. Entre os que aderiram há os que viam-no como uma “frente classista”, com possibilidade de se transformar no partido estratégico da revolução brasileira; outros o concebiam como uma “frente de esquerda” ou uma frente ampla popular contra a ditadura militar, que poderia cumprir uma função tática fundamental – estes continuavam a conceber suas próprias organizações e grupos como o partido revolucionário ou como o embrião deste.

Entre as organizações que aderiam ao PT desde os primeiros momentos estava a *Convergência Socialista (CS)*.<sup>[5]</sup> Outra organização que esteve presente no processo de formação do PT foi a *Democracia Socialista (DS)*, conhecida pelo jornal *Em Tempo*.<sup>[6]</sup> O *Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP)*, o *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)*, a *Ala Vermelha (AV)*, a *Ação Popular Marxista-Leninista (APML)* e outros grupos menores, viam o PT como um partido tático: ou seja, não comungavam a crença de que ele pudesse vir a ser o partido revolucionário. Outros decidiram se diluir no interior do PT, por considerarem-no potencialmente revolucionário. Entre os que se posicionaram frontalmente contrários à proposta de formação do PT, apesar de acabarem aderindo ao mesmo, estava a *Organização Socialista Internacionalista (OSI)* – também conhecida como *Liberdade e Luta (Libelu)*.<sup>[7]</sup>

A imprensa alternativa cumpriu um papel fundamental no sentido de dar visibilidade às propostas da esquerda marxista. Um exemplo desta fase foi o *ABCD Jornal*. Formado em 1975 por um coletivo de jornalistas de esquerda e restrito à região do ABCD paulista, ele contou com a participação de militantes de várias organizações (inclusive do *MEP*, *AV* e *CS*) e desempenhou uma função de ligação com os sindicatos e os operários, angariando a simpatia e



apoio entre eles e a com uma atuação importante nas greves de 1978-80.<sup>[8]</sup>

Em sua maioria, essas organizações eram pequenos coletivos de origem estudantil, principalmente no meio universitário. O PT oferecia-lhes uma excelente oportunidade de desenvolverem uma atuação mais efetiva e de ampliarem sua influência junto aos trabalhadores e às suas lideranças. Embora numericamente reduzidos estes grupos tiveram um bom desempenho político. Sua capacidade de ação era potencializada pelo fato de serem bem articulados, com uma estrutura centralizada que condensava e amplificava seus esforços. Também contribuía a experiência e a formação política-ideológica forjada nas intermináveis polêmicas entre as diversas vertentes marxistas e com os “de fora”. Eles tiveram ainda outra função fundamental: contrabalançar a influência dos setores que concebiam o PT como um projeto meramente institucional de disputa eleitoral.

A riqueza ideológica no interior do *PT* foi potencializada pela participação e apoio dos setores progressistas e populares vinculados à Igreja Católica (militantes de pastorais, das CEBs, dos movimentos de bairro etc.); pela contribuição de intelectuais acadêmicos e pela adesão de parlamentares oriundos do MDB. Nesse processo, os sindicalistas foram os principais componentes que permitiram ao PT evoluir como um partido de massas vinculado aos trabalhadores e incorporando dezenas e centenas de novos militantes ao seu projeto.

No início da década de 1980, a política econômica do general Figueiredo jogou o país numa profunda recessão. Esse fator, aliado à divisão do movimento sindical quanto ao projeto de construção de uma central sindical, produziu um refluxo do movimento grevista. As greves foram retomadas em 1983, inclusive com a tentativa de greve geral nacional. A tendência ascendente do movimento operário e popular se mantinha. Ainda em 1983, foi fundada a *Central Única dos Trabalhadores (CUT)* e, no final desse ano, num comício organizado pelo PT em São Paulo, foi lançado o movimento por eleições diretas para presidente da República.

As pressões democratizantes se avolumaram e aprofundaram a erosão da base de sustentação da ditadura militar. O pacto das elites, viabilizado pela *Aliança Democrática*<sup>[9]</sup> garantiu a transição conservadora dentro da ordem. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, o foco da luta centrou-se no Colégio Eleitoral (instrumento criado pela ditadura para a eleição indireta do presidente). A morte de Tancredo Neves, que derrotara Maluf, colocou o governo sob o controle de José Sarney. Do outro lado, os grupos, partidos e organizações, dentro e fora do PT, que impulsionaram a construção da CUT, insistiram na campanha pelas diretas, rejeitaram o caminho do Colégio Eleitoral e, desde os primeiros momentos, declararam sua oposição à *Nova República* e às propostas de *pacto social*.

O ímpeto radicalizante do movimento operário durante a década de 1980 favoreceu o crescimento da esquerda, principalmente dos setores não integrados ao projeto da *Nova República*. Esta, apoiada num leque de forças políticas heterogêneas, não conseguiu construir uma hegemonia que garantisse a estabilidade política e econômica capaz de fazer prevalecer seu projeto “neodesenvolvimentista”. Com o país numa crise estrutural profunda, isto é, com seus valores e relações sócio-políticas do modelo nacional-desenvolvimentista em xeque e as crescentes dificuldades em implantar um modelo alternativo, logo o governo se veria envolvido numa crise de governabilidade e pressionado a adotar políticas neoliberais.

Embora desgastado pela postura radical diante da recusa em ir ao Colégio Eleitoral e da oposição ao governo Sarney, o PT seria o principal beneficiado. As eleições municipais de 1985 confirmaram a ascensão petista, com a legenda recebendo uma excelente votação nas principais capitais do Brasil. No final da década de 1980 o partido estava consolidado e tornara-se o principal partido de oposição, com condições para disputar o governo central e se colocar como projeto político alternativo. O auge do seu crescimento foi o ano de 1989. Esse ano representou um momento privilegiado de disputa de projetos para a sociedade brasileira. A vitória de Collor fortaleceu a alternativa neoliberal que, sob pressão dos círculos financeiros internacionais, almejava a abertura

indiscriminada da economia, a privatização das estatais e a plena e absoluta liberdade do mercado.

Na América Latina, os anos de crise acentuaram a desigualdade social, aprofundaram a miséria e a barbárie. Em países como o Brasil, os anos 80 representaram uma “década perdida” (para a maioria da população, não para uma minoria de privilegiados que mantiveram e até mesmo ampliaram suas taxas de lucratividade). Um traço comum a todos os países do terceiro mundo foi o crescimento vertiginoso da dívida externa. O principal efeito deste período foi a ampliação do fosso existente entre os países ricos e pobres.

Neste contexto de crise generalizada da economia capitalista mundial, de bancarrota do *socialismo real*, de fragilização e desmonte da base política tradicional e aprofundamento dos extremos entre a riqueza e a pobreza, o neoliberalismo pareceu triunfante. A esquerda marxista e não-marxista sofreu os efeitos dessa realidade e, mundialmente, procurou se adequar aos novos tempos.

Apesar de impactados pela conjuntura internacional, as mudanças processadas pelas tendências, organizações e partidos políticos identificados com o marxismo estão diretamente relacionadas com a evolução da conjuntura nacional e, particularmente, do PT. Seu crescimento eleitoral e sua experiência frente à gestão das prefeituras acirraram as já tensas relações internas.

Nesse processo, algumas correntes petistas se dissolveram e se integraram à corrente majoritária; outras se fragmentaram e mudaram radicalmente suas posições e concepções políticas; outras saíram do partido ou foram expulsas. O reconhecimento das demais correntes enquanto tendências internas impôs a readequação às exigências da regulamentação de tendências. Mesmo a tendência majoritária, a *Articulação 113*, não ficou imune ao redemoinho desses anos.

A esquerda marxista externa ao *PT* também acusou o impacto. O *Partido Comunista Brasileiro*, o “partidão”, aprofundou a crise que se arrastava desde o início dos anos 80 e se fragmentou ainda

mais. O *Partido Comunista do Brasil* mudou radicalmente sua linha política. O *MR-8* aprofundou a política desenhada no período da transição democrática e a retórica stalinista que fundamenta suas concepções teóricas – mesmo assim não conseguiu manter sua unidade interna.

Essa rearticulação da esquerda marxista reflete uma dupla readequação: aos efeitos internos da evolução do processo institucional-eleitoral e às conseqüências teóricas e práticas dos acontecimentos que resultaram na queda do muro de Berlim e na desintegração da URSS. Porém, ainda que os fatores externos tenham sido de fundamental importância, eles são insuficientes para explicar a nova configuração da esquerda. Devemos considerar outros fatores internos conjunturais: a eleição de Collor, sua queda e a posse de Itamar; as eleições de 1990 e 1992; a realização do plebiscito sobre sistema e forma de governo; a revisão da Constituinte; a persistência da crise econômica e a adoção do Plano Real. Em resumo, não se pode inferir apenas à “crise do marxismo”<sup>[10]</sup> e nem tampouco unicamente aos dilemas colocados pela evolução social, econômica e política interna: ambos se relacionam e se influenciam mutuamente, em maior ou menor grau.

É neste contexto que procuramos compreender a metamorfose da esquerda brasileira, a sua evolução e dinâmica que determinaram as transformações pelas quais passou estas nos anos 1987-94. Pretendemos apreender o caráter e as conseqüências deste processo para a esquerda brasileira vinculada ao marxismo. Levando em conta as transformações estruturais e conjunturais deste período, passaremos à análise dos seus impactos sobre cada tendência, organização e partido originalmente vinculados ao marxismo. Começaremos por uma das correntes políticas-ideológicas que expressam o marxismo-leninismo entre a negação e a afirmação da tradição, mas especificamente, pelo **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**.

>>> *continua* >>>

---

[1] Os artigos que compõem esta série são versões adaptadas da dissertação de Mestrado, ***Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades***, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1998, sob a orientação de **Maurício Tragtenberg**. A banca de defesa foi composta, além do orientador, pelos professores **Isabel Maria Loureiro** e **Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida**. A dissertação não foi publicada em versão impressa e a iniciativa que ora adotamos visa disponibilizá-la aos militantes do movimento social, estudiosos do tema e demais interessados – afinal, a pesquisa foi financiada por dinheiro público, através de bolsa de estudo do CNPq.

[2] Haupt (1980: 347-75) analisa as origens dos termos marxismo e marxista e mostra sua evolução, da singularidade à pluralidade; ver também TRAGTENBERG (1983).

[3] Destacamos as coletâneas organizadas por BLACKBURN (1993), COGGIOLA (1994), LYRA (1992) e SADER (1995); os livros de CALLINICOS (1992), KURZ (1992), PETRAS (1995) e HOBBSAWM (1995), entre outros.

[4] Esta formulação foi elaborada por Trotsky (1980) nos anos 1930. Tony Cliff rompeu com Trotsky a partir da tese de que na URSS predominava o “capitalismo de Estado” (ver: CALLINICOS, 1992). Em geral as diversas correntes trotskistas saudaram as revoluções no Leste Europeu e viram nelas a confirmação das teses de Trotsky, embora as justificativas, entendimentos e perspectivas nem sempre sejam coincidentes. Após a queda do muro de Berlim, este debate voltou à tona. Gorender define esses regimes como “socialismo de Estado”. Para ele, a impossibilidade da burocracia utilizar de forma privada os meios de produção e de aplicar o seu espólio diretamente na economia, constitui a “diferença fundamental” em relação à burguesia. Não só a burocracia não se constituiu como classe capitalista, como seu predomínio foi resultante da contra-revolução perpetrada por Stalin. Neste ponto, sua análise de se assemelha à formulação trotskista. (GORENDER: 1994).

[5] Sobre as origens e evolução da CS e da esquerda que aderiu ao PT ver: SILVA, 1987.

[6] Formado em 1977, como uma frente jornalística com a participação de vários grupos da esquerda e de marxistas independentes, o *Em Tempo* terminaria por se transformar no portavoz da DS e, posteriormente, seu órgão oficial dentro do PT.

A DS foi fundada em dezembro de 1979, a partir da fusão dos grupos *Centelha* (MG) e da *Tendência Socialista do MDB* (RS) e com a adesão de militantes oriundos do *Partido Operário Comunista* (POC) – este, surgido da unificação da *POLOP* com a *Dissidência Leninista* do Rio Grande do Sul.

[7] Esta posição foi modificada por sua I Conferência Nacional, realizada em fevereiro de 1980. Então a OSI concluiu que o PT, apesar de nascer como uma articulação dos agentes da burguesia no interior do movimento operário, não evoluiu como “ pilar da ditadura” devido “a força motriz de sua articulação” ter sido “a luta dos trabalhadores e não os partidos burgueses nem a ditadura militar”. Ver “Apêndice à Resolução” do III Congresso da OSI. In: *A Luta de Classe*, nº 2, set. 1979, p.27.

[8] Essa época foi muito fértil para a imprensa operária e popular. Além do *ABCD Jornal* e do *Em Tempo*, já citados, temos o surgimento de uma imensidão de jornais e revistas regionais, estaduais ou mesmo com pretensões nacionais. Ver: KUCINSKI: 1991.

[9] Coligação partidária que englobava desde o PMDB, *PC do B*, *PCB* e *MR-8* até os dissidentes do partido da ditadura militar, Partido Democrático Social (PDS), herdeiro político da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). José Sarney, Presidente do PDS até a sua implosão, com a formação do Partido da Frente Liberal (PFL), foi o vice-presidente na chapa da Aliança Democrática.

[10] Hobsbawm observou com propriedade que a expressão “*crise do marxismo*” - tão em moda ultimamente - foi cunhada já no século passado por ocasião do *Bersntein-Debate*. Desde então, o marxismo passou por várias crises – e, sobreviveu. (HOBSBAWM, Eric J. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 137). Michael Löwy cita Benedetto Croce que, em 1907 afirmou: “O marxismo está definitivamente morto para a humanidade”. Löwy ironiza: “Dez anos depois o suposto cadáver mostrava uma saúde surpreendente nas ruas de Petrogrado, antes de se estender pelo resto do mundo como um rastilho de pólvora”. Ver: Michael Löwy. “Crise do marxismo ou marxismo crítico?” In: *Cadernos de Teoria & Debate. O PT e o marxismo*. São Paulo, Partido dos Trabalhadores DR/SP, 1991. Assim, talvez seja mais apropriado nos referirmos a uma **nova** “*crise do marxismo*”.



## ALEMANHA 1933 – Brasil 2014

### Atenágoras Oliveira Duarte

Respeito e admiro Atílio Boron como um dos grandes intelectuais da América Latina. Isso não significa dizer, obviamente, que concordo com tudo o que ele diz.

Comparar o Brasil de 2014 com a Alemanha da década de 30 do século passado é completamente inapropriado. A advertência final dele “guardadas as devidas proporções”, se atendida, altera completamente as conclusões, exatamente porque não me parece uma boa analogia. Ele cria uma subjetividade (de medo) que afeta a leitura, e que o óbvio comentário “*Aécio não é Hitler, e o PSDB não é o partido nazista*” não elimina. Tudo bem: é uma analogia, mas que neste caso atrapalha. Por isso mesmo, permita-me detalhar o óbvio.

Da parte da Alemanha:

1) A Alemanha nos anos 30 enfrentou uma hiperinflação e uma alta taxa de desemprego, vinculadas às indenizações da primeira guerra mundial e à crise mundial iniciada em 1929;

2) A Alemanha de então tinha poderosos fatores para se temer a ascensão do extremismo político pela direita:

a) A recente derrota na primeira guerra mundial de uma nação particularmente orgulhosa de seu “Império”, circunstância que favorecia a ascensão da xenofobia, entre outros males;

b) A tentativa de revolução socialista na Alemanha em 1919, conjugada com o relativo fracasso de quase meio século de combate político e de repressão aos socialistas/comunistas na Alemanha por parte da elite germânica (que inclui tanto as famosas leis anti-socialistas, quanto as concessões trabalhistas do final do século XIX e início do século XX na tentativa de conter o avanço da influência socialista);

c) O fracasso continuado dos governos, desde os anos 20, em recuperar a economia alemã e conter a superinflação e o desemprego. O fato do Partido Social Democrata da Alemanha estar nestes governos o desmoralizou como alternativa. Entendo que, em períodos de crise intensa, o “centro” político costuma perder espaço para as soluções mais extremas (pela esquerda ou pela direita).

3) A existência da URSS. Há evidências, indicadas por historiadores, da ambição da parte de elites internacionais de jogar a Alemanha contra a URSS, em uma guerra de destruição mútua. A mobilização social necessária para uma guerra destas proporções exige governos muito fortes.

4) A natureza do projeto nazista já tinha sido tornada pública pelo livro de Hitler.

Fiquemos nisso, o suficiente para indicar um imenso potencial de avanço da extrema direita alemã, naquela época, e da violência contida neste ameaça, com amplo apoio da classe capitalista alemã e internacional.

O grande mito que eu particularmente vejo nesta história é a crença que o apoio do PC da Alemanha ao PSD seria suficiente para barrar Hitler (nem mesmo depois da eleição, pois a soma dos deputados do PC e do PSD, em 1932, foi inferior à bancada nazista). Esta interpretação demonstra, no meu entender, uma profunda incompreensão quanto às razões da ascensão do nazismo. A extrema direita cresceu pelo fracasso da direita tradicional e do PSDA em enfrentarem a grave crise que vivia a Alemanha. O apoio do PC da Alemanha ao PSD seria um apoio a uma política recessiva de elevado desemprego e hiperinflação. Só uma agenda econômica heterodoxa poderia mudar esta realidade. Sendo assim, acho mais provável que o apoio do PC a esta política resultasse no aumento da rejeição também ao PC, e não um reforço a posição do PSD. Seria um “abraço dos afogados”.

Não digo que a opção do PC da Alemanha tenha sido a melhor. Não foi. O correto seria buscar uma frente antinazista simultaneamente a defesa de um programa heterodoxo de enfrentamento da crise (e só o sucesso desta defesa é que poderia fazer frente a ascensão nazista). Só lembro que o todo pode ser menor que a soma das partes.

Quanto ao Brasil:

1) Embora em crise, o Brasil está muito longe da situação dramática da Alemanha dos anos 30. Além disso, a história do povo brasileiro inclui um componente de adaptação (o “bico” do trabalho precarizado) muito maior que a experiência alemã. Em um governo do PSDB, o aprofundamento da crise levaria (como levou no governo FHC) a uma desmoralização deste partido e de seus aliados (que inclui a versão brasileira de fascismo), e não ao seu fortalecimento;



2) Acredito (e isso é uma aposta que precisa de mais evidências científicas) que a maioria de nosso povo rejeite uma nova ditadura militar (embora existam muitas pessoas do povo que defendam isso). Por outro lado, a alta classe capitalista sabe muito bem que o PT não tem nada de revolucionário (vejam o apoio apaixonado de setores do agronegócio aos governos do PT), assim como não houve nada parecido com a Revolução Alemã de 1919, no Brasil. Os revolucionários aqui representam uma parcela extremamente pequena da população, enquanto que na Alemanha eles tinham muito mais força.

3) Não há um projeto internacional de fazer o Brasil uma potência militar para jogar contra quem quer que seja. Não há uma URSS na América Latina.

4) Comparar Aécio a Hitler... perdoe, mas já acho que seja pura apelação. E nem o PSDB é o partido nazista. O próprio Atílio Boron admite esta obviedade. Como o mundo não é preto e branco, nem digital (0 ou 1), isso não isenta o PSDB de ser uma desgraça para o povo. Apenas tenta restabelecer “as devidas proporções históricas”.

*No que se refere à América Latina: o governo de FHC foi muito ruim para o Brasil, mas isso não impediu que a Venezuela avançasse com Chavez. Quando os parentes políticos do PSDB na Venezuela tentaram o golpe contra Chavez, em 2001, o submisso governo pró-imperialista tucano não deixou de contribuir para barrar o golpe contra Chavez (claro, foi o povo da Venezuela junto com as forças armadas que conseguiu detê-lo). E o governo FHC também fez negócios com Cuba.*

O que eu quero dizer é que, se Aécio fosse repetir (não vai porque deve perder a eleição) a política externa de FHC, o governo federal iria se aproximar mais dos EUA, mas a própria lógica dos negócios manteria limites na postura pró-imperial. Até a ditadura militar brasileira, no governo Geisel, apresentou pontos de distanciamento dos EUA. Nossa classe capitalista é carcomida, escravocrata, culturalmente colonizada, subserviente aos EUA, mas ela também tem seus próprios interesses de negócios. E no momento, com a política do PT, muitas empresas brasileiras estão lucrando na América Latina.

Um eventual governo do PSDB seria de fato muito ruim. Como também será o novo governo do PT. Olhando de uma forma

multidimensional, concordo que o PSDB tenderia a conseguir ser pior em muitas dimensões consideradas, mas não seria um governo nazista e não seria o fim do Brasil. Além disso, insisto: o próximo governo será tão pior quanto menor for a conscientização política, organização e mobilização popular. O propósito do voto nulo é tentar travar este embate já de agora, tentando evitar uma contribuição ao fortalecimento do projeto petista (uma renovação das ilusões), cuja natureza avaliamos que não mudará no próximo governo, e que ainda trará graves mazelas ao nosso povo.

Em síntese: a analogia adotada por Atílio Boron me parece inadequada. E, por consequência, suas conclusões. Esta questão merece uma avaliação mais extensa e aprofundada, mas de momento, fico por aqui.

Atenágoras

<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/11/27/filha-de-prestes-critica-pt-bolsa-familia-e-diz-que-esquerda-nao-consegue-representar-insatisfacao-dos-brasileiros/>  
90 anos da coluna

### **Filha de Prestes critica PT, Bolsa Família e diz que esquerda não consegue representar insatisfação dos brasileiros**

Publicado em 27/11/2014 às 15:42 por [Paulo Veras](#) em [Notícias](#)

Anita Leocádia Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário.  
Foto: Michele Souza/JC Imagem

Noventa anos depois do levante que levou ao início da Coluna Prestes, a historiadora Anita Leocádia Prestes, 78 anos, filha do político e guerrilheiro Luis Carlos Prestes com a comunista Olga Benário, critica a política econômica do PT, diz que o Bolsa Família acalma as massas populares e diz que a esquerda brasileira não é capaz de representar as insatisfações existentes no País.

“Acho que a esquerda no Brasil está muito mal, falando francamente. E não consegue liderar esse movimento de insatisfação que existe no País, que ficou bastante patente com as manifestações de junho do ano passado”, afirmou Anita, no Recife, nesta quinta-feira (27), após uma palestra no Colégio Apoio. Ela se

desfilou do PCB em 1979 e desde então não entrou em nenhum partido.

“Houve muita ilusão com o PT. Diga-se de passagem o Prestes nunca teve essa ilusão nem no Lula, nem no PT”, lembra a filha do homem que ficou conhecido como o “cavaleiro da esperança”. “Lula concorreu três vezes à Presidência da República e foi derrotado. Na quarta ele entendeu que para ser vitorioso e conseguir se eleger precisava fazer concessões ao grande capital internacionalizado”, explica.

“A política econômica que foi aplicada nesses governos do Lula, e depois da Dilma, agora nesse último quadriênio é uma continuação da política neoliberal”, critica Anita Prestes, que lembra que o ex-presidente nomeou Henrique Meirelles para comandar o Banco Central após uma viagem aos Estados Unidos.

“E ao mesmo tempo fazer política compensatória que acalme as massas populares e não permitam revoltas e maiores lutas. Então aí vem Bolsa Família e todas essas medidas que são tomadas que acabam sendo positivas, porque é melhor do que nada. Mas de qualquer maneira, acaba sendo uma migalha diante dos grandes lucros dos banqueiros, dos empresários e dos capitalistas das multinacionais”, diz.

Anita Prestes percorre o Brasil lembrando os 90 anos da Coluna Prestes. Foto: Michele Souza/JC Imagem

**DITADURA, ANISTIA E HISTÓRIA** – Questionada sobre as manifestações que pedem a volta do Regime Militar no País, a historiadora marxista acredita ser um grupo inexpressivo. “É uma parte bastante restrita, bastante pequena pelo que eu tenho visto; amplamente minoritária”, avalia.

Anita, que teve de deixar o Brasil como exilada, ao lado do pai, após o golpe militar de 1964, defende a revisão da Lei da Anistia. “A Comissão da Verdade faz um trabalho de resgate histórico, mas não tem punição”, afirma.

Professora aposentada, a historiadora tem percorrido várias cidades do País para lembrar os 90 anos da Coluna Prestes, cujo primeiro levante ocorreu no dia 28 de outubro de 1924. O movimento durou mais de três anos, percorreu 25 mil quilômetros, enfrentou 53

combates e não enfrentou nenhuma derrota; embora também não tenha conseguido depor o então presidente Artur Bernardes.

“O Nordeste foi importante na marcha da coluna”, reconhece Anita. O movimento passou por Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; onde a Coluna passou pelo Vale do Pajeú, no Sertão, até cruzar o Rio São Francisco em direção a Bahia.

Anita Prestes nasceu na prisão feminina do Campo de Concentração de Barnimstrasse, na Alemanha, para onde Olga Benário foi enviada após ajudar Prestes a realizar um levante comunista, em 1935. Anita conviveu 14 meses com a mãe antes de ser entregue à avó brasileira. Olga foi executada na câmara de gás. Luiz Carlos Prestes faleceu em 1990, no Rio de Janeiro, cerca de dez anos depois de retornar ao Brasil após a Anistia.

No Recife, Anita ainda promove palestra nesta sexta-feira (28), às 14h, no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No périplo pelo País, ela já passou por Lagoa dos Gatos e Gravatá, no interior de Pernambuco. Na última semana, também foi a João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, e Maceió, em Alagoas. Na próxima semana, ela irá a Fortaleza, no Ceará

### **Sem democracia não há socialismo, e sem socialismo não há democracia - Carlos Nelson Coutinho**

Carlos Nelson Coutinho, um dos intelectuais marxistas mais respeitados do Brasil, recebeu a Caros Amigos em seu apartamento no bairro do Cosme Velho, Rio de Janeiro, para uma conversa sobre os caminhos e descaminhos da esquerda brasileira, sua decepção com o governo Lula e as possibilidades de superação do capitalismo.

Estudioso de Antonio Gramsci, Coutinho defende a atualidade de

Marx e reafirma o que disse em seu polêmico artigo "Democracia como valor universal", publicado há 30 anos: "Sem democracia não há socialismo, e sem socialismo não há democracia"

**Hamilton Octávio de Souza**- Queremos saber da sua história. Onde nasceu, onde foi criado, como optou por esta carreira ..

**Carlos Nelson Coutinho** - Nasci na Bahia, em uma cidade do interior chamada Itabuna, mas fui para Salvador muito pequenininho, com uns 3 ou 4 anos. Me formei em Salvador, e as opções que eu fiz, fiz em Salvador. Eu nasci em 1943, glorioso ano da batalha de Stalingrado. Me formei em filosofia na Universidade Federal da Bahia, um péssimo curso, e com meus 18 ou 19 anos sabia mais do que a maioria dos professores. Meus pais eram baianos também. Meu pai era advogado e foi deputado estadual durante três legislaturas da UDN. Publicamente ele não era de esquerda, mas dentro de casa ele tinha uma posição mais aberta. Eu me tomei comunista lendo o Manifesto Comunista que o meu pai tinha na biblioteca. Ele era um homem culto, tinha livros de poesia. Minha irmã, que é mais velha, disse que eu precisava ler o Manifesto Comunista. Foi um deslumbramento. Eu devia ter uns 13 ou 14 anos. Aí fiz faculdade de Direito por dois anos porque era a faculdade onde se fazia política, e eu estava interessado em fazer política. Me dei conta que uma maneira boa de fazer política era me tomando intelectual. Aos 17 anos entrei no Partido Comunista Brasileiro, que naquela época tinha presença. O primeiro ano da faculdade foi até interessante porque tinha teoria geral do Estado, economia política, mas quando entrou o negócio de direito penal, direito civil, aí eu vi que não era a minha e fui fazer filosofia.

**Renato Pompeu** - Mas quais eram as suas referências intelectuais?

**Carlos Nelson Coutinho** - Em primeiro lugar, Marx, evidentemente, mas também foram muito fortes na minha formação intelectual o filósofo húngaro George Lukács e Gramsci. Eu tenho a vaidade de ter sido um dos primeiros a citar Gramsci no Brasil, porque aos 18 anos eu publiquei um artigo sobre ele na revista da faculdade de

Direito.

Aí eu vim para o Rio e fui trabalhar no Tribunal de Contas. Me apresentei ao João Vieira Filho para trabalhar e ele me falou: "meu filho, vá pra casa e o que você precisar de mim me telefone", Eu fiquei dois ou três anos aqui sem trabalhar, mas a situação ficou inviável. Pedi demissão e fui, durante Um bom tempo, tradutor. Eu ganhava a vida como tradutor, traduzi cerca de 80 ou 90 livros. Em 76, eu fui para a Europa. Passei 3 anos fora, não fui preso, mas senti que ia ser, foi pouco depois da morte do Vlado. Então morei na Europa por três anos, onde acho que aprendi muita política. Morei na Itália na época do florescimento do eurocomunismo, que me marcou muito. O primeiro texto que publiquei é exatamente este artigo da "Democracia como valor universal" que causou, sem modéstia, um certo auê na esquerda brasileira na época. Até hoje há citações de que é um texto reformista, revisionista. Enfim, voltei do exílio e entrei na universidade, na UFRJ, onde eu estou há quase 28 anos. Passei por três partidos políticos na vida. Entrei no PCB, como disse antes, aos 17 anos, onde fiquei até 1982, quando me dei conta que era uma forma política que tinha se esgotado. Nesse momento, surge evidentemente uma coisa que o PC não esperava e não queria, que é um partido realmente operário, no sentido de ter uma base operária. O mal-estar do PCB contra o PT no primeiro momento foi enorme. Eu saí do PCB, mas não entrei logo no PT. Só entrei no PT no final da década de 80, entrei junto com o [Milton] Temer e o Leandro Konder. Fizemos uma longa discussão para ver se entrávamos ou não, e ficamos no PT até o governo Lula, quando nos demos conta que o PT não era mais o PT. Saí e fui um dos fundadores do PSOL, que ainda é um partido em formação. Ele surge num momento bem diferente do momento de formação do PT, de ascensão do movimento social articulado com a ascensão do movimento operário. E o PSOL surge exatamente em um momento de refluxo. Nessa medida, ele é ainda um partido pequeno, cheio de correntes. Eu sou independente, não tenho corrente. Podemos dizer o

seguinte: eu tinha um casamento monogâmico com o PCB, com o PT já me permitia traições e no PSOL é uma amizade colorida.

**Tatiana Merlino** - Em uma entrevista recente o senhor falou sobre o avanço e o triunfo da pequena política sobre a grande política dentro do governo lula. Você pode falar um pouco sobre isso?

**Carlos Nelson Coutinho** - Gramsci faz uma distinção entre o que chama de grande política e pequena política. A grande política toma em questão as estruturas sociais, ou para modificá-las, ou para conservá-las.

A pequena política ele Gramsci é a política da intriga, do corredor, a intriga parlamentar, não coloca em discussão as grandes questões. Durante algum tempo, o Brasil passou por uma fase de grande política. Se a gente lembrar, por exemplo, a campanha presidencial de 89, sobretudo o segundo turno, tinha duas alternativas claras de sociedade. Não sei se, caso o PT ganhasse, ia cumpri-la, mas, do ponto de vista do discurso, tinha uma alternativa democrático-popular e uma alternativa claramente neoliberal. Até certo momento, no Brasil, nós tivemos uma disputa que Gramsci chamaria de grande política. A partir, porém, sobretudo, da vitória eleitoral de Lula, eu acho que a redução da arena política acaba na pequena política, ou seja, que no fundo não põe em discussão nada estrutural. Eu diria que é a política tipo americana. Obviamente o Obama não é o Bush, mas ninguém tem ilusão de que o Obama vai mudar as estruturas capitalistas dos Estados Unidos, ou propor uma alternativa global de sociedade. Então, o que está acontecendo no Brasil é um pouco isso, dando Dilma ou dando Serra não vai mudar muita coisa não. Até às vezes desconfio que o Serra pode fazer uma política menos conservadora, mas depois vão me acusar de ter aderido a ele. Eu até faço uma brincadeira, dizendo que a política brasileira "americanalhou", virou essa coisa ... Então, neste sentido eu entrei no PSOL até com essa ideia de criar uma proposta realmente alternativa. Infelizmente o PSOL não tem força suficiente para fazer essa proposta chegar ao grande público, mas é uma tentativa modesta de ir contra a pequena política.

**Renato Pompeu** - Você não acha que esse americanalhamento aconteceu na própria pátria do Gramsci?

**Carlos Nelson Coutinho** - Ah, sem dúvida. A predominância da pequena política é uma tendência mundial. Me lembro que logo depois da abertura eu escrevi uns dois ou três artigos em que dizia que o Brasil se tornou uma sociedade complexa. O Gramsci a chamaria de ocidental, que é uma sociedade civil desenvolvida, forte e tal. Mas há dois modelos de sociedade ocidental. É um modelo que eu chamava de americano, que é este onde há sindicalismo, mas o sindicalismo não se põe nas estruturas, há um bipartidarismo, mas os partidos são muito parecidos, e o que eu chamava de modelo europeu, onde há disputa de hegemonia. Ou seja, se alguém votava no partido comunista na Itália, sabia que estava votando em uma proposta de outra ordem social. Se alguém votava no Labour Party na Inglaterra durante um bom tempo, pelo menos o programa deles era socialista, de socialização dos meios de produção. E quem votava no partido conservador queria conservar a ordem. O Brasil tinha como alternativa escolher um ou outro modelo. Por exemplo, havia partidos que são do tipo americano, como o PMDB, mas havia partidos que são do tipo europeu, como o PT. Havia um sindicalismo de resultado e um sindicalismo combativo (CUT, por exemplo), mas tudo isso era naquela época. Depois a hegemonia neoliberal, em grande parte, americanalhou a política mundial. A Europa hoje é exatamente isso, são partidos que diferem muito pouco entre si. Há um "americanalhamento". É um fenômeno universal e é uma prova da hegemonia forte do neoliberalismo.

**Tatiana Merlino** - Então o avanço da pequena sobre a grande política está sendo mundial?

**Carlos Nelson Coutinho** - É um fenômeno mundial, não é um fenômeno brasileiro. Mas veja só, começam a surgir na América Latina formas que tentam romper com este modelo da pequena política. Estou falando claramente de Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, ainda que eu não seja um chavista, até porque eu acho que



o modelo que o Chávez tenta aplicar na Venezuela não é válido para o Brasil, que é uma sociedade mais complexa, mais articulada. Mas certamente é uma proposta que rompe com a pequena política. Quando o Chávez fala em socialismo, ele recoloca na ordem do dia, na agenda política, uma questão de estrutura.

**Tatiana Merlino** - Então é um socialismo novo, do século 21. Que socialismo é esse?

**Carlos Nelson Coutinho** - Eu não sei, aí tem que perguntar para o Chávez. Olha, eu não gosto dessa expressão "socialismo do século 21", eu diria "socialismo no século 21".

Renato Pompeu - E como seria o socialismo no século 21?

Carlos Nelson Coutinho - Socialismo não é um ideal ético ao qual tendemos para melhorar a ordem vigente. O socialismo é uma proposta de um novo modo de produção, de uma nova forma de sociabilidade, e nesse sentido eu acho que o socialismo é, mesmo no século 21, uma proposta de superar o capitalismo. Novidades surgiram, por exemplo: quem leu o Manifesto Comunista, como eu, vê que Marx e Engels acertaram em cheio na caracterização do capitalismo. A ideia da globalização capitalista está lá no Manifesto Comunista, o capitalismo cria um mercado mundial, expande e vive através de crises. Essa ideia de que a crise é constitutiva do capitalismo está lá em Marx. Mas há um ponto que nós precisamos rever em Marx, e rever certas afirmações, que é o seguinte: Quem é o sujeito revolucionário? Nós imaginamos construir uma nova ordem social. Naturalmente, para ser construída, tem que ter um sujeito. Para Marx, era a classe operária industrial fabril, e ele supunha, inclusive, que ela se tomava maioria da sociedade. Acho que isso não aconteceu. O assalariamento se generalizou, hoje praticamente todas as profissões são submetidas à lei do assalariamento, mas não se configurou a criação de uma classe operária majoritária. Pelo contrário, a classe operária tem até diminuído. Então, eu diria que este é um grande desafio dos socialistas hoje. Hoje em dia tem aquele sujeito que trabalha no seu gabinete em casa gerando mais-

valia para alguma empresa, tem o operário que continua na linha de montagem .. Será que esse cara que trabalha no computador em casa se sente solidário com o operário que trabalha na linha de montagem? Você vê que é um grande desafio. Como congregamos todos esses segmentos do mundo do trabalho permitindo que eles construam uma consciência mais ou menos unificada de classe e, portanto, se ponham como uma alternativa real à ordem do capital?

**Renato Pompeu** - Aí tem o problema dos excluídos ...

**Carlos Nelson Coutinho** - Eu tenho sempre dito que as condições objetivas do socialismo nunca estiveram tão presentes. Prestem atenção, o Marx, no livro 3 do "Capital", diz o seguinte: O comunismo implica na ampliação do reino da liberdade e o reino da liberdade é aquele que se situa para além da esfera do trabalho, é o reino do trabalho necessário, é o reino onde os homens explicitarão suas potencialidades, é o reino da práxis criadora. Até meio romanticamente ele chega a dizer no livro "A Ideologia Alemã" que o socialismo é o lugar onde o homem de manhã caça, de tarde pesca e de noite faz crítica literária, está liberto da escravidão da divisão do trabalho. E ele diz que isso só pode ser obtido com a redução da jornada de trabalho. O capitalismo desenvolveu suas forças produtivas a tal ponto que isso se tornou uma possibilidade, a redução da jornada de trabalho, o que eliminaria o problema do desemprego. O cara trabalharia 4 horas por dia, teria emprego para todos os outros. E por que isso não acontece? Porque as relações sociais de produção capitalista não estão interessadas nisso, não estão interessadas em manter o trabalhador com o mesmo salário e uma jornada de trabalho muito menor. Então, eu acho que as condições para que a jornada de trabalho se reduza e, portanto, se crie espaços de liberdade para a ação, para a práxis criadora dos homens, são um fenômeno objetivo real hoje no capitalismo. Mas as condições subjetivas são muito desfavoráveis.

A morfologia do mundo do trabalho se modificou muito .. Muita gente vive do trabalho com condições muito diferenciadas, o que dificulta a percepção de que eles são membros de uma mesma

classe social. Então, esse é um desafio que o socialismo no século 21 deve enfrentar. Um desafio também fundamental é repensar a questão da democracia no socialismo. Eu diria que, em grande parte, o mal chamado "socialismo real" fracassou porque não deu uma resposta adequada à questão da democracia. Eu acho que socialismo não é só socialização dos meios de produção - nos países do socialismo real, na verdade, foi estatização - mas é também socialização do poder político. E nós sabemos que o que aconteceu ali foi uma monopolização do poder político, uma burocratização partidária que levou a um ressecamento da democracia. A meu ver, aquilo foi uma transição bloqueada.

Eu acho que os países socialistas não realizaram o comunismo, não realizaram sequer o socialismo e temos que repensar também a relação entre socialismo e democracia. Meu texto, "Democracia como valor universal", não é um abandono do socialismo. Era apenas uma maneira de repensar o vínculo entre socialismo e democracia. Era um artigo ao mesmo tempo contra a ditadura que ainda existia e contra uma visão "marxista-leninista", o pseudônimo do stalinismo, que o partido ainda tinha da democracia. Acho que este foi o limite central da renovação do partido.

**Marcelo Salles** - E nesse "Democracia como valor universal", você disse recentemente que defende uma coisa que não foi muito bem entendida: socialismo como condição da plena realização da democracia ...

**Carlos Nelson Coutinho** - Uma alteração que eu faria no velho artigo era colocar não democracia como valor universal, mas democratização como valor universal. Para mim a democracia é um processo, ela não se identifica com as formas institucionais que ela assume em determinados contextos históricos. A democratização é o processo de crescente socialização da política com maior participação na política, e, sobretudo, a socialização do poder político. Então, eu acredito que a plena socialização do poder político, ou seja, da democracia, só pode ocorrer no socialismo, porque numa sociedade capitalista sempre

há déficit de cidadania. Em uma sociedade de classes, por mais que sejam universalizados os direitos, o exercício deles é limitado pela condição classista das pessoas. Neste sentido, para a plena realização da democracia, o autogoverno da sociedade só pode ser realizado no socialismo. Então, eu diria que sem democracia não há socialismo, e sem socialismo não há democracia. Acho que as duas coisas devem ser sublinhadas com igual ênfase.

**Hamilton Octávio de Souza** - Nós saímos de um período de 21 anos de ditadura militar, essa chamada democracia que nós vivemos, qual é o limite? O que impede o avanço mesmo que não se construa uma nova sociedade?

**Carlos Nelson Coutinho** - Eu acho que temos uma tendência, que me parece equivocada, de tratar os 21 anos da ditadura como se não houvesse diferenças de etapas. Eu acho, e quem viveu lembra, que, de 64 ao AI-5, era ditadura, era indiscutível, mas ainda havia uma série de possibilidades de luta. Do AI-5 até o final do governo Geisel, foi um período abertamente ditatorial. No governo Figueiredo, há um processo de abertura, um processo de democratização que vai muito além do projeto de abertura da ditadura. Tem um momento que os intelectuais mais orgânicos da ditadura, como o Golbery, por exemplo, percebem que "ou abre ou pipoca". O projeto de abertura foi então atravessado pelo que eu chamo de processo de abertura da sociedade real. Eu não concordo com o Florestan Fernandes quando ele chama a transição de conservadora. Eu acho que ocorreu ali a interferência de dois processos: um pelo alto, porque é tradicional na história brasileira as transformações serem feitas pelo alto, o que resultou na eleição de Tancredo. Mas também houve a pressão de baixo. A luta pelas "Diretas" foi uma coisa fundamental, também condicionou o que veio depois. Esta contradição se expressa muito claramente na Constituição de 88, que tem partes extremamente avançadas. Todo o capítulo social é extremamente avançado, embora a ordem econômica tenha sido mais ou menos mantida. Mas a Constituição é tanto uma contradição que o que nós vimos foi

a ação dos políticos neoliberais, dos governos neoliberais de tentar mudá-la, de extirpar dela aquelas conquistas que nós podemos chamar de democráticas. Eu acho que o Brasil hoje é uma sociedade liberal-democrática no sentido de que tem instituições, voto, partidos e tal. Mas, evidentemente, é uma democracia limitada, sobretudo no sentido substantivo. A desigualdade permanece.

**Hamilton Octávio de Souza** - Mas hoje o que está mais estrangulado para o avanço na democracia ainda no marco de uma sociedade capitalista?

**Carlos Nelson Coutinho** - Eu acho que a ditadura reprimiu a esquerda, nos torturou, assassinou muitos de nós, nos obrigou ao exílio, mas não nos desmoralizou. Eu acho que a chegada do Lula ao governo foi muito nociva para a esquerda. Ninguém esperava que o governo Lula fosse empreender por decreto o socialismo, mas pelo menos um reformismo forte, né? Eu acho que a decepção que isso provocou, mais toda a história do mensalão e tal, é um dos fatores que limitam o processo de aprofundamento da democracia no Brasil.

Entre outras coisas porque o governo Lula, que é um governo de centro, cooptou os movimentos sociais. Temos a honrosa exceção do MST que não é assim tão exceção porque eles são obrigados ... tem cesta básica nos assentamentos e tal, eles são obrigados também a fazer algumas concessões, mas a CUT ... Qual a diferença da CUT e da Força Sindical? Eu acho que essa transformação da política brasileira em pequena política, que se materializou com o governo Lula, que não é diferente do governo Fernando Henrique, foi o fator que bloqueou o avanço democrático. Até 2002, havia um acúmulo de forças da sociedade brasileira que apontava para o aprofundamento da democratização, e O sujeito deste processo era o PT, o movimento social.

Na medida em que isso se frustrou, eu acho que houve um bloqueio no avanço democrático na época. O neoliberalismo enraizou-se muito mais fortemente na Argentina do que no Brasil porque aqui

havia uma resistência do PT e dos movimentos sociais. Com a chegada ao governo, essa resistência desapareceu. Então, de certo modo, é mais fácil a classe dominante hoje fazer passar sua política em um governo petista do que em um governo onde o PT era oposição.

**Tatiana Merlino** - Então a conjuntura seria um pouco menos adversa se estivesse o José Serra no poder e o PT como oposição?

**Carlos Nelson Coutinho** - Eu não gostaria de dizer isso, mas eu acho que sim. Mas isso coloca uma questão: e se demorasse mais quatro anos para o PT chegar ao governo, ia modificar estruturalmente o que aconteceu com o PT? Até um certo momento, é clara no partido uma concepção socialista da política. A partir de um certo momento, porém, antes de Lula ir ao governo, o PT abandonou posturas mais combativas. Ele fez isso para chegar ao governo. Mas se demorasse mais quatro anos, ou oito anos, não aconteceria o mesmo? Não sei. Não quero ser pessimista também, não era fatal o que aconteceu com o PT.

**Renato Pompeu** - Você é professor de qual disciplina?

**Carlos Nelson Coutinho** - De teoria política.

**Renato Pompeu** - Você é um cientista político ou um filósofo da política?

**Carlos Nelson Coutinho** - Não, não. Filósofo tudo bem, mas cientista político não. Porque ciência política para mim; aquela coisa que os americanos fazem, ou seja, pesquisa de opinião, sistema partidário, a ciência política é a teoria da pequena política. Eu sou professor da Escola de Serviço Social.

**Hamilton Octávio de Souza** - Que projeto que você identifica hoje no panorama brasileiro: a burguesia nacional tem um projeto? As correntes de esquerda têm um projeto? Existe um projeto de nação hoje?

**Carlos Nelson Coutinho** - Isso é um conceito interessante, porque

este é um conceito criado em grande parte pela Internacional Comunista e pelo PCB, de que haveria uma burguesia nacional oposta ao imperialismo. Eu me lembro quando eu entrei no partido, eu era meio esquerdista e vivia perguntando ao secretário-geral do partido na Bahia: Quem são os membros da burguesia nacional? E um dia ele me respondeu: "José Ermírio de Moraes e Fernando Gasparian". Olha, duas pessoas não fazem uma classe. Do ponto de vista nosso, da esquerda, uma das razões da crise do socialismo, das dificuldades que vive o socialismo hoje, é a falta de um projeto. A social-democracia já abandonou o socialismo há muito tempo, e nos partidos de esquerda antagonistas ao capitalismo há uma dificuldade de formulação de um projeto exequível de socialismo. Na maioria dos casos, esses partidos defendem a permanência do Estado do bem-estar social que está sendo desconstruído pelo liberalismo. É uma estratégia defensivista. Essa é outra condição subjetiva que falta, a formulação clara de um projeto socialista. Do ponto de vista das classes dominantes, eu acho que eles têm um projeto que estava claro até o momento da crise do neoliberalismo. Foi o que marcou o governo Collor e o governo Fernando Henrique e o que está marcando também o governo Lula, com variações. Evidentemente, há diferenças, embora a meu ver, não estruturais. Esse é o projeto da burguesia. Com a crise, eu acho que algumas coisas foram alteradas, então, uma certa dose de keynesianismo se tomou inevitável, mas sempre em favor do capital e nunca em favor da classe trabalhadora. Tenho um amigo que diz. "Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital". No fundo, é essa a proposta do neoliberalismo: desconstrução de direitos, concessão total de todas as relações sociais ao mercado, subordinação do público ao privado, ao capital internacional. Não há burguesia anti-imperialista no Brasil, definitivamente. Pode haver um burguês que briga com o seu concorrente e o seu concorrente é um estrangeiro, mas nem assim ele vai ser anti-imperialista.

**Hamilton Octávio de Souza** - Você vê alguma alteração a curto

prazo?

**Carlos Nelson Coutinho** - O que poderia mudar isso seria um fortalecimento dos movimentos sociais, da sociedade civil organizada sob a hegemonia da esquerda. E pressionar para que reformas fossem feitas e se retomasse uma política econômica mais voltada para as classes populares, Tem um mote de Gramsci que eu acho muito válido, que é: "pessimismo da inteligência e otimismo da vontade". A esquerda não pode ser otimista numa análise do que está acontecendo no mundo porque a esquerda tem perdido sucessivas batalhas. Então ser otimista frente a um quadro desses é difícil. Quanto mais nós somos pessimistas, mais otimismo da vontade temos de ter, mais a gente deve ter clareza que só atuando, só dedicando todo o nosso empenho à mudança disso é que essa coisa pode ser mudada. Então, a esperança de mudança seguramente há, há potencialidades escondidas na atual sociedade que permitem ver e pensar a superação do capitalismo. O capital não pode perdurar. A alternativa ao socialismo, como dizia a Rosa Luxemburgo, é a barbárie. Se o capitalismo continuar, teremos cada vez mais uma barbarização da sociedade que nós já estamos assistindo,

**Hamilton Octávio de Souza** - Por conta do neoliberalismo, tivemos um aumento do desemprego estrutural, a informalidade do trabalho, o desrespeito à legislação trabalhista, estamos numa condição de perdas de conquistas, direitos. Como é que se explica a fraqueza do movimento social diante disso?

**Carlos Nelson Coutinho** - À certeza que nós temos de que o capitalismo não vai resolver os problemas nem do mundo nem do Brasil nos faz acreditar que, primeiro, a história não acabou, e, portanto, ela está se movendo no sentido de contestar a independência barbarizante do capital. Onde eu vejo focos, no Brasil de hoje, é no MST. Uma coisa que funciona muito bem no MST é a preocupação deles com a formação dos quadros. Eu fui de um partido, o PCB, que tinha curso, mas as pessoas iam para Moscou, faziam a escola do partido. O PT nunca se preocupou com formação de quadros, não;



tinham escolas, e o MST tem. Eu acho que o MST tem uma ambiguidade de fundo que é complicada. Ele é um movimento social e, como todo movimento social, ele é particularista, defende o interesse dos trabalhadores que querem terra. Essa não pode ser uma demanda generalizada da sociedade. Eu não quero um pequeno pedaço de terra, nem você. O partido político é quem universaliza as demandas, formula uma proposta de sociedade que engloba as demandas dos camponeses, proletários, das mulheres ... O MST tem uma ambiguidade porque ele é um movimento que frequentemente atua como partido. Eu acho que isso às vezes limita a ação do MST.

**Marcelo Salles** - O termo "Ditadura do Proletariado" que vez ou outra algum liberal usa...

**Carlos Nelson Coutinho** - Na época de Marx, ditadura não tinha o sentido de despotismo que passou a ter depois. Ditadura é um instituto do direito romano clássico que estabelecia que, quando havia uma crise social, o Senado nomeava um ditador, que era um sujeito que tinha poderes ilimitados durante um curto período de tempo.

Resolvida a crise social, voltava a forma não ditatorial de governo. Então, quando o Marx fala isso, ele insiste muito que é um período transitório: a ditadura vai levar ao comunismo, que para ele é uma sociedade sem Estado. Ele se refere a um regime que tem parlamento, que o parlamento é periodicamente reeleito, e que há a revogabilidade de mandato. Então, essa expressão foi muito utilizada impropriamente tanto por marxistas quanto por antimarxistas.

Apesar de que em Lênin eu acho que a ditadura do proletariado assume alguns traços meio preocupantes. Em uma polêmica com o Kautsky, ele diz: ditadura é o regime acima de qualquer lei. Lênin não era Stálin, mas uma afirmação desta abriu caminho para que Stálin exercesse o poder autocrático, fora de qualquer regra do jogo, acima da lei. Tinha lei, tinha uma Constituição que era extremamente democrática, só que não valia nada.

**Marcelo Salles** - Estão sempre dizendo que não teria liberdade de expressão no socialismo, porque o Estado seria muito forte, e teria o partido único ...

**Carlos Nelson Coutinho** - Em primeiro lugar, não é necessário que no socialismo haja partido único, e não é desejável, até porque, poucas pessoas sabem, mas no início da revolução bolchevique o primeiro governo era bipartidário. Era o partido bolchevique e o partido social-revolucionário de esquerda. Depois, eles brigaram e ficou um partido só. Mas não é necessário que haja monopartidarismo.

Segundo, Rosa Luxemburgo, marxista, comunista, que apoiou a revolução bolchevique, dizia o seguinte: liberdade de pensamento é a liberdade de quem pensa diferente de nós. Então, não há na tradição marxista a ideia de que não haja liberdade de expressão, mas uma coisa é liberdade de expressão e outra coisa é o monopólio da expressão. Liberdade de expressão sim, contanto que não seja uma falsa liberdade de expressão. Eu acho que o socialismo é condição de uma assertiva liberdade de expressão.

fonte: Caros Amigos de dezembro de 2009

[http://ousarlutar.blogspot.com/2010/02/democracia.html?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=feed&utm\\_campaign=Feed%3A+blogspot%2FvhpL+%28Ousar+Lutar%21%21%21+Ousar+Vencer%21%21%21%29](http://ousarlutar.blogspot.com/2010/02/democracia.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+blogspot%2FvhpL+%28Ousar+Lutar%21%21%21+Ousar+Vencer%21%21%21%29)

Carlos Nelson Coutinho: "Sem democracia não há socialismo, e sem socialismo não há democracia"

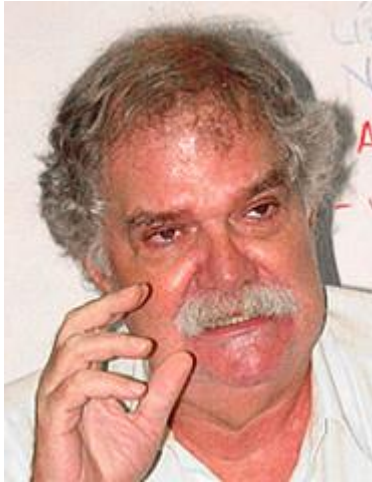


---

Filosofia e Questões Teóricas

Caros Amigos

Ter, 02 de Fevereiro de 2010 12:22



Carlos Nelson Coutinho

Carlos Nelson Coutinho, um dos intelectuais marxistas mais respeitados do Brasil, recebeu a *Caros Amigos* em seu apartamento no bairro do Cosme Velho, Rio de Janeiro, para uma conversa sobre os caminhos e descaminhos da esquerda brasileira, sua decepção com o governo Lula e as possibilidades de superação do capitalismo.

Estudioso de Antonio Gramsci, Coutinho defende a atualidade de Marx e reafirma o que disse em seu polêmico artigo "Democracia como valor universal", publicado há 30 anos: "Sem democracia não há socialismo, e sem socialismo não há democracia"

**Hamilton Octávio de Souza-** Queremos saber da sua história. Onde nasceu, onde foi criado, como optou por esta carreira ..

**Carlos Nelson Coutinho** - Nasci na Bahia, em uma cidade do interior chamada Itabuna, mas fui para Salvador muito pequenininho, com uns 3 ou 4 anos. Me formei em Salvador, e as opções que eu fiz, fiz em Salvador. Eu nasci em 1943, glorioso ano da batalha de Stalingrado. Me formei em filosofia na Universidade Federal da Bahia, um péssimo curso, e com meus 18 ou 19 anos sabia mais do que a maioria dos professores. Meus pais eram baianos também. Meu pai era advogado e foi deputado estadual durante três legislaturas da UDN. Publicamente ele não era de esquerda, mas dentro de casa ele tinha uma posição mais aberta. Eu me tomei comunista lendo o Manifesto Comunista que o meu pai tinha na biblioteca. Ele era um homem culto, tinha livros de poesia.

Minha irmã, que é mais velha, disse que eu precisava ler o Manifesto Comunista. Foi um deslumbramento. Eu devia ter uns 13 ou 14 anos. Aí fiz faculdade de Direito por dois anos porque era a faculdade onde se fazia política, e eu estava interessado em fazer política. Me dei conta que uma maneira boa de fazer política era me tomando intelectual. Aos 17 anos entrei no Partido Comunista Brasileiro, que naquela época tinha presença. O primeiro ano da faculdade foi até interessante porque tinha teoria geral do Estado, economia política, mas quando entrou o negócio de direito penal, direito civil, aí eu vi que não era a minha e fui fazer filosofia.

**Renato Pompeu** - Mas quais eram as suas referências intelectuais?

**Carlos Nelson Coutinho** - Em primeiro lugar, Marx, evidentemente, mas também foram muito fortes na minha formação intelectual o filósofo húngaro George Lukács e Gramsci. Eu tenho a vaidade de ter sido um dos primeiros a citar Gramsci no Brasil, porque aos 18 anos eu publiquei um artigo sobre ele na revista da faculdade de Direito. Aí eu vim para o Rio e fui trabalhar no Tribunal de Contas. Me apresentei ao João Vieira Filho para trabalhar e ele me falou: "meu filho, vá pra casa e o que você precisar de mim me telefone", Eu fiquei dois ou três anos aqui sem trabalhar, mas a situação ficou inviável. Pedi demissão e fui, durante um bom tempo, tradutor. Eu ganhava a vida como tradutor, traduzi cerca de 80 ou 90 livros. Em 76, eu fui para a Europa. Passei 3 anos fora, não fui preso, mas senti que ia ser, foi pouco depois da morte do Vlado. Então morei na Europa por três anos, onde acho que aprendi muita política. Morei na Itália na época do florescimento do eurocomunismo, que me marcou muito. O primeiro texto que publiquei é exatamente este artigo da "Democracia como valor universal" que causou, sem modéstia, um certo auê na esquerda brasileira na época. Até hoje há citações de que é um texto reformista, revisionista. Enfim, voltei do exílio e entrei na universidade, na UFRJ, onde eu estou há quase 28 anos. Passei por três partidos políticos na vida. Entrei no PCB, como disse antes, aos 17 anos, onde fiquei até 1982, quando me dei conta que era uma forma política que tinha se esgotado. Nesse momento, surge evidentemente uma coisa que o PC não esperava e não queria, que é um partido realmente operário, no

sentido de ter uma base operária. O mal-estar do PCB contra o PT no primeiro momento foi enorme. Eu saí do PCB, mas não entrei logo no PT. Só entrei no PT no final da década de 80, entrei junto com o [Milton] Temer e o Leandro Konder. Fizemos uma longa discussão para ver se entrávamos ou não, e ficamos no PT até o governo Lula, quando nos demos conta que o PT não era mais o PT. Saí e fui um dos fundadores do PSOL, que ainda é um partido em formação. Ele surge num momento bem diferente do momento de formação do PT, de ascensão do movimento social articulado com a ascensão do movimento operário. E o PSOL surge exatamente em um momento de refluxo. Nessa medida, ele é ainda um partido pequeno, cheio de correntes. Eu sou independente, não tenho corrente. Podemos dizer o seguinte: eu tinha um casamento monogâmico com o PCB, com o PT já me permitia traições e no PSOL é uma amizade colorida.

**Tatiana Merlino** - Em uma entrevista recente o senhor falou sobre o avanço e o triunfo da pequena política sobre a grande política dentro do governo lula. Você pode falar um pouco sobre isso?

**Carlos Nelson Coutinho** - Gramsci faz uma distinção entre o que chama de grande política e pequena política. A grande política toma em questão as estruturas sociais, ou para modificá-las, ou para conservá-las. A pequena política, para ele, Gramsci, é a política da intriga, do corredor, a intriga parlamentar, não coloca em discussão as grandes questões. Durante algum tempo, o Brasil passou por uma fase de grande política. Se a gente lembrar, por exemplo, a campanha presidencial de 89, sobretudo o segundo turno, tinha duas alternativas claras de sociedade. Não sei se, caso o PT ganhasse, ia cumpri-la, mas, do ponto de vista do discurso, tinha uma alternativa democrático-popular e uma alternativa claramente neoliberal. Até certo momento, no Brasil, nós tivemos uma disputa que Gramsci chamaria de grande política. A partir, porém, sobretudo, da vitória eleitoral de Lula, eu acho que a redução da arena política acaba na pequena política, ou seja, que no fundo não põe em discussão nada estrutural. Eu diria que é a política tipo americana. Obviamente o Obama não é o Bush, mas ninguém tem ilusão de que o Obama vai mudar as estruturas capitalistas dos Estados Unidos, ou propor uma alternativa global de sociedade.

Então, o que está acontecendo no Brasil é um pouco isso, dando Dilma ou dando Serra não vai mudar muita coisa não. Até às vezes desconfio que o Serra pode fazer uma política menos conservadora, mas depois vão me acusar de ter aderido a ele. Eu até faço uma brincadeira, dizendo que a política brasileira "americanalhou", virou essa coisa ... Então, neste sentido eu entrei no PSOL até com essa ideia de criar uma proposta realmente alternativa. Infelizmente o PSOL não tem força suficiente para fazer essa proposta chegar ao grande público, mas é uma tentativa modesta de ir contra a pequena política.

**Renato Pompeu** - Você não acha que esse americanalhamento aconteceu na própria pátria do Gramsci?

**Carlos Nelson Coutinho** - Ah, sem dúvida. A predominância da pequena política é uma tendência mundial. Me lembro que logo depois da abertura eu escrevi uns dois ou três artigos em que dizia que o Brasil se tornou uma sociedade complexa. O Gramsci a chamaria de ocidental, que é uma sociedade civil desenvolvida, forte e tal. Mas há dois modelos de sociedade ocidental. Há um modelo que eu chamava de americano, que é este onde há sindicalismo, mas o sindicalismo não se opõe às estruturas, há um bipartidarismo, mas os partidos são muito parecidos, e o que eu chamava de modelo europeu, onde há disputa de hegemonia. Ou seja, se alguém votava no partido comunista na Itália, sabia que estava votando em uma proposta de outra ordem social. Se alguém votava no Labour Party na Inglaterra, durante um bom tempo, pelo menos o programa deles era socialista, de socialização dos meios de produção. E quem votava no partido conservador queria conservar a ordem. O Brasil tinha como alternativa escolher um ou outro modelo. Por exemplo, havia partidos que são do tipo americano, como o PMDB, mas havia partidos que são do tipo europeu, como o PT. Havia um sindicalismo de resultado e um sindicalismo combativo (CUT, por exemplo), mas tudo isso era naquela época. Depois a hegemonia neoliberal, em grande parte, americanalhou a política mundial. A Europa hoje é exatamente isso, são partidos que diferem muito pouco entre si. Há um "americanalhamento". É um fenômeno universal e é uma prova da

hegemonia forte do neoliberalismo.

**Tatiana Merlino** - Então o avanço da pequena sobre a grande política está sendo mundial?

**Carlos Nelson Coutinho** - É um fenômeno mundial, não é um fenômeno brasileiro. Mas, veja só, começam a surgir na América Latina formas que tentam romper com este modelo da pequena política. Estou falando claramente de Chávez, Evo Morales e Rafael Correa, ainda que eu não seja um chavista, até porque eu acho que o modelo que o Chávez tenta aplicar na Venezuela não é válido para o Brasil, que é uma sociedade mais complexa, mais articulada. Mas certamente é uma proposta que rompe com a pequena política. Quando o Chávez fala em socialismo, ele recoloca na ordem do dia, na agenda política, uma questão de estrutura.

**Tatiana Merlino** - Então é um socialismo novo, do século 21. Que socialismo é esse?

**Carlos Nelson Coutinho** - Eu não sei, aí tem que perguntar para o Chávez. Olha, eu não gosto dessa expressão "socialismo do século 21", eu diria "socialismo no século 21".

**Renato Pompeu** - E como seria o socialismo no século 21?

**Carlos Nelson Coutinho** - Socialismo não é um ideal ético ao qual tendemos para melhorar a ordem vigente. O socialismo é uma proposta de um novo modo de produção, de uma nova forma de sociabilidade, e nesse sentido eu acho que o socialismo é, mesmo no século 21, uma proposta de superar o capitalismo. Novidades surgiram, por exemplo: quem leu o Manifesto Comunista, como eu, vê que Marx e Engels acertaram em cheio na caracterização do capitalismo. A ideia da globalização capitalista está lá no Manifesto Comunista, o capitalismo cria um mercado mundial, se expande e vive através de crises. Essa ideia de que a crise é constitutiva do capitalismo está lá em Marx. Mas há um ponto que nós precisamos rever em Marx, e rever certas afirmações, que é o seguinte: Quem é o sujeito revolucionário? Nós imaginamos construir uma nova ordem social. Naturalmente, para ser construída, tem que ter um sujeito. Para Marx, era a classe operária industrial fabril, e ele

supunha, inclusive, que ela se tomaria maioria da sociedade. Acho que isso não aconteceu. O assalariamento se generalizou, hoje praticamente todas as profissões são submetidas à lei do assalariamento, mas não se configurou a criação de uma classe operária majoritária. Pelo contrário, a classe operária tem até diminuído. Então, eu diria que este é um grande desafio dos socialistas hoje. Hoje em dia tem aquele sujeito que trabalha no seu gabinete em casa gerando mais-valia para alguma empresa, tem o operário que continua na linha de montagem .. Será que esse cara que trabalha no computador em casa se sente solidário com o operário que trabalha na linha de montagem? Você vê que é um grande desafio. Como congregar todos esses segmentos do mundo do trabalho permitindo que eles construam uma consciência mais ou menos unificada de classe e, portanto, se ponham como uma alternativa real à ordem do capital?

**Renato Pompeu** - Aí tem o problema dos excluídos ...

**Carlos Nelson Coutinho** - Eu tenho sempre dito que as condições objetivas do socialismo nunca estiveram tão presentes. Prestem atenção, o Marx, no livro 3 do "Capital", diz o seguinte: O comunismo implica na ampliação do reino da liberdade e o reino da liberdade é aquele que se situa para além da esfera do trabalho, é o reino do trabalho necessário, é o reino onde os homens explicitarão suas potencialidades, é o reino da práxis criadora. Até meio românticamente ele chega a dizer no livro "A Ideologia Alemã" que o socialismo é o lugar onde o homem de manhã caça, de tarde pesca e de noite faz crítica literária, está liberto da escravidão da divisão do trabalho. E ele diz que isso só pode ser obtido com a redução da jornada de trabalho. O capitalismo desenvolveu suas forças produtivas a tal ponto que isso se tornou uma possibilidade, a redução da jornada de trabalho, o que eliminaria o problema do desemprego. O cara trabalharia 4 horas por dia, teria emprego para todos os outros. E por que isso não acontece? Porque as relações sociais de produção capitalista não estão interessadas nisso, não estão interessadas em manter o trabalhador com o mesmo salário e uma jornada de trabalho muito menor. Então, eu acho que as condições para que a jornada de trabalho se reduza e, portanto, se crie espaços de liberdade para a ação, para a práxis criadora dos



homens, são um fenômeno objetivo real hoje no capitalismo. Mas as condições subjetivas são muito desfavoráveis. A morfologia do mundo do trabalho se modificou muito .. Muita gente vive do trabalho com condições muito diferenciadas, o que dificulta a percepção de que eles são membros de uma mesma classe social. Então, esse é um desafio que o socialismo no século 21 deve enfrentar. Um desafio também fundamental é repensar a questão da democracia no socialismo. Eu diria que, em grande parte, o mal chamado "socialismo real" fracassou porque não deu uma resposta adequada à questão da democracia. Eu acho que socialismo não é só socialização dos meios de produção - nos países do socialismo real, na verdade, foi estatização - mas é também socialização do poder político. E nós sabemos que o que aconteceu ali foi uma monopolização do poder político, uma burocratização partidária que levou a um ressecamento da democracia. A meu ver, aquilo foi uma transição bloqueada. Eu acho que os países socialistas não realizaram o comunismo, não realizaram sequer o socialismo e temos que repensar também a relação entre socialismo e democracia. Meu texto, "Democracia como valor universal", não é um abandono do socialismo. Era apenas uma maneira de repensar o vínculo entre socialismo e democracia. Era um artigo ao mesmo tempo contra a ditadura que ainda existia e contra uma visão "marxista-leninista", o pseudônimo do stalinismo, que o partido ainda tinha da democracia. Acho que este foi o limite central da renovação do partido.

**Marcelo Salles** - E nesse "Democracia como valor universal", você disse recentemente que defende uma coisa que não foi muito bem entendida: socialismo como condição da plena realização da democracia ...

**Carlos Nelson Coutinho** - Uma alteração que eu faria no velho artigo era colocar não democracia como valor universal, mas democratização como valor universal. Para mim a democracia é um processo, ela não se identifica com as formas institucionais que ela assume em determinados contextos históricos. A democratização é o processo de crescente socialização da política com maior participação na política, e, sobretudo, a socialização do poder político. Então, eu acredito que a plena socialização do poder

político, ou seja, da democracia, só pode ocorrer no socialismo, porque numa sociedade capitalista sempre há déficit de cidadania. Em uma sociedade de classes, por mais que sejam universalizados os direitos, o exercício deles é limitado pela condição classista das pessoas. Neste sentido, para a plena realização da democracia, o autogoverno da sociedade só pode ser realizado no socialismo. Então, eu diria que sem democracia não há socialismo, e sem socialismo não há democracia. Acho que as duas coisas devem ser sublinhadas com igual ênfase.

**Hamilton Octávio de Souza** - Nós saímos de um período de 21 anos de ditadura militar, essa chamada democracia que nós vivemos, qual é o limite? O que impede o avanço mesmo que não se construa uma nova sociedade?

**Carlos Nelson Coutinho** - Eu acho que temos uma tendência, que me parece equivocada, de tratar os 21 anos da ditadura como se não houvesse diferenças de etapas. Eu acho, e quem viveu lembra, que, de 64 ao AI-5, era ditadura, era indiscutível, mas ainda havia uma série de possibilidades de luta. Do AI-5 até o final do governo Geisel, foi um período abertamente ditatorial. No governo Figueiredo, há um processo de abertura, um processo de democratização que vai muito além do projeto de abertura da ditadura. Tem um momento que os intelectuais mais orgânicos da ditadura, como o Golbery, por exemplo, percebem que "ou abre ou pipoca". O projeto de abertura foi então atravessado pelo que eu chamo de processo de abertura da sociedade real. Eu não concordo com o Florestan Fernandes quando ele chama a transição de conservadora. Eu acho que ocorreu ali a interferência de dois processos: um pelo alto, porque é tradicional na história brasileira as transformações serem feitas pelo alto, o que resultou na eleição de Tancredo. Mas também houve a pressão de baixo. A luta pelas "Diretas" foi uma coisa fundamental, também condicionou o que veio depois. Esta contradição se expressa muito claramente na Constituição de 88, que tem partes extremamente avançadas. Todo o capítulo social é extremamente avançado, embora a ordem econômica tenha sido mais ou menos mantida. Mas a Constituição é tanto uma contradição que o que nós vimos foi a ação dos políticos neoliberais, dos governos neoliberais de tentar mudá-la, de

extirpar dela aquelas conquistas que nós podemos chamar de democráticas. Eu acho que o Brasil hoje é uma sociedade liberal-democrática no sentido de que tem instituições, voto, partidos e tal. Mas, evidentemente, é uma democracia limitada, sobretudo no sentido substantivo. A desigualdade permanece.

**Hamilton Octávio de Souza** - Mas hoje o que está mais estrangulado para o avanço na democracia ainda no marco de uma sociedade capitalista?

**Carlos Nelson Coutinho** - Eu acho que a ditadura reprimiu a esquerda, nos torturou, assassinou muitos de nós, nos obrigou ao exílio, mas não nos desmoralizou. Eu acho que a chegada do Lula ao governo foi muito nociva para a esquerda. Ninguém esperava que o governo Lula fosse empreender por decreto o socialismo, mas pelo menos um reformismo forte, né? Eu acho que a decepção que isso provocou, mais toda a história do mensalão e tal, é um dos fatores que limitam o processo de aprofundamento da democracia no Brasil. Entre outras coisas porque o governo Lula, que é um governo de centro, cooptou os movimentos sociais. Temos a honrosa exceção do MST que não é assim tão exceção porque eles são obrigados ... tem cesta básica nos assentamentos e tal, eles são obrigados também a fazer algumas concessões, mas a CUT ... Qual a diferença da CUT e da Força Sindical? Eu acho que essa transformação da política brasileira em pequena política, que se materializou com o governo Lula, que não é diferente do governo Fernando Henrique, foi o fator que bloqueou o avanço democrático. Até 2002, havia um acúmulo de forças da sociedade brasileira que apontava para o aprofundamento da democratização, e O sujeito deste processo era o PT, o movimento social. Na medida em que isso se frustrou, eu acho que houve um bloqueio no avanço democrático na época. O neoliberalismo enraizou-se muito mais fortemente na Argentina do que no Brasil porque aqui havia uma resistência do PT e dos movimentos sociais. Com a chegada ao governo, essa resistência desapareceu. Então, de certo modo, é mais fácil a classe dominante hoje fazer passar sua política em um governo petista do que em um governo onde o PT era oposição.

**Tatiana Merlino** - Então a conjuntura seria um pouco menos

adversa se estivesse o José Serra no poder e o PT como oposição?

**Carlos Nelson Coutinho** - Eu não gostaria de dizer isso, mas eu acho que sim. Mas isso coloca uma questão: e se demorasse mais quatro anos para o PT chegar ao governo, ia modificar estruturalmente o que aconteceu com o PT? Até um certo momento, é clara no partido uma concepção socialista da política. A partir de um certo momento, porém, antes de Lula ir ao governo, o PT abandonou posturas mais combativas. Ele fez isso para chegar ao governo. Mas se demorasse mais quatro anos, ou oito anos, não aconteceria o mesmo? Não sei. Não quero ser pessimista também, não era fatal o que aconteceu com o PT.

**Renato Pompeu** - Você é professor de qual disciplina?

**Carlos Nelson Coutinho** - De teoria política.

**Renato Pompeu** - Você é um cientista político ou um filósofo da política?

**Carlos Nelson Coutinho** - Não, não. Filósofo tudo bem, mas cientista político não. Porque ciência política para mim; aquela coisa que os americanos fazem, ou seja, pesquisa de opinião, sistema partidário, a ciência política é a teoria da pequena política. Eu sou professor da Escola de Serviço Social.

**Hamilton Octávio de Souza** - Que projeto que você identifica hoje no panorama brasileiro: a burguesia nacional tem um projeto? As correntes de esquerda têm um projeto? Existe um projeto de nação hoje?

**Carlos Nelson Coutinho** - Isso é um conceito interessante, porque este é um conceito criado em grande parte pela Internacional Comunista e pelo PCB, de que haveria uma burguesia nacional oposta ao imperialismo. Eu me lembro quando eu entrei no partido, eu era meio esquerdista e vivia perguntando ao secretário-geral do partido na Bahia: Quem são os membros da burguesia nacional? E um dia ele me respondeu: "José Ermírio de Moraes e Fernando Gasparian". Olha, duas pessoas não fazem uma classe. Do ponto de vista nosso, da esquerda, uma das razões da crise do

socialismo, das dificuldades que vive o socialismo hoje, é a falta de um projeto. A social-democracia já abandonou o socialismo há muito tempo, e nos partidos de esquerda antagonistas ao capitalismo há uma dificuldade de formulação de um projeto exequível de socialismo. Na maioria dos casos, esses partidos defendem a permanência do Estado do bem-estar social que está sendo desconstruído pelo liberalismo. É uma estratégia defensivista. Essa é outra condição subjetiva que falta, a formulação clara de um projeto socialista. Do ponto de vista das classes dominantes, eu acho que eles têm um projeto que estava claro até o momento da crise do neoliberalismo. Foi o que marcou o governo Collor e o governo Fernando Henrique e o que está marcando também o governo Lula, com variações. Evidentemente, há diferenças, embora a meu ver, não estruturais. Esse é o projeto da burguesia. Com a crise, eu acho que algumas coisas foram alteradas, então, uma certa dose de keynesianismo se tomou inevitável, mas sempre em favor do capital e nunca em favor da classe trabalhadora. Tenho um amigo que diz. "Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital". No fundo, é essa a proposta do neoliberalismo: desconstrução de direitos, concessão total de todas as relações sociais ao mercado, subordinação do público ao privado, ao capital internacional. Não há burguesia anti-imperialista no Brasil, definitivamente. Pode haver um burguês que briga com o seu concorrente e o seu concorrente é um estrangeiro, mas nem assim ele vai ser anti-imperialista.

**Hamilton Octávio de Souza** - Você vê alguma alteração a curto prazo?

**Carlos Nelson Coutinho** - O que poderia mudar isso seria um fortalecimento dos movimentos sociais, da sociedade civil organizada sob a hegemonia da esquerda. E pressionar para que reformas fossem feitas e se retomasse uma política econômica mais voltada para as classes populares, Tem um mote de Gramsci que eu acho muito válido, que é: "pessimismo da inteligência e otimismo da vontade". A esquerda não pode ser otimista numa análise do que está acontecendo no mundo porque a esquerda tem perdido sucessivas batalhas. Então ser otimista frente a um quadro desses é difícil. Quanto mais nós somos pessimistas, mais otimismo

da vontade temos de ter, mais a gente deve ter clareza que só atuando, só dedicando todo o nosso empenho à mudança disso é que essa coisa pode ser mudada. Então, a esperança de mudança seguramente há, há potencialidades escondidas na atual sociedade que permitem ver e pensar a superação do capitalismo. O capital não pode perdurar. A alternativa ao socialismo, como dizia a Rosa Luxemburgo, é a barbárie. Se o capitalismo continuar, teremos cada vez mais uma barbarização da sociedade que nós já estamos assistindo,

**Hamilton Octávio de Souza** - Por conta do neoliberalismo, tivemos um aumento do desemprego estrutural, a informalidade do trabalho, o desrespeito à legislação trabalhista, estamos numa condição de perdas de conquistas, direitos. Como é que se explica a fraqueza do movimento social diante disso?

**Carlos Nelson Coutinho** - À certeza que nós temos de que o capitalismo não vai resolver os problemas nem do mundo nem do Brasil nos faz acreditar que, primeiro, a história não acabou, e, portanto, ela está se movendo no sentido de contestar a independência barbarizante do capital. Onde eu vejo focos, no Brasil de hoje, é no MST. Uma coisa que funciona muito bem no MST é a preocupação deles com a formação dos quadros. Eu fui de um partido, o PCB, que tinha curso, mas as pessoas iam para Moscou, faziam a escola do partido. O PT nunca se preocupou com formação de quadros, não; tinham escolas, e o MST tem. Eu acho que o MST tem uma ambiguidade de fundo que é complicada. Ele é um movimento social e, como todo movimento social, ele é particularista, defende o interesse dos trabalhadores que querem terra. Essa não pode ser uma demanda generalizada da sociedade. Eu não quero um pequeno pedaço de terra, nem você. O partido político é quem universaliza as demandas, formula uma proposta de sociedade que engloba as demandas dos camponeses, proletários, das mulheres ... O MST tem uma ambiguidade porque ele é um movimento que frequentemente atua como partido. Eu acho que isso às vezes limita a ação do MST.

**Marcelo Salles** - O termo "Ditadura do Proletariado" que vez ou

outra algum liberal usa...

**Carlos Nelson Coutinho** - Na época de Marx, ditadura não tinha o sentido de despotismo que passou a ter depois. Ditadura é um instituto do direito romano clássico que estabelecia que, quando havia uma crise social, o Senado nomeava um ditador, que era um sujeito que tinha poderes ilimitados durante um curto período de tempo. Resolvida a crise social, voltava a forma não ditatorial de governo. Então, quando o Marx fala isso, ele insiste muito que é um período transitório: a ditadura vai levar ao comunismo, que para ele é uma sociedade sem Estado. Ele se refere a um regime que tem parlamento, que o parlamento é periodicamente reeleito, e que há a revogabilidade de mandato. Então, essa expressão foi muito utilizada impropriamente tanto por marxistas quanto por antimarxistas. Apesar de que em Lênin eu acho que a ditadura do proletariado assume alguns traços meio preocupantes. Em uma polêmica com o Kautsky, ele diz: ditadura é o regime acima de qualquer lei. Lênin não era Stálin, mas uma afirmação desta abriu caminho para que Stálin exercesse o poder autocrático, fora de qualquer regra do jogo, acima da lei. Tinha lei, tinha uma Constituição que era extremamente democrática, só que não valia nada.

**Marcelo Salles** - Estão sempre dizendo que não teria liberdade de expressão no socialismo, porque o Estado seria muito forte, e teria o partido único ...

**Carlos Nelson Coutinho** - Em primeiro lugar, não é necessário que no socialismo haja partido único, e não é desejável, até porque, poucas pessoas sabem, mas no início da revolução bolchevique o primeiro governo era bipartidário. Era o partido bolchevique e o partido social-revolucionário de esquerda. Depois, eles brigaram e ficou um partido só. Mas não é necessário que haja monopartidarismo. Segundo, Rosa Luxemburgo, marxista, comunista, que apoiou a revolução bolchevique, dizia o seguinte: liberdade de pensamento é a liberdade de quem pensa diferente de nós. Então, não há na tradição marxista a ideia de que não haja liberdade de expressão, mas uma coisa é liberdade de expressão e outra coisa é o monopólio da expressão. Liberdade de expressão

sim, contanto que não seja uma falsa liberdade de expressão. Eu acho que o socialismo é condição de uma assertiva liberdade de expressão.

Fonte: *Caros Amigos* de dezembro de 2009

## Atualidade de Gramsci

**Carlos Nelson Coutinho - 1997**

[Imprimir](#)  [Enviar por e-mail](#) 

Coube-me, como tema de abertura deste seminário [Franca, 1997], falar sobre a atualidade de Gramsci. Irei me deter aqui em algumas das razões pelas quais, em minha opinião, Gramsci continua atual, talvez mais atual do que nunca. Digo "algumas" porque, decerto, são muitíssimas as razões que asseguram essa atualidade. É difícil encontrar um só campo do pensamento social -- das ciências humanas até a arte e a literatura - para o qual Gramsci não tenha dado uma rica contribuição. Ele refletiu sobre todos esses campos, sugerindo novos temas, dando novas respostas a temas antigos, indicando novos caminhos de pesquisa e análise. Se essa contribuição é decisiva para os marxistas, pode-se constatar que também tem sido significativa para pensadores não marxistas. Quem conhece, por exemplo, a história da teologia da libertação, sabe que essa importante corrente de idéias foi profundamente influenciada pelas reflexões gramscianas. Os exemplos poderiam ser multiplicados. Nesse sentido, recomendo que se consulte na Internet uma esplêndida bibliografia gramsciana, compilada e organizada pelo norte-americano John M. Cammett, que registra mais de dez mil títulos sobre nosso autor, escritos por intelectuais de diferentes especialidades e orientações teórico- ideológicas, cerca de metade dos quais em línguas outras que não o italiano (1).

Mas cabe desde já uma observação necessária: a atualidade de Gramsci não é, simplesmente, a atualidade própria de todo pensador "clássico" (2). Decerto, no quadro da atual hegemonia neoliberal, não são poucos os que, mesmo no seio da esquerda, tentam mumificar Gramsci, transformando-o num mero "clássico":



ele seria atual, mas como todo clássico é atual. Decerto, também Maquiavel e Hobbes, por exemplo, são atuais: todo aquele que leu *O Príncipe* ou o *Leviatã* sabe que inúmeras reflexões feitas nessas obras continuam a ser importantes para compreender a política no mundo atual. Mas não é esse o tipo de atualidade de Gramsci: embora também já seja um "clássico", a atualidade do autor dos *Cadernos do cárcere* - ao contrário daquela de Maquiavel ou de Hobbes - resulta do fato de que ele foi intérprete de um mundo que, em sua essência, continua a ser o nosso mundo de hoje. Um de seus temas centrais foi o capitalismo do século XX, suas crises e contradições, bem como a morfologia política e social gerada por essa formação social; nesse particular, os problemas que ele abordou continuam presentes, ainda que, em alguns casos, sob novas formas. E, em consequência, foram também objeto privilegiado de sua reflexão - Gramsci foi contemporâneo da gloriosa Revolução Russa de 1917 - os processos e os meios de superação dessa sociedade capitalista; boa parte de sua obra, assim, é dedicada à tentativa de conceituar os caminhos da revolução socialista no que ele chamou de "Ocidente". Ora, precisamente porque o capitalismo e suas contradições permanecem, o socialismo continua a se pôr como uma questão central na agenda política contemporânea. Gramsci, desse modo, é um intérprete do nosso tempo: sua atualidade, portanto, não é a mesma de um Maquiavel ou de um Hobbes. O movimento aparentemente elogioso que visa a transformá-lo num simples "clássico" oculta, na verdade, uma dissimulação: é o movimento dos que, sem querer romper com Gramsci (por razões freqüentemente oportunistas), pretendem, contudo, desqualificá-lo como interlocutor privilegiado do debate político de nossos dias.

Como disse antes, penso que o âmbito da atualidade de Gramsci é muito vasto. Mas, por questões de limitação de tempo, irei me deter aqui em dois complexos problemáticos onde essa atualidade assume indiscutível importância (3). Em primeiro lugar, tentarei mostrar como as reflexões de Gramsci sobre o socialismo podem nos ajudar não só a compreender as razões do fracasso do modelo de socialismo imposto nos países que se intitularam "comunistas", mas também - o que talvez seja mais importante -- a elaborar um novo conceito de socialismo, mais adequado às condições e às demandas de nosso tempo. Em segundo lugar, pretendo ressaltar a sua atualidade na elaboração de uma teoria da democracia; Gramsci foi certamente, no interior do pensamento marxista, o autor que mais desenvolveu uma reflexão criativa e original sobre esse

tema, reflexão que, de resto, parece-me capaz de fornecer preciosas pistas para superar muitos dos impasses em que se tem debatido até hoje a teoria democrática.

## **1. Um outro modelo de socialismo**

Como disse antes, uma das principais razões da atualidade de Gramsci é sua original reflexão sobre o socialismo. Decerto, alguém poderia retrucar que o fato de ser socialista, longe de demonstrar sua atualidade, revelaria, ao contrário, quanto Gramsci é inatual. Com efeito, deparamo-nos hoje não simplesmente com a crise, mas com a comprovada falência do chamado "socialismo real", cujo colapso, iniciado em 1989 com a queda do Muro de Berlim, levou de modo extremamente rápido ao abandono do socialismo em todos os países do Leste europeu e, finalmente, à desintegração da própria União Soviética. O que tem sido chamado, um pouco impropriamente, de "comunismo histórico" - ou seja, o movimento que se inicia com a vitória dos bolcheviques na Rússia em 1917, que tenta se universalizar com a construção de partidos comunistas ligados a esse modelo bolchevique em todo o mundo e que se expande, a partir da Segunda Guerra, com a formação de um "bloco socialista" constituído pelos vários países que seguiram o modelo soviético - esse "comunismo histórico" entrou numa crise que tudo indica ser uma crise terminal.

Ora, Gramsci foi certamente ligado - de modo estreito e orgânico -- ao "comunismo histórico". Já em 1917, defendeu com ardor a revolução bolchevique, como se pode ver em seu famoso artigo "A revolução contra O Capital" (4); além disso, em 1921, foi um dos fundadores do Partido Comunista da Itália, do qual era o principal dirigente em 1926, quando foi preso pelo fascismo; durante os anos de prisão e até sua morte, em 1937, manteve e aprofundou suas opções político-ideológicas. Contudo, embora se vinculasse ao movimento do "comunismo histórico" -- o que lhe permitiu, de resto, conservar-se fiel aos valores emancipatórios do socialismo --, Gramsci nunca foi um dogmático: sempre respondeu de modo crítico às vicissitudes de tal movimento, posicionando-se com freqüência contra muitas de suas orientações e tendências. Foi assim que, como logo veremos, Gramsci empreendeu, nos famosos *Cadernos do cárcere*, uma arguta e dura análise crítica do modelo de socialismo que estava sendo imposto na União Soviética. Além disso, não foram poucos os momentos, tanto antes como durante a prisão, nos quais revelou abertamente divergências com a linha

adotada pelo movimento comunista (e, portanto, pelo seu próprio Partido) (5).

Mas, antes de prosseguir, caberia lembrar que essas críticas e discordâncias não autorizam de modo algum que se pretenda agora fazer de Gramsci um social-democrata, ou mesmo um liberal reformista, defensor da "regulação do mercado" e da "poliarquia" (6): ao contrário, ele foi e permaneceu, inclusive em suas críticas, um socialista revolucionário, um comunista. E isso certamente o torna atual para a esquerda, num momento em que muitos intelectuais - até mesmo se dizendo gramscianos - têm capitulando, teórica e praticamente, diante dos preconceitos gerados pela onda neoliberal. Mas a sua atualidade reside sobretudo no fato de que seu pensamento não reforça qualquer tentação anacrônica de regressar ao dogmatismo: como veremos, ele foi um comunista crítico, herético, o que lhe permitiu evitar a maior parte dos impasses teóricos e práticos gerados pelo chamado "comunismo histórico".

Para exemplificar essa "heresia", gostaria de recordar a célebre carta que Gramsci dirigiu em 1926, pouco antes de sua prisão, ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (7). Nesse momento, travava-se no PCUS uma dura batalha política entre uma maioria, dirigida por Stalin e Bukharin, e uma minoria de oposição, liderada por Trótski e Zinoviev. Gramsci se preocupa com os rumos que essa luta interna está tomando e com suas conseqüências negativas para o movimento comunista internacional. Ele já se preocupa, em 1926, com o surgimento de tendências que mais tarde, sobretudo nos anos 30, iriam se consolidar sob a égide do terror stalinista.

Na carta, Gramsci certamente apóia a posição da maioria, ou seja, de Stalin e Bukharin, que defendiam o prosseguimento da "Nova Política Econômica" (NEP). Recordemos brevemente o que estava em jogo: pouco antes de morrer, Lenin -- tendo compreendido com lucidez que o socialismo não pode ser imposto por decreto (como havia sido tentado, entre 1917 e 1921, na época do chamado "comunismo de guerra", quando fora estatizado o conjunto da economia e se suprimira administrativamente o mercado) -- propôs uma nova política econômica, a qual, além de reconhecer o papel do mercado, baseava-se numa estratégia de construção do socialismo respaldada no consenso (as cooperativas no campo, por exemplo, só deveriam surgir quando desejadas pelos próprios

camponeses), uma estratégia que, como na época observou realisticamente Bukharin, supunha uma evolução para o socialismo "a passos de tartaruga" (8). A NEP, no momento em que Gramsci escreve sua carta, era duramente contestada pela oposição trotskista-zinovievista, que defendia a "acumulação originária socialista", isto é, uma política de industrialização acelerada respaldada na expropriação dos camponeses.

Gramsci apóia a posição da maioria, afirmando claramente que o socialismo deve se implantar com base no consenso e não na simples coerção. Seu argumento é claro: já que a base social do governo operário na URSS era formada majoritariamente pelos camponeses, tornava-se necessário, para a classe que estava no poder, obter o consenso desses camponeses; a tentativa de impor-lhes coercitivamente suas próprias posições (por exemplo, a coletivização da agricultura) minaria a estabilidade e a legitimidade do poder socialista. Para obter o consenso, o proletariado deveria renunciar aos seus interesses puramente econômico-corporativos, já que essa renúncia (como Gramsci repetirá ao longo de toda sua obra) é condição necessária de obtenção da hegemonia, ou seja, da direção política e intelectual sobre o conjunto da nação: "O proletariado - diz ele -- [...] não pode manter sua hegemonia e sua ditadura se, mesmo quando houver se tornado classe dominante, não sacrificar seus interesses imediatos aos interesses gerais e permanentes da classe". É por isso que Gramsci apóia a NEP, emprestando-lhe ademais uma fundamentação teórica mais rica e complexa do que aquela proposta pelos líderes soviéticos que a defendiam.

Ora, como disse antes, essa política - a da NEP - era naquele momento defendida por Stalin e Bukharin. Mas, já em 1929, três anos após Gramsci ter redigido sua carta, Stalin muda de posição: depois de romper com Bukharin, ele adota, com um radicalismo ainda maior, a política proposta por Trotski, mas só depois de tê-lo derrotado politicamente e obrigado a deixar o território soviético. Com isso, Stalin passa a implementar medidas de coletivização forçada da agricultura, apoiadas numa duríssima repressão contra os camponeses. Sabe-se hoje que essa política voluntarista e duramente coercitiva - que o próprio Stalin chamou de "revolução pelo alto" - levou à morte cerca de 10 milhões de camponeses (9). Por outro lado, a industrialização acelerada promovida pelos famosos planos quinquenais, embora tenha tido importantes resultados quantitativos, produziu fome e gerou opressão sobre os

trabalhadores urbanos. Conheceu-se assim, na URSS dos anos 30, um período de intensa superexploração da força de trabalho, tanto camponesa quanto operária. Tudo isso levou à construção de um regime de terror na União Soviética: consenso e hegemonia, que ainda tinham alguma presença na sociedade soviética dos anos 20, cederam definitivamente lugar à coerção e ao despotismo. Portanto, o apoio que Gramsci dá à "maioria" é, na verdade, não um apoio a Stalin, mas sim a Bukharin, que era o verdadeiro defensor da NEP, razão por que Stalin o derrubou em 1929 e assassinou em 1936. Desse modo, podemos concluir que a proposta de construção do socialismo através da busca incessante do consenso e da hegemonia -- proposta formulada na carta de 1926 e reafirmada ao longo dos *Cadernos* -- é radicalmente diversa daquela que predominou na União Soviética depois de 1930, quando Stalin assumiu o poder absoluto e instituiu uma variante pseudo-socialista de despotismo totalitário.

E é também significativo que, mesmo apoiando a "maioria", Gramsci se posicione nessa carta contra o que ele chama de "stravittoria", ou seja, contra uma "supervitória" que ultrapasse os limites normais de um confronto político entre companheiros. Os métodos que já estavam sendo usados, e que seriam reforçados drasticamente nos anos 30, não eram mais os adequados a um combate político entre companheiros que discordavam legitimamente -- como até então ocorrera no Partido bolchevique --, mas passavam a implicar uma dura repressão terrorista, que transformava os divergentes em perigosos inimigos a eliminar. Gramsci adverte: "A unidade e a disciplina [...] não podem ser mecânicas e impostas; devem ser leis e fruto da convicção, não as de um destacamento inimigo aprisionado ou cercado". A partir de 1926, esses métodos de repressão à oposição, inclusive à oposição interna no próprio Partido Comunista, só fizeram crescer na URSS. Viveu-se naquele país, sobretudo nos anos 30, uma era de terrorismo aberto, dirigido particularmente contra os próprios bolcheviques; além de condenar à morte quase todos os companheiros de Lenin, os chamados "velhos" bolcheviques (Trótski, Bukharin, Zinoviev, Kamenev, Radek, etc.), Stalin fez prender ou matar cerca de dois terços do Comitê Central do PCUS eleito no Congresso de 1934. (De passagem, cabe observar que essa liquidação física dos leninistas parece indicar quão pouco Stalin era, como afirmava ser, um continuador de Lenin e de sua ação teórica e política.) Em suma, a carta de Gramsci revela não só uma discordância com a estratégia geral de construção do

socialismo aplicada na URSS stalinista, mas também uma dura condenação dos métodos coercitivos e repressivos que essa errada estratégia converteu não em algo excepcional, mas numa trágica realidade cotidiana.

A recusa gramsciana do modelo soviético de construção do socialismo volta a se manifestar, com uma fundamentação teórica ainda mais complexa, numa nota contida nos *Cadernos do cárcere*, intitulada "Estatolatria" (10). Redigida em abril de 1932, essa nota refere-se claramente à União Soviética, embora Gramsci não o diga explicitamente. (Não o diz, certamente, porque - escrevendo no cárcere e sujeito à censura dos diretores da prisão - Gramsci evitava usar termos que pudessem chamar a atenção dos seus carcereiros-censores; é assim, entre outros disfarces, que fala em "filosofia da práxis" para dizer marxismo, em "sociedade regulada" como sinônimo de comunismo ou no "principal teórico moderno da filosofia da práxis" para se referir a Lenin.) Na referida nota, ele começa observando - e eu o cito literalmente -- que "há duas formas com que o Estado se apresenta na linguagem e na cultura de épocas determinadas, ou seja, como sociedade civil e como sociedade política, como "autogoverno" e como "governo dos funcionários"". Desse modo, ao mesmo tempo em que recorda na nota sua conceituação dos dois níveis do Estado "ampliado" -- a sociedade civil e a sociedade política (ou Estado *strictu sensu*) --, Gramsci parece aludir aqui, também, à importante distinção que faz entre "Oriente" e "Ocidente", entendidos os dois termos não em sentido geográfico, mas sim histórico-político: enquanto no "Oriente" o Estado seria tudo e a sociedade civil permaneceria primitiva e gelatinosa, para recordarmos suas próprias palavras, no "Ocidente" haveria, ao contrário, uma relação equilibrada entre os dois momentos da esfera pública ampliada (11).

"Estatolatria", por conseguinte, seria todo movimento teórico ou prático dirigido no sentido de identificar o Estado apenas com a "sociedade política", com os aparatos coercitivos, com o "governo dos funcionários", omitindo ou minimizando o elemento consensual-hegemônico próprio da "sociedade civil", do "autogoverno" - ou, em outras palavras, seria conceituar o Estado somente a partir das situações de tipo "oriental". Ora, todo leitor da obra de Gramsci sabe que, quando se refere a "Oriente", ele pensa sobretudo - ainda que não exclusivamente - na Rússia anterior à Revolução de 1917. Portanto, é evidente que ele se refere à União Soviética e à sua classe operária agora supostamente governante quando diz,

sempre na nota que estamos comentando: "Para alguns grupos sociais, que antes da ascensão à vida estatal autônoma não tiveram um longo período de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente (como ocorre na sociedade medieval e nos governos absolutistas [como o da Rússia]), um período de estatolatria é necessário e até mesmo oportuno: essa "estatolatria" não é mais do que a forma normal de "vida estatal", ou, pelo menos, de iniciação à vida estatal autônoma e à criação de uma "sociedade civil", que não foi possível criar historicamente antes da ascensão à vida estatal independente".

O texto citado é claro: já que a classe operária russa fez a revolução num país de tipo "oriental", onde a sociedade civil ainda não fora historicamente criada e era assim primitiva e gelatinosa, compreende-se que ela e seu Partido, ao se tornarem governo, tivessem promovido num primeiro momento o fortalecimento do Estado, ou da "sociedade política", ou do "governo dos funcionários", já que isso era condição para romper com o atraso e empreender assim os primeiros passos para a construção de uma nova ordem. É como se Gramsci dissesse: numa sociedade "oriental", de escassa ou nenhuma tradição democrática, é compreensível que a primeira manifestação de um governo socialista assumia traços ditatoriais (ou, para usarmos um dos termos menos felizes de Marx, que seja uma "ditadura do proletariado"), ainda que - como já vimos na carta de 1926 que há pouco comentamos -- ele também defendia, ao mesmo tempo, a idéia de que essa "ditadura" não deve perder sua base consensual, sua dimensão hegemônica, sobretudo na relação com as massas camponesas.

Mas, embora reconhecendo a necessidade desse momento "estatolátrico" inicial - um reconhecimento que, como ele deixa claro, vale somente para os países de tipo "oriental" -, Gramsci especifica logo em seguida (e volto a citá-lo literalmente): "Todavia, essa "estatolatria" não deve ser deixada a seu livre curso, não deve, em particular, tornar-se fanatismo teórico e ser concebida como "perpétua": deve ser criticada, precisamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal, nas quais as iniciativas dos indivíduos e dos grupos seja "estatal", ainda que não devida ao "governo dos funcionários" (ou seja, deve-se fazer com que a vida estatal se torne "espontânea") [...]. O movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de homem e de cidadão, (...) [implica] a vontade de construir, no invólucro da

sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, na qual o indivíduo singular se autogoverne".

Gramsci, também aqui, é claro: o socialismo que ele propõe não se identifica com o "governo dos funcionários", com o domínio da burocracia, mas requer a construção de uma forte sociedade civil que assegure a possibilidade do autogoverno dos cidadãos, ou seja, de uma democracia plenamente realizada. Distinguindo-se dos social-democratas que se opuseram à revolução bolchevique e à União Soviética (Kautsky, Bernstein e tantos outros), Gramsci - tal como Rosa Luxemburg -- defende a necessidade da revolução e se solidariza, ainda que criticamente, com seus primeiros passos. Mas, ao mesmo tempo, dissocia-se claramente dos rumos que a União Soviética começou a tomar a partir dos anos 30, quando a estatolatria se tornou "fanatismo teórico" e converteu-se em algo "perpétuo", consolidando assim um "governo dos funcionários" que, ao reprimir a sociedade civil e as possibilidades do autogoverno democrático dos cidadãos, gerou um despotismo burocrático que nada tinha a ver com os ideais emancipadores e libertários do socialismo marxista. A transição para o socialismo foi assim bloqueada, dando lugar à gestação de uma sociedade definitivamente "estatolátrica".

Portanto, nessa breve mas densa nota sobre "Estatolatria" (assim como em muitas outras passagens de sua obra), Gramsci nos propõe um outro modelo de socialismo, um modelo no qual o centro da nova ordem deve residir não no fortalecimento do Estado, mas sim na ampliação da "sociedade civil", de um espaço público não estatal. Na "sociedade regulada" - o belo pseudônimo que encontrou para designar o comunismo --, Gramsci supõe (e volto a citá-lo) que "o elemento Estado-coerção pode ser imaginado como capaz de se ir exaurindo à medida que se afirmam elementos cada vez mais numerosos de sociedade regulada (ou Estado-ético, ou sociedade civil)" (12). Ora, como se sabe, as instituições próprias da sociedade civil são o que Gramsci chama de "aparelhos "privados" de hegemonia", aos quais se adere consensualmente; e é precisamente essa adesão consensual o que os distingue dos aparelhos estatais, do "governo dos funcionários", que impõem suas decisões coercitivamente, de cima para baixo. Portanto, afirmar "elementos cada vez mais numerosos" de sociedade civil significa ampliar progressivamente o âmbito de atuação do consenso, ou seja, de uma esfera pública intersubjetivamente construída, fazendo assim com que as interações sociais percam



cada vez mais seu caráter coercitivo. Socialismo significa para Gramsci - - como para Marx -- o fim da alienação, da heteronomia dos homens diante de suas próprias criações coletivas; com a superação da alienação, abre-se a possibilidade de que os homens construam autonomamente a sua própria história e controlem coletivamente as suas relações sociais, o que para Marx significava o fim da "pré- história". Ao mesmo tempo em que nega enfaticamente que a "sociedade regulada" possa ser concebida como um "novo liberalismo", Gramsci insiste em sublinhar que "se trata do início de uma era de liberdade orgânica" (13): em outras palavras, de uma liberdade que seja não apenas "negativa", aquela dos indivíduos privados em face do Estado, como na concepção liberal de liberdade, mas que seja também "positiva", como na tradição democrática, isto é, uma liberdade que se expressa na construção autônoma e coletiva das regras e normas que modelam o espaço público da vida social.

Para acentuar a atualidade da definição do socialismo em Gramsci, penso ser oportuno cotejar suas posições com as de Jürgen Habermas, um pensador que desfruta hoje de justo prestígio entre os intelectuais de esquerda, na medida em que combate os mitos do pós-modernismo e do neoliberalismo em nome dos valores emancipatórios da tradição iluminista. Simplificando o pensamento habermasiano, diria que há nele dois tipos de interação social: as interações sistêmicas, que ele chama de "poder" e "dinheiro", ou Estado-burocracia e mercado, que se impõem coercitivamente aos indivíduos e nas quais vigora uma racionalidade instrumental; e a interação comunicativa, própria do "mundo da vida", na qual domina um outro tipo de racionalidade, fundada no livre consenso intersubjetivo. Politicamente, a proposta de Habermas pode ser assim (também esquematicamente) resumida: devemos lutar para que o mundo da vida não seja "colonizado" pelas interações sistêmicas, colonização que leva ao domínio de uma racionalidade reificada e coercitiva sobre a razão comunicativa, a qual é sempre construída intersubjetivamente (14). Trata-se de uma proposta certamente generosa, mas resignada e, em última instância, conformista: ainda que conseguíssemos evitar a colonização do "mundo da vida", sua completa reificação - e os meios que Habermas sugere para isso me parecem utópicos e irrealistas --, somos convidados a nos resignar com a presença necessária do "poder" e do "dinheiro", os quais, se não ultrapassarem os seus âmbitos específicos e se tornarem assim "colonizadores", são considerados por Habermas como realidades próprias da

modernidade, realidades que, segundo ele, podem ser limitadas, mas não superadas.

A proposta gramsciana é certamente mais radical: a "sociedade regulada" é nele concebida como a construção progressiva - Gramsci fala em "elementos cada vez mais numerosos" -- de uma ordem social global fundada no consenso, no autogoverno, na qual a esfera pública intersubjetiva (a "sociedade civil") subordina e absorve em si o "poder" e o "dinheiro", isto é, o Estado-coerção e o mercado. E Gramsci, além disso, parece-me mais realista do que Habermas: ele sabe que essa vitória do consenso sobre a coerção - a construção de um espaço público comunicativo livre de coerção, nas palavras de Habermas, ou de uma "sociedade regulada", nos seus próprios termos - depende de um complexo processo de lutas sociais, capaz de conduzir à progressiva eliminação da sociedade dividida em classes antagônicas, ou seja, do principal obstáculo para que os homens possam efetivamente regular de modo consensual as suas interações sociais. A imagem da "boa sociedade" proposta por Gramsci, desse modo, parece-me ao mesmo tempo mais radical e mais realista do que aquela proposta por Habermas.

## **2. Uma concepção radical de democracia**

Esse novo modelo de socialismo implica em Gramsci, como já venho sugerindo, uma nova visão de democracia, nova não só em relação à tradição marxista, mas também - e sobretudo - em relação à tradição liberal. Por um lado, no seio do "comunismo histórico", movimento ao qual ele se vinculou, poucas vezes se foi além de uma visão instrumental da democracia. Lenin, por exemplo, costumava defini-la como a "melhor forma de dominação burguesa"; ou, quando falava positivamente em "democracia proletária" (conselhista ou de base), insistia em contrapô-la à "democracia burguesa" (representativa ou parlamentar), introduzindo assim uma disjunção altamente problemática, se recordarmos que a "democracia representativa" também é uma conquista dos trabalhadores (basta pensar nas lutas da classe operária pelo sufrágio universal) (15). No melhor dos casos, o "comunismo histórico" concebeu a democracia como *um caminho para o socialismo*, e não como *o caminho do socialismo*. E, por outro lado, quando o pensamento liberal finalmente adotou de modo positivo a palavra "democracia" (depois de tê-la explicitamente combatido durante boa parte dos séculos XVIII e XIX), definiu-a de modo

minimalista, ou seja, como o simples respeito por "regras do jogo" também elas minimalistas, as quais, por isso mesmo, não punham em discussão os fundamentos substantivos da ordem social. Basta recordar aqui a emblemática definição de democracia num pensador liberal como Schumpeter, para o qual democracia não seria mais do que um simples método de seleção das elites através de eleições periódicas (16).

A reavaliação gramsciana da democracia não se liga assim nem ao pensamento liberal nem ao "comunismo histórico", mas remete diretamente aos clássicos da filosofia política, em particular a Rousseau e Hegel. Penso não estar enganado quando afirmo que Gramsci reintroduziu no seio do pensamento marxista a problemática do contratualismo, não tanto em sua versão liberal (ou lockeana), mas precisamente na versão democrático-radical proposta por Rousseau (17). Embora Gramsci tenha sido o pensador marxista que mais desenvolveu essa problemática contratualista, não devemos esquecer que ela já havia sido sugerida pelo próprio Engels, em 1895, no ano da sua morte. Num texto em que propõe explicitamente uma autocrítica das formulações que ele e Marx haviam defendido em 1948, no *Manifesto comunista*, e depois de sugerir uma nova estratégia de transição para o socialismo - que, fundada num "trabalho longo e perseverante" no seio das instituições, antecipa também a estratégia gramsciana da "guerra de posição" --, o velho Engels afirma o seguinte: "O Império Alemão, como (...) todos os Estados modernos, é produto de um contrato; primeiramente, de um contrato dos príncipes entre si e, depois, dos príncipes com o povo" (18). Sem que tenha abandonado o núcleo da teoria marxista do Estado, que afirma a sua natureza de classe e sua dimensão coercitiva, Engels recolhe aqui uma outra determinação do fenômeno estatal, ou seja, a sua dimensão contratualista (ou consensual), dimensão já presente nas teorias liberais (particularmente em Locke), mas que ganha um tratamento radicalmente democrático na obra de Rousseau.

Penso que a contribuição de Gramsci à teoria democrática tem sua expressão mais destacada no conceito de hegemonia. E penso também que é precisamente esse conceito o principal ponto de articulação entre as reflexões gramscianas e alguns dos mais significativos complexos problemáticos da filosofia política moderna, em particular os que estão contidos nos conceitos de vontade geral e de contrato. É claro que não pretendo negar a óbvia vinculação de

Gramsci com o marxismo, mas creio que - na construção de sua teoria da hegemonia - ele dialogou não apenas com Marx e Lenin, ou com Maquiavel, o que fez explicitamente, mas também com outras grandes figuras da filosofia política moderna, em particular com Rousseau e com Hegel (19). Essa interlocução permitiu a Gramsci resgatar uma dimensão fundamental do enfoque histórico-materialista da práxis política, nem sempre explicitada por Marx e Engels, ou seja, a compreensão da política como esfera privilegiada de uma possível interação consensual intersubjetiva. Ora, ainda que Rousseau não seja citado muitas vezes na obra de Gramsci, pode-se registrar a presença nessa obra de muitos temas semelhantes aos abordados pelo autor do *Contrato social*; penso, sobretudo, no fato de que há em Gramsci um conceito análogo ao de "vontade geral", central na obra do genebrino, ou seja, o conceito de "vontade coletiva", repetidamente invocado pelo pensador italiano. Quanto a Hegel, trata-se de um dos autores mais citados por Gramsci, que dele recolhe não apenas o estímulo inicial para a elaboração do seu específico conceito de "sociedade civil" (20), mas também a noção de "Estado ético", com a qual, como vimos, identifica a sua concepção de "sociedade regulada" ou comunista.

Ora, uma das principais características do conceito gramsciano de hegemonia é a afirmação de que, numa relação hegemônica, expressa-se sempre uma prioridade da vontade geral sobre a vontade singular ou particular, ou do interesse comum ou público sobre o interesse individual ou privado; isso se torna evidente quando Gramsci diz que hegemonia implica uma passagem do momento "econômico-corporativo" (ou "egoístico-passional") para o momento ético-político (ou universal). Não vou aqui insistir sobre o fato de que essa prioridade do público sobre o privado, ou o predomínio da "vontade geral", é - para além da definição das necessárias "regras do jogo" - a essência da democracia, do republicanismo. Essa prioridade, que já é decisiva na definição aristotélica do "bom governo", reaparece com força no pensamento moderno. Em Rousseau, por exemplo, tal prioridade se torna não apenas uma questão central e uma tarefa dirigida para o presente, mas aparece também como o critério decisivo para avaliar a legitimidade de qualquer ordenamento político-social. Não é casual, assim, que surja em sua obra um conceito fundamental para a teoria democrática, o conceito de "volonté générale", que não existe na tradição liberal; nessa tradição, temos apenas, quando muito, o conceito de "vontade de todos", entendido - nas palavras do próprio Rousseau - como soma dos muitos interesses privados ou

particulares. Também na filosofia política de Hegel, outro pensador situado fora da tradição liberal, o conceito de vontade geral ou universal ocupa um posto central, tornando-se o fundamento da defesa hegeliana da prioridade do universal sobre o singular, do público sobre o privado; mas, comparado com Rousseau, Hegel se distingue por dar uma maior atenção à dimensão da particularidade no mundo moderno, ou seja, às mediações que intercorrem entre a vontade universal e as vontades singulares ou individuais.

Ora, se o grande mérito de Rousseau reside na afirmação da prioridade da vontade geral enquanto fundamento de toda ordem social legítima (republicana ou democrática), o ponto débil de sua reflexão consiste na pressuposição de que essa vontade geral é algo que se contrapõe drasticamente às vontades particulares e, em última instância, as reprime (os homens devem "ser obrigados a ser livres" a fim de que ajam segundo a vontade geral). Em Rousseau, a vontade geral não é um potenciamento ou um aprofundamento das vontades particulares, mas o seu contrário. Permito-me usar metaforicamente um conhecido conceito de Freud: é como se a relação entre a "vontade geral", entendida como um "super-ego", e a vontade particular, apresentada como um "inconsciente" rebelde, fosse uma relação de "recalque" ou "repressão" da segunda pela primeira. Desse modo, ainda que, como bom democrata, Rousseau afirme enfaticamente a prioridade do "cidadão" (universal) sobre o "burguês" (egoísta), ele reconfirma com isso a dilaceração do homem entre esses dois extremos de uma dicotomia insuperada. E, como o jovem Marx já havia observado, é portanto natural que o "recalcado" retorne, ou, mais precisamente, que os interesses particulares da sociedade civil-burguesa terminem por triunfar sobre a universalidade do cidadão (21).

Creio que, na obra de Hegel, há uma clara proposta de superação dessas limitações do pensamento de Rousseau, mas que se mistura ao mesmo tempo com o abandono de algumas importantes conquistas teóricas do pensador genebrino. Depois de ter sido, em sua juventude, um republicano rousseauísta, Hegel evolui para a maturidade ao reconhecer que o mundo moderno - diferentemente da Grécia clássica, que fora o modelo de Rousseau e seu próprio paradigma juvenil - caracteriza-se pela posição central que nele ocupa a particularidade, ou, mais precisamente, pela emergência do que o filósofo alemão passou a chamar de "sociedade civil", ou o "sistema da atomística". Ao contrário dos liberais, Hegel busca articular essa afirmação da particularidade com o princípio

republicano da prioridade do público sobre o privado; mas, ao mesmo tempo, divergindo nisso de Rousseau, tem plena consciência de que a pura e simples repressão da particularidade é incompatível com o espírito da época moderna. Também Hegel, portanto, vê que existem contradições entre o privado e o público, entre o particular e o universal, mas pensa que o modo de resolver tais contradições não é a "repressão" freudiana, mas sim uma superação dialética das vontades particulares, ou "social-civis", na vontade universal, ou "estatal".

Para promover essa superação dialética, Hegel criou o conceito de "eticidade", ou de "vida ética", que seria a esfera social onde surgem valores comunitários ou universais, oriundos da inserção dos indivíduos em interações sociais objetivas e não apenas de sua moralidade subjetiva; com isso, ele pretende determinar, ou atribuir dimensão concreta, à noção de vontade geral, que em Rousseau permanece ainda abstrata e formal. Para Hegel, portanto, a vontade geral não é resultado da ação de vontades singulares "virtuosas", como em Rousseau, mas é uma realidade ontológico-social que antecede e determina as próprias vontades singulares. E essa objetividade da vontade geral provém do fato de que são também objetivas as mediações que intercorrem entre os dois níveis da vontade: é através sobretudo da ação das "corporações", um sujeito coletivo que ele situa já no nível da sociedade civil (e que se aproxima muito dos sindicatos modernos), que Hegel busca determinar a relação interna entre a vontade singular dos "átomos" da sociedade civil e a vontade universal que, segundo ele, se expressaria no Estado.

Mas, se essa tentativa de determinar concretamente a vontade geral é um passo à frente em relação a Rousseau, há outros momentos em que Hegel - do ponto de vista da construção de uma teoria democrática - recua claramente em relação ao autor do *Contrato social*. Não penso tanto nas posições claramente "datadas" da filosofia política de Hegel, como a defesa de uma monarquia hereditária, de uma Câmara Alta formada pelos nobres, ou a condenação da soberania popular e da representação política fundada na idéia de "uma cabeça, um voto". Penso, sobretudo, no fato de que - ao se empenhar corretamente na tentativa de superar o moralismo abstrato presente no conceito rousseuniano de vontade geral - Hegel foi levado a abandonar a dimensão contratualista (ou consensual-intersubjetiva) que está no centro da proposta democrática de Rousseau: como se sabe, o autor da

*Filosofia do direito* foi um duríssimo crítico de qualquer espécie de contratualismo. Assim, ao combater o subjetivismo de Rousseau, Hegel termina por adotar um objetivismo igualmente unilateral - ele chega mesmo a dizer que "a vontade objetiva [geral] é o racional em si no seu conceito, seja ela ou não conhecida pela vontade singular e seja ou não desejada pelo querer dessa" (22) --, com o que claramente minimiza a dimensão intersubjetiva e criadora da práxis humana e, em particular, da práxis política.

Ora, na obra de Gramsci, particularmente no seu conceito de hegemonia, pode-se perceber uma assimilação do que há de mais válido e lúcido nas reflexões de Rousseau e de Hegel; mas, ao mesmo tempo, podem-se também registrar fecundas indicações sobre o modo pelo qual superar os limites e aporias desses dois notáveis filósofos. Por um lado, Gramsci recolhe de Hegel (e, naturalmente, de Marx, que, por sua vez, também bebe na fonte hegeliana) a idéia de que as vontades são determinadas já no nível dos interesses materiais e econômicos; e dele recolhe ainda a afirmação de que essas vontades passam objetivamente por um processo de universalização que leva à formação de sujeitos coletivos (as "corporações" hegelianas se tornam em Gramsci os "aparelhos "privados" de hegemonia"). Tais sujeitos são movidos por uma vontade cada vez mais universal (ou, na terminologia gramsciana, eles superam a afirmação de interesses meramente "econômico-corporativos" e se orientam no sentido de uma consciência "ético-política"). Esse movimento de superação, ao qual Gramsci deu o sugestivo nome de "catarse" (23), é precisamente o que configura uma relação de hegemonia. Mas, por outro lado, pode-se também constatar que Gramsci - na medida em que define como consensual a adesão a tais "aparelhos de hegemonia" e os inclui no seio do próprio Estado "ampliado" ou os transforma no centro da futura "sociedade regulada" - introduz uma clara dimensão contratual no coração da esfera pública, com o que retoma uma noção rousseauiana abandonada por Hegel. Assim, se Gramsci recolhe de Hegel a noção de "eticidade" (que nele aparece com os nomes de "hegemonia" ou de "ético-político"), recolhe ao mesmo tempo de Rousseau a concepção da política como contrato, como construção intersubjetiva de uma "vontade geral" (que nele recebe o nome de "vontade coletiva nacional-popular").

Decerto, para Gramsci, a realização da dimensão contratual da política só se realizará plenamente no que ele chama de "sociedade

regulada" (ou comunista), isto é, quando for definitivamente superada a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas; contudo, já que ele defende a estratégia da "guerra de posições" na luta pelo socialismo, o que implica uma conquista progressiva de espaços, é possível dizer que o processo de ampliação das esferas consensuais já tem lugar mesmo antes do pleno estabelecimento da "sociedade regulada", sendo precisamente através desse processo que vai se concretizando a construção de uma nova hegemonia. Para o autor dos *Cadernos*, como vimos, a própria construção do comunismo é algo que ocorre de modo progressivo, graças - recordemos as suas palavras - à "introdução de elementos cada vez mais numerosos de sociedade civil". Assim como Freud dizia que, no lugar do "inconsciente", devemos nos empenhar para colocar o "ego", Gramsci parece dizer: no lugar da coerção, quer ela provenha do Estado ou do mercado, do "poder" ou do "dinheiro", devemos pôr cada vez mais esferas de consenso, de controle intersubjetivo das interações sociais, ou seja, devemos ir assim construindo uma ordem social cada vez mais contratual e menos coercitiva.

Não me parece casual que as conclusões a que chegamos na primeira parte, quando falamos da concepção gramsciana do socialismo, sejam análogas às que surgem agora, quando resumimos sua teoria da democracia. Ao propor um conceito substantivo de democracia, centrado na afirmação republicana do predomínio consensual (hegemônico!) do público sobre o privado, e ao identificar esse conceito de democracia com sua noção de "sociedade regulada" ou comunista, Gramsci nos ensina - superando tanto a tradição do "comunismo histórico" quanto aquela do liberalismo em suas várias versões - que, se sem democracia certamente não há socialismo, tampouco existe plena democracia sem socialismo. A compreensão desse vínculo indissolúvel entre socialismo e democracia é certamente uma das principais razões da atualidade de Antonio Gramsci, que - sessenta anos depois de sua morte - continua a ser um dos mais influentes pensadores do nosso tempo.

-----

Carlos Nelson Coutinho é professor titular da UFRJ.

-----



## Notas

(1) Parte substantiva desse acervo está reproduzida em John M. Cammett, *Bibliografia gramsciana 1922-1988*, Roma, Riuniti, 1991; e John M. Cammett e Maria Luisa Righi, *Bibliografia gramsciana. Supplement updated to 1993*, Roma, Fondazione Istituto Gramsci, 1995. O endereço eletrônico do *Ressources on Antonio Gramsci*, onde se encontra a bibliografia gramsciana, é [www.soc.qc.edu/gramsci/index.html](http://www.soc.qc.edu/gramsci/index.html).

(2) "'Clássico" é um intérprete de seu próprio tempo que permanece atual em qualquer tempo" (Valentino Gerratana, *Gramsci. Problemi di metodo*, Roma, Riuniti, 1997, p. XI).

(3) Tentei demonstrar essa atualidade no terreno específico das ciências sociais em meu ensaio "Gramsci, o marxismo e as ciências sociais", agora in C.N. Coutinho, *Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios*, São Paulo, Cortez, 1996, p. 91-120. No que se refere à atualidade de Gramsci para o Brasil, remeto aos meus textos "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira" (in C.N. Coutinho, *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Campus, 1989, pp. 119-137) e "A recepção de Gramsci no Brasil" (in Id., *Cultura e sociedade no Brasil*, Belo Horizonte, Oficina do Livro, 1990, p. 199-213).

(4) Cf. a edição brasileira desse artigo em "Textos selecionados de Gramsci", in C.N. Coutinho, *Gramsci*, Porto Alegre, L&PM, 1981, p. 135-8.

(5) Sobre isso, cf., entre outros, Paolo Spriano, *Gramsci in carcere e il Partito*, Roma, Riuniti, 1977.

(6) São, por exemplo, inteiramente indefensáveis, à luz da letra dos textos gramscianos, as seguintes afirmações recentes de um intelectual italiano: "[Gramsci] começa a captar a mutação dos sujeitos fundamentais da história e a necessidade de abandonar o esquema leniniano classe- organização-revolução, que se tornou inadequado numa realidade mundial marcada não pelas dificuldades que a revolução eventualmente encontraria, mas pela sua inatualidade (se não inutilidade), colocando-se agora o problema do governo da economia de mercado, ou do governo dos modos de penetração e difusão da forma-mercadoria em setores e territórios cada vez mais novos, e não certamente o de sua superação-anulação. [...] O "moderno Príncipe" (...) é um organismo

funcional à formação e ao crescimento de uma sociedade poliárquica" (Marcello Montanari, "Introduzione" a A. Gramsci, *Pensare la democrazia. Antologia dai "Quaderni del carcere"*, Turim, Einaudi, 1997, p. XI e XXXVII; os grifos são do autor).

(7) Importantes excertos dessa carta estão reproduzidos em "Textos selecionados de Gramsci", cit., p. 170-5. Como se sabe, Togliatti – o destinatário imediato da carta – não a entregou ao Comitê Central do PCUS, por considerá-la "pouco firme" na defesa das posições da maioria; essa decisão foi duramente criticada por Gramsci, que acusou Togliatti de "burocratismo". A íntegra da carta enviada ao CC do PCUS, da resposta de Togliatti e da tréplica de Gramsci podem ser lidas em A. Gramsci, *La costruzione del Partito comunista 1923-1926*, Turim, Einaudi, 1974, p. 124-37.

(8) Uma meticolosa análise das polêmicas travadas nesse período pode ser lida em Stephen Cohen, *Bukharin. Uma biografia política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 147 s.

(9) Sobre esse trágico período da história soviética, cf. o documentado livro de Fabio Bettanin, *A coletivização da terra na URSS. Stalin e a "revolução pelo alto" (1929-1933)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

(10) Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, Turim, Einaudi, 1975, p. 1.020-1. Essa nota não está contida nos volumes temáticos dos *Cadernos* já publicados no Brasil, mas pode ser lida em "Textos selecionados de Gramsci", cit., p. 194-5.

(11) Para uma melhor explicitação das categorias gramscianas, permito-me remeter a C.N. Coutinho, *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*, cit.

(12) A. Gramsci, *Quaderni*, cit., p. 764 [ed. brasileira: *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 150].

(13) Ibid.

(14) Para o leitor interessado num primeiro e breve contato com as posições políticas habermasianas, recomendo o seu ensaio "La revolución recuperadora", in Jürgen Habermas, *La necesidad de revisión de la izquierda*, Madri, Tecnos, 1991, p. 251-317.

(15) Desenvolvi esse tema em vários dos meus trabalhos, particularmente em "Democracia e socialismo: questões de princípio", in C.N. Coutinho, *Democracia e socialismo*, São Paulo, Cortez, 1992, p. 13-46; e "Os marxistas e a "questão democrática"", in Id., *Marxismo e política*, cit., p. 71-89.

(16) Joseph A. Schumpeter, *Capitalismo, socialismo e democracia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1984, p. 336-53. Sobre o esvaziamento (teórico e prático) do conceito de democracia no liberalismo, cf. o excelente livro de Domenico Losurdo, *Democrazia o bonapartismo. Trionfo e decadenza del suffragio universale*, Turim, Bollati Boringhieri, 1993, passim.

(17) Cf. C.N. Coutinho, "Vontade geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci", in Id., *Marxismo e política*, cit., p. 121-42.

(18) Friedrich Engels, "Introdução" [de 1895] a Karl Marx, "As lutas de classe na França", in K. Marx e F. Engels, *Obras escolhidas*, Rio de Janeiro, Vitória, vol. 1, 1956, p. 121-2. Sobre a "autocrítica" engelsiana, cf. C.N. Coutinho, "A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista", in Id., *Marxismo e política*, cit., p. 25-9.

(19) Os argumentos que apresento em seguida estão mais amplamente desenvolvidos em meus ensaios "Vontade geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci", cit.; "Crítica e utopia em Rousseau", *Lua Nova. Revista de cultura e política*, São Paulo, Cedec, nº 38, 1996, p. 5-30; e "Hegel e a democracia", Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, coleção "Documentos", série especial, 1.6, julho de 1997.

(20) Cf., por exemplo, a nota sobre "Hegel e o associacionismo", in A. Gramsci, *Quaderni*, cit., p. 56-7 [ed. brasileira: *Maquiavel*, cit., p. 145-6], na qual o pensador italiano inicia as reflexões que o levarão em seguida a elaborar o conceito de "sociedade civil".

(21) Cf. Karl Marx, *La questione ebraica e altri scritti giovanili*, Roma, Riuniti, 1974, p. 45-88.

(22) G.W.F. Hegel, *Grundlinien der Philosophie des Rechtes*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1995, p. 258, p. 401.

(23) A.Gramsci, *Quaderni*, cit., p. 1244 [ed. brasileira: *Concepção dialética da história*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 53].

**Fonte:** Especial para *Gramsci e o Brasil*

<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=293>

Paulo Timm

## DIVISÃO NA ESQUERDA

Muito se diz que a esquerda brasileira só se une nem na cadeia. Na verdade, se é que houve durante a III Internacional uma grande hegemonia soviética sobre a esquerda do mundo inteiro, sob o signo da defesa do INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO, que significava defesa intransigente da URSS , nunca houve UNIDADE NA ESQUERDA. Desde os tempos de MARX na I INTERNACIONAL. Depois houve o grande cisma da II INTERNACIONAL. Mais tarde, houve a defecção de Trotsky contra Stalin, o que lhe custou a carreira brilhante e a vida. E depois da ruptura URSS-CHINA , que quase os leva álasao confronto, em nome de uma disputa de fronteira, o velho stalinismo explodiu em mil flores. Ainda nos anos 60-70 Isaac Deutcher nos falava destas tendências no seio do marxismo. Vieram, além de mudanças estratégicas dos movimentos revolucionários inovações teóricas às quais concorreram marxianos, marxólogos e outras tantas quejandas. Tudo isso só cresceu no final do século depois da queda do "Muro". A América Latina, o Brasil em especial, não está fora deste processo. Na redemocratização havia várias linhas. O PT conseguiu hegemonizá-las , em grande parte, na eleição de Lula, em 2002. De lá pra cá esta hegemonia está cada vez mais em causa. Hoje, há setores de esquerda mais ortodoxa , além dos black blocs, que ninguém sabe nem quem são , nem o quem pensam, que optam pelo voto nulo -PCB, PSTU,PCO, PPL E ANARQUISTAS, além de alguns isolados filiados do PSOL- e há setores de esquerda democrática que se alinham ao PSDB.

(Os comunistas)

**Eles eram justos e puros**

<http://blogdoazedo.blogspot.com.br/2014/11/eles-eram-justos-e-puros.html?spref=fb>

**Vinte anos depois, porém, a conta do atraso havia chegado. O velho problema detectado por Bukharin, e que fora atalhado por Stálin, estava estrangulando a economia soviética: a produção do campo não era suficiente para alimentar o povo e a indústria de bens de consumo, padecia de baixa produtividade e péssima qualidade. Enquanto isso, o mundo capitalista ingressara na terceira revolução industrial, com o toyotismo, os sistemas de produção flexíveis, os novos materiais e supercondutores, a microeletrônica e a telemática. Os grandes combinados russos, engessados pelos planos quinquenais, já tinham ficado para trás.**

**Os comunistas viraram uma espécie de alma penada, com um enorme fardo histórico sobre os ombros. A perplexidade de Lúcio Magri, da esquerda do PCI, diante da dissolução da URSS e do próprio partido italiano, muito bem retratada na sua obra autobiográfica, intitulada o Alfaiate de Ulm, levou o líder do grupo Il Manifesto à depressão e ao suicídio.**

Luiz Carlos Azedo

*Faltava tudo em Moscou e os mineiros de Donetsk, na Ucrânia, estavam em greve, inclusive na legendária Mina Outubro, onde surgiu o movimento stakhanovista. A via em Gorbachëv na Praça Vermelha, em pleno desfile de Primeiro de Maio, fora o sinal de que a Revolução de Outubro havia se esgotado.*



Voltava de Moscou para Buenos Aires lendo *As Mil e Uma Noites* (Editora Brasiliense), num longo e enfumaçado voo da Aeroflot lotado de pescadores, que bebiam desesperadamente e fumavam papiroskas como caiporas. A frota soviética do Pacífico Sul era formada por verdadeiras fábricas flutuantes de pescado enlatado.

“Você vai morrer!”, repetiu o rei. “Aliás, agora você morreria nem se fosse apenas para eu ouvir sua cabeça falar depois de separada do corpo.” Dubane, o médico suspeito de espionar, fora condenado à morte, mas desafiou o rei a ler um livro que faria sua cabeça falar após ter sido decapitada.

“O rei obedeceu, molhando os dedos com a própria saliva para separar as páginas do livro... E o veneno foi penetrando em seu corpo. Viram-no ensaiar um passo, vacilar e cair”. A cabeça de Dubane, exangue num prato, então, compreendeu que a droga havia produzido seus efeitos e recitou estes versos:

Eles julgaram a seu modo  
E se acumpliciaram nesse trabalho  
Dentro em pouco, seu poder parecerá que  
nunca existiu  
Poderiam ter permanecidos justos e puros  
mas abusaram do poder  
e o mundo por seu turno os oprimiu  
assim como a adversidade e a provação

Ei-los vivendo na miséria. Seu presente

É tão-somente o fruto do seu passado.  
Quem pensará em censurar o mundo  
Por os ter tratado assim.

A poesia foi um raio na minha cabeça, parecia que o avião ia cair: Somos nós, os comunistas, pensei. Eu voltava atordoado pelo que vira e ouvira em Moscou e Leningrado (hoje novamente chamada pelo seu nome de batismo, São Petersburgo). Era o mês de maio de 1990, Mikhail Gorbachëv ainda gozava de enorme prestígio mundial, mas a União Soviética já estava se desmanchando. A viagem fora um choque terrível, que eu ainda não conseguia digerir. Sentia-me o próprio homem das cavernas da fábula de Platão, quando estava cego pela luz e não sabia se voltava para a escuridão, onde já não enxergava mais, ou permaneceria definitivamente à superfície.

### **A vaia na Praça Vermelha**

Havia viajado para uma reunião de representantes dos jornais comunistas de todo o mundo em Moscou, no auge da perestroika. A *Voz da Unidade* havia sido convidada, apesar de ser um pequeno semanário, insignificante até, diante do *L'Humanité*, do PCF, fundado por Jean Jaurès, o líder socialista francês assassinado ao tentar evitar a Primeira Guerra Mundial, ou o *l'Unità*, fundado por Antônio Gramsci, do PCI, que morreu nas masmorras do fascismo italiano de Mussolini. Modesto ainda mais diante do poderio do ***Pravda***, cujo novo diretor, Ivan Frolov, era a estrela do encontro. Ele havia substituído Victor Afanasiev, que comandou o jornal de 1976 a 1989, quando entrou em rota de colisão com Gorbachëv.

Havia uma esquizofrenia no cerimonial do evento, que seguia a hierarquia do partido para o tratamento dado aos convidados. Como eu era membro da Comissão Executiva e do secretariado do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), deram-me importância maior do que aquela que o jornalista realmente merecia. Sabia disso porque no ano anterior havia feito a cobertura da XIX Conferência Política do PCUS, na qual Gorbachëv derrotara seus adversários para poder avançar com a perestroika.

O tratamento era outro, o apartamento no qual me alojaram era o mesmo no qual se hospedara Giocondo Dias, pela última vez, segundo me disse a tradutora, Natália Kffeinia, que era dublê de informante da KGB, como quase todos os tradutores do PCUS. A



lógica soviética era de que a hierarquia do partido se sobrepunha à do Estado. Desse modo, nessa viagem, estava sendo tratado como se fosse ministro no Brasil, onde o partido estava isolado e fraco, mas tinha um candidato a presidente da República, o líder do PCB na Câmara, Roberto Freire.

Minha primeira grande surpresa na viagem foi saber que faltava tudo em Moscou e que os mineiros de Donetsk, na Ucrânia (que hoje se declara uma república independente e quer ser anexada à Rússia), estavam em greve, inclusive na legendária Mina Outubro. Foi nela que surgiu o movimento stakhanovista, símbolo da produtividade do trabalho na Era Stálin. Aliás, havia greves por todas as regiões da União Soviética.

Anatole Petrovitch Evchenco, o membro do Comitê Central do PCUS encarregado das relações com o Brasil, me contou que fora obrigado por Gorbachëv a negociar o fim de uma paralisação de mineiros nos Urais, onde fica a Rússia profunda. “Depois de fechar o acordo, eles exigiram que distribuíssemos o estoque de conhaque Napoleon que havia no armazém do partido para voltar ao trabalho. Veja que absurdo, os dirigentes da mina tinham do bom e do melhor e os mineiros passavam necessidades com suas famílias”, disse-me. Anatole hoje é um dos donos de uma fábrica de helicópteros, cujas ações “herdou” do pai.

O meu maior espanto aconteceu nas comemorações do Primeiro de Maio, na Praça Vermelha, cujo desfile assistiria ao lado de outros comunistas do mundo inteiro. Jamais imaginei que Gorbachëv, que arrancara aplausos de populares em todos os lugares onde esteve, inclusive no Brasil e nos Estados Unidos, fosse receber uma bruta vaia na festa mais importante para os trabalhadores de todo o mundo. No alto de um palanque ao lado do mausoléu de Lênin, os líderes comunistas assistiam ao desfile de pioneiros, estudantes e trabalhadores quando surgiram os protestos. Gorbachëv retirou-se do desfile sob apupos, após ver os manifestantes trazendo faixas nas quais se lia: "Abaixo Gorbachëv! Abaixo o Socialismo e o Império Vermelho fascista".

O líder soviético não era um ator como Ronald Reagan, o presidente dos Estados Unidos, mas era um governante carismático, que irradiava simpatia e estava sempre sorridente. Não parecia sinistro como Stálin, não era grosseiro como Krushev, ou senil como Brejnev. Muito menos temido, como Andropov ou,



simplesmente, apático como fora Chernenko. Assim eram seus antecessores na secretaria-geral do PCUS. Encarnava o sonho de democratização do “socialismo real” para a opinião pública mundial e, creio, para a maioria dos comunistas. Simbolizava o fim da guerra fria, pois o acordo que desarmamento nuclear lhe valeu o Prêmio Nobel da Paz. Representava o sonho de renovação do movimento comunista.

No dia seguinte ao desfile, numa reunião com diretores dos jornais, os discursos dos funcionários do partido eram de duras críticas à oposição, cujos líderes foram chamados de sujos, vagabundos e provocadores. Mas a grande preocupação era com a repercussão da vaia nas demais cidades soviéticas e o destaque dado ao fato pela mídia mundial, relatara-me Oleg Tsukanov, professor de Economia na Escola de Quadros do PCUS, muito querido entre os brasileiros. Ele acabou por morrer voltando ao Brasil, onde procurou trabalho depois que os comunistas deixaram o poder (morava em Brasília e dava aulas na Universidade Católica).

Ao longo da Rua Arbat, a rua de pedestre mais famosa da capital, não se falava de outra coisa, a não ser na vaia do Primeiro de Maio, para espanto de outro camarada, Hudson Correia de Lacerda, que era locutor da Rádio Central de Moscou e me levava para ver a situação na cidade sem os filtros do aparatchik. Ele falava russo sem sotaque e vivia como um autêntico moscovita. A agitação era impressionante. Havia de tudo, de comícios relâmpagos a protestos individuais e silenciosos. Aquilo me lembrava o centro do Rio de Janeiro entre a campanha das Diretas Já e a eleição de Tancredo Neves, já nos estertores do regime militar.

### **A crise de desabastecimento**

Numa conversa após o Primeiro de Maio, o economista Ygor Gaidar, um dos editores de Economia do Pravda, que mais tarde viria ser o ministro da Fazenda de Boris Yeltsin, fez-me um balanço da situação. Ele criticava o que chamou de grande equívoco de Gorbachëv na condução do país: entregar o comando da economia aos engenheiros que dirigiam os grandes combinados industriais.

“Eles cortaram 10% das importações de bens de consumo e compraram máquinas e equipamentos que vão ficar por aí enferrujando”, disparou. Segundo ele, a reforma deveria começar

pelas privatizações de serviços e manufaturas, além da liberação da pequena produção mercantil e do comércio em geral para os empreendedores familiares, e pela abertura da economia para a entrada das montadoras de automóveis e fábricas de eletroeletrônicos das multinacionais, como a China acabou fazendo depois.

A “aceleração”, como Gorbachëv batizara inicialmente a sua reforma econômica, estava sendo um fracasso. De imediato, pensei na polêmica do Bukharin com Stálin. O líder russo, assassinado nos processos de Moscou, defendia um modelo de “acumulação socialista” que se baseava na produção capitalista no campo e no barateamento da produção da indústria ligeira para formação da poupança necessária ao financiamento da industrialização pesada.

Diante da necessidade de armar o país para enfrentar a guerra iminente com a Alemanha, porém, Stálin deu um basta a isso, com as “coletivizações forçadas” no campo, que expropriou a pequena burguesia rural. O movimento stakhanovista era uma espécie de trabalho compulsório, mascarado de emulação socialista. Também rasgou a Constituição de 1935, que transformaria a URSS num Estado de direito socialista. Bukharin foi processado e fuzilado como traidor, depois de obrigado a assinar a própria confissão, em meio à onda de assassinatos do grande expurgo promovido pelos chamados “Processos de Moscou”.

A ascensão de Stálin se deu sobre os cadáveres de milhares de quadros bolcheviques. Começou após a morte de Sverdlov, vítima de tifo, quando Lênin perdeu o principal organizador do partido bolchevique, que foi substituído por uma comissão na qual Stálin despontaria. Mas a liderança absoluta viria mesmo após a morte de Lênin, com o assassinato de Kirov, o secretário do comitê de Leningrado, que era o mais popular dos bolcheviques. O crime, mais tarde atribuído ao próprio Stálin, deu início à onda de expurgos que consolidaria o poder do ditador soviético.

Voltemos, porém, à crise do modelo soviético. No verão russo de 1982, durante o Congresso do Konsomol, no Kremlin, Leonid Brejnev quase caiu ao discursar. O velho líder soviético já estava meio gagá, mas gozava de uma conjuntura econômica favorável: havia abundância de frutas tropicais nas ruas de Moscou e as lojas do GUM (Glavny Universalny Magazin), na Praça Vermelha, estavam abarrotadas de produtos importados, dos perfumes

franceses aos sapatos italianos. A URSS faturava com a elevação do preço do petróleo e do gás.

Na crise do petróleo, que a liderança soviética erroneamente interpretou como uma nova crise geral do capitalismo, Brejnev havia lançado a consigna “Estado de todo o povo, rumo ao comunismo”. Os americanos haviam sido derrotados no Vietnã e foram corridos do Irã; os comunistas estavam no poder nas colônias portuguesas. A América Latina fervia com a revolução sandinista na Nicarágua e a ofensiva guerrilheira dos comunistas em El Salvador. Até que a invasão do Líbano por Israel mostrou que o outro lado ainda era capaz de arreganhar os dentes.

Vinte anos depois, porém, a conta do atraso havia chegado. O velho problema detectado por Bukharin, e que fora atalhado por Stálin, estava estrangulando a economia soviética: a produção do campo não era suficiente para alimentar o povo e a indústria de bens de consumo, padecia de baixa produtividade e péssima qualidade. Enquanto isso, o mundo capitalista ingressara na terceira revolução industrial, com o toyotismo, os sistemas de produção flexíveis, os novos materiais e supercondutores, a microeletrônica e a telemática. Os grandes combinados russos, engessados pelos planos quinquenais, já tinham ficado para trás.

Nas ruas de Moscou, as “bichas” se formavam do nada. O sujeito chegava com uma sacola e entrava na fila, esperava alguém mais chegar e pedia para guardar o seu lugar. Só então verificava o que estava sendo vendido. Se achasse que era algo que iria faltar, comprava o que os rubros permitissem e ele conseguisse carregar, para estocar ou fazer câmbio negro. O povo aproveitava para falar mal do Gorbachëv e dos comunistas. O abastecimento se tornara completamente caótico.

### **O despejo do Smolni**

No dia seguinte, me despacharam para Leningrado. Fui recebido por um membro da direção do partido no berço da Revolução de 1917, que neste 7 de novembro de 2014 completaria 97 anos. Com muita gentileza, mas meio sem jeito, disse-me que o secretário-geral do partido não poderia me receber: “Você não sabe da maior, acabamos de ser despejados do Smolni; está a maior confusão por aqui”.

O Instituto Smolni, antigo convento da aristocracia russa, foi a primeira sede do governo soviético, o local onde se realizou o II Congresso dos Sovietes. Nele, os comunistas tomaram o poder e Lênin anunciou as primeiras medidas da revolução: proposta de paz imediata a todas as nações beligerantes; entrega da terra aos camponeses; controle operário de toda a produção e distribuição de bens e o controle estatal das instituições bancárias. Em seguida, outras medidas de larga repercussão foram sendo tomadas, tais como a abolição de todas as desigualdades de classe, sexo, nacionalidade ou credo religioso, nacionalização dos bancos e das estradas de ferro, entre outras. Foram dez dias que abalaram o mundo, como disse John Reed em seu livro famoso.

Com a transferência da sede do governo para Moscou, os bolcheviques se instalaram no local e nunca mais saíram. Ocorre que Gorbachëv havia aprovado um decreto apartando os bens do partido dos bens do Estado e o prefeito de Leningrado, Gavril Popov, aliado de Yeltsin, rompeu com o PCUS e mandou a milícia pôr os dirigentes e funcionários do partido na rua. Não havia nada que legitimasse a posse do imóvel, nem mesmo uma conta de luz ou água paga pelos comunistas desde a tomada do prédio, *manu militari*, pelos soldados e marinheiros que garantiram o poder dos comunistas em 1917.

Diante do constrangimento, minha viagem a Leningrado virou um grande passeio turístico. Fundada por Pedro, o Grande, às margens do rio Neva, São Petersburgo é a primeira grande cidade planejada do mundo e a quarta da Europa em população, atrás apenas de Londres, Paris e Moscou. Fui ao Hermitage, à Catedral de Pedro e Paulo, conheci o legendário cruzador Aurora e me encantei com o balé Kirov. Caminhei pela famosa Avenida Nevski até a famosa Estação Finlândia, pensando em Maiakovski, na *Flauta Vertebrada*:

*Eu medito.*

*Os pensamentos, coágulos de sangue,  
enfermos, ardendo,  
porejam de meu crânio.*

*Eu,*

*criador de tudo que é festa,  
não tenho com quem ir à festa.*

*Agora mesmo irei atirar-me  
de cabeça*

*no empedrado da avenida Nevski.*

## **A desintegração da URSS**

De volta a Moscou, tinha um encontro marcado com o brasilianista russo A. Karavaiev, autor do livro *Brasil, passado e presente do capitalismo periférico*, que havia me chamado a atenção porque defendia uma tese heterodoxa diante dos cânones da III Internacional: a de que o nosso país poderia se tornar desenvolvido por uma via não-socialista. No dogma comunista, nenhum país dependente teria chance de chegar lá por outra via que não fosse a tomada do poder numa revolução nacional-libertadora, seguida da construção do socialismo.

“Não vou conversar com você sobre o Brasil, que é um grande país e hoje tem menos problemas que o nosso”, disse-me Karavaiev. Tenso, o que ele queria falar era outra coisa: “a União Soviética está à beira da dissolução”. Fiquei perplexo: “Como assim, vocês não resolveram a questão das nacionalidades?” A resposta dele foi nua e crua. “Com o regime de partido único, a União Soviética não sobreviverá. Os comunistas das repúblicas serão os primeiros a declarar independência para permanecer no poder”, disparou. Não deu outra.

No dia 8 de dezembro de 1991, Yeltsin, sem consultar Gorbachëv, comunicaria ao presidente Bush, o pai, que acabara de extinguir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Para Eric Hobsbawn, a queda da URSS e do socialismo no Leste Europeu selou o fim do próprio século XX. Ninguém esperava isso, mas também não foi um passe de mágica, foi o esgotamento de um modelo de sociedade. O colapso político se deu quando os militares sequestraram Gorbachëv e tentaram um golpe de Estado, entre 19 e 21 de agosto daquele ano. Era outra pedra cantada, na qual não quis acreditar.

## **A conspiração dos militares**

O primeiro cara a me falar do golpe foi o jornalista brasileiro José Arbex, então correspondente da *Folha de São Paulo*, em Moscou. Eu o havia convidado para almoçar no novo hotel do partido, que o povo chamava de Spaciba Bolshoi, considerado então o mais luxuoso de Moscou e destinado aos dirigentes do PCUS e não aos empresários e turistas que chegam à capital soviética. Era um hotel cinco estrelas como outro qualquer, mas comparado ao Hotel



Moscou, da época de Stálin, ou ao velho Spaciba nos fundos do Teatro Bolshoi, o hotel do partido desde a década de 1920, aquilo era um escândalo. Tanto que o secretário geral Yuri Andropov, que foi o grande padrinho de Gorbachêv, recusou-se a inaugurá-lo.

Arbex entrou no hotel observando tudo, pois nunca antes havia posto os pés por lá. Mas conhecia a fama do lugar e fez uma gozação ao ver o buffet farto do hotel, enquanto tudo faltava para o povo lá fora. “Quanta mordomia, camarada Azedo!”. Foi uma longa e divertida conversa. Não acreditei no que ele me falou sobre os militares: “Azedo, você prestou atenção no pronunciamento do ministro da Defesa no Dia da Vitória?”. O desfile do Exército Vermelho, no dia 9 de maio, é o ponto alto das comemorações da Grande Guerra Patriótica, como os russos chamam ainda hoje a II Guerra Mundial. Eu prestara atenção, fora um discurso duro contra a oposição, o imperialismo e em defesa do socialismo, mas dentro da velha retórica soviética. Não interpretei aquilo como a senha para um golpe de Estado.

“Você está com teorias conspiratórias, esses generais são heróis de guerra e velhos bolcheviques, vão fazer o que o partido decidir”, disse-lhe. Arbex riu e rebateu: “Esse é o problema, o partido está contra o Gorbachêv”. É óbvio que eu não acreditei no que ele estava falando. Tudo indicava que o golpe realmente estava em marcha, mas eu me recusava a encarar a realidade.

Mais tarde, já no Brasil, durante um encontro de partidos de esquerda com Fidel Castro em São Paulo, da qual participei ao lado do então secretário-geral do PCB, Salomão Malina, o líder cubano disse com todas as letras que estava contra o Gorbachêv e que tinha informações de que era crescente a resistência do partido, inclusive dos militares, à perestroika -- que ele também considerava uma traição ao socialismo. O dirigente cubano sabia do que estava falando.

## **O equilíbrio estratégico-militar**

A Revolução Russa de 1917 foi a maior tentativa já feita de superação do capitalismo, depois da brevíssima Comuna de Paris de 1871, que inspirou Lênin. Na verdade, tomou o rumo dado pelos bolcheviques em consequência da Primeira Guerra Mundial, que interrompeu a primeira experiência de governo socialdemocrata do mundo, na Alemanha. A II Internacional, que reunia num só

movimento os principais líderes operários e a intelectualidade marxista do começo do século passado, implodiu.

A Socialdemocracia Alemã, ao aprovar os créditos de guerra, “traiu” o restante do movimento socialista. O Partido Trabalhista britânico, obviamente, engajou-se no esforço de guerra da Inglaterra. Na França, Jaurès, o grande líder socialista que lutava pela manutenção da paz, fora assassinado. Lênin, então, opôs-se ferozmente à participação da Rússia na guerra. A velha consigna bolchevique lançada por ocasião da Guerra da Criméia estava mais válida do que nunca: “Pão, paz e terra!”.

Foi nessa esquina da História que o chamado “socialismo real” se impôs como alternativa para a construção de uma nova sociedade, em contraposição à experiência fascista em diversos países, cuja ascensão começou com a chegada de Mussolini ao poder na Itália. Depois da derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, a expansão comunista veio no rastro dos tanques soviéticos. O “socialismo real” no Leste Europeu funcionou como uma via de industrialização tardia. Só não se contava com o sucesso do Plano Marshall, que possibilitou a retomada da experiência socialdemocrata na Europa Ocidental, com seu Estado de Bem-estar Social, e com a guerra-fria, que submeteu a economia soviética a um esforço permanente de guerra com a chamada “corrida armamentista”.

Na doutrina comunista, o equilíbrio estratégico militar entre a URSS e os EUA era a chave do avanço revolucionário no resto do mundo. Permitiria neutralizar o imperialismo yanque e avançar nas lutas de libertação nacional, como aconteceu na China, em Cuba e no Vietnã. Do ponto de vista do Ocidente, a visão não era muito diferente, apenas tinha sinal trocado. No histórico encontro de julho de 1945, em Potsdam, nos arredores de Berlim, Josef Stálin, Harry Truman e Winston Churchill, respectivos líderes da URSS, dos EUA e da Inglaterra, traçaram o destino do mundo - especialmente a partilha da Alemanha, que havia se rendido em maio, e o desfecho da guerra contra os japoneses, que ainda não haviam se rendido.

Truman comentou com Stálin que os EUA estavam de posse de uma nova arma, com "inusitado poder destrutivo". Como bom jogador, o líder soviético agradeceu a informação e desejou que os americanos usassem o novo artefato com "sucesso contra o

Japão". Um mês depois, as primeiras bombas atômicas foram lançadas em Hiroshima e Nagasaki.

A decisão de lançar as bombas sobre o Japão não teve como objetivo apenas abreviar o desfecho da Segunda Guerra. Era o começo de um novo tipo de tensão mundial: a Europa seria dividida em duas zonas de influência: a Ocidental, capitalista, sob atração dos EUA, e a Oriental, comunista, ajudada pela URSS. A fronteira entre "as duas Europas" seria a própria Alemanha, também dividida. O que realmente estava em jogo era a hegemonia mundial. Os EUA adotaram uma estratégia de domínio indireto; o intervencionismo militar da URSS, ao contrário do que aparentava, porém, seria muito mais frágil.

### **A debacle do socialismo real**

Os comunistas chegaram ao poder na Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental com o apoio dos tanques soviéticos, diante de uma economia em frangalhos e elites locais que na maioria dos casos havia colaborado com o nazismo. O preço a ser pago pela igualdade econômica era a perda da liberdade política. Foi assim na Hungria, em 1956, e na Tchecoslováquia, em 1968 - a famosa Primavera de Praga. A antiga Iugoslávia e a China eram casos à parte.

Na Europa Ocidental, Berlim Ocidental era uma vitrine reluzente, uma ilha capitalista encravada na República Democrática Alemã. Quando percebeu que a tal "vitrine" exercia uma enorme atração sobre os berlinenses, que preferiam trabalhar no lado ocidental da cidade, a administração do setor oriental viu-se obrigada a erguer, em 1961, o Muro de Berlim.

Como se sabe, entre a década de 1930 e o início da década de 1960, a consolidação da URSS como potência industrial foi feita com base num "crescimento extensivo", com muita mão de obra barata e abundância de recursos naturais. Na década de 1970, no Ocidente, fábricas projetadas para produzir em série determinados produtos passaram a ser substituídas por plantas industriais automatizadas e muito mais flexíveis, capazes de se adaptar às variações de demanda no mercado consumidor.

A linha de montagem criada por Henry Ford já não dava conta do recado. Mas fora a fonte de inspiração de Lênin para conceber todo



o arcabouço do chamado “socialismo real”, do modelo de partido único, da estrutura do Estado soviético e dos sindicatos como correias de transmissão do partido. O socialismo tornara-se anacrônico.

Ao mesmo tempo, havia uma batalha ideológica entre o chamado “americanismo” do Ocidente e a “proletarização” do Leste Europeu. Essa batalha ganhou uma nova dimensão quando o cardeal polonês Carol Wojtyla foi eleito papa. Como João Paulo II, ele desempenharia um papel importante na desestabilização dos regimes socialistas do Leste Europeu, a começar pela Polônia. Um pouco da crise da URSS se deve também a isso, por causa da independência da Estônia, Letônia e Lituânia, republicas de maioria católica da URSS que haviam sido anexadas por Stálin.

Em agosto de 1980, no estaleiro Lenin, na cidade de Gdansk, o eletricitista Lech Walesa anunciou a criação do Solidariedade - o primeiro sindicato independente de um país comunista. O dogma de que a vanguarda da classe operária eram os comunistas veio abaixo no Leste Europeu. O partido deixara de ser “a consciência do proletariado”, se tornara uma espécie de nova classe dominante, uma burocracia autoritária e corrompida, encastelada no poder.

Num dos intervalos do encontro promovido pelo Pravda, fui procurado por um dos diretores da agência de notícias Tass, uma das maiores do mundo. Ele era casado com a filha do ministro da Pesca e queria um contato com um grande estaleiro do Brasil para iniciar um grande negócio: criar uma joint-venture para prestar serviços à frota de pesqueiros russa do Atlântico Sul, que passariam a ser reabastecidos e sofreriam reparos em Niterói. Ou seja, a plutocracia que enriqueceria com as privatizações de Yeltsin já estava em posição de combate.

O presidente americano na época, Ronald Reagan, e a primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, diante da crise, perceberam a oportunidade de uma grande ofensiva neoliberal. O comunismo já era um animal ferido de morte. Encararam como missão resgatar a reputação do capitalismo no Ocidente e afastar de vez o fantasma comunista que rondava o mundo desde o Manifesto de Marx e Engels de 1848. Gorbachëv, que chegou ao poder em 1985, era uma resposta a essa ofensiva, mas já era tarde demais. A reestruturação econômica (perestroika) e a transparência política (glasnost) não teriam o mesmo sucesso que os acordos de

desarmamento que o fizeram um notável líder mundial, até hoje respeitado no Ocidente.

Gorbachëv surpreendia o mundo com discursos liberalizantes e democráticos, mas a pressão interna no Leste Europeu crescia. A explosão começou em 1989, ano do bicentenário da Revolução Francesa. Em junho, depois que o líder soviético deu a entender ao novo primeiro-ministro da Hungria que reconhecia que a revolta de 1956 tinha começado em virtude da insatisfação do povo, mais de 200 mil húngaros sentiram-se à vontade para ir à cerimônia do "novo funeral" de Imre Nagy, que liderara a revolta e fora executado por ordem de Kruschev. Três meses depois, com a retirada da cerca de arame farpado ao longo da fronteira entre a Hungria e a Áustria, milhares de alemães orientais cruzaram o território húngaro para o Ocidente.

Na Polônia, o sindicato Solidariedade ganhou as eleições; em Berlim Oriental, no dia 9 de novembro, ou seja há 25 anos a completar neste domingo, o mundo inteiro assistiu pela TV a derrubada do Muro de Berlim. Na Bulgária, Todor Zhivkov, no poder desde 1954, anunciou seu afastamento. Sete dias depois, na Tchecoslováquia um governo de coalizão liderado por Alexandre Dubcek, líder da Primavera de Praga em 1968, tomou o poder dos comunistas pelos braços do povo. Na Romênia, o líder Nicolau Ceausescu, foi destituído e enforcado ao lado de sua mulher, depois de uma revolta popular que terminou com o seu julgamento sumário.

Finalmente, Gorbachëv foi vítima de sequestro, numa tentativa de golpe militar. A resistência democrática foi liderada por Boris Yeltsin - o mesmo homem que, no dia 8 de dezembro de 1991, decretaria o fim da URSS. No Natal daquele ano, o pai da perestroika passou a Yeltsin os códigos necessários para disparar um ataque nuclear. E assinou o decreto oficial do fim da URSS, no dia 31 de dezembro de 1991.

### **A travessia do deserto**

Numa das passagens de As Mil e Uma Noites, o vizir diz para Sherazade o seguinte:

*“Aquele que não sabe adaptar-se às realidades do mundo sucumbe infalivelmente aos perigos que não soube evitar. Aquele que não*

*prevê a consequência dos seus atos não pode conservar os favores do século.”*

Aparentemente, esses foram os erros de Gorbachëv, mas isso não passa de uma simplificação de tudo o que ocorreu. Velhos camaradas culpam o líder soviético, mas há muitas interpretações sobre o que houve de fato. Entre os comunistas, como sempre, as divergências são profundas.

Os trotskistas veem a restauração capitalista no Leste Europeu como a confirmação das teses de Leon Trotsky, o líder bolchevique assassinado por ordem de Stálin durante o exílio no México e que acaba de ter sua memória resgatada pelo fabuloso romance *O homem que amava os cachorros*, do escritor cubano Leonardo Padura.

Os maoístas, mais pragmáticos, corroboram a velha tese chinesa de que Kruschov havia traído a revolução ao denunciar o culto à personalidade e os crimes de Stálin. Sobre isso é muito interessante o relato de Henry Kissinger no livro *Sobre a China*, na qual mostra como a liderança do PCCh se aliou aos Estados Unidos para derrotar a União Soviética em plena guerra-fria.

Os antigos eurocomunistas, críticos do modelo soviético, aprofundaram suas análises e tentam encontrar um caminho para um projeto transformador assentado na ampliação da democracia, porém, cada vez mais distante do que poderia se chamar de socialismo.

Os comunistas viraram uma espécie de alma penada, com um enorme fardo histórico sobre os ombros. A perplexidade de Lúcio Magri, da esquerda do PCI, diante da dissolução da URSS e do próprio partido italiano, muito bem retratada na sua obra autobiográfica, intitulada *Alfaiate de Ulm*, levou o líder do grupo Il Manifesto à depressão e ao suicídio.

Aqui no Brasil, a colapso da União Soviética implodiu o PCB, que já vinha de duas crises na década de 1980, uma provocada pela saída de Luiz Carlos Prestes e outra, pela dissidência do grupo renovador de Armênio Guedes.

Como dirigente do partido, diante da situação que se colocava, tinha minhas próprias opiniões, mas fui muito influenciado por duas

pessoas próximas: minha mãe, Aparecida Azedo, ex-camponesa que virou pintora naïf, e Salomão Malina, o então secretário-geral do PCB, com quem trabalhava diretamente.

Ao chegar de Moscou, em conversa com a minha mãe, relatei-lhe o que estava acontecendo e, para minha surpresa, a antiga bóia-fria e operária textil, que havia sobrevivido ao Massacre de Tupã e passara por tantas agruras pessoais e políticas, disse-me sem mais delongas: “meu filho, o partido está morrendo, não consigo recrutar mais ninguém!” Era a tradução de que o poder de atração do "socialismo real" deixara de existir com o colapso do Leste Europeu.

Por causa dessa conversa, escrevi um artigo para o *Jornal do Brasil* defendendo uma renovação radical no PCB, com o abandono do símbolo da foice e do martelo e a mudança de sigla. Malina soube do artigo quando passei o jornal para ele, num comício de Roberto Freire, na Cinelândia, em plena campanha presidencial de 1989. Ficou muito contrariado.

Eu era o coordenador do grupo encarregado de elaborar as teses do 9º Congresso do PCB, da qual participavam os historiadores Alberto Aggio e José Antônio Segatto e os economistas, Eduardo Rocha e Raul Paixão. Durante oito anos, convivera com Malina quase diariamente, na sede do partido em São Paulo, e sabia que ele comungava do mesmo ponto de vista, mas precisava convencer os demais dirigentes históricos do PCB de que era preciso dar um passo audacioso nessa direção.

Atalhar a discussão, na sua avaliação, organizaria a resistência interna antes que a maioria no Comitê Central estivesse consolidada. Ele tinha certa razão, mas a pressão para a mudança precisaria ser feita de fora para dentro, porque a força de inércia do dogmatismo era grande. A mudança não seria possível com uma discussão intramuros.

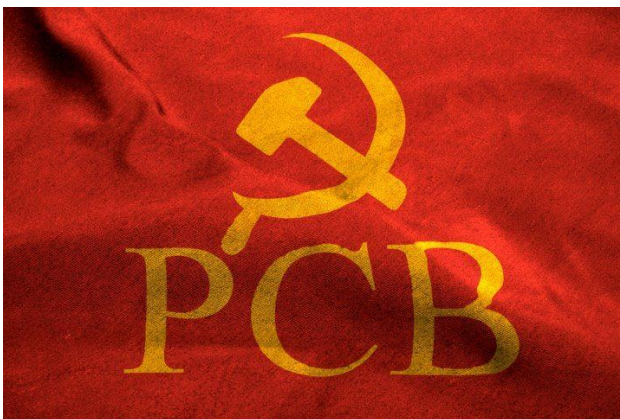
Os trunfos da renovação, porém, eram a liderança de Roberto Freire, que seria o sucessor natural de Malina depois do congresso, e de seu candidato a vice, o médico sanitário e cientista Sérgio Arouca. Foi dramática a reunião do Comitê Central do PCB que aprovou as teses do Congresso, intituladas “Novo socialismo, novo partido”.

Velho judeu comunista, herói da Força Expedicionária Brasileira

(FEB) na tomada de Montese, na Itália, Malina teve um papel decisivo na direção e no congresso. Ele era um dos que mais estudava os novos marxistas, lia os algo-saxões nos originais em inglês. Havia ficado dois anos preso, na década de 1950. Nesse período, na cadeia, porém, só podia ler a Bíblia. Sua intervenção foi inspirada na saga dos hebreus:

“As mudanças no capitalismo ainda estão em curso, não temos massa crítica para produzir uma nova síntese teórica. Mas temos algumas bandeiras e uma cultura política a preservar, até que uma nova geração encontre o caminho para a sociedade desejada”, disse Malina. Citando Moisés, disse que nós estamos como os judeus “que, por terem sido escravizados, não tinham cabeça para construir uma sociedade livre” após aqueles 40 anos de travessia do deserto. Será preciso que uma nova geração o faça.

## **PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – TESES DE 1967**







**Manoel Messias Pereira Pereira** adicionou 3 novas fotos.

Em 7 de dezembro de 1967 - Inicia-se a Reunião final do VI Congresso do PCB  
MIA > Arquivos Temáticos > Documentos - Trechos importantes.

Resolução Política - VI Congresso

Partido Comunista Brasileiro

Dezembro de 1967

Fonte: Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional n.º 9; Editorial Avante!, Lisboa, 1976, págs: 127-166. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo. Direitos de Reprodução: Licença Creative Commons licenciado sob uma Licença Creative Commons.  
capa

Reuniu-se o órgão dirigente supremo do Partido Comunista Brasileiro — seu Congresso Nacional. Por feliz coincidência, realizou-se este Congresso no ano em que os povos comemoram o 50.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, o maior acontecimento dos tempos modernos, que abriu uma nova era na História da Humanidade — a era do socialismo e do comunismo, do triunfo mundial do marxismo-leninismo.

O VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, que culminou um período de vários meses de intensa e democrática discussão em suas fileiras, não obstante as condições difíceis de clandestinidade e repressão policial criadas pela ditadura, adoptou a seguinte resolução política:

I — A Situação Internacional

Nos anos decorridos após o V Congresso, a evolução da situação internacional confirma a tese do movimento comunista de que, na época contemporânea, a direcção principal do desenvolvimento básico é determinada pelo sistema socialista mundial e pelas forças que lutam contra o imperialismo e pela transformação socialista da sociedade.

A situação internacional caracteriza-se, hoje, pelo progresso do socialismo e do conjunto de forças de libertação, ao mesmo tempo que pela resistência do imperialismo e suas manobras agressivas.

O sistema socialista mundial, com a União Soviética à frente, fortaleceu-se consideravelmente. Seu prestígio e sua influência se elevaram. Abrangendo 14 Estados, ocupando 26% da superfície da Terra, os países socialistas já contribuem com 40% da produção industrial de todo o mundo e constituem o factor principal do impulso do processo revolucionário da actualidade.

Outra característica marcante da situação mundial está nos acontecimentos que se processam na Ásia, África e América Latina, onde continua se desenvolvendo o movimento de libertação nacional. Nos últimos anos, cerca de duas dezenas de antigas colónias impuseram-se como Estados politicamente independentes, trazendo a participação de milhares de pessoas na luta por novas conquistas sociais. Numerosos desses países entraram, após conquistar a independência estatal, em uma etapa de luta pela independência econômica, contra as tentativas neocolonialistas do imperialismo, que procura recuperar as posições perdidas e impedir o progresso social desses países.

Por sua vez, nos países capitalistas mais adiantados, o movimento operário trava grandes batalhas de classe contra os monopólios. O proletariado de vários países conquistou novas posições para prosseguir a ofensiva contra o regime explorador. A luta das forças democráticas, entre as quais aumenta a influência da classe operária, obtém êxitos notáveis na França. Na Itália, a combatividade dos trabalhadores foi posta em evidência por enérgicas acções de massa, em defesa da democracia e do progresso. Na Espanha, cresce a tendência à unidade das forças democráticas contra a ditadura franquista. Em todos os países dessa área, assim como no Japão, a consciência da necessidade de defender a paz estende-se aos mais amplos sectores da população e anima a actividade de numerosas correntes de opinião. Adquirem maior amplitude e vigor, repercutindo no mundo inteiro,

as lutas que se desenvolvem nos Estados Unidos contra a miséria e a discriminação racial, e em defesa da paz. Reveste-se, também, de grande significado a posição assumida pela Igreja Católica, em cujo seio poderosas correntes colocam-se em consonância com as forças que lutam pela paz, pela democracia e contra a exploração capitalista, e tomam posição favorável à aspiração dos povos à independência e ao socialismo.

A correlação de forças no âmbito mundial continua modificando-se em favor do movimento operário, do movimento de libertação nacional e do socialismo. Mas o período que examinamos se caracteriza também pela intensificação da agressividade imperialista. O aprofundamento da crise geral do capitalismo e o aguçamento de suas contradições levam o imperialismo a novas aventuras, que ameaçam a causa da paz e do progresso social. Ao mesmo tempo, porém, entram em crise as alianças políticas e econômicas, e os pactos militares dos imperialistas, decompondo a estratégia da guerra fria.

Continua crescendo o potencial econômico e militar dos principais países capitalistas, notadamente dos Estados Unidos. É, entretanto, como fera acuada, em recuo histórico, que o imperialismo luta encarniçadamente para opor resistência às forças da revolução, tomando, em alguns sectores, a contra-ofensiva. O imperialismo norte-americano, que exerce o papel de gendarme mundial, é a principal força reaccionária da nossa época. Intervém brutalmente nos assuntos internos de muitos países e povos e ameaça seriamente a paz mundial. Intensifica a criminosa guerra contra o povo vietnamita. Instigando o Estado de Israel e fomentando a guerra no Médio Oriente, tenta conter e derrotar a luta dos povos árabes por sua libertação e independência. Procura sufocar pela força das armas o movimento de libertação nacional, como aconteceu em São Domingos. Não cessa as suas provocações contra Cuba revolucionária e dirige golpes militares, como aconteceu na Indonésia, Brasil, Argentina, Grécia e outros países. Estimula o ressurgimento do nazismo e a nuclearização da Alemanha Federal.

O carácter agressivo do imperialismo norte-americano revela-se com maior clareza na guerra que faz ao povo vietnamita, em que recorre aos meios mais bárbaros de destruição e assassinatos. Impotentes diante da bravura indomável com que o povo do Vietname do Sul defende sua terra e sua liberdade, os imperialistas estenderam a sua agressão à República Democrática do Vietname,



violam as fronteiras do Laos e do Camboja e prosseguem na escalada que ameaça generalizar o conflito e pode levar a uma guerra mundial termonuclear.

A opinião pública do mundo inteiro acompanha com admiração a heróica luta dos patriotas vietnamitas e a eles presta crescente solidariedade. Mesmo nos Estados Unidos, o povo realiza sucessivas e cada vez maiores manifestações de protesto contra a agressão ao Vietname, o que muito contribui para reforçar o apoio internacional à resistência dos lutadores vietnamitas e amplia a luta contra o imperialismo norte-americano, em defesa da paz mundial.

Neste Congresso, reafirmamos a solidariedade fraternal e activa do Partido Comunista Brasileiro ao povo vietnamita e saudamos a ajuda política, econômica, técnica e militar que a União Soviética e outros Estados socialistas dão ao povo vietnamita. Dentro das possibilidades dos países socialistas, essa ajuda tem como limite apenas as necessidades e os desejos dos patriotas vietnamitas e constitui a mais elevada manifestação de internacionalismo proletário.

Os acontecimentos na arena mundial confirmam, assim, que, enquanto existir o imperialismo, continuará latente a ameaça de guerra de rapina, de conflitos armados que podem levar ao desencadeamento de uma guerra termonuclear. Contra a política agressiva de provocação de guerra do imperialismo ergue-se vitoriosa a estratégia da luta pela paz, pela distensão, pela coexistência pacífica, a política leninista praticada pela União Soviética e outros países socialistas, com o apoio de todos os povos amantes da paz. A defesa da paz constitui uma das formas mais importantes da luta dos povos contra o imperialismo, reflecte os interesses vitais da classe operária e de todos os trabalhadores. Os povos dispõem agora de forças suficientes para impedir, com acções intensas e coordenadas, que irrompa uma nova guerra mundial. Toma-se indispensável, no entanto, para conter a reacção internacional e salvaguardar a paz mundial, que se mantenha vigilância permanente e que sejam mobilizados todos os povos e forças defensoras da paz a fim de repelir os actos agressivos do imperialismo.

Os comunistas brasileiros tudo farão para activar e ampliar o movimento em defesa da paz mundial, que deve mobilizar a opinião pública para influir na política externa do país e afastá-lo da

obediência aos interesses imperialistas dos fomentadores de guerra dos Estados Unidos.

Nosso dever de solidariedade aos povos que lutam pela libertação nacional e o progresso social impõe-nos uma actividade permanente de esclarecimento do povo brasileiro sobre o carácter verdadeiro dessas lutas e de denúncia das acções e ameaças agressivas do imperialismo. É dever dos comunistas condenar a política do governo brasileiro de apoio ao colonialismo português e desenvolver em nosso país a solidariedade aos povos de Angola, Moçambique e Guiné portuguesa, que lutam contra a tirania salazarista e pela independência nacional.

A solidariedade a todos os povos irmãos do continente que, juntamente connosco, sofrem a brutal agressão do imperialismo norte-americano e seus associados internos merece atenção particular de nossa parte. É necessário intensificar a luta contra a OEA e a sua política de intervenção nos assuntos internos dos povos latino-americanos, contra a constituição da chamada “Força Interamericana de Paz” e seus disfarces, como a Junta Militar da OEA, e contra a corrida armamentista. A unidade de esforços facilitará o desmascaramento da “Aliança para o Progresso” e a luta contra a política económico-financeira ditada pelo Fundo Monetário Internacional. É nosso dever desenvolver ampla campanha de solidariedade a todos os perseguidos, presos e condenados políticos nos diversos países da América Latina.

A solidariedade à revolução cubana e ao governo que constrói na América o socialismo é agora mais importante do que nunca diante dos crescentes esforços do imperialismo para isolar Cuba, tomar efectivo o bloqueio comercial e desencadear a intervenção armada. E nosso dever impulsionar um amplo movimento de solidariedade à Revolução Cubana. Defendendo-a, defenderemos nossos próprios interesses, a liberdade, a dignidade e o futuro do nosso povo.

A luta em defesa da paz mundial e em apoio a todos os povos que lutam contra o imperialismo constitui factor importante que amplia e reforça a luta contra a ditadura em nosso país. E é intensificando o combate à ditadura, instrumento do imperialismo norte-americano, que daremos nossa maior contribuição ao movimento em defesa da paz mundial, à luta contra o imperialismo e pela vitória do socialismo e do comunismo no mundo inteiro.

Contra o imperialismo norte-americano e a ditadura militar entreguista em nosso país, o Partido Comunista Brasileiro luta por uma política conseqüente de paz, de desarmamento e de independência nacional. O esforço perseverante pela unidade de todas as forças contrárias à guerra mundial é a tarefa primordial de todos os comunistas.

## II —A Situação Econômica e Social do Brasil

O Brasil passou, nos anos de após guerra, por grandes transformações. Nessa fase, deixa de ser um país especializado na produção de limitados artigos primários de exportação para transformar-se numa nação de economia agrário-industrial.

O processo de industrialização foi o elemento dinâmico essencial do desenvolvimento capitalista. Entre 1948 e os dias actuais, a produção industrial multiplicou-se por quatro, enquanto que o produto interno bruto cresceu de 2,6 vezes e o número de habitantes aumentou em 60%. A indústria de bens de produção ganhou maior impulso. O valor da sua produção eqüivale ao valor da produção de bens de consumo, sendo que em 1939 correspondia a menos de metade. É preciso considerar que houve uma grande expansão da própria indústria de bens de consumo, cuja produção até à Segunda Guerra Mundial satisfazia apenas a uma fracção da demanda nacional. Ela hoje abastece, praticamente, todo o mercado brasileiro. A indústria pesada, por seu turno, já pode atender a três quartas partes das necessidades brasileiras de equipamentos.

Este processo de industrialização assentou-se na ampliação e na integração, em plano nacional, de um mercado interno formado principalmente através da expansão do crescimento urbano, do alargamento das áreas agrícolas e da penetração do capitalismo no campo. As dificuldades de importação no período da guerra mundial, os estímulos oficiais, a falta de divisas cambiais e outras circunstâncias concorreram igualmente para a criação de uma faixa importante de mercados para a indústria, com a substituição de produtos anteriormente importados por similares fabricados no país. A economia brasileira passou a ter o seu centro dinâmico no próprio mercado interno, deixando de ser um mero apêndice do mercado imperialista. Nas relações da economia brasileira com o mercado internacional, um facto positivo vem ocorrendo: o intercâmbio comercial com os países socialistas.

Contudo, esse desenvolvimento econômico, embora significativo e importante, pouco alterou a posição relativamente inferior do Brasil no conjunto das nações quanto aos níveis de produção e consumo por habitante. Por outro lado, não criou o número de empregos que seriam necessários para absorver a mão-de-obra disponível. Ampliou-se assim nos centros urbanos uma camada da população desempregada ou semiempregada, vivendo em condições de miséria, o que possibilita a compressão dos salários dos trabalhadores e empregados.

No desenvolvimento brasileiro de após guerra coube um papel de relevo ao capitalismo de Estado. Os investimentos estatais, surgidos a partir da criação de Volta Redonda, representam algo bem diferente das inversões feitas pelo Estado em épocas mais remotas, as quais se limitavam a determinados serviços públicos e obras assistenciais. Essas empresas estatais — que surgiram da pressão do povo e das forças progressistas — representam um recurso válido para enfrentar os monopólios estrangeiros no terreno da siderurgia, do petróleo, da energia eléctrica, etc. Com a criação de grandes empresas estatais e dado o peso e a posição que ocupa em postos-chave da economia, o Estado passou a desempenhar missão de importância no processo de desenvolvimento econômico. Ademais, o Estado ampliou e activou a sua intervenção na economia através dos mecanismos oficiais de controlo e incentivo do sector privado.

O desenvolvimento econômico apoiou-se, particularmente, no processo inflacionário. A inflação crônica, que deriva de causas estruturais e atingiu taxas elevadíssimas nos anos de 1960-65, em consequência também de causas conjunturais, foi o recurso usado para acelerar a taxa de acumulação de capital. Beneficiando-se da inflação durante um largo período, a burguesia temeu a hiperinflação que ameaça subverter todo o sistema econômico.

O desenvolvimento do após guerra acentuou diversos desequilíbrios e deformações da economia. A indústria concentra-se na região sudeste e sul, cuja produção correspondeu, em 1964, a 93,85% do total, restando, assim, apenas 6,15% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Tomaram-se mais complexos os problemas do país desde que existem nele regiões relativamente desenvolvidas inseridas num todo atrasado, que cada vez mais se distancia do núcleo muito mais adiantado. Particularmente chocante é a situação das regiões norte e nordeste, que abrangem mais da metade do território nacional, com uma população de 33 milhões de

habitantes, cuja renda per capita é inferior a cem dólares por ano e cujos índices de atraso e miséria são alarmantes, reduzindo a 30 anos a vida média das populações.

O desenvolvimento do conjunto da economia não foi acompanhado por um crescimento correspondente da produção agrícola, particularmente aquela destinada ao abastecimento interno, o que se relaciona com a lentidão do ritmo de crescimento da área cultivada e da produtividade por hectare.

No desenvolvimento econômico havido revelou-se a tendência à concentração e centralização do capital e da produção a taxas excepcionais, elevando-se a taxa de exploração dos trabalhadores. Baixou o salário real da classe operária. Ao lado de sectores da população cujos padrões de vida foram elevados, aumentaram as camadas que vivem em condições miseráveis, particularmente no interior do país e nas regiões norte e nordeste. Essa tendência tornou-se mais nítida na fase que se inicia em Abril de 1964.

Por fim, é necessário salientar que se evidenciou a base insegura do processo de desenvolvimento. Em virtude das limitações do mercado interno, do baixo poder aquisitivo da população, do esgotamento do processo de substituição de importações por produtos fabricados no Brasil e da espoliação imperialista, o desenvolvimento não pôde manter-se em taxas elevadas e já em 1962 começa a decrescer.

De um modo geral, à base dessas características do processo de desenvolvimento ocorrido está o papel nocivo que nele coube ao capital imperialista e ao sistema latifundiário de exploração da terra. A crescente afirmação dos elementos nacionais progressistas da economia não rompeu os vínculos e privilégios que compõem a dominação imperialista e a exploração latifundiária. Nisso residem as causas fundamentais de atraso persistente e das distorções crescentes que marcam o desenvolvimento em curso no Brasil.

Não obstante o crescimento considerável dos investimentos do poderio absoluto e da actividade dos monopólios imperialistas, seu peso específico na economia tendeu a diminuir, graças à redução da importância relativa do comércio externo e ao crescimento do sector nacional — estatal e privado. Mas o desenvolvimento foi também apoiado em grandes inversões do capital estrangeiro, levando a um aumento absoluto dos investimentos imperialistas, localizados, de preferência, em alguns pontos-chave e nos ramos

mais rentáveis da economia. A acção do imperialismo faz-se através de vários meios: investimentos directos, empréstimos, exploração das patentes, deterioração dos preços das mercadorias que exportamos, etc. O resultado final da sua acção é sempre nocivo ao desenvolvimento do país. Ela provoca a deformação da economia de acordo com os interesses dos trusts e monopólios, impedindo ou dificultando que o desenvolvimento econômico obedeça aos interesses da nação e do povo. Provoca a drenagem de parte da riqueza criada pelos trabalhadores brasileiros para as metrópoles do capital financeiro. Provoca a redução da taxa de acumulação interna.

O sistema latifundiário é outro entrave fundamental à expansão das forças produtivas do país. Pelo censo de 1960, o número de estabelecimentos agrícolas de 500 hectares e mais, correspondendo a 2,2% do número total dos estabelecimentos, ocupa 58% da área total e apenas 18,5% da área cultivada. A compra de grandes glebas por norte-americanos reforça o sistema latifundiário.

Graças ao monopólio da terra por uma pequena minoria de grandes proprietários, imperam na agricultura os métodos mais atrasados de exploração do trabalho e gestão da propriedade. O latifúndio impede o acesso à terra e o melhor aproveitamento dos que nela querem trabalhar. Daí o mísero padrão de vida da população rural, as dimensões limitadas do mercado interno, a baixa produtividade da agricultura, a concentração da renda agrícola nas mãos de uma minoria privilegiada. Tudo isso perturba a acumulação interna e actua negativamente em relação ao desenvolvimento da economia.

A força e o papel do latifúndio não obscurece o peso crescente da penetração do capitalismo na agricultura, particularmente no estado de São Paulo. Mais de 80% da área cultivada encontram-se hoje em propriedades situadas na faixa abaixo de 500 hectares, na qual estão concentrados mais de dois terços dos trabalhadores rurais assalariados. Transfere-se assim para as propriedades preferentemente exploradas por processos capitalistas e para as economias de pequenos e médios agricultores o papel de forças mais activas da agricultura.

Essas transformações capitalistas não conseguiram, porém, romper a crosta das relações pré-capitalistas de produção na maior área rural do país. Elas deram-se simultaneamente com a maior concentração da propriedade da terra, com a elevação das taxas de

arrendamento, com o aumento do preço da terra e, também, com a proliferação dos minifúndios.

O sistema latifundiário continua oprimindo a grande maioria da população que vive no campo. Esta se compõe, em mais de 80%, de trabalhadores agrícolas privados de terra própria e que são forçados a emigrar constantemente, esmagados pelos latifundiários. Suas condições de vida e nível de consciência variam acentuadamente, segundo as regiões do país. Para muitos deles, a reivindicação básica é ter trabalho, lugar para morar e condições de prover ao sustento da família. Um número considerável, entretanto, aspira à posse da própria terra e desperta para outras reivindicações.

O desenvolvimento econômico nas últimas décadas teve grande repercussão em todos os sectores da vida social e política do país.

O Brasil era um país em que os grandes proprietários de terra predominavam no poder político. A população urbana era reduzida e tinha pequena expressão política. Os trabalhadores do campo viviam isolados pelas fronteiras quase intransponíveis do latifúndio. Apenas um por cento da população participava no processo político. Desde então, as cidades cresceram e o número das que abrigam mais de 20 mil habitantes passou a ser em 1960 de 172. Em 1965, o número de habitantes das cidades equivale já ao das zonas rurais.

As transformações ocorridas contribuíram para definir melhor as classes e camadas sociais e para elevar a sua participação na luta política. Em tal processo, despontaram, como forças políticas progressistas mais activas, o proletariado urbano e rural, as massas camponesas e a camada maioritária da pequena burguesia urbana.

O processo de industrialização determinou importantes mudanças no nosso proletariado, o qual engloba hoje aproximadamente 8 milhões de pessoas, sendo 3 milhões de operários urbanos e 5 milhões de assalariados agrícolas. Na indústria fabril, temos cerca de um milhão e seiscentos mil operários. O proletariado já representa um terço da população brasileira economicamente activa. Houve, assim, em curto espaço de tempo, acentuada alteração na estrutura da nossa classe operária. Suas fileiras foram engrossadas principalmente por elementos vindos do campo e das pequenas cidades do interior.

Outro facto significativo foi a concentração do proletariado em grandes empresas localizadas preferencialmente na região centro-sul e nas grandes metrópoles. Somente em São Paulo, em 1960, existiam 802 estabelecimentos industriais com mais de 200 operários, representando 1,5% dos estabelecimentos fabris, mas empregando 50,6% dos operários de toda a indústria do estado. A classe operária modificou-se ainda em consequência das alterações havidas na própria estrutura industrial. Enquanto sectores tradicionais da classe operária, localizados na indústria leve, nos portos e ferrovias, pouco cresceram, surgiu um proletariado novo na indústria automobilística, química, mecânica pesada, de construção naval, electrónica e de material eléctrico, etc., no qual existe uma parcela considerável e crescente de operários com níveis relativamente altos de instrução e qualificação.

As transformações ocorridas no número e na estrutura do proletariado reflectem-se na conduta do movimento operário. A presença, ao lado do núcleo mais consciente da classe operária, de uma grande massa de trabalhadores recentemente vindos do campo e das cidades do interior, reduziu, temporariamente, o nível médio de consciência de classe e de combatividade do conjunto do proletariado. Influuiu no mesmo sentido a acção do Estado brasileiro que, mantendo os sindicatos sob o seu controlo, assumia posições demagógicas e paternalistas em relação aos trabalhadores. Mas, apesar disso, verificou-se o crescimento da influência do movimento operário na vida nacional. Os sindicatos passaram da acção estrita no terreno das reivindicações profissionais para uma actividade mais ampla. Nas condições favoráveis criadas pelo processo democrático, chegaram a esboçar, especialmente em seus congressos e conferências, um programa de luta democrático e anti-imperialista. A própria luta dos trabalhadores contra a política de congelamento de salários, ferindo um ponto básico da política económico-financeira governamental, exerceu um papel político importante nesse período. As posições políticas do movimento operário reflectem-se nos demais sectores da população, especialmente entre os camponeses e a pequena burguesia urbana, fazendo com que o movimento operário já desempenhe importante papel na mobilização, aglutinação e impulsionamento do bloco de forças nacionalistas e democráticas que se opõe ao imperialismo e seus agentes.

Com a crescente penetração do capitalismo na agricultura criou-se a grande massa de assalariados agrícolas, de semiproletários e camponeses pobres. Parte dos assalariados agrícolas passou a



residir nas cidades e vilas. Surgiram os empreiteiros e “contratistas” da mão-de-obra rural. Aumentou a exploração das grandes massas trabalhadoras do campo e acentuou-se a desigualdade com as condições de vida dos centros urbanos. Ao mesmo tempo e em consequência do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, a população rural aproxima-se da urbana. Despertou a consciência das massas trabalhadoras do campo, que começaram a organizar-se e a levantar suas reivindicações. As ideias de reforma agrária ganharam maior amplitude e profundidade. Através do movimento sindical foram criadas maiores possibilidades para a aliança operário-camponesa.

O desenvolvimento determinou a formação de uma numerosa pequena burguesia urbana com composição e estrutura igualmente novas no país. No passado, esta camada era constituída fundamentalmente por artesãos, pequenos produtores, profissionais autônomos e servidores públicos. Seu peso no conjunto da população brasileira era pequeno. Hoje, os servidores públicos chegam a um milhão de pessoas. Os bancários, empregados do comércio, auxiliares diversos, técnicos, etc., já somam cerca de 1,5 milhões de pessoas. O surgimento desse grupo activo e numeroso de assalariados determina uma mudança de qualidade na composição e no papel da pequena burguesia urbana. Aproximando-se da classe operária, por sua situação econômica, ela tende cada vez mais a assumir um comportamento favorável ao movimento democrático e libertador. Representa um factor importante de democratização da vida cultural do país, no campo da literatura, das artes e das ciências, e leva à formação de uma corrente progressista da intelectualidade, a qual desempenha intensa actividade na vida política. A pequena burguesia urbana mantém, entretanto, seus vínculos com a burguesia, especialmente os de carácter político e ideológico, e comporta-se por isso de modo vacilante e instável. Sua importância na vida política, que já é tradicional, aumentou consideravelmente graças a essas modificações e ao poder de mobilização e actuação que lhe é característico, bem como ao seu nível elevado de instrução e informação.

Com a industrialização, ampliou-se o sector da burguesia cujos interesses estão ligados ao desenvolvimento autônomo do país. Este sector distingue-se, em muitos aspectos, da burguesia comercial, outrora predominante.

Luta para controlar o mercado interno e se choca com a acção do imperialismo. Seu interesse pela ampliação do mercado consumidor leva-o a apoiar a luta pela reforma agrária. Formou-se e ampliou-se, assim, um sector burguês que se liga ao movimento nacionalista e democrático, contrapondo-se nisto ao sector entreguista da burguesia brasileira.

### III — A Mudança do Regime Político

A derrubada do governo Goulart trouxe uma modificação profunda na vida política brasileira. Assinala uma derrota das forças democráticas e nacionalistas, e uma vitória das correntes reaccionárias e entreguistas. O golpe de estado de 1.º de Abril, resultante da junção de forças políticas, económicas e sociais numerosas e heterogêneas, deu início a um novo processo político em nosso país. O Brasil se encontra hoje asfixiado por um regime ditatorial, militar, de conteúdo entreguista, antidemocrático e antioperário. Este regime, consagrado na Constituição de 1967, interrompeu o processo democrático que se desenvolvia durante o regime anterior, regido pela Constituição de 1946. Modificou profundamente a forma estatal de poder, com danos incontáveis para os interesses da maioria do povo e do conjunto da nação.

O regime ditatorial suprimiu conquistas democráticas contidas na Constituição de 1946. O poder foi empolgado pelos grupos internos mais reaccionários, associados ao imperialismo norte-americano. A burguesia nacional foi relegada a um plano secundário no aparelho de Estado. A pequena burguesia foi afastada da esfera de influência sobre as decisões oficiais. Num clima de terror policial, o proletariado foi submetido a uma política de arrocho salarial e teve anuladas muitas de suas conquistas, como o direito à estabilidade. Aumentou a opressão da massa camponesa. A ditadura interveio nas organizações sindicais, procurando transformá-las em organizações de carácter recreativo e assistencial. A intelectualidade foi submetida a uma política de obscurantismo e terror cultural.

O Estado brasileiro foi colocado a serviço de uma política de alienação da soberania nacional e de repressão às aspirações democráticas e progressistas do povo. O traço essencial dessa política está em que impõe ao país um curso de desenvolvimento que reforça a dependência e a subordinação ao imperialismo norte-americano e defende as posições da reacção interna. A capacidade de investimento, ordenação e incentivo que o Estado detém na

esfera econômica é accionada no sentido de reforçar a posição dos monopólios norte-americanos e obrigar a integração da economia brasileira no esquema de necessidades e interesses destes monopólios. Os governantes realizam um grande esforço para prejudicar as empresas estatais, e até mesmo entregar algumas delas ao capital imperialista. Acentuaram o aspecto negativo do capitalismo de Estado, usando certas empresas estatais em benefício dos trusts e monopólios.

Sob o pretexto de combater a inflação e racionalizar a produção, o Estado intervém no processo capitalista de concentração e centralização da produção e do capital, aumentando a exploração da classe operária. A intervenção oficial nas relações entre empregados e patrões é levada a níveis inauditos, com o propósito de pressionar para baixo os salários. O poder aquisitivo dos trabalhadores foi reduzido em 15,3% em 1965 e em 15,6% em 1966. A massa de pequenas e médias empresas, onde predomina o capital nacional, é coagida à falência ou à absorção pelos grupos imperialistas, especialmente os norte-americanos. Acentua-se, assim, o processo de desnacionalização da nossa economia. O sistema de exploração latifundiária é garantido pela acção policial e pelo clima de terrorismo prevalecente no interior do país.

A política externa se faz com o sacrifício da soberania e dos interesses nacionais em favor dos imperialistas dos Estados Unidos. O nome do Brasil é vergonhosamente associado à acção de gendarme internacional exercida pelos Estados Unidos, particularmente na América Latina.

Para a realização dessa política interna e externa de desenvolvimento subordinado ao imperialismo norte-americano e aos interesses da reacção dentro do país, as liberdades democráticas são suprimidas. Procura-se aplicar no Brasil, sob inspiração directa dos imperialistas norte-americanos, uma doutrina de poder semifascista, baseado numa camarilha militar. As instituições clássicas da democracia burguesa são extintas, ou mantidas apenas formalmente, ao mesmo tempo que os poderes do Estado se concentram nos órgãos executivos sujeitos à influência dos monopólios imperialistas. As forças militares são dirigidas para esmagar o próprio povo, em função de um novo conceito de segurança nacional, segundo o qual os inimigos potenciais não são mais os estrangeiros que atentam contra a integridade física ou a soberania da nação, mas as próprias forças nacionais que se opõem ao regime autoritário e entreguista.

O processo de instauração da ditadura e a execução de sua política antinacional e antipopular, sob o governo de Castelo Branco, provocou em poucos meses um forte descontentamento no país. Isso se evidenciou no pleito eleitoral directo para a escolha dos governadores de alguns estados da Federação, particularmente Guanabara e Minas Gerais. Aí, pela primeira vez, o povo se manifestou a respeito do quadro político, votando nos candidatos apoiados pela oposição. A situação política se agravou. Sectores militares exigiam o não reconhecimento dos resultados do pleito eleitoral e ameaçavam depor o governo Castelo Branco. A crise foi superada com a decretação do Acto Institucional n.º 2, que acentuou os aspectos reaccionários do regime e determinou a “eleição indirecta” para a presidência da República, a fim de impedir que o pleito presidencial directo, previsto para 1966, possibilitasse a eleição de um candidato comprometido com a oposição. Dessa maneira, os acontecimentos de Outubro de 1965 levaram as forças reaccionárias a um compromisso em torno da sucessão presidencial, para enfrentar a crise política e evitar que se aprofundasse a divisão entre militares. O beneficiário desse compromisso reaccionário foi o ministro da Guerra.

O aglomeração de forças que se reuniu em torno do Sr. Costa e Silva, do qual participaram elementos golpistas militares e civis marginalizados pelo governo Castelo Branco, proporcionou uma base política mais ampla ao novo governo ditatorial. Costa e Silva, quando ainda candidato e ao tomar posse, prometeu certas mudanças na política da ditadura. Criticou a política económico-financeira e a política externa do governo anterior. Tudo isso contribuiu para criar um clima de expectativa de mudanças favoráveis ao povo, o que chegou a influenciar sectores da pequena burguesia e mesmo do proletariado, e paralisou praticamente a oposição burguesa. Seu governo, entretanto, se distingue apenas em aspectos secundários do governo Castelo Branco. Refletem-se nele, com maior força, as pressões de sectores da burguesia brasileira interessados no desenvolvimento económico.

O governo Costa e Silva procura consolidar o regime entreguista e reaccionário imposto à nação. É defensor intransigente da actual Constituição, que afasta o povo da vida política, liquida na prática as garantias individuais e anula numerosas conquistas dos trabalhadores. Sua política económico-financeira não incorpora qualquer compromisso que implique em alteração substancial da política entreguista e antioperária do governo anterior. Deixa intactas as medidas do governo Castelo Branco no sentido de

entregar o controlo de sectores-chaves e mais rentáveis da economia aos monopólios norte-americanos. Conserva a política de arrocho salarial e mantém em vigor as leis que na prática negam o direito de greve e sujeitam os reajustamentos de salários ao arbítrio do governo.

Mantendo, no essencial, a política do seu antecessor, o governo Costa e Silva, na medida em que procurou atrair e atender sectores descontentes da burguesia brasileira, teve de renunciar ao monopolismo da política do governo Castelo Branco. Essa alteração incorporou ao seu governo elementos de vacilação e duplicidade, que tendem a acentuar-se à proporção que se agravam as dificuldades do país.

Abrem-se, assim, possibilidades maiores à activação do movimento oposicionista e à mobilização do povo na luta pelas reivindicações democráticas e nacionais. Entretanto, o comportamento do governo Costa e Silva comprova que a mera troca de homens na chefia do governo, sem mudar decisivamente a composição de forças no poder e sem afectar a essência do regime entreguista e reaccionário, jamais conduzirá à solução dos problemas do país de acordo com os interesses das massas trabalhadoras e da maioria da nação.

A resistência crescente que a ditadura encontra em seu caminho evidencia o descontentamento que ela desperta na grande maioria do povo. Sua ruptura com as lideranças políticas civis mais expressivas, sua incapacidade de submeter os intelectuais e estudantes à sua influência, o fracasso de sua tentativa de manietar o movimento organizado dos trabalhadores, exprimem a contradição inconciliável entre o regime e as aspirações da maioria da nação.

O sentimento popular contrário à ditadura vem encontrando dificuldades para manifestar-se concretamente em acções de vulto contra o regime. A debilidade da luta democrática deve-se, principalmente, à derrota sofrida pelo movimento de massas em 1964, à própria fraqueza, anterior ao golpe de Estado, das correntes progressistas, e ao baixo nível de organização das massas. A prisão, desterro e marginalização sofridos pelas lideranças populares que se afirmaram no período de ascenso democrático, a desarticulação das organizações de massas, a ilegalização e a difusão do terror entre os trabalhadores tiveram como resultado o nítido recuo da participação do povo na luta por suas reivindicações

e na vida política. Nesta última, a participação das correntes democráticas ficou limitada nos primeiros anos da ditadura à actividade de uma cúpula oposicionista e à resistência de alguns poucos sectores de vanguarda da classe operária e da pequena burguesia. Coube, nesse sentido, um papel destacado à intelectualidade, em particular aos estudantes.

#### IV — Nosso Objectivo Estratégico

O desenvolvimento capitalista verificado no Brasil, embora limitado, teve um carácter objectivamente progressista, desde que significou a evolução para um estágio mais adiantado da sociedade. As possibilidades desse caminho não se esgotaram inteiramente. Mas esse tipo de desenvolvimento não soluciona os problemas que afligem o povo brasileiro. É um caminho pelo qual se intensifica a exploração da classe operária e das massas trabalhadoras, e não são atendidas as exigências da maioria da nação. Um outro tipo de desenvolvimento, que se oriente para a liquidação do domínio imperialista e do monopólio da terra, é reclamado pelas necessidades objectivas da economia do país e pelos interesses nacionais e populares.

O Brasil vive uma crise de estrutura. Esta decorre do aguçamento das contradições entre as forças produtivas nacionais, que buscam novas formas de desenvolvimento e progresso, e os obstáculos que a actual estrutura da economia do país lhes opõe. As forças sociais que defendem a conservação dessa estrutura são o imperialismo, os latifundiários e os capitalistas brasileiros ligados ao imperialismo. A burguesia entreguista, cujos interesses estão entrelaçados com os grupos imperialistas, constitui um apoio social interno da opressão nacional, e seu poderio aumentou com o desenvolvimento econômico dependente do país. Ela também tem sido um factor de contenção da reforma agrária, porque tem interesses vinculados com a grande propriedade territorial.

A contradição fundamental entre as necessidades de desenvolvimento e o sistema de dominação imperialista e exploração latifundiária deve ser resolvida para possibilitar o avanço progressista da sociedade brasileira. O maior impecilho à solução dessa contradição é a aliança política entre o imperialismo e a reacção interna.

A revolução brasileira, em sua presente etapa, deverá liquidar os dois obstáculos históricos que se opõem ao progresso da nação: o

domínio imperialista e o monopólio da terra. Ela é, assim, nacional e democrática. Devido à preponderância do factor nacional, a direcção do golpe principal está voltada contra o imperialismo, particularmente o norte-americano, e seus agentes internos. A burguesia entreguista será liquidada como força social juntamente com os outros inimigos da revolução.

À medida que as relações capitalistas se expandem, a luta de classes entre operários e patrões se amplia e tende a acentuar-se. Sobre os trabalhadores recaem as conseqüências mais pesadas da dominação imperialista e da exploração latifundiária. O proletariado deve intensificar e não amainar a luta em defesa de seus interesses e direitos. Acelerará, assim, o processo da revolução nacional e democrática. Mesmo não liquidando a exploração dos operários pela burguesia, a revolução nacional e democrática abre caminho para a vitória do socialismo.

O objectivo fundamental da reforma agrária radical é a liquidação do monopólio da propriedade da terra. As terras dos latifundiários serão expropriadas e entregues gratuitamente aos camponeses sem terra, ou com terra insuficiente, e aos que nela queiram trabalhar. A transformação da actual estrutura agrária se realizará com base na propriedade camponesa, em forma individual ou colectiva, e na propriedade estatal. Serão preservadas e garantidas as pequenas e médias propriedades, e não se tocará na propriedade do camponês rico.

A revolução brasileira é parte integrante da revolução socialista mundial. Amadurece sob a influência de uma nova situação internacional, e transcorre numa fase de aguda luta contra o inimigo fundamental dos povos — o imperialismo norte-americano. Ela conta com o apoio e a solidariedade do sistema socialista, dos povos que lutam pela libertação nacional e a independência, do proletariado e das forças progressistas dos países capitalistas mais desenvolvidos.

O proletariado é a força motriz principal da revolução. O campesinato e a pequena burguesia urbana constituem com ele as forças fundamentais. A burguesia nacional, tendo interesse objectivo na emancipação nacional, é uma força capaz de opor-se ao imperialismo e de participar da revolução em sua presente etapa. A classe operária deve lutar para conquistar a hegemonia do processo revolucionário, a fim de que este seja conseqüente. A unidade da classe operária e sua aliança com o campesinato e a

pequena burguesia urbana são as condições necessárias para que o proletariado conquiste a hegemonia.

A vitória da revolução nacional e democrática assegurará a completa libertação econômica e política do país da dependência ao imperialismo e a transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra e das relações pré-capitalistas de produção. Com a nacionalização das empresas pertencentes aos monopólios norte-americanos e outras medidas anti-imperialistas, os lucros que agora escoam para o exterior ficarão em poder do Estado brasileiro. Este poderá, então, acelerar o ritmo das inversões e o desenvolvimento econômico do país, livre de um processo inflacionário. O sector estatal será consolidado e exercerá plenamente o papel de núcleo mais dinâmico e acelerador da economia. Devidamente estruturado em bases democráticas, será um instrumento poderoso para a industrialização e o desenvolvimento de uma economia nacional independente. A reforma agrária ampliará o mercado interno, possibilitará baixar os custos da produção agro-pecuária, e elevar o nível de vida das amplas massas trabalhadoras. Através desse caminho de desenvolvimento serão criadas as condições materiais para o desenvolvimento socialista da sociedade brasileira.

A realização dessas transformações na estrutura da economia exige uma profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do poder estatal para as mãos das classes e camadas que participam da luta contra o imperialismo e o latifúndio. Do poder estatal participarão, assim, as diversas correntes e partidos revolucionários.

A profundidade da revolução nacional e democrática e a rapidez com que se processará sua passagem para a etapa socialista dependerão da força e da capacidade de luta que no processo da revolução adquira o núcleo fundamental das forças revolucionárias, da influência que ele exercer sobre as camadas sociais que lhe estão mais próximas. A condição política fundamental para a transição ao socialismo reside na hegemonia do proletariado.

Esforçando-se por conduzir à luta contra o imperialismo e o latifúndio as mais amplas massas da população brasileira, inclusive a burguesia nacional, os comunistas exercerão seus esforços principais na mobilização do proletariado e na formação de uma sólida aliança política com as outras forças fundamentais da revolução — os camponeses e a pequena burguesia urbana — a



fim de colocar o proletariado em condições de conquistar o papel dirigente no bloco das forças revolucionárias e do poder estatal estabelecido com a vitória da revolução nacional e democrática.

É grande a capacidade de acção política das mulheres. Sua mobilização muito contribuirá para o reforçamento da luta contra a ditadura. É necessário, com este fim, organizá-las sob diversas formas, para a luta por suas reivindicações próprias, contra as discriminações sociais e jurídicas que as colocam em situação de inferioridade na vida brasileira, pela igualdade de direitos da mulher trabalhadora, pela protecção à maternidade e à infância. Também por meio da luta contra a carestia de vida, pela solidariedade aos presos e perseguidos políticos e suas famílias, elas poderão dar importante contribuição democrática.

A participação da juventude na vida nacional tem significado crescente. Representando mais da metade da população do país e sendo por natureza mais sensíveis aos reclamos do futuro da nação, os jovens comunicam seu calor às lutas do povo. A juventude estudantil tem participado de lutas valorosas contra o regime opressor, embora seus movimentos se ressitam da influência, em sua liderança, de correntes sectárias. É preciso ganhar a maioria dos estudantes para esses combates, baseando-o mais solidamente na defesa das reivindicações peculiares à juventude escolar. É necessário, igualmente, mobilizar e organizar a juventude operária e popular, aglutinando-a em torno de suas aspirações à instrução, ao trabalho, à recepção, ao desporto, e levando-a, por esse meio, a agregar-se à batalha geral de nosso povo pelo acesso aos bens materiais e culturais criados pela civilização moderna.

A mobilização de amplos sectores da população contra o regime ditatorial deve encaminhar-se, igualmente, através da luta das populações urbanas em torno de reivindicações como o controlo dos aluguéis, construção de moradias, urbanização das favelas, solução para os problemas de transportes, ampliação da rede escolar, melhoria dos serviços urbanos e de abastecimento, etc. Nesse sentido, deve-se actuar nas organizações que reúnam os moradores das favelas, dos conjuntos residenciais, de bairro, cidades, etc.

O esforço fundamental para impulsionar o movimento de massas contra a ditadura deve ser acompanhado de um esforço tenaz para unificar a acção de todas as forças e personalidades políticas que

resistem ao regime e a ele se opõem. Da frente antiditatorial participam igualmente correntes e personalidades religiosas. Assume importância destacada, neste sentido, o sector progressista da Igreja católica. Na batalha contra o regime ditatorial, nosso principal propósito consiste em contribuir para a aglutinação de um bloco de forças de oposição. Os entendimentos com vários sectores da frente antiditatorial devem desenvolver-se a partir da unidade de acção por determinados objectivos concretos.

A elaboração de um programa mínimo que contenha os objectivos comuns constitui um factor decisivo para a formação e o avanço da frente antiditatorial. Para este programa, cuja definição resultará do acordo entre as diversas correntes, propomos os seguintes pontos básicos:

1. Revogação da Constituição de 1967 e de todos os actos ditatoriais que restrinjam ou anulem as liberdades democráticas; restabelecimento dos direitos trabalhistas violados ou revogados pelo regime autoritário; liberdade e autonomia sindicais; libertação dos presos políticos e amnistia geral; convocação de uma assembleia constituinte, através de eleições livres, a fim de elaborar-se uma constituição democrática; restabelecimento de eleições directas para a Presidência da República; livre organização e funcionamento dos partidos políticos, inclusive do Partido Comunista; autonomia dos Estados e das capitais; eleições directas para todos os cargos electivos.
2. Revogação de todos os actos da ditadura que lesem os interesses nacionais; adopção de uma política de desenvolvimento independente da economia nacional; defesa da riqueza do país, da indústria nacional, das empresas estatais e da Amazônia.
3. Abolição da política de arrocho salarial; medidas para elevar o nível de vida das massas trabalhadoras das cidades e do campo; medidas parciais de reforma agrária.
4. Realização de uma política externa de afirmação de soberania nacional, de defesa da autodeterminação dos povos, pelo desenvolvimento de relações económicas e culturais com todos os países, pela preservação da paz mundial.

As formas concretas que assumirá a unidade das forças democráticas serão ditadas pelo desenvolvimento da luta. Por ser uma reunião de forças heterogêneas, a frente antiditatorial desenvolve-se simultaneamente com a luta entre os seus próprios componentes. Sectores sob a liderança da burguesia procurarão imprimir ao combate contra a ditadura um curso que não tenha como centro a mobilização e a organização de amplas camadas da

população e lhes seja mais favorável. Os comunistas defenderão sempre, no seio da frente única, a necessidade fundamental de organizar e mobilizar o povo contra a regime ditatorial. Sem prejuízo da sua missão de defesa dos interesses específicos dos trabalhadores e de todos os explorados e oprimidos, os comunistas devem empreender a luta dentro da frente antiditatorial utilizando os meios que possibilitem a unidade de acção das correntes que dela participam.

A batalha antiditatorial exige um cuidado prioritário pela unidade das forças mais avançadas da frente única. Os comunistas obrigam-se, por isso, a dirigir sua atenção permanente para a aproximação com as diversas correntes que se incluem no movimento de esquerda, principalmente os agrupamentos ou personalidades que defendem os interesses do campesinato e da pequena burguesia urbana, bem como aqueles que se propõem a defender os interesses dos trabalhadores e efectivamente se incorporam à causa do nosso povo.

No combate ao regime reaccionário e entreguista, os comunistas devem contribuir activamente para a articulação do movimento nacionalista, a partir de determinados pontos, que provocam a justa revolta dos patriotas, tais como a defesa das empresas estatais, da Amazônia e das riquezas minerais, a denúncia dos acordos lesivos impostos pelo imperialismo, da presença de tropas e missões ianques no território nacional, da compra de terras por agentes imperialistas, etc.

Na mobilização de massas contra a ditadura, devemos desenvolver a luta por medidas parciais da reforma agrária que restrinjam os privilégios do monopólio latifundiário da terra, como sejam: desapropriação de latifúndios improdutivos, ou de exploração anti-económica, pelo valor declarado para fins fiscais; imposto territorial fortemente progressivo; venda de áreas aos camponeses sem terra a longo prazo e a juros baixos; etc.

Os comunistas lutam pela realização de eleições livres e directas. A participação nas eleições, mesmo com o sistema eleitoral vigente que impede a manifestação democrática do direito de voto, é um importante meio para unir as correntes que se opõem à ditadura, para desmascarar sua política diante das massas e infligir-lhe derrotas que a debilitem. É necessário, ao participar das eleições, procurar a união das forças contrárias ao regime ditatorial, apoiando

candidatos que representem essas forças e mereçam a confiança do povo.

As contradições internas do bloco político que realizou o golpe de Abril enfraquecem o regime ditatorial. Devemos ter em vista que, com o crescimento das acções das massas e o aguçamento dos choques com a reacção, tenderão a aprofundar-se os conflitos no campo da ditadura, aumentando a instabilidade do regime. Crises de governo e novos golpes podem ocorrer. Neste caso, só a intervenção das forças populares, levantando suas próprias bandeiras de luta, poderá impedir uma solução reaccionária, com a simples substituição de golpistas no poder, e impor uma solução democrática. Diante do avanço do movimento de massas e do processo de impopularização e isolamento da ditadura, sectores das classes dominantes poderão buscar uma solução que, excluindo a participação das forças populares, conduza à substituição do governo reaccionário. Neste caso, as massas devem tomar a iniciativa e, sem esperar pelos actos do governo, reconquistar, na prática, as liberdades democráticas e exigir medidas concretas que assegurem o desenvolvimento democrático da situação.

Vários factores podem determinar a derrota do regime ditatorial e a formação de um novo governo. Os comunistas, que orientam sua acção no sentido da conquista de um governo revolucionário, participarão, no entanto, junto com as demais forças que se opõem ao actual regime, da luta pela constituição de um governo das forças antiditatoriais. A participação das forças fundamentais da frente antiditatorial nesse governo assegurará condições para a efectiva democratização do regime e o pleno desenvolvimento da luta das massas pela emancipação nacional e o progresso do país. A atitude dos comunistas, diante de qualquer outro governo intermediário, dependerá da conjuntura concreta, das posições assumidas, pelo imperialismo e as forças reaccionárias internas, do comportamento da frente única e, fundamentalmente, das possibilidades que se abram para a livre mobilização da classe operária e os seus aliados. Participando ou não de tais governos, os comunistas prosseguirão na luta por seus objectivos programáticos.

## VI — Fortalecimento do Partido nas Condições Actuais

Nosso Partido atravessou 45 anos de lutas sem se deixar abater e sem abandonar seus princípios básicos. Essa demonstração de vitalidade e solidez deve-se ao seu carácter revolucionário, à sua

vinculação com os interesses mais profundos do nosso povo, à sua fidelidade à classe operária. Deve-se à dedicação de seus militantes. Para conquistar essa posição, nosso Partido percorreu um caminho árduo, no qual acumulou vitórias e derrotas, e foi aprofundando suas raízes na sociedade brasileira, extraindo dela seu conhecimento e sua força.

O revés sofrido em 1964 pôs a nu muitas das nossas debilidades e revelou com maior clareza a nefasta influência que ainda exerce em nossas fileiras, a começar da direcção, uma falsa concepção que se manifesta de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa vida. É uma concepção errônea do processo revolucionário, de fundo pequeno-burguês e golpista, que consiste em admitir a revolução não como um fenómeno de massas, mas como resultado da acção de cúpulas ou do Partido. Ela imprime à nossa acção um sentido imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente pelos objectivos tácticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado. Graves erros e desvios surgem em nossa política devido a essa concepção e outras ideias não proletárias, em virtude de nossas limitações teóricas -e do domínio insuficiente da realidade do país. Na raiz dessas concepções está, principalmente, a forte influência da ideologia pequeno-burguesa dentro do Partido.

Para colocar o Partido à altura das tarefas revolucionárias, é necessário travar a luta ideológica contra as influências de «esquerda» e de direita, concentrando o nosso fogo, no momento, em que tudo o que tende a desviar-nos para o caminho estreito do doutrinarismo, do dogmatismo e do subjectivismo. É preciso, igualmente, estimular e reforçar tudo o que conduz o Partido a se afirmar como Partido de acção política, dirigente de grandes massas e inteiramente ligado à vida da classe operária e de todo o nosso povo.

É preciso combater os factores que freiam o desenvolvimento do Partido. Assegurar o pleno funcionamento da democracia e da disciplina partidárias, com base no centralismo democrático e na prática da direcção colectiva. Intensificar a luta pela educação e formação dos seus quadros na doutrina e na prática dos princípios do marxismo-leninismo.

O desafio histórico que se coloca diante dos comunistas brasileiros é o da construção de um forte e numeroso partido da classe

operária. Somos a organização política que, ao longo dos tempos, levantou com firmeza os interesses básicos dos trabalhadores. Somos o partido que possui os mais experientes e combativos quadros operários. Muitas das conquistas da classe operária, directa ou indirectamente, foram alcançadas em lutas que os trabalhadores empreenderam sob a direcção do Partido. Por isso, somos perseguidos e caluniados pela reacção, mas gozamos da confiança e do apoio de sectores importantes do proletariado. Nosso Partido, no entanto, não assumiu ainda a posição de agrupamento de vanguarda das grandes massas proletárias. Não é estranho, pois, que pesem tanto em nossa acção as influências que momentaneamente dominam alguns sectores da pequena burguesia.

## VII — O Partido e o Movimento Comunista Internacional

O Partido Comunista Brasileiro mantém as melhores relações com os partidos irmãos dos países socialistas, com numerosos partidos dos países europeus e os da América do Norte, e principalmente com os partidos irmãos da América Latina. Estas relações fraternais devem estender-se aos demais partidos comunistas e operários.

Fraternalmente ligado ao movimento comunista e operário internacional, nosso Partido é, ao mesmo tempo, um partido autenticamente nacional, nascido do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. Elaborando sua política independentemente e de acordo com as condições concretas de nosso país, o Partido Comunista Brasileiro é parte integrante do movimento comunista internacional. Apoiar-se na teoria marxista-leninista e no princípio do internacionalismo proletário, comuns a esse movimento.

O VI Congresso manifesta-se contra as teses errôneas defendidas por dirigentes do PC da China, as quais se chocam, em questões importantes, com a orientação elaborada colectivamente pelo movimento comunista internacional e rompem com o marxismo-leninismo e as normas de acção dos partidos comunistas.

Fiéis aos ideais humanistas dos fundadores da nossa doutrina, recusamo-nos a considerar que uma guerra, que precipitaria os povos numa catástrofe nuclear, seja o único meio de fazer triunfar o socialismo. Ao repudiar esta tese e outras igualmente errôneas defendidas por Mao Tsé-tung e seu grupo, não podemos esconder a preocupação que sentimos diante de certos aspectos dos acontecimentos que, sob a denominação de «grande revolução

cultural proletária», hoje se desenrolam na China Popular. São completamente estranhas ao marxismo tanto a negação de toda a cultura nacional, da cultura clássica e moderna, como a concepção militar com que se pretende orientar a vida do Partido e o culto a Mao Tsé-tung.

A todos os apelos à superação das divergências, responderam os dirigentes chineses acentuando seus esforços no sentido da cisão do movimento comunista internacional e das organizações operárias e democráticas mundiais. Negam-se à acção unida para a luta contra o imperialismo e chegam para tanto ao absurdo de acusar o governo soviético e o PCUS de conivência com os imperialistas dos Estados Unidos para evitar, como afirmam, o desenvolvimento dos movimentos de libertação.

O Partido Comunista Brasileiro, que repudia as teses daqueles dirigentes chineses, manifesta sua certeza de que o povo chinês e o cerne efectivamente proletário do Partido Comunista da China saberão encontrar as forças que lhes permitirão reatar os laços de solidariedade e de unidade com o movimento comunista mundial.

O VI Congresso estranha os ataques gratuitos a nosso Partido que se sucedem na imprensa cubana, inclusive no diário Granma, órgão do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba. Considera que a unidade dos partidos comunistas e operários tem por base o respeito mútuo e reconhecimento da independência de cada partido, e que a solidariedade entre comunistas consiste, fundamentalmente, no apoio dos demais partidos à luta revolucionária que cada um realiza em seu próprio país, ajudando-o na aplicação de sua linha política.

O VI Congresso considera que foi acertado em não enviar representantes do nosso Partido à reunião da OLAS, cujas decisões se chocam, no fundamental, com a linha política e táctica do nosso Partido. Além disso, não julga conveniente, nem acertado, a constituição, na América Latina, de um centro dirigente revolucionário. A solidariedade indispensável à luta contra o inimigo comum — o imperialismo norte-americano — não pode obscurecer as diversidades no desenvolvimento nacional de cada país da América Latina, os diferentes níveis de desenvolvimento econômico e as diferenças na composição e correlação das forças sociais, factores todos que tomam inviável a pretensão a ditar o mesmo caminho e idênticas formas de luta para a revolução nos diversos países latino-americanos.

O VI Congresso aprova os esforços feitos pelo Comitê Central, através de encontros bilaterais, no sentido de contribuirmos, na medida das nossas possibilidades, para a unidade do movimento comunista internacional. Reafirma o apoio do Comitê Central à realização de uma Conferência de amplitude mundial, que tenha por fim examinar a situação internacional e que, partindo dos princípios aprovados nas reuniões de Moscovo de 1957 e 1960, elabore a linha de acção comum do movimento comunista internacional. Será esta a maneira mais acertada, nas condições actuais, de reforçar a coesão e a unidade do movimento comunista internacional, condição indispensável ao êxito da luta pela paz mundial e contra as manobras agressivas e provocadoras do imperialismo.

## PCdoB - ESTELIONATO POLÍTICO, MENTIRA E MANIPULAÇÃO DESAVERGONHADA!



16

MARÇO

2013

CLASSIFICADO EM PCB - MEMÓRIA



PCB

Antonio Carlos Mazzeo\*

[http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5655%3Apcdob-estelionato-politico-mentira-e-manipulacao-desavergonhada&catid=56%3Amemoria](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5655%3Apcdob-estelionato-politico-mentira-e-manipulacao-desavergonhada&catid=56%3Amemoria)

A Pior coisa do mundo é o enganador ... ou o melhor o



estelionatário!

Quem teve o desprazer de ver as inserções do PCdoB no horário nobre da TV, pode assistir um estelionato político ao vivo, a cores e sem cortes .... despidorado.

A falta de vergonha foi tal, que cheguei a ficar ruborizado diante de tanta mentira e manipulação.

É mais do que sabido que o PCdoB, surgiu em 1962, como dissidência de uma absoluta minoria do Comitê Central do PCB, formada por João Amazonas e Maurício Grabois, que discordavam dos debates sobre o XX Congresso do PCUS - Partido Comunista da União Soviética - e a necessidade de desestalinizar o Partido e o próprio Movimento Comunista Internacional.

Adere ao maoismo e passa a nominar o PCB como "bando de Prestes" e a União Soviética de "social imperialismo". Para o PCdoB, Cuba passa a ser um "satélite do social imperialismo", sendo Fidel Castro uma "marionete dos soviéticos". Mais tarde, o PCdoB rompe com a China e passa a considerar a Albânia do stalinista ortodoxo Herver Hoxha como "farol do socialismo". Com a crise e a divisão do PCB, em 1992, que deixa o Partido muito debilitado, aproveita o momento de fragilidade do PCB e monta uma agressiva e deliberada política de apropriação da história do PCB, distorcendo e manipulando os fatos históricos.

Mas, se para os setores mais esclarecidos e mais informados do movimento social e da intelectualidade de esquerda, essa agremiação não é levada à sério, é de preocupar que essa mentira dita muitas vezes possa ganhar alguma dimensão entre os segmentos mais atrasados do movimento social.

Não bastasse dizer que tem 90 anos – grosseria semalgum respaldo histórico e temporal, pois se o PCdoB foi fundado em 1962, ele tem 51 anos de vida política errática e oportunista – mentiu descarada e escandalosamente, ao dizer que Prestes, Olga, Niemeyer, Jorge Amado, entre outros, foram daquela agremiação (esse é o termo possível)

Olga foi deportada para a Alemanha em 1936 e executada pelos nazistas no campo de concentração de Bernburg, em 1942. Prestes, de 1934 a 1980, foi Secretário geral do PCB, rompendo em 1981 com o Comitê Central do Partido. Jorge Amado, deputado constituinte do PCB, em 1945, ficou no Partido até inícios da

década de 1960, quando afasta-se de sua militância política, sem nunca ter pertencido às fileiras da agremiação fundada por Amazonas e Grabois. Niemeyer, ainda muito jovem, ingressou no PCB e foi um dos líderes da luta contra a liquidação do Partido, em 1992, opondo-se duramente ao grupo liquidacionista de Roberto Freire.

Portanto, o PCdoB cometeu estelionato político em suas inserções televisivas!

Mas essa mentira despuddorada tem um objetivo: o de esconder sua adesão ao projeto de modernização conservadora do capitalismo liderada pelo PT, as alianças com os monopólios internacionais e nacionais, a amizade com o agronegócio e a conciliação de classes.

Para mentir desavergonhadamente, o PCdoB não tem limites e enxovalha nomes de lutadores que jamais estiveram do lado de lá das barricadas ....

Não tenho ilusões de que protestos e denúncias desse estelionato político alterem a linha e o caminho sem volta que essa agremiação política abraçou.

Mas fica aqui registrado meu repúdio, minha náusea e minha indignação.

\*Professor de Ciências Políticas da Universidade Estadual Paulista - Unesp e Membro do Comitê Central do PCB